

REVISTA

# *Katálysis*

Revista de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação em Serviço Social  
Universidade Federal de Santa Catarina

Copyright © 1997  
Revista Katálysis



A Revista Katálysis é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi indexada na *Scientific Electronic Library Online* – SciELO – em 2006. Recebe desde o ano de 2008, pelo Sistema de Avaliação e Qualificação da Capes/Qualis, a classificação A1. A Revista Katálysis tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes, relacionadas ao Serviço Social, abrangendo temáticas das ciências sociais aplicadas, ciências humanas, política social, trabalho, questão social, saúde pública, cidadania, democracia, ética, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, questão urbana e agrária e globalização, bem como temas cuja interdisciplinaridade lhe são inerentes. É uma Revista científica, de periodicidade quadrimestral, arbitrada, indexada, de circulação nacional e internacional. De natureza acadêmica, é voltada para o Serviço Social e áreas afins, para professores, pesquisadores, profissionais e para os segmentos da sociedade civil e política. Por seu vínculo com uma universidade pública, contribui para a construção de espaços públicos de socialização do conhecimento científico, acumulando, desde 1997, um rico acervo de informações, análises, fontes teóricas, debates, pesquisas e experiências.

**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**  
Irineu Manoel de Souza – Reitor  
Joana Célia dos Passos – Vice-Reitora

**Centro Socioeconômico – CSE**

Maria Denize Henrique Casagrande – Diretora  
Daniel Ricardo Castelan – Vice-Diretor  
Departamento de Serviço Social – DSS

**Maria Teresa dos Santos – Chefe**  
Edivane de Jesus - Subchefe

**Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS**  
Tânia Regina Krüger – Coordenadora  
Liliane Moser - Subcoordenadora

**Revista Katálysis – PPGSS – UFSC**  
Telefone: +55 48 3721 6524  
E-mail: [revistakatalysis@gmail.com](mailto:revistakatalysis@gmail.com)  
Websites:  
<https://katalysis.ufsc.br>  
<http://www.scielo.br/rk>

**Avaliadores da Edição**

Adriana Giaqueto Jacinto – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Alexandre Aranha Arbia – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil  
Aline Aparecida Justino - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Aline de Andrade Rodrigues – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Ana Carla Werneque Ribas - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – S C, Brasil  
Ana Cristina Brito Arcoverde – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife - PE  
Ana Maria Baima Cartaxo - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Ana Paula da Rosa Deon – Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista – RR, Brasil  
Andréia de Oliveira – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, Brasil  
Andressa Torinelli – Instituto Federal Catarinense – IFC, São Bento – SC, Brasil  
Antônio Gabriel Santana Martins - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC, Brasil  
Charles Toniolo de Souza – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil  
Cilene Sebastiana da Conceição Braga – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil  
Clara Martins do Nascimento – Universidade de Pernambuco – UPE – Palmares – PE, Brasil  
Cláudia Maria Costa Gomes – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB, Brasil  
Fábio César da Fonseca - Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba – MG, Brasil  
Fábio Machado Pinto - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC  
Giovanna Martins Sampaio – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil  
Hélder Boska de Moraes Sarmento - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Leandro Nunes – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Liziani Sarmento Portella – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó – SC, Brasil  
Lobelia da Silva Faceira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil  
Luciane Pinho de Almeida – Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande – MS, Brasil  
Luiz Henrique Maisonnet – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNICHAPECÓ, Chapecó – SC, Brasil  
Magali da Silva Almeida – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, Brasil  
Maria Lúcia Lopes da Silva - Universidade de Brasília – UNB, Brasília – DF, Brasil

Maria Lúcia Teixeira Garcia – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória – ES, Brasil  
Maria Norma Alcântara Brandão Holanda – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió – AL, Brasil  
Maria Odete Simão – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, São Paulo – SP, Brasil  
Maria Ozanira da Silva e Silva – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luis – MA, Brasil  
Marília Carbonari - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Miriam Thais Guterres Dias – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil  
Olegna de Souza Guedes - Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR, Brasil  
Patrícia Barreto Cavalcanti - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa - PB, Brasil  
Patrícia Krieger Grossi – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC – RS, Porto Alegre – RS;  
Patrícia Maccarini Moraes – Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Caçador – SC, Brasil  
Ranieri Carli de Oliveira – Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio das Ostras – RJ, Brasil  
Raquel Cavalcanti Soares – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil  
Renata Gonçalves – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Santos – SP, Brasil  
Renilda Vicenzi – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó – SC, Brasil  
Rodrigo Castelo – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil  
Rodrigo Faria Pereira - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Rodrigo Fernandes Ribeiro – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG, Brasil  
Rosana Sousa de Moraes Sarmento - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua – CIAMP, Florianópolis – SC, Brasil  
Rosângela Nair de Carvalho Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil  
Sabrina Aparecida da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil  
Sara Caumo Guerra – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil  
Tânia Horsth Noronha Jardim – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil  
Tiago Camarinha Lopes – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia – GO, Brasil  
Viviane Souza Pereira - Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil

Apoio:



### **Comissão Editorial**

Cristiane Luiza Sabino de Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
Fabiana Luiza Negri, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Heloísa Teles, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Keli Regina Dal Prá, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Mailiz Garibotti Lusa - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Maria Regina de Ávila Moreira - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

### **Suplentes**

Carla Rosane Bressan, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Maria del Carmen Cortizo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Rúbia dos Santos Ronzoni, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Tânia Regina Krüger – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

### **Conselho Editorial Científico**

Aldaíza Sposati - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Ana Elizabeth Mota - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil

Ângela Maria Quintero Velásquez - Universidad de Antioquia - UdeA, Medellín, Colômbia

Beatriz Gershenson - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Berenice Rojas Couto - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Claudia Sandra Krmpotic - Universidad Nacional de La Matanza - UNLAM, Buenos Aires, Argentina

Cristina González - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina

Denise Bomtempo Birche de Carvalho - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Edvânia Ângela de Souza Lourenço, Universidade do Estado de São Paulo - UNESP - Franca - SP, Brasil

Estela Grassi - Universidad de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, Argentina

Fábio Machado Pinto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Departamento de Metodologia de Ensino, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil., Brasil

Fernanda Rodrigues - Universidade Católica Portuguesa - UCP, Braga, Portugal

Hélia Augusta Bracons, Instituto Serviço Social Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal

Irene Rizzini - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Ivanete Boschetti - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Jorge Manoel Leitão Ferreira - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Lisboa, Portugal

Jussara Maria Rosa Mendes - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil

Lígia Helena Hahn Lüchmann - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil

Manuel Jesús Sabariego Gómez - Universidad Pablo de Olavide - UPO, Sevilha, Espanha

Maria Carmelita Yazbek - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Maria da Glória Gohn - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo - SP, Brasil

Maria do Rosário de Fátima e Silva - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - PI, Brasil

Mariangela Belfiore Wanderley - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Marilda Villela Iamamoto - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Marta Silva Campos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil

Mónica Solange De Martino Bermúdez - Universidad de la República - UDELAR, Montevideu, Uruguai

Nora Aquín - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina

Paulo Marques Alves, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Sociologia, Lisboa, Portugal, Portugal

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil

Raquel Carneira Varela, IHC/UNL (Instituto de História Contemporânea/ Universidade Nova de Lisboa), Portugal

Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora - Faculdade de Serviço Social

Sergio Lessa - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió - AL, Brasil

Sueli Bulhões da Silva - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Susana Cazzaniga - Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER, Entre Ríos, Argentina

Susana Malacalza - Universidad Nacional de la Plata - UNLP, Buenos Aires, Argentina

Yolanda Aparecida Demetrio Guerra - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

### **Editora-Chefe**

Michelly Laurita Wiese

### **Vice-Editor Chefe**

Jaime Hillesheim

### **Editora Técnica**

Michelly Laurita Wiese

### **Projeto Gráfico**

Pedro Paulo Delpino

### **Editoração Eletrônica**

Editora Cubo

### **Formatação e Revisão da Normalização**

Bruna Neves Brasil

### **Tradução**

A2Z Serviços de Idiomas - Inglês

### **Assistente em Administração**

Newton de Mendonça Barbosa Jr.

ISSN 1982-0259

## Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da UFSC

Revista Katálysis / Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social. – n.1 (junho 1997) – .  
– Florianópolis; 1997 – .  
v. ; 28 cm

Quadrimestral

Resumo em português e inglês

Até 2003 vinculada ao Departamento de Serviço Social.

A partir de 2004 vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.

A partir de 2006, disponível na SciELO em: <[www.scielo.br/rk](http://www.scielo.br/rk)>

A partir de 2008, disponível no Portal Periódicos UFSC em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>>

Versão impressa ISSN 1414-4980 até edição v. 18, n. 1 2015.

Versão online ISSN 1982-0259

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

CDU 36

### **Publicação indexada em:**

SciELO - Scientific Electronic Library Online

DOAJ - Directory of Open Access Journals

REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

DIALNET - Difusión de Alertas en la Red - Universidad de La Rioja/España

LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

vLEX - Base de Dados da Área de Direito

OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura

ULRICHSWEB – Global Serials Directory

CAPES - Portal de Periódicos da Capes

PKP - Public Knowledge Project Index

REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

# Sumário

## Editorial

<b>Espaço Temático: Imperialismo, revolução e contrarrevolução na América Latina</b>	
Carla Cecília Campos Ferreira	369
<b>Guatemala no século XXI: a contrainsurgência permanente</b>	
Fábio Luís Barbosa dos Santos	375
<b>Acumulação como violência, violência como acumulação: o Estado e o capitalismo dependente</b>	
Gustavo de Aguiar Campos, Isabel Fernandes de Oliveira	386
<b>Ações corretivas do estado sobre os defeitos estruturais de controle do capital</b>	
Milena da Silva Santos	396
<b>Reprimarização, política pública do trabalho e superexploração no Brasil: revisitando Ruy Mauro Marini</b>	
Agatha Justen, Claudio Gurgel, Wagner Peres Braga	405
<b>Capitalismo periférico, sistema penal neoliberal e práxis abolicionista</b>	
César Augusto Ferreira São José, Daniela Carvalho Almeida da Costa	416
<b>Racismo e proibicionismo: Um retorno ao pensamento social do negro no Brasil</b>	
Evelly Araújo	426
<b>COVID - 19, necropolítica e prisões femininas no estado do Amazonas</b>	
Ellen Moraes, Rayra Pereira Buriti Santos, Dorli João Carlos Marques, Aldo Pacheco Ferreira	436
<b>Ordinary Spaces and Extraordinary Transformations: Ação da Cidadania's Fight Against Hunger</b>	
Tamara Zambiasi	446
<b>Espaço Tema Livre</b>	
<b>Trabalho, Valor e Preço: o planejamento econômico sob a crítica marxista do valor</b>	
Henrique André Ramos Wellen	455

# Sumário

<b>Sobre a natureza e o lugar do ideal na economia: a contraposição de György Lukács a variações do objetivismo e do subjetivismo</b>	
Marlon Garcia da Silva	466
<b>Fundamentos do estranhamento religioso na ontologia de György Lukács</b>	
Luiza Miranda Furtuoso, Mariana de Almeida Pinto	476
<b>Dimensão pedagógica e ético-política do trabalho social em um projeto ATHIS</b>	
Geisa Bordenave	487
<b>Resenha</b>	
<b>O imperialismo ainda existe: um livro para discutir seu funcionamento e a luta ant imperialista na América Latina</b>	
Marcelo Pereira Fernandes	495
<b>Relato de experiência</b>	
<b>Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação do Serviço Social</b>	
Luciene Araújo	501
<b>Errata</b>	510

# Contents

## Editorial

<b>Thematic: Imperialism, revolution and counterrevolution in Latin America</b>	
Carla Cecilia Campos Ferreira	372
<b>Guatemala in the 21st Century: Permanent Counterinsurgency</b>	
Fabio Luis Barbosa dos Santos	375
<b>Accumulation as violence, violence as accumulation: the state and the dependent capitalism</b>	
Gustavo de Aguiar Campos, Isabel Fernandes de Oliveira	386
<b>State corrective actions on structural capital control defects</b>	
Milena da Silva Santos	396
<b>Reprimarization, public labor policy and overexploitation in Brazil: revisiting Ruy Mauro Marini</b>	
Agatha Justen, Cláudio Gurgel, Wagner Peres Braga	405
<b>Peripheral capitalism, neoliberal penal system and abolitionist praxis</b>	
César Augusto Ferreira São José, Daniela Carvalho Almeida da Costa	416
<b>Racism and prohibitionism: A return to black social thinking in Brazil</b>	
Evelly Araújo	426
<b>COVID-19, necropolitics and female prisons in the State of Amazonas</b>	
Ellen Moraes, Rayra Pereira Buriti Santos, Dorli João Carlos Marques, Aldo Pacheco Ferreira	436
<b>Ordinary Spaces and Extraordinary Transformations: Ação da Cidadania's Fight Against Hunger</b>	
Tamara Zambiasi	446
<b>Open-Themed Space</b>	
<b>Work, Value and Price: economic planning under the Marxist critique of value</b>	
Henrique André Ramos Wellen	455

# Contents

<b>On the nature and place of the ideal in economics: György Lukács' opposition to variations of objectivism and subjectivism</b>	
Marlon Garcia da Silva	466
<b>Fundamentals of religious estrangement in György Lukács' ontology</b>	
Luiza Miranda Furtuoso, Mariana de Almeida Pinto	476
<b>Pedagogical and ethical-political dimension of social work in an ATHIS Project</b>	
Geisa Bordenave	487
<b>Review</b>	
<b>Imperialism still exists: a book to discuss its functioning and the anti-imperialist struggle in Latin America</b>	
Marcelo Pereira Fernandes	495
<b>Experience report</b>	
<b>Specialized pedagogical support center: Social Workspace</b>	
Luciene Araújo	501
<b>Erratum</b>	510



## EDITORIAL

# Imperialismo, revolução e contrarrevolução na América Latina

**Carla Cecília Campos Ferreira<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-8293-8913>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora da Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Depois de ter sofrido o ocaso provocado pelo terrorismo de Estado, pelo dogmatismo teórico e pelo neoliberalismo acadêmico, a teoria marxista da dependência (TMD) tem se afirmado, mais e mais, como referência teórica reivindicada por autores e autoras em diversos círculos da intelectualidade brasileira, com destaque para o Serviço Social. No momento em que a Revista *Katálysis* traz à tona um volume dedicado ao exame da luta de classes na América Latina no contexto das relações imperialistas e sua contraparte, a dependência, a abordagem fundada por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos demonstra sua vitalidade no que se refere ao método crítico.

Tal vigor deve ser compreendido como uma apropriação do materialismo histórico e suas categorias fundamentais como totalidade, historicidade, contradição, mediação, níveis de abstração, determinação, mas também pelo que István Mészáros chamou de uma abertura metodológica radical na apreensão do desenvolvimento histórico. Este procedimento consiste em considerar o horizonte de possibilidades inscritas em cada momento, sem reduzir o processo histórico a um sentido positivo ou a uma “lógica necessária”. Com isso, evita-se o risco de excluir dimensões e contradições materiais as quais, embora não desenvolvidas, são significativas para uma plena compreensão da realidade social. Pois, explicações que se fecham às possibilidades de transformação estrutural abertas em cada conjuntura resultam em um estreitamento arbitrário da complexidade da ação humana. Daí que os elementos de latência presentes nas relações sociais devem ser considerados como parte constitutiva da análise a fim de captar as contradições que abrem oportunidades de efetivação de processos emancipatórios, como também de reafirmação de estruturas de exploração e dominação.

Tomar a América Latina à luz dessas indicações implica, em primeiro lugar, compreendê-la como uma totalidade ontológica aberta. Um pré-requisito necessário nesse sentido consiste em desentranhar as determinações que estruturam, hierarquizam e dinamizam as relações sociais no continente. Pois, se o universal se universaliza particularizando-se, neste mesmo movimento, o particular, além de expressar o universal, também se singulariza no tempo e no espaço, engendrando o novo na história. E esse é o movimento por meio do qual o real se abre à sua própria transformação ou reafirmação modificada.

A TMD buscou exercer essa abertura histórica radical ao estudar o desenvolvimento desigual entre imperialismo e dependência, desvendando tendências adicionais na lei do valor que caracterizam as formações econômico-sociais dependentes como parte do modo de produção capitalista. Como o/a leitor/a poderá verificar nesta edição da *Katálysis*, algumas das relações categorizadas por Ruy Mauro Marini, como superexploração do trabalho, Estado de contrainsurgência e Estado dependente entregam valor explicativo para realidades vigentes.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Mas também outras como as transferências de valor, cisão nas fases do ciclo do capital e padrão de reprodução do capital, as quais contribuem na compreensão das estruturas e tendências sem as quais resta precária a apreensão de nossas sociedades. A própria categoria dependência, cuja apropriação pelo marxismo foi obra de Theotonio dos Santos, é talvez uma das mais visitadas para caracterizar a América Latina. E coube a Vânia Bambirra desentranhar a unidade diferenciada que inscreveu o Brasil como parte integrante e inseparável da realidade latino-americana, enquanto a intelectualidade do Império e da República acentuavam e acentuam os vínculos ibéricos. Mais do que isso, nos mostrou como essa realidade comum não estava restrita ao colonialismo, mas que a industrialização sob a égide de um mercado mundial monopolizado engendrava um desenvolvimento capitalista dependente para o conjunto da região.

Como vertente do marxismo ocupada do complexo imperialismo e dependência, a TMD está desafiada a contribuir para a apreensão das tendências do capitalismo contemporâneo, o novo caráter da dependência frente a IV Revolução Industrial e a transformação profunda nas cadeias de valor, sempre atenta às implicações desses processos para a realidade latino-americana. Da mesma forma, se ocupa das novas morfologias do mundo do trabalho sob a crise e seus impactos não apenas para a América Latina, onde são engendradas formas renovadas da superexploração, mas rebaixando os salários em relação ao valor da força do trabalho em escala mundial, imbricadamente a processos como o racismo e o patriarcado capitalistas. O papel cada vez mais determinante dos Estados, ao contrário do discurso neoliberal, para garantir a reprodução da sociabilidade fetichizada do capital, seus mecanismos violentos de dominação, consiste em outro aspecto dos estudos sobre dependência, entre outras temáticas e campos de investigação.

Um exemplo estimulante demonstra o Serviço Social brasileiro, onde os trabalhos inspirados nos aportes da TMD têm oferecido um olhar crítico renovado. Os estudos que propõem a incorporação de novas determinações à questão social, em perspectiva unitária de classe, gênero e raça/etnia, estão inscritos na preocupação com a abertura histórica e o desenvolvimento desigual ressaltados. Ainda no tocante à questão social há trabalhos de referência que problematizam sua periodização no Brasil. São inúmeras as investigações e publicações sobre as relações de superexploração da classe trabalhadora, nas imbricações com o racismo estrutural, analisando seu papel na criação de condições propícias à escravidão contemporânea, com o incremento do trabalho infantil doméstico etc. Avançam as interlocuções com a teoria da reprodução social e o diálogo com a obra de Heleieth Saffioti. As reflexões sobre o Estado dependente e sobre como a financeirização vem impactando o debate sobre as políticas sociais em nossas formações.

Para além do Serviço Social, apenas para mencionar alguns campos importantes, estão em andamento estudos sobre economia política da saúde, os quais vem mobilizando centros de referência como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ e do Instituto de Medicina Social da UERJ. No campo jurídico, a falta ou dificuldade de efetivação dos direitos vem sendo explicada com base nas relações de dependência. No âmbito da história econômica, estudos sobre a economia brasileira contam uma outra história do Brasil, em particular do “milagre” econômico da ditadura empresarial-militar, tema que por um tempo significativo confundiu parte da intelectualidade crítica. O desenvolvimento das investigações sobre dependência também vem incorporando à análise novas determinações estruturais, como a renda da terra. E os exemplos poderiam ser ampliados, mas de qualquer maneira não seriam exaustivos.

Finalmente, nos parece relevante que o serviço social tome as relações de superexploração da força de trabalho para a apreensão das determinações da questão social e da luta de classes na América Latina. Quer dizer, se as condições de reprodução do conjunto da classe trabalhadora são violadas sistematicamente, esteja ela existindo temporariamente como parte do exército ativo ou inativo, embora as nuances não possam ser menosprezadas, cabe problematizar como se estabelecem e modificam as fronteiras entre trabalho e assistência social no capitalismo dependente, o sentido e o conteúdo da política social e, portanto, a própria atuação do Assistente Social a fim de preservar e efetivar o compromisso ético-político do Serviço Social brasileiro. São questões que, em nosso entendimento, merecem a atenção dos e das assistentes sociais. E, se a vitalidade da abordagem sobre a América Latina oferecida pela TMD pode ser em parte explicada pela incorporação da abertura histórica radical e da lei do desenvolvimento desigual como fundamentos do método crítico, oxalá a realidade que compeliu à retomada dos estudos marxistas sobre a dependência possa também ser compelida pela teoria à almejada transformação emancipadora em benefício dos povos de “*nuestra*” América. Seguramente, o serviço social brasileiro tem muito a aportar neste sentido.

## Referências

- BAMBIRRA, V. El capitalismo dependiente latinoamericano. México: Ed. Siglo XXI, 1974.
- BAMBIRRA, V. Integración monopolica mundial e industrialización: sus contradicciones. Chile: Ed. PLA Universidad de Chile, 1972. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2019/06/dep\\_01.pdf](https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2019/06/dep_01.pdf)
- LUCE, M. S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias: uma visão histórica. Expressão Popular, São Paulo: 2018.
- LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169–190, jan./abr. 2013.
- MARINI, R. M. Dialectica de la dependencia. México: Ed. ERA, 1973. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1973/01/Diale%CC%81ctica-de-la-dependencia.pdf>.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Boitempo Editorial, São Paulo: 2002.
- MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. Boitempo Editorial: São Paulo: 2011.
- SANTOS, T. dos. Imperialismo y dependencia. Ed. ERA, México, 1978.
- SANTOS, T. dos. El nuevo caracter de la dependencia. Facultad de Ciencias Economicas de la Universidad de Chile, 1967.

## Carla Cecília Campos Ferreira

carlaceciliacf@ess.ufrj.br

Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## UFRJ

Campus Praia Vermelha – Urca

Av. Pasteur, 250 - Urca

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CEP: 22290-240

## EDITORIAL

# Imperialism, revolution and counter-revolution in Latin America

**Carla Cecilia Campos Ferreira<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0001-8293-8913>

<sup>1</sup> Federal University of Rio de Janeiro, Professor at the Faculty of Social Work, Rio de Janeiro, RJ, Brazil.

After enduring the negative impacts of state terrorism, theoretical dogmatism, and academic neoliberalism, the Marxist Theory of Dependency (TMD) has been gaining traction as a theoretical framework embraced by various authors within the Brazilian *intelligentsia*, particularly in the field of Social Work. In the current climate, the *Katálysis* Journal is dedicating a volume to explore the class struggle in Latin America within the context of imperialist relations and dependency. The approach, pioneered by Ruy Mauro Marini, Vânia Bambilra, and Theotonio dos Santos, continues to demonstrate its relevance and critical methodology.

This robustness can be attributed to the incorporation of historical materialism and its essential concepts, including totality, historicity, contradiction, mediation, levels of abstraction, and determination. However, it also embraces what István Mészáros termed as a radical methodological openness when approaching historical development. This approach involves recognizing the potentialities embedded in each moment without reducing the historical process to a predetermined direction or 'necessary logic'. By doing so, it avoids the risk of overlooking important material dimensions and contradictions that, although not fully developed, are crucial for a comprehensive understanding of social reality. Explanations that rigidly adhere to a fixed structural perspective at any given moment can lead to an arbitrary simplification of the complexities of human action. Therefore, it is vital to consider latent elements present in social relations as an integral part of the analysis. This approach allows us to grasp the contradictions that create opportunities for emancipatory processes while also acknowledging the persistence of structures of exploitation and domination.

Viewing Latin America through the lens of these insights requires recognizing it as an open ontological totality. To achieve this understanding, it is essential to untangle the determinants that shape, arrange, and drive social relations across the continent. As the universal becomes universalized through particularization, the particular not only expresses the universal but also manifests itself uniquely in different times and spaces, giving rise to new historical developments. This dynamic process allows for the real to open itself to transformation or modified reaffirmation.

The TMD aimed to embrace this radical historical openness through its examination of the uneven development between imperialism and dependency. By exploring the additional tendencies in the value law that characterize dependent economic-social formations within the capitalist mode of production, TMD sought to shed light on the intricacies of these systems. In this issue of *Katálysis*, readers will encounter various relations categorized by Ruy Mauro Marini, such as the super-exploitation of labor, the counterinsurgency state, and the dependent state, which offer valuable explanations for current realities.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

Moreover, the study of transfers of value, splits in the phases of the capital cycle, and the pattern of capital reproduction also contributes to understanding the structures and tendencies that shape our societies. Without grasping these elements, our comprehension of the dynamics and complexities of Latin American societies would be limited. The concept of dependency, which was incorporated into Marxism by Theotonio dos Santos, has become a widely explored category to characterize Latin America. Vânia Bambirra further revealed how Brazil is an integral and inseparable part of the Latin American reality, challenging the prevalent emphasis on Iberian connections in the intellectual discourse of the Empire and the Republic. Additionally, TMD showed that this shared reality goes beyond the legacy of colonialism, as industrialization under the influence of a monopolized world market has led to a dependent capitalist development for the entire region.

As a branch of Marxism, the TMD faces the challenge of understanding and analyzing the contemporary trends of capitalism, especially in the context of the Fourth Industrial Revolution and the significant transformations occurring in value chains. TMD remains attentive to the implications of these processes for the Latin American reality, as it continues to grapple with the evolving character of dependency. Furthermore, it delves into the new forms of labor that have emerged under the current crisis of capitalism. It examines the impacts not only within Latin America, where renewed instances of super-exploitation are observed, but also on a global scale where wages are decreasing in relation to the value of labor. These changes in the labor landscape are intertwined with processes such as capitalist racism and patriarchy, further complicating the dynamics of social inequality and exploitation. The role of states is also a crucial aspect of dependency studies, challenging the neoliberal discourse that downplays their significance. TMD recognizes the increasingly decisive role of states in ensuring the reproduction of capital's fetishized sociability, and the violent mechanisms of domination that come into play.

The impact of the TMD on Brazilian Social Work has been truly stimulating, as it has encouraged a renewed critical perspective. Inspired by the contributions of TMD, studies in this field have sought to incorporate new determinations into the analysis of the social question, approaching it from a totality viewpoint that considers the unity of class, gender, and race/ethnicity. This unitary perspective recognizes the importance of historical openness and uneven development in understanding the complexities of social issues in our societies. One significant area of investigation within Brazilian Social Work is the questioning of the periodization of the social question in Brazil. Researchers have delved into landmark works that shed light on various aspects, such as the relations of super-exploitation of the working class and their implications to structural racism. These studies analyze how these interconnected factors create conditions conducive to contemporary slavery and contribute to issues like the increase in domestic child labor. Furthermore, Brazilian Social Work has engaged in fruitful dialogues with the theory of social reproduction and the work of Heleieth Saffioti, advancing the field's understanding of societal structures and dynamics. The concept of the dependent state and its relationship with financialization has also been a topic of investigation, leading to a deeper exploration of how these factors impact the debates surrounding social policies within the country's social formations.

Indeed, the influence of the TMD extends beyond Social Work and permeates various important research fields in Brazil. Some of these fields include the political economy of health, legal studies, and economic history, among others. In the field of health, studies have been conducted to understand how dependency relations affect access to healthcare and the realization of health rights. Renowned reference centers such as the Joaquim Venâncio Polytechnic School of Health of the Oswaldo Cruz Foundation (FIOCRUZ) and the Institute of Social Medicine of the Rio de Janeiro State University (UERJ) have been at the forefront of this research, providing valuable insights into the complexities of health inequalities in the country. In the legal field, the concept of dependency has been utilized to explain the poor and near to zero realization of rights and access to justice. Economic history has also seen significant contributions from the study of dependency. Research on the Brazilian economy, particularly during the period of the military-corporate dictatorship's economic "miracle," has revealed alternative narratives that challenge previously held assumptions. Moreover, the development of dependency research has been enriched by incorporating new structural determinants, such as land rent, into the analysis. The examples provided only scratch the surface of the breadth and depth of the impact of the TMD on Brazilian research.

It is crucial for Social Work to consider the relations of super-exploitation of the labor force to comprehend the determinants of the social question and the class struggle in Latin America. When the conditions of social reproduction for the entire working class are systematically violated, regardless of their active or inactive status in the labor force, it becomes essential to analyze how the boundaries between labor and social assistance are established and modified in the context of dependent capitalism. Additionally, the meaning and content of social policy and the role of the Social Worker must be critically examined to uphold the ethical-political commitment of Brazilian Social Work. These are significant issues that deserve the attention of social workers. The TMD offers a vital approach on Latin America, partly due to its incorporation of radical historical openness and the law of uneven development as the foundations of the critical method. It is hoped that the reality that prompted the resurgence of Marxist studies on dependence can inspire theory to facilitate the desired emancipatory transformation for the betterment of the peoples of 'nuestra' America. Brazilian social work has much to contribute in this regard.

## References

- BAMBIRRA, V. El capitalismo dependiente latinoamericano. México: Ed. Siglo XXI, 1974.
- BAMBIRRA, V. Integración monopolica mundial e industrialización: sus contradicciones. Chile: Ed. PLA Universidad de Chile, 1972. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2019/06/dep\\_01.pdf](https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2019/06/dep_01.pdf)
- LUCE, M. S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias: uma visão histórica. Expressão Popular, São Paulo: 2018.
- LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169–190, jan./abr. 2013.
- MARINI, R. M. Dialectica de la dependencia. México: Ed. ERA, 1973. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/1973/01/Diale%CC%81ctica-de-la-dependencia.pdf>.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Boitempo Editorial, São Paulo: 2002.
- MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. Boitempo Editorial: São Paulo: 2011.
- SANTOS, T. dos. Imperialismo y dependencia. Ed. ERA, México, 1978.
- SANTOS, T. dos. El nuevo caracter de la dependencia. Facultad de Ciencias Economicas de la Universidad de Chile, 1967.

## Carla Cecilia Campos Ferreira

carlaceciliacf@ess.ufrj.br

Professor at the Faculty of Social Work, Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ).

## UFRJ

Praia Vermelha Campus - Urca  
Av. Pasteur, 250 - Urca  
Rio de Janeiro, RJ, Brazil  
ZIP CODE: 22290-240



# Guatemala no século XXI: a contrainsurgência permanente

Fabio Luis Barbosa dos Santos<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-5493-9633>

<sup>1</sup>Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP), SP, Brasil

## Guatemala no século XXI: a contrainsurgência permanente

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a evolução política recente da Guatemala, tendo como pano de fundo o reordenamento econômico e político produzido pelos acordos de paz de 1996, e tendências autoritárias que atravessam a região em anos recentes. Especificamente, indaga-se por que os protestos populares que derrubaram o presidente militar Pérez Molina em 2015, não abriram caminho para uma ulterior democratização do país. Ao contrário, argumenta-se que este processo engendrou uma reação da classe dominante que ganha os contornos de uma reversão autoritária. Este trabalho está embasado em pesquisa de campo, mas também recorre a material jornalístico e à bibliografia pertinente. A hipótese desta pesquisa é que se reatualiza no presente, o estado de contrainsurgência permanente que caracteriza a história independente do país.

**Palavras-chave:** Guatemala; América Central; Contrainsurgência; Autoritarismo.

## Guatemala in the 21st Century: Permanent Counterinsurgency

**Abstract:** The objective of this work is to analyze the recent political evolution of Guatemala, against the backdrop of the economic and political reordering produced by the 1996 peace accords, and authoritarian tendencies that have crossed the region in recent years. Specifically, it asks why the popular protests that overthrew the military president Pérez Molina in 2015 did not pave the way for a further democratization of the country. On the contrary, it is argued that this process engendered a reaction from the ruling class that takes on the contours of an authoritarian reversal. This work is based on field research, but also resorts to journalistic material and the pertinent bibliography. The hypothesis of this research is that the state of permanent counterinsurgency that characterizes the independent history of the country is updated in the present.

**Keywords:** Guatemala; Central America; Counterinsurgency; Authoritarianism.

Recebido em 07.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução<sup>1</sup>

A convergência entre neoliberalismo e autoritarismo que atravessa o mundo contemporâneo também incide na América Central. Em Honduras, o golpe que derrubou Manuel Zelaya em 2009 abriu caminho para a consolidação de um narcoestado comandado por Juan Orlando Hernández (JOH), que depois de dois mandatos presidenciais, foi preso nos Estados Unidos. Na Nicarágua, o casal Daniel Ortega e Rosario Murillo dirige o país com mão de ferro desde 2007 em um regime que reivindica o sandinismo, mas que seus críticos comparam à tirania dos Somoza. Em El Salvador, o publicitário Nayib Bukele, que se autodescreve como “o ditador mais *cool* do mundo mundial”, governa desde março de 2022 em regime de exceção e disputará a reeleição, apesar da constituição não a permitir.

Diante desse quadro, este texto aborda a situação da Guatemala. Na aurora da Guerra Fria, este país encarnou a esperança de reforma social no continente, abortada por uma invasão mercenária em 1954 que abriu um longo período de dominação militar. Nos anos 1960, o país inaugurou o desaparecimento político e a contrainsurgência como razão de Estado na América Latina (LUJÁN MUÑOZ, 2004). Nas décadas subsequentes, a convergência entre a luta guerrilheira e as reivindicações indígenas atizou o espectro da revolução, que se deparou com uma violência contrainsurgente em grau máximo. A evidência histórica sugere que, distante de um despropósito, a contrainsurgência foi uma resposta racional a esta ameaça. Arrasar territórios foi um meio de destruir as bases de incorporação indígena à revolução, objetivo perseguido por meio de operações de extermínio minuciosamente planejadas, envolvendo elevados níveis de racionalização das técnicas repressivas (PALENCIA, 2021, p. 32). A Comissão de Esclarecimento Histórico indica que o conflito fez 201.500 vítimas fatais, incluindo 40 mil desaparecidos, dos quais 83% eram indígenas (CEH, 1999). A Guatemala foi o último país centro-americano em negociar a paz e a baixar as armas (em 1996), mas ao contrário de outros da região, o partido que surgiu da insurgência nunca alcançou a presidência. Entretanto, as lutas populares não silenciaram: a intensificação de projetos extrativistas no século XXI reacendeu a resistência no meio rural, enquanto intensos protestos urbanos levaram à renúncia do presidente Otto Pérez Molina em 2015.

Este texto indaga por que esta mobilização popular exitosa, que derrubou um presidente militar identificado com um passado repressivo e com um presente corrupto, não abriu caminho para uma ulterior democratização do país. Argumenta-se que a política guatemalteca evoluiu na direção contrária, em um processo que ganha os contornos de uma reversão autoritária. A hipótese desta pesquisa é que se reatualiza na Guatemala contemporânea, um estado de contrainsurgência permanente que caracteriza a história independente do país. Além de bibliografia recente e de material jornalístico, esta análise está sustentada por pesquisa de campo em que se dialogou com numerosas pessoas e instituições de destaque no contexto guatemalteco, algumas das quais são citadas ao longo deste trabalho. A colaboração dos professores Lina Barrios, Pablo Siguenza e Silvel Elias foi essencial para mapear estes interlocutores, em uma parceria consolidada no âmbito do programa de extensão “Realidades Latino-Americanas” realizado pela Unifesp e pelo Prolam-USP.

Inicialmente, o texto discute o modo como o processo de paz se articulou a uma reorganização econômica de sentido globalizante e neoliberal. A corrosão do tecido social impulsionou a economia delitativa e a migração, enquanto a balança comercial se tornou estruturalmente deficitária. A segunda seção enfoca conflitos socioambientais e formas de resistência que se intensificaram no século XXI, mas que nem sempre se articulam de modo orgânico aos embates que permeiam a política institucional. A terceira seção aborda uma disputa central da política guatemalteca recente, quando a instalação de uma comissão internacional em apoio às instituições nacionais, revelou amplos esquemas de corrupção que levaram à renúncia do presidente em 2015. Ao contrário de abrir caminho para uma democratização, estas investigações provocaram um realinhamento da classe dominante que desencadeou uma reação totalizante, encaminhando o país na direção de uma reversão autoritária que se examina na última seção. O texto se encerra com reflexões finais, em que a evolução recente do país é analisada em uma perspectiva histórica, destacando-se a natureza contrainsurgente do Estado guatemalteco.

## A paz neoliberal

O caráter autoritário da transição para uma democracia, traço comum na América Latina, chegou ao paroxismo na Guatemala. A legislação que abriu caminho para a abertura política foi preparada pelo general



Ríos Montt (1982–1983), o mesmo que em 2013 foi condenado por genocídio. O primeiro presidente civil desde 1966 foi eleito em 1985 (Vinicio Cerezo), e abriu negociações com a Unidade Revolucionária Guatemalteca (URNG) no ano seguinte. A transição do paradigma da “seguridade” para a “estabilidade” teve apoio explícito dos Estados Unidos, expressa em recursos canalizados via Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que saltaram de 97 milhões de dólares entre 1980-84, para 847 milhões entre 1985-90 (AVANCSO, 2019). Ainda assim, as tratativas se estenderam por dez anos, envolvendo 14 acordos que culminaram com a assinatura do “Acordo de Paz Firme e Duradoura” em 1996.

Os termos da paz foram ditados por quem ganhou a guerra, o que implicou uma reestruturação econômica visando atualizar os nexos do país com a economia global. Em termos gerais, transitou-se de estratégias de desenvolvimento “*hacia adentro*” características do ensaio de integração regional de décadas precedentes (1960–1980), para estratégias de acumulação “*hacia afuera*”. Vista por este ângulo, “a contrarrevolução significou não uma restauração conservadora, mas uma modernização política, social, econômica e cultural que representou um pré-requisito para uma nova rodada de desenvolvimento capitalista” (ROBINSON, 2011, p. 302).

Os Acordos de Paz vieram embalados na agenda neoliberal desde o processo de negociação, que contou com a ativa participação de instituições financeiras internacionais. Um ano depois do acordo final, o governo implementou um plano de ajuste estrutural abrangente. Privatizaram-se a geração e distribuição de energia, assim como os serviços de telefonia e a administração do espectro radiofônico. Ao mesmo tempo, desenharam-se leis favorecendo a indústria maquiladora, zonas francas, a exploração de petróleo, de minérios e a expansão de agrocombustíveis, no país que tem a carga tributária mais baixa do continente: 8%. Da perspectiva dos negócios, pacificar o país significou edificar a ordem neoliberal — o que também pode ser visto como uma continuidade da contrainsurgência, por outros meios.

A liberalização comercial e financeira esvaziou as condições em que prosperava uma incipiente indústria ancorada no mercado regional, favorecendo a difusão de maquiladoras orientadas ao mercado estadunidense. Entre 1986 e 1996, a exportação de roupas produzidas por maquilas se multiplicou por quarenta. Entre 1990 e 1995 foram abertas 552 destas fábricas aglutinadas em zonas francas, que exportavam 96% da sua produção para os Estados Unidos (LUJÁN MUÑOZ, 2004, p. 376). No campo, a liberalização inundou o mercado nacional de arroz, milho e feijão estadunidense subsidiado, minando as condições de vida das populações rurais. Os 45 mil produtores de trigo que havia antes da paz, se reduziram a 4 mil, em um país que passou a importar também o milho amarelo. Nesse cenário, plantar milho se tornou uma forma de reivindicar-se como indígena guatemalteco (CCDA, 2022). A mercantilização da vida empurrou muitos camponeses a cultivos de exportação não tradicionais, como cardamomo e noz moscada, enquanto monocultivos de cana-de-açúcar e palma africana se expandiram em paralelo à produção de banana e café — cujo peso nas exportações se reduziu de 1/3 para 1/5 nas últimas décadas (SIGUENZA, 2022).

Apesar da diversificação das exportações agrícolas, do incentivo às maquilas e do sinal verde para o extrativismo, o saldo da liberalização são déficits crônicos na balança comercial. Em 2020, a Guatemala exportava um terço a menos do que importava — 13.12 bilhões de dólares versus 19.3 bilhões de dólares (CIA, 2022). A abertura econômica inundou o país de produtos e marcas internacionais, notadamente dos Estados Unidos, o que impactou negativamente as contas nacionais, a produção doméstica e o mercado de trabalho. Na última década do século XX, o salário mínimo urbano real se reduziu em um quarto, mas na prática, se tornou um privilégio: em 2020, cerca de 200 mil guatemaltecos ingressavam no mercado de trabalho por ano, mas apenas um décimo deles encontrava trabalho com proteção social. Um terço dos trabalhadores eram empregados no campo, onde vive 47,3% da população, enquanto mais de um terço dos empregos se concentrava no setor de serviços (36,8%), que responde por 3/4 do PIB nacional (FUENTES KNIGHT, 2022, p. 114–322).

O dinamismo deste setor coloca um paradoxo. Com a exceção da indústria do turismo e dos *call centers*, o setor de serviços atende ao mercado nacional. O segmento que movimenta mais dinheiro é o mercado imobiliário, seguido pela telefonia, em um país que tem mais linhas de celular do que habitantes. A paisagem urbana guatemalteca é marcada por centros comerciais, cadeias de *fast-food* e ambulantes nas ruas: as mercadorias circulam. No entanto, a vitalidade do comércio e do setor de serviços não está lastreada no dinamismo dos segmentos mais competitivos da produção nacional, que são voltados para o mercado externo, em uma estrutura de comércio exterior deficitária. Daí o paradoxo: de onde vem o dinheiro que impulsiona o consumo?

A resposta é que, com a globalização, também o mercado de trabalho se transnacionalizou. As remessas enviadas por migrantes que trabalham nos Estados Unidos se tornaram um elemento crucial para mitigar o desequilíbrio das contas nacionais e vitalizar o consumo doméstico. Nos anos 1990, o volume de remessas quintuplicou, e continuou crescendo nas décadas seguintes. Se em 1989 os guatemaltecos remetiam 400 milhões de dólares a seus familiares, em 2022 esta cifra rondava 14 bilhões de dólares, ou seja, equivalia às exportações do país, respondendo por cerca de 1/5 do PIB (VELÁSQUEZ, 2022). A estimativa do governo estadunidense é ainda mais alta: 1.5 bilhão de dólares mensais (CIA, 2022). Outra fonte de recursos cujo aporte é difícil de mensurar são as atividades delitivas, lideradas pelo narcotráfico. Ambos turbinam o mercado imobiliário, que para o crime organizado, é outra maneira de lavar dinheiro. Mas para os migrantes, comprar imóveis pode ser uma garantia de renda no futuro, em um país em que o sistema de seguridade social é débil (FUENTES KNIGHT, 2022, p. 120).

Recurso essencial para balancear as contas nacionais, a economia das remessas se alimenta da expulsão massiva de pessoas que não encontram alternativas de vida digna em seu país. Para muitas vítimas da violência urbana, a migração sequer é uma escolha, mas uma fuga (MARTÍNEZ, 2016). Mais de 300 jovens deixam a Guatemala todos os dias, inclusive indígenas que sequer falam espanhol, mas cujo modo de vida se tornou inviável. A cidade expulsa, mas o campo também. Em visita ao acampamento que bloqueia o acesso ao projeto mineiro em La Puya desde 2012, constatou-se que todos no turno noturno, já tinham sido deportados. A resistência se alimenta dos que ficam, mas também dos que não conseguiram ir.

A fabricação de migrantes que irrigam a economia com remessas, também livra os territórios à predação extrativista. As pessoas são expulsas para produzir valor, mas também para que seus territórios produzam valor. Seu antecedente é o terrorismo de Estado na Guerra Fria, que foi também uma engrenagem de despossessão, pois liberou territórios ao mesmo tempo em que reduziu a autossuficiência da população rural, constrangida a vender sua força de trabalho. À sua maneira, a contrainsurgência foi um vetor de “modernização”, que corroborou para criar as condições de desenvolvimento futuro do campo, sob a égide de diferentes modalidades de extrativismo.

### **A guerra volta aos territórios**

Comunidades mobilizadas contra modalidades de extrativismo tem sido o eixo dinâmico de rearticulação da organização popular e indígena no pós-conflito. Estas resistências se apoiam em uma revalorização da comunidade como território próprio, que por sua vez, está vinculada ao ascenso das lutas por direitos indígenas desde os anos noventa (BASTOS; LEÓN, 2015). Uma expressão concreta desta conjunção entre revalorização comunitária e direitos indígenas são as lutas por recuperação de terras comunais apoiadas no direito histórico, que se desdobram em batalhas jurídicas que, muitas vezes, recorrem a documentos de origem colonial (ELIAS, 2022).

Este é o caso da comunidade Maya Kaqchikel de Chuarrancho que, em 2017, recuperou terras comunitárias em um processo judicial sustentado por documentos produzidos há trezentos anos (ALVARADO GONZÁLEZ, 2022). De modo similar, a luta do povo Tzutujil em Santiago de Atitlán, se apoia em um documento de 1777, enquanto a reivindicação da comunidade xinca de Santa María Xalapán, está embasada em uma Cédula Real de 1717 (CNA, 2019, p. 10). A identidade cultural deste último povo, que não pertence ao tronco maya, tem sido criminalizada e invisibilizada. Para comprovar sua existência enquanto povo indígena, foi preciso recorrer a uma peritagem cultural (BARRIOS, 2022). A reivindicação da identidade indígena se faz presente nos rituais mayas que animam os lutadores de Chuarrancho ou do Comité Campesino Del Altiplano (CCDA), organização que nasceu como braço camponês da luta guerrilheira em 1982. Fora do espectro maya, esta recuperação histórica se expressa na institucionalização de um parlamento xinca no sudoeste do país, aspirando a um estado plurinacional (ARANA, 2022).

Por outro lado, muitos lares deixam de praticar os idiomas nativos, uma vez que a condição indígena ainda é vista como degradante. A “ladinização” é corroborada pelo desejo de emigrar, reforçado por valores difundidos pela indústria cultural. A reivindicação de uma “Guate Maya” em oposição a uma “Guate Mala”, está distante de superar as estruturas do racismo de origem colonial. Um episódio extremo revelou estas tensões em 2020, quando o líder espiritual e médico maya Domingo Choc Che, um renomado conhecedor de plantas e dos usos ancestrais, foi espancado e queimado por pessoas que o consideravam um bruxo, muitas delas de orientação evangélica. Há registro de pelo menos vinte casos similares em dezesseis anos (PUEBLOS EN CAMINO, 2020).

O espectro da violência contra a população indígena e camponesa se reencarna com brutalidade nos conflitos extrativistas. Historicamente, a Guatemala nunca foi um território minerador. Atualmente, a exploração de níquel em grande escala por uma empresa com sede na Suíça e de gestão russa, polui o lago Izabal, maior do país. Em Laguna del Tigre, no departamento selvático de Petén, explora-se petróleo em plena reserva da Biosfera Maya, com proteção militar. Paradoxalmente, uma megaoperação policial e militar expulsou uma comunidade que vivia nesta reserva em junho de 2017, a pretexto de conservá-la: uma lei de área protegida, também pode servir como uma lei de despossessão (CDDA, 2022). Para evitar o confronto, a comunidade se refugiou na terra de ninguém que separa a Guatemala do México, calculando que o estado guatemalteco não lhes perseguiria por temor de um mal-estar diplomático. Suas casas foram queimadas e em 2022, esta comunidade de cerca de quinhentas pessoas, completou cinco anos vivendo neste limbo (PASCACIO, 2022). Por trás da expulsão, está um projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental (REDD+) apresentado na conferência do clima de Paris em 2015, chamado Guatecarbon. Em troca de reduzir a taxa de desmatamento na reserva da Biosfera Maya, os donos do projeto obtêm créditos de carbono para vender a empresas ou governos de países poluentes no mercado internacional (ESCALÓN, 2017).

Nos confrontos socioambientais da Guatemala contemporânea, ressurgem práticas repressivas do passado recente, como a intimidação, a agressão, o sequestro e a morte de lideranças, além da judicialização e a difamação de quem resiste. A luta comunitária é retratada como um delito e seus líderes, tratados como delinquentes. Apesar da repressão, há casos exitosos em frear projetos. Em 2016, a Hidro Santa Cruz, subsidiária da transnacional espanhola Ecoener-Hidralia, anunciou sua retirada do país depois de oito anos de resistência da população organizada. A expulsão custou à população de Barillas um homicídio, 21 presos políticos e dezenas de mandados de detenção, entre outras ações intimidatórias sob regime de estado de sítio (LEÓN; RIVERA, 2016).

Diferente dos tempos da insurgência, a violência associada ao extrativismo encontra territórios desprovidos de resistência armada organizada. Porém, outras formas de resistência se conformam, muitas delas informadas por valores da cosmovisão maya. Como assinala Sergio Palencia, a prática espiritual indígena não é perigosa apenas porque é alheia ao cânone liberal, mas porque expressa uma comunidade que pensa por si mesma. A vida é pensada e vivida a partir de uma tradição que transborda a influência da religião colonial, e podemos acrescentar, do mundo da mercadoria: “Sua força é que pode conter a prática autônoma que fale ou remete a outras possibilidades da sociedade, uma memória dos ancestrais e dos morros. Outro mundo já presente neste mesmo mundo” (PALENCIA, 2020).

### **Ataque e contra-ataque ao Estado capturado**

Em uma reatualização da fissura colonial, as lutas camponesas e indígenas de inspiração maya se desenrolam, em larga medida, em um universo paralelo à política institucional. É certo que a URNG incorporou a espiga de milho como símbolo, sinalizando a centralidade do universo rural. Apesar dos esforços de atualização, prevalecem práticas e discursos do século XX, inclusive o sectarismo, que dificultam o enraizamento popular e o rejuvenescimento de seus quadros (SOLORZANO, 2022).

Diferente de El Salvador e Nicarágua, onde as guerrilhas deram origem a partidos competitivos, a política guatemalteca desde os acordos de paz é marcada pela precariedade institucional. Desde o reestabelecimento de governos civis em 1986, nenhum presidente fez o seu sucessor e nenhum partido retornou à presidência. De modo comparável ao que se observa no Peru, a alternância política contrasta com a continuidade das políticas que balizaram estes governos. Extrativismo, maquiladoras, imigração e crime organizado prosseguiram sua marcha, em meio a altos níveis de violência e corrupção.

Mais do que a disputa eleitoral, o eixo da política nas duas últimas décadas foi o confronto à captura do Estado para fins privados e ilícitos. O compromisso de desbaratar os corpos ilegais e aparatos clandestinos de segurança (CIACS) que surgiram no período contrainsurgente vinculados à inteligência militar, mas que também se dedicaram a atividades delitivas, não se concretizou. Ao contrário, estas estruturas demonstraram plasticidade para se adaptar, penetrar e corromper governos após o fim do conflito. Em particular, a presidência de Alfonso Portillo (2000–2004) é vista como o período em que as máfias da contrainsurgência regressaram ao poder (RICO, 2007).

O governo do seu sucessor, Oscar Berger (2004–2008), iniciou o processo que levou à constituição da *Comisión Internacional Contra la Impunidad en Guatemala* (CICIG) em 2006, que atuou no país com apoio das Nações Unidas entre 2008 e 2019. Neste período, a CICIG colaborou para produzir denúncias que geraram mais de 400 prisões — inclusive a do ex-presidente Portillo. As investigações revelaram que os CIACS são:

redes político-econômicas ilícitas que atuam em várias esferas do aparelho de Estado e ao seu redor, que historicamente existiram e que, ao longo de mais de 30 anos de transição democrática se infiltraram nos espaços do poder político para introduzir sua agenda de interesses legais e ilegais, transformar a agenda do Estado e do interesse público em sua própria agenda, moldar as relações políticas, a lógica dos partidos políticos, as formas de relações comerciais e de contratação com o governo e o próprio Estado (CICIG, 2019, p. 21).

A partir da chegada do colombiano Iván Velásquez em 2013, que posteriormente se tornou ministro da Justiça do governo de Gustavo Petro, os trabalhos da CICIG priorizaram cinco fenômenos: contrabando, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, corrupção administrativa, corrupção judicial e financiamento eleitoral ilícito. A comissão também revelou esquadrões da morte operados desde o escritório do Ministério do Interior e da Polícia Nacional Civil para fins de “limpeza social” (CICIG, 2019, p. 23). A primeira estrutura desta natureza que se identificou foi implementada durante o governo de Berger, com a colaboração do chefe do sistema penitenciário e atual presidente da república, Alejandro Giammattei. De acordo com relatório da Procuradoria de Direitos Humanos, esse aparelho pode ter cometido mais de duas mil execuções extrajudiciais entre 2004 e 2007 (SANTOS, 2022).

A investigação mais famosa em que a CICIG participou revelou um sofisticado esquema de extorsão e contrabando na alfândega guatemalteca conhecido como “La Línea”. Quando veio à tona em abril de 2015, o escândalo detonou manifestações massivas que, por sua vez, impulsionaram as investigações. A vice-presidenta logo renunciou, e em setembro, o presidente e militar Otto Pérez Molina, foi obrigado a deixar o posto. A CICIG mostrou que Pérez Molina armou um amplo esquema de corrupção que arrecadou fundos para sua campanha desde 2007, envolvendo empresas que, posteriormente, se beneficiaram de contratos públicos. Em 2015, a sinergia entre as ruas e os tribunais levou à prisão grande parte do gabinete presidencial, gerando a sensação de que a captura do Estado, se revertia (SÁENZ DE TEJADA, 2022).

A sequência das investigações constatou a participação sistemática de grupos empresariais nesses esquemas de corrupção, incluindo construtoras, bancos, instituições financeiras e outras empresas que participavam do que se nomeou como “redes políticas e econômicas ilícitas”. Neste ínterim, elegeu-se presidente Jimmy Morales (2016-2019), um comediante que encarnou a antipolítica com a consigna “nem corrupto, nem ladrão”. Como prova de boa-fé, o novo presidente renovou o mandato da CICIG. Mas as investigações não tardaram em juntar as duas pontas, revelando um esquema para arrecadar contribuições dos principais grupos empresariais do país para o partido de Morales, de forma não declarada (LA VANGUARDIA, 2018).

Então, o andar de cima da sociedade guatemalteca, se reunificou. As relações entre elites militares e empresariais tinham se estremecido em 2003, quando o presidente Portillo mobilizou massas encapuçadas para pressionar pela candidatura presidencial de Ríos Montt, proibida pelos acordos de paz. Uma reaproximação foi ensaiada quando o genocida foi a julgamento dez anos depois. Mas foi na guerra contra a CICIG, que a elite se reunificou: “Durante o conflito armado interno, os militares fizeram planos estratégicos contrainsurgentes, os cumpriram e ganharam a guerra. O mesmo foi feito depois com a CICIG, passo a passo” (SÁENZ DE TEJADA, 2022). A investida contra a CICIG envolveu desde uma campanha de difamação, até a nomeação espúria de juízes que travavam processos, passando por um lobby nos Estados Unidos de Trump que retratava a comissão como um instrumento de Putin. Morales declarou Iván Velásquez *persona non grata* e tentou expulsá-lo do país, sem êxito. Mas, quando o jurista colombiano viajou ao exterior a trabalho, foi impedido de regressar ao país.

A CICIG encerrou seus trabalhos em 2019. Como resultado das investigações, mais de 660 pessoas foram processadas, mais de 70 estruturas criminais de alta complexidade foram identificadas e mais de 120 casos de alto impacto foram processados, envolvendo ex-presidentes, ex-vice-presidentes, ex-ministros, deputados, altos funcionários do Estado, traficantes de drogas, empresários e prefeitos, somando mais de 400 condenações. Seis meses depois, Morales finalizou seu mandato, em que se dedicou a liderar a coalizão que restituiu a impunidade. Na mesma noite, foi empossado como deputado do Parlamento Centroamericano para preservar sua imunidade, em meio a um forte esquema policial e uma saraivada de ovos (BARRERA, 2020).



## Reversão autoritária

A expulsão da CICIG deve ser vista como parte de um processo mais amplo de captura do Estado e recrudescimento da violência política no país, que ganha os contornos de uma reversão autoritária. Esta tendência remonta ao governo de Pérez Molina, quando a paz e os acordos firmados em seu nome, deixaram de ser uma referência fundamental no horizonte (PRENSA COMUNITARIA, 2022). A inflexão nesta direção é ilustrada pelo malogro de uma tentativa de reforma agrária integral, que apesar do apoio de importantes organizações internacionais e do presidente Pérez Molina, foi bloqueada pela oligarquia nacional. Os Estados Unidos tinham uma simpatia interessada na proposta, já que combater a pobreza no campo seria uma forma de prevenir a migração (SIGUENZA, 2022). De modo análogo, o apoio à CICIG sinalizava a necessidade de resgatar o Estado para estabilizar a política e promover o desenvolvimento, o que também contribuiria para conter as migrações massivas (AVANCSO, 2019, p. 161).

Entretanto, o mesmo governo Pérez Molina intensificou a violência nos territórios, recorrendo de forma sistemática ao estado de sítio como instrumento para implementar projetos extrativistas (PRENSA COMUNITARIA, 2022). O extrativismo avançou de mãos dadas com o exército e o direito penal, enquanto a presença territorial do crime organizado, cresceu. Enquanto o Estado se paramilitarizou, a resistência popular foi cada vez mais criminalizada (CCDA, 2022; AJPOP, 2022).

Com a expulsão da CICIG, o duplo movimento de violência política e captura do Estado foi aprofundado pelo sucessor de Pérez Molina, Jimmy Morales. O presidente Alejandro Giammattei, eleito em 2020, continua e acelera esta tendência. Nos últimos anos, registraram-se 1800 pessoas criminalizadas por defenderem seus territórios, muitas das quais estão escondidas. Não há mais guerrilhas, mas há muita gente escondida nas montanhas comendo plátanos (bananas), como nos tempos da guerrilha (HURACÁN, 2022). Em 2022, somente o Comité Campesino del Altiplano (CCDA) contabilizava mais de mil ordens de captura contra líderes comunitários (375 mulheres), além dezenas de ações de despejo nos últimos dez anos, período em que teve doze lutadores martirizados — ou seja, assassinados. (MORALES, 2022).

Além da repressão política, a militarização da vida envolve o tecido social. É também um negócio: relatório do Institute for Economics and Peace estima que a violência na Guatemala teve um impacto global de 26,873 milhões de dólares (um gasto *per capita* de 1,250 dólares) em 2017, equivalente a 16% do PIB (CHÁVEZ, 2019). Há 20 mil militares ativos na Guatemala e o dobro de policiais, sendo que ambos participam do negócio da segurança privada: estima-se que 75% das empresas são dirigidas por ex-militares, e as demais, por ex-policiais (WANTLAND, 2021). É difícil precisar quantas pessoas trabalham no setor, já que muitas empresas estão em situação irregular. Em todo caso, é um dos maiores segmentos empresariais do país, e emprega muito mais gente do que as forças públicas. Na capital do país, ruas se fecham por iniciativa dos moradores, convertendo-se em “colônias privadas”. Longe do centro, é possível ler na entrada de um condomínio, os dizeres: “esta comunidade é protegida por Deus e pela minha arma”. Comércios são patrulhados por escopetas, como farmácias e mercados.

A militarização permeia as ruas, mas também coloniza subjetividades. Neste ambiente marcado por medo e impunidade, um crime condenado pela justiça pode ser interpretado por muitos, como uma qualificação para gerir o país. Foi este o caso do atual presidente Giammattei, que como diretor do sistema penitenciário em 2006 conduziu a operação “Pavo Real”. Investigações da CICIG revelaram que o verdadeiro objetivo não era retomar o controle da prisão como se propagandeou, mas executar sete presidiários. Quando a verdade veio à tona, Giammattei buscou sem sucesso refúgio na embaixada de Honduras, mas logo se entregou como “preso político” e passou dez meses encarcerado. Paradoxalmente, o episódio lhe deu projeção nacional: em um país saturado de violência e impunidade, a execução criminosa o elevou, aos olhos de muitos, à condição de herói. Em todo caso, o presidente não teria muitos outros predicados para exhibir: ao longo de 24 anos, participou de seis eleições por seis partidos diferentes, e só venceu a última, na qual passou para o segundo turno com 15% dos votos, em um pleito em que as duas candidaturas mais populares, foram impugnadas. Durante estes anos, não teve uma fonte de renda que se conheça e sua única passagem pelo setor público, foi como chefe do sistema prisional.

No entanto, seu mandato era claro: aprofundar a reversão autoritária. No plano da justiça, o fim da CICIG foi acompanhado de uma purga geral do sistema. De certo modo, a perseguição penal que ocorria nos territórios, se estendeu aos operadores de justiça. A procuradora-geral Thelma Aldana foi substituída por Consuelo Porras em 2018 e criminalizada, o que a impediu de disputar a presidência em 2019, quando despontava como forte candidata. Porras por sua vez é uma corrupta notória e justamente por isso, foi reconduzida ao cargo em 2022.

No governo Giammattei, perseguiu o responsável pela *Fiscalía Especial Contra la Impunidad*, Juan Francisco Sandoval, até substituí-lo por Rafael Curruchiche, outro corrupto notório. Assim como Aldana, Sandoval está no exílio. Assim como Porras, Curruchiche está na lista Engel do departamento de Estado ianque, elencando “indivíduos que se envolveram conscientemente em atos que ameaçam processos ou instituições democráticas, que se envolveram em corrupção significativa ou que impediram investigações de tais atos de corrupção na Guatemala, Honduras e El Salvador” (MÉNDEZ, 2022).

A remoção de Sandoval foi seguida de uma caça generalizada a operadores de justiça, que levou mais de trinta deles ao exílio. Por sua vez, o controle do judiciário tem sido instrumentalizado para perseguir opositores do regime, inclusive jornalistas. O diretor do jornal *El Periódico*, José Rubén Zamora, que denunciou casos de corrupção envolvendo Porras e o presidente Giammattei, foi preso em 2022. Nesse mesmo ano, uma fraude eleitoral comprometeu a autonomia da prestigiosa Universidade San Carlos, instaurando sob intensa resistência, um personagem descrito como um “narcoteitor”. Depois dos defensores dos territórios e da Justiça, a repressão avança sobre a universidade e a imprensa (PRENSA COMUNITARIA, 2022).

Esta política autoritária que não diz o seu nome, tem como cobertura ideológica um fundamentalismo cristão que remete aos dias de Ríos Montt, que fazia de seus pronunciamentos públicos, prédicas religiosas. “Deus abençoe a Guatemala” é um bordão de campanha recorrente na gestão Giammattei, que é apoiado por instituições como a Pare de Sufrir — como é conhecida a Igreja Universal do Reino de Deus —, e o célebre pastor televisivo “Cash” Luna. Em 2022, o governo acolheu e participou de um obscuro “Congreso Iberoamericano por la Vida y la Familia”, que declarou a Guatemala “Capital Pro-Vida de Iberoamérica”, justamente um dia depois do congresso endurecer as penas por aborto (de três para dez anos de prisão) e fechar as portas para o matrimônio homossexual. O presidente postou: “enquanto outros países atiram bombas, como a Rússia atacando a Ucrânia, nós aqui dizemos: sim à vida” (DW, 2022).

Manipulando verbas e investigações, a presidência controla o congresso, que também aprovou leis limitando a liberdade de ação de organizações não governamentais, encenada como defesa contra a ingerência estrangeira. O presidente também ameaçou expulsar a USAID, acusada de promover o indigenismo e conspirar para a implementação de um estado plurinacional, “como no Chile” (VÁSQUEZ, 2022). Este anti-imperialismo retórico é balanceado pela cooperação com a política migratória estadunidense, recebendo 50 a 100 mil deportados da região por ano, além do apoio tradicional a Israel e Taiwan (McFARLAND, 2022).

Recentemente, Giammattei também tem ameaçado pessoas: em resposta à lista Engel, que inclui integrantes do alto escalão do seu governo, o presidente anunciou uma lista não oficial de “inimigos do Estado guatemalteco”, que nomeia juristas, militantes, mas também personalidades estadunidenses como Todd Robinson, ex-embaixador no país, além do antigo homem forte da CICIG, Iván Velásquez. Por enquanto apenas um discurso, a lista também pode ser interpretada como uma advertência do que está por vir (ALBANI, 2022).

## Reflexões finais

A trama histórica da Guatemala contemporânea condensa em cores extremas, os impasses que marcam a América Latina desde a independência: o legado colonial, a reforma e a revolução. A primavera guatemalteca foi abortada pelo primeiro golpe militar com franco apoio estadunidense na América Latina durante a Guerra Fria. O país também foi pioneiro em recorrer ao desaparecimento político como método, explicitando que a violência contrainsurgente desconheceria limites. Na Guatemala, se revelou a inviabilidade da reforma como via para construir a nação, mas também se interditou a hipótese da revolução, uma vez que o espectro da insurgência revolucionária com protagonismo indígena, destampou um genocídio. Se a Guatemala morreu como um país foi morte matada, não morte morrida.

Os acordos de paz vieram embalados no neoliberalismo, que revelou ser a contrainsurgência, por outros meios. A violência econômica desarticulou, dentro da lei, tecidos de resistência que tanto sangue custaram no passado. Os tempos da guerrilha são agora do crime organizado. Em um país que depende das remessas daqueles que expulsa para se sustentar, a perversão se instaurou como norma e ninguém se espanta em eleger um criminoso como presidente.

Nesta democracia em que sempre venceu a oposição, há estreita margem para dissenso. Pouco muda diante de um Estado capturado por redes criminosas que nasceram como contrainsurgência e terminaram como crime organizado, o que não é de todo estranho: à sua maneira, o terrorismo de Estado sempre foi uma modalidade de crime organizado. O que se inverte é a primazia dos termos: antes, a repressão era uma política, mas também era negócio. Agora, a violência é negócio, mas também é uma política. Outrora capturado para a contrainsurgência, o Estado agora é capturado pelos negócios. Mas, no presente como no passado, ambos se misturam.

As teias políticas e econômicas que ataram o capitalismo guatemalteco à contrainsurgência, condenaram a democratização a um circuito fechado. Neste capitalismo contrainsurgente do século XXI, importa menos a produção do que a predação: a violência do capital se intensifica nas maquilas, nos territórios e nas quebradas. Quem resiste a ela é criminalizado, e o Estado, é parte do crime. Na ausência da política popular, dizimada pela contrainsurgência e corroída pelo neoliberalismo, coube à legalidade burguesa transnacional na forma da CICIG, a tarefa de resgatar a Guatemala da máfia. Em um século em que a revolução saiu de cena, a reforma só poderia estar muito rebaixada — a ponto de ser apoiada, ao menos até Trump, pelo bastião da contrarrevolução mundial na Guerra Fria. E novamente, foi derrotada.

Se a reforma se reduziu à sua dimensão jurídica, a utopia resiste e se recria em meio às tradições mayas, que são a lembrança viva da autonomia dos de baixo e da possibilidade de outros mundos. Contra uns e outros, se reedita o autoritarismo, que não envolve uma ruptura comparável aos golpes de Estado do passado. Assim como o neoliberalismo expulsa segundo as leis do mercado, a escalada autoritária se realiza com aparente cumprimento da lei. Revela-se que a ordem capitalista na Guatemala do século XXI é autoritária, colonial e delinvente. Em suma, é o avesso da possibilidade de comuns históricos e sociais, que o terror contrainsurgente destruiu no passado e a reversão autoritária destrói no presente. A contrainsurgência é o seu normal, por quaisquer meios.

## Referências

- ALBANI, P. La lista del zopilote no es un discurso, es una advertencia de lo que está por venir segun analistas. Prensa Comunitaria, 13 maio 2022. Disponível em: <https://www.prensacomunitaria.org/2022/05/la-lista-del-zopilote-no-es-un-discurso-es-la-advertencia-de-lo-que-esta-por-venir-segun-analistas/>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- AVANCSO – ASOCIACIÓN PARA EL AVANCE DE LAS CIENCIAS SOCIALES EN GUATEMALA. Guatemala. In: Democracia y derechos humanos: 30 años después de los acuerdos de Esquipulas II. San Salvador: Fundación Panamericana para el Desarrollo (PADF), 2019.
- BARRERA, C. Entre golpes y huevos, Jimmy Morales logró su impunidad. El Faro, 15 jan 2020. Disponível em: [https://elfaro.net/es/202001/ef\\_foto/23937/Entre-golpes-y-huevos-Jimmy-Morales-logr%C3%B3-su-inmunidad.htm](https://elfaro.net/es/202001/ef_foto/23937/Entre-golpes-y-huevos-Jimmy-Morales-logr%C3%B3-su-inmunidad.htm). Acesso em: 1 fev. 2023.
- BASTOS, S.; LEÓN, Q. de. Guatemala: construyendo un desarrollo propio en un neoliberalismo de posguerra. Revista Pueblos y Fronteras, 2015.
- CCDA – COMITÉ CAMPESINO DEL ALTIPLANO. Buscando otros caminos para la defensa y recuperación del territorio. Guatemala, 2011.
- CEH – COMISIÓN DE ESCLARECIMIENTO HISTORICO. Guatemala: Memoria del Silencio. Guatemala, UNOPS, 1999. Disponível em: <https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/guatemala-memoria-silencio/guatemala-memoria-del-silencio.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- CHÁVEZ, S. Los dueños de la seguridad privada en Guatemala. Plaza Pública, 10 mar. 2019. Disponível em: [https://www.plazapublica.com.gt/multimedia/guate\\_armada/los\\_duenos\\_de\\_la\\_seguridad\\_privada\\_en\\_guatemala.html](https://www.plazapublica.com.gt/multimedia/guate_armada/los_duenos_de_la_seguridad_privada_en_guatemala.html). Acesso em: 1 fev. 2023.
- CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. World Fact Book Guatemala. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/guatemala/>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- CICIG – COMISIÓN INTERNACIONAL CONTRA LA IMPUNIDAD EN GUATEMALA. Informe de cierre. Guatemala, 2019. Disponível em: [https://www.cicig.org/cicig/informes\\_cicig/informe-de-labores/informe-final-de-labores/](https://www.cicig.org/cicig/informes_cicig/informe-de-labores/informe-final-de-labores/). Acesso em: 13 jan. 2023.
- CNA – Congreso Nacional Agrario. Memoria del primer congreso. Guatemala, 2019.
- DW. Declaran Guatemala capital Pro-Vida de Iberoamérica, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/es/declaran-a-guatemala-capital-pro-vida-de-iberoam%C3%A9rica/a-61075113>. Acesso em: 15 jan. 2023
- ESCALÓN, S. Laguna Larga: un desalojo en nombre de la naturaleza. Plaza Pública, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://www.plazapublica.com.gt/content/laguna-larga-un-desalojo-en-nombre-de-la-naturaleza>. Acesso em: 1 fev. 2023.

- FUENTES KNIGHT, J. A. *La economía atrapada: Gestores de poder y Estado encadenado*. Guatemala: F&G, 2022.
- LA VANGUARDIA. *Empresarios de Guatemala piden perdón por financiación electoral ilícita*. *La Vanguardia*, 20 abr. 2018. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/politica/20180420/442760269098/empresarios-de-guatemala-piden-perdon-por-financiacion-electoral-ilicita.html>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- LEÓN, Q. DE; RIVERA, S. *Barillas después de un sin fin de violaciones a derechos humanos Hidro Santa Cruz anuncia posible retiro del país*. *Prensa Comunitaria*, 22 dez. 2016. Disponível em: <https://www.prensacomunitaria.org/2016/12/barillas-despues-de-un-sinfin-de-violaciones-a-derechos-humanos-hidro-santa-cruz-anuncia-posible-retiro-del-pais/>. Acesso em: 1 set. 2022.
- LUJÁN MUÑOZ, Jorge. *Guatemala. Breve historia contemporánea*. México: FCE, 2004.
- MARTÍNEZ, O. *Los migrantes que no importan*. México: Sur + Editores, 2016.
- MCFARLAND, S. *Guatemala's march toward authoritarianism*. *America's Quarterly*, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/guatemalas-march-toward-authoritarianism/>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- MÉNDEZ, A. M. *Lista Engel: que mensaje envía Estados Unidos a Centroamerica?* *Wola*, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www.wola.org/es/analisis/lista-engel-que-mensaje-envia-estados-unidos-a-centroamerica/>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- PALENCIA, S. *In: PALENCIA, S.; ORDUÑO, E. L. Hacia una interpretación del tema del genocidio en Centroamérica*. México: UNAM, 2021.
- PALENCIA, SERGIO. *“Domingo Choc Che: La crisis detrás de su cruel muerte”*. *No-ficción*, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.no-ficcion.com/project/domingo-choc-che-crisis-tras-su-muerte?fbclid=IwAR0XaiQkG6gj-C9cl4FE55zyPyKcAYkgNKbV9cDqATkok94up-VGYJsinB0>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- PASCACIO, J. *Laguna Larga: 5 años en tierra de nadie*. *Avispa*, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://avispa.org/laguna-larga-5-anos-en-tierra-de-nadie/>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- PUEBLOS EN CAMINO. *Guate Mala y el terror total contra Guate Maya: La civilización y el sistema de barbarie*. *Pueblos en Camino*, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://pueblosencamino.org/?p=8539>. Acesso em: 1 set. 2022.
- RICO, M. *La herencia siniestra de Alfonso Portillo*. *El País*, 2 mar 2007. Disponível em: [https://elpais.com/diario/2007/03/03/internacional/1172876404\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2007/03/03/internacional/1172876404_850215.html). Acesso 1 set 2022.
- ROBINSON, W. I. *Conflictos transnacionales: Centroamérica, cambio social y globalización*. San Salvador: UCA Editores, 2011.
- SÁENZ DE TEJADA, R. *Guatemala: ¿del Estado capturado al Estado plurinacional?* *Nuso*, n. 300, jul. 2022.
- SANTOS, J. *Giammattei es el ave de mal agüero*. *Publicogt.com*, 22 maio 2022. Disponível em: <https://publicogt.com/2022/05/15/giammattei-es-el-ave-de-mal-aguero/>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- VÁSQUEZ, J. *Tras la declaración de expulsar a USAID, el Gobierno evade confirmar o negar*. *La Hora*, 26 maio 2022. Disponível em: <https://lahora.gt/nacionales/jeanelly/2022/05/26/tras-la-declaracion-de-expulsar-a-usaid-el-gobierno-evade-confirmar-o-negar/>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- WANTLAND, M. de L. *La seguridad privada en Guatemala*. IEPADES/DCAF, 2021. Disponível em: <https://www.businessandsecurity.dcaf.ch/sites/default/files/ressources/GUATEMALA.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

## Notas:

Conversas citadas, realizadas entre 24 de junho e 3 de julho de 2022

- AJPOP Tinamit Oxlajuj Imox (Aliança de Autoridades Ancestrais Maia Kaqchikel, Tz'u utuhil e K'iche)
- ALVARADO GONZÁLEZ, S. E. Advogado dos direitos históricos indígenas em Chuarrancho.
- ARANA, A. Presidente do Parlamento Xinca.
- BARRIOS, C. Dirigente da URNG Maiz CCDA (Comité Campesino del Altiplano), conversa com lideranças em Santiago de Atitlán.
- ELIAS, Silvel. Professor da Faculdade de Agronomia da Universidad de San Carlos (USAC).
- HURACÁN, L. Ex-deputado e dirigente camponês.
- MORALES, L. Comisión Nacional de la Mujer CCDA.
- PRENSA COMUNITARIA. Quimy de León, Quetzali Pérez e outros integrantes.
- SIGUENZA, P. Professor da Faculdade de Agronomia da USAC.
- SOLORZANO, S. Dirigente da URNG Maiz.
- VELÁSQUEZ, Eduardo. Professor da Faculdade de Economia da USAC



**Fabio Luis Barbosa dos Santos**

fabio.luis@unifesp.br

Professor da Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP).

**UFSP**

Endereço: R. Oleska Winogradow, nº 100 - Jardim das Flores

Osasco - SP, Brasil

06120-042

**Agradecimentos**

Agradeço aos professores Lina Barrios, Pablo Siguenza e Silvel Elias que apoiaram o programa “Realidades Latino-Americanas” e a visita técnica que informou esta pesquisa.

**Agência financiadora**

Esta pesquisa beneficiou-se de apoio parcial da FapUnifesp (Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo).

**Contribuições dos autores**

Não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

O autor autoriza a publicação deste artigo.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

# Acumulação como violência, violência como acumulação: o Estado e o capitalismo dependente

**Gustavo de Aguiar Campos<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-7378-9845>**Isabel Fernandes de Oliveira<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-2153-762X>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, RN, Brasil

## Acumulação como violência, violência como acumulação: o Estado e o capitalismo dependente

**Resumo:** Este ensaio teórico tem como objetivo discutir o recurso à violência estatal no capitalismo dependente. Discute-se como a violência é necessária para a autorreprodução do capital e para a manutenção da contradição capital-trabalho. Tal necessidade se coloca em decorrência das debilidades estruturais impostas pela relação imperialismo e dependência, como a transferência de valor, a superexploração da força de trabalho, o agravamento das expressões da “questão social”, o racismo e a subsoberania. Para tanto, o artigo tem dois pontos centrais: a relação imperialismo e dependência e a amálgama entre Estado dependente e violência. Com a discussão, apreende-se que a manutenção do Estado dependente faz uso da violência para: a) superexploração da força de trabalho; b) realizar e/ou apoiar as expropriações; c) garantir as condições políticas de reprodução do capital; d) controlar as possibilidades de revolta e revolução, realizando a mediação da luta de classes através da violência.

**Palavras-chave:** Violência Estatal; Capitalismo Dependente; Estado Dependente.

## Accumulation as violence, violence as accumulation: the state and the dependent capitalism

**Abstract:** This theoretical essay aims to discuss the use of state violence in dependent capitalism. It discusses how violence is necessary for the self-reproduction of capital and for maintaining the capital-labor contradiction. This need arises as a result of the structural weaknesses imposed by the relationship between imperialism and dependence, such as the transfer of value, the overexploitation of the workforce, the worsening expressions of the “social question”, racism and subsovereignty. To this end, the article has two central points: the relationship between imperialism and dependence and the amalgamation between dependent state and violence. With the discussion, it is apprehended that the maintenance of the dependent State makes use of violence for: a) overexploitation of the workforce; b) carry out and/or support expropriations; c) guarantee the political conditions for the reproduction of capital; d) control the possibilities of revolt and revolution, mediating the class struggle through violence.

**Keywords:** State Violence; Dependent Capitalism; Dependent State.

Recebido em 01.03.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

Questões como os processos de criminalização, encarceramento e violência estatal são latentes atualmente. De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), por exemplo, ao final de 2019 eram 11,7 milhões de pessoas presas mundialmente, com um incremento de 25% em relação ao ano de 2000 (UNODC, 2021). O Brasil, no mesmo intervalo de tempo, multiplicou cerca de três vezes sua população carcerária, chegando hoje ao quantitativo de aproximadamente 830.000 pessoas privadas de liberdade, segundo o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça (BNMP/CNJ) (CNJ, 2023).

Em que pese a situação atual ser de maximização das formas de violência estatal, tais manifestações da estatalidade capitalista não são novas, sobretudo em regiões periferizadas do mundo. No caso brasileiro, desde sua gênese colonial são experienciadas situações de criminalização e violência, sobretudo destinadas à parcela mais precarizada da classe trabalhadora, como o povo negro e os povos originários. Este trabalho tem como objetivo contribuir ao debate sobre tais temas, principalmente discutir o recurso à violência estatal no capitalismo dependente como uma expressão da relação capital-trabalho mediada pelo Estado, marcado sobremaneira pelas relações entre imperialismo e dependência.

Existem múltiplas mediações para a compreensão de tais temas, que se apresentam como um complexo de complexos, para usar expressão lukacsiana (LUKÁCS, 2012). Nossa análise se concentra em um destes complexos, com primazia ontológica no desenvolvimento do capitalismo dependente: a conformação do Estado dependente e a utilização da violência estatal no âmbito da luta de classes e da reprodução do capital.

O trabalho é de inspiração marxiana, tomando o Materialismo Histórico-Dialético como meio de apreensão do real em suas múltiplas determinações. Trata-se de um trabalho do tipo ensaio teórico, em que se busca, a partir do pensamento social crítico, em especial da Teoria Marxista da Dependência, trazer contribuições analíticas acerca da realidade latino-americana, com enfoque na constante violência que assola a classe trabalhadora, em toda a sua diversidade. Este artigo se divide em duas partes além da introdução e das considerações finais: na primeira, é discutida a relação entre imperialismo e dependência e, na segunda, onde se localiza a tese aqui defendida, se debate a amálgama entre Estado dependente e violência.

## Imperialismo, dependência e a forma do capital na América Latina

A relação entre imperialismo e dependência, se apreendida como uma relação de exterioridade, leva a equívocos analíticos que se materializam nas possibilidades de superação de tal relação (GOUVÊA, 2020). Uma análise materialista, portanto, deve a compreender como duas faces de uma mesma moeda que não chega aos bolsos da classe trabalhadora dos países dependentes, justamente porque compõe a acumulação de capital da burguesia imperialista. Ou seja, tratar de imperialismo é tratar mutuamente de dependência e vice-versa, ainda que sejam categorias distintas.

Em que pese a dimensão globalizante e totalizadora do capital (MÉSZÁROS, 2011), é preciso compreender que a relação concreta entre capital e trabalho — mediada pela dimensão política da estatalidade — se conforma como particularidades histórico-concretas, como formações sociais que filtram as determinações gerais do modo de produção capitalista (MPC), assim como as compõem (BEHRING, 2008). Por sua complexidade, as formações sociais e estatais não podem ser reduzidas à determinação geral, mas, ao mesmo tempo, não se pode perder de vista essa determinação geral do MPC, redundando assim, de um modo ou de outro, em uma análise unilateral que não tem como norte a apreensão da totalidade.

Enquanto tendência do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, a subsunção do trabalho ao capital, já menciona Marx (2017, p. 808), é uma subsunção predominantemente econômica, ou seja, pela “coerção muda exercida pelas relações econômicas”. Tal forma econômica se dá pelas “leis naturais da produção” (MARX, 2017, p. 808) que com o desenvolvimento do capitalismo submeteram o trabalho ao capital pelas próprias condições de produção. Nas palavras de Marx

[...] não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não tem nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, *reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas*. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar ao trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. (MARX, 2017, p. 808-809, grifo nosso).

Como é possível observar, Marx (2017) aproxima a discussão sobre os imperativos econômicos quase como naturais no processo de produção capitalista à discussão sobre como fazer com que o trabalho se subordine ao capital ou, em outras palavras, como o(a) trabalhador(a) se subordine à venda da sua força de trabalho. Ao fazer isso, o autor distancia esse processo do que chama de violência extraeconômica. São, então, formas de violência econômica que no curso da história submetem o trabalho ao capital.

Entretanto, ainda que por “leis naturais”, resta claro que são necessárias mediações políticas que possibilitem tal subsunção do trabalho ao capital. Como ressalta Sartori (2021), a política desempenhada, por excelência, pelo Estado, assume papel no desenvolvimento da classe que, pelas mediações citadas por Marx (educação, tradição e hábito), venderá sua força de trabalho, quebrando assim as resistências da relação capital-trabalho. Nesse sentido, ainda que a violência direta extraeconômica, a qual nos voltaremos posteriormente, tendencialmente não seja necessária no desenvolver das relações de produção, a função política assumida pelo Estado na reprodução da força de trabalho mantém-se como mola propulsora da acumulação ampliada de capital.

É preciso considerar que tal tendência se metamorfoseia justamente pelas necessidades autorreprodutivas do capital. O Estado, parte fundante do sociometabolismo do capital, guia o modo de reprodução social e, ao mesmo tempo, é guiado pelas necessidades históricas da reprodutibilidade capitalista. Portanto, se seu conteúdo está diretamente vinculado à necessidade de controle social, sua forma é maleável, assumindo a função corretiva necessária à orientação expansionista e acumulativa do sistema do capital, com uma inseparabilidade real, mesmo que com certa separação formal, entre econômico e extraeconômico na sustentação autorreprodutiva do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2011, 2021).

A tese aqui defendida, portanto, é a de que na economia política da América Latina, região dependente e em relação heteronômica com os países centrais, há uma tendência à ampliação da utilização da violência extraeconômica para a reprodução do capital baseada, sobretudo, na forma de violência estatal. Faz-se assim, em nossa região, da violência forma de acumulação de capital tanto para a burguesia nacional quanto para a imperialista, amplificando o papel coercitivo e de controle extraeconômico do Estado diante de suas debilidades estruturais.

Para a demonstração de tal tese nos parece fundamental analisar o desenvolvimento da região a partir de sua relação com outras regiões, em especial o continente europeu e o subcontinente norte-americano. De antemão, considera-se importante destacar que é, como refere Paulo Netto (2013), justamente tal relação com as demais regiões que enlaça a América Latina numa unidade-diversa, marcada por uma relação de heteronomia, sob o jugo e exploração do capital-imperialismo. Tal desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção na região se lastreiam no âmbito da divisão internacional do trabalho. Por isso, a análise da dependência se baseia na apreensão da posição tomada por essa economia na cadeia de transferências de valor no mercado mundial e na maneira como essa posição afeta as relações internas dos países da região; bem como nos aspectos sociológicos, políticos e culturais que acompanham determinantes econômicos e que, em conjunto, não podem ser superados no seio da sociabilidade capitalista (CORRÊA; CARCANHOLO, 2018).

Marini (2005) afirma que o desenvolvimento latino-americano conforma um capitalismo *sui generis*, fundamentado na forma de integração da região ao sistema do capital global. O autor ressalta que é a forma de integração ao mercado mundial que, por um lado, alavanca o desenvolvimento industrial nos países centrais e, por outro, consolida a situação econômica, social e política dos países da América Latina. Trata-se de uma troca desigual entre nações formalmente independentes que tem, fruto da divisão internacional e desigual do trabalho, uma transferência de valor entre países dependentes e imperialistas.

O que explica então que essa transferência de valor não seja um desestímulo à transação comercial entre centro e periferia? Marini (2005) responde a essa pergunta apontando que as nações e a burguesia nas periferias operam mecanismos de compensação. Se a inserção desigual dos países periféricos na economia mundial significa necessariamente uma transferência de valor e, por isso, a diminuição da taxa de mais-valor acumulada pelos capitalistas desses países, o mecanismo que satisfaz a necessidade acumulativa da burguesia periférica não pode ser outro que não tentar equilibrar essa taxa. Por isso, o mecanismo de compensação de que fala Marini (2005) é a superexploração da força de trabalho no plano da economia interna. Qualificando essa categoria, ressalta Carcanholo que:

[...] a (super)exploração da força de trabalho, antes de ser uma ideia exclusiva do plano subjetivo, teórico e conceitual, é uma determinação real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve; não é uma manifestação objetiva de um conceito idealizado, e que faz sentido dentro de um sistema puramente lógico, mas uma determinação da lógica objetiva do capitalismo. (2013, p. 76, grifo do autor).

Superexploração da força de trabalho significa, então, um mecanismo de compensação, na relação capital-trabalho, da transferência de valor imposta às transações comerciais entre países dependentes e países imperialistas. Ou seja, um mecanismo compensatório da perda de valor, que se expressa de diferentes formas, como o aumento da intensidade do trabalho; a prolongação da jornada de trabalho; e a redução do consumo do(a) trabalhador(a) em relação às suas necessidades reprodutivas. Esse quadro conforma, então, uma remuneração da força de trabalho abaixo do valor socialmente necessário para a sua reprodução, em que esta última está submetida às determinações da lei geral da acumulação capitalista atravessada pelas particularidades da reprodução do capital na economia dependente (LUCE, 2018; MARINI, 2005).

A transferência de valor e a superexploração da força de trabalho, ainda que não sejam as únicas determinações econômico-políticas da relação entre imperialismo e dependência, nos parece ter primazia na conformação da forma estatal dos países dependentes — assim como dos países imperialistas, mas esta questão, para seguir a linha argumentativa, não poderá ser aprofundada aqui. Com essa retomada de alguns dos princípios categoriais apreendidos pela Teoria Marxista da Dependência é possível avançar na compreensão da questão de que versa este artigo.

### **A violência na formação do Estado Dependente**

A relação capital-trabalho no capitalismo *sui generis* latino-americano tem, como corolário, um incremento das expressões da “questão social”<sup>1</sup>, dentre elas o pauperismo e a amplificação do exército (industrial) de reserva. Ainda que não se possa tomar como sinônimo superexploração da força de trabalho e pobreza relativa, o ciclo de reprodução do capital nas economias dependentes agudiza a compressão do consumo e provoca o divórcio entre a esfera produtiva e as necessidades reprodutivas da classe trabalhadora (LUCE, 2018), o que incrementa as expressões da “questão social” na região (PAULO NETTO, 2013).

Além da superexploração da força de trabalho, a transferência de valor e, de maneira mais ampla, a forma de integração da região ao sistema do capital global, trazem consigo corolários também políticos. O Estado, como forma política do capital, não se concretiza como um Estado “geral”, mas um conjunto de Estados nacionais, particulares do capital. Esses, por sua vez, não são homogêneos, mas se dispõem de forma hierárquica, assim como o próprio capital, que se expande, concentra e centraliza para além das fronteiras nacionais na forma de monopólios. Sendo assim, o que temos é um conjunto de Estados nacionais hierarquizados (MÉSZÁROS, 2011).

É nessa relação hierárquica que se aprofunda a dependência e as desigualdades entre Estados que, por sua vez, buscam corrigir, entre outros elementos, parte das consequências econômicas, políticas e sociais da situação de dependência. Portanto, além das circunstâncias históricas, a própria cadeia de produção, circulação e consumo de mercadorias dita o modo de ser do Estado nacional. É com base nisso que se pode dizer em um “Estado dependente” nos países de capitalismo dependente.

Como ressalta Mauriel (2018, p. 251), “a forma dependente do Estado possui as características presentes nos Estado capitalistas somadas a elementos particulares da formação dependente”. Por isso, as formas de assegurar as condições de subsunção do trabalho ao capital no Estado dependente são marcadas pela forma de integração ao mercado mundial, além de suas dimensões políticas, sociais, étnico-raciais, patriarcais etc.

Tais Estados padecem “da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor [...] na ordem de poder do capital global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 111). Esse padecimento, como aponta Osorio (2019, p. 206–207), conforma “uma condensação das relações de poder e dominação” marcada por relações restritas de soberania - em verdade, de subsoberania. Ou seja, as relações se conformam como de subordinação ao capital e de associação às classes dominantes dos países imperialistas, além da subordinação a outros poderes estatais (OSORIO, 2017, 2019).

Ainda que os limiares da subsoberania não sejam homogêneos nos diferentes períodos históricos e ciclos de reprodução do capital, a situação de dependência conforma, em maior ou menor grau, a submissão ao imperialismo e às classes dominantes imperialistas. Por isso, tanto a burguesia dependente como o Estado dependente são marcados por “debilidades estruturais” que precisam ser compensadas “pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas” (OSORIO, 2019, p. 207). Tais debilidades dizem respeito à própria forma de integração ao mercado mundial, na esfera econômica com fragilidades produtivas frente à divisão internacional do trabalho e na esfera política da burguesia local, impossibilitada que é de construir um projeto autônomo de desenvolvimento (MARINI, 2005; OSORIO, 2019).

Portanto, a condição de subsoberania é um dos determinantes para a compreensão da particularidade autoritária do Estado dependente. Além da subsoberania, outro fator que cria, de acordo com Osorio (2017, 2019), a necessidade da compensação autoritária do Estado dependente é a própria superexploração da força de trabalho. Embora superexploração não seja sinônimo de pauperismo, pode incidir em alta concentração de riqueza e agravamento das expressões da “questão social”. Incide, também, na expansão do exército de reserva que, de tão maximizado, “a morte [e a violência] para uma parcela dele se tornava funcional à manutenção da ordem” (COSTA; MENDES, 2021, p. 97).

Diante disso é que Osorio (2019, p. 209) argumenta que as dimensões da barbárie prevalecem no capitalismo dependente e, por isso, “a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente”. Como ressalta o autor,

[...] esta é uma das principais razões pelas quais, na história política dos Estados latino-americanos, se verifique a tendência ao predomínio de diversas formas autoritárias, bem como a dificuldade destes Estados em assentar-se de maneira mais duradoura em formas democráticas. Não é falta de desenvolvimento político a explicação para isso, mas é expressão das formas particulares de reprodução do capitalismo dependente. (OSORIO, 2017, p. 48).

Ademais, o cenário de maximização da barbárie e de maior exposição das contradições da relação capital-trabalho gera, para Osorio (2017), um senso de necessidade, possibilidade e atualidade da revolução. Isso nos ajuda a compreender porque “toda a história política da sociedade brasileira é uma larga história da contrarrevolução burguesa”, fazendo de “toda a história do relacionamento do Estado com a sociedade [...] uma história de opressão e exploração”, em que o Estado assume papel predominante (IANNI, 2019, p. 319). Como afirma Osorio (2017, p. 49),

a agudização dos conflitos sociais no capitalismo dependente e da superexploração trazem consequências sobre o Estado de direito e o peso da lei os quais são minados e aplicados discricionariamente. As leis não escritas têm um peso significativo na vida social. As instituições do Estado, por sua vez, manifestam fragilidade, não por imaturidade, senão pela particularidade que apresenta a imbricação do econômico com o político. Tudo o que foi dito é necessário para sustentar a condição de subsoberania no sistema interestatal, as particulares formas de exploração no plano local e as transferências de valor (OSORIO, 2017, p. 49).

Pensar o Estado e, particularmente, o Estado dependente, é pensar, então, a utilização de mecanismos de garantia das condições de acumulação ampliada do capital, não somente pela superexploração da força de trabalho e pelos contínuos processos de expropriação, mas também pela utilização da violência como potência econômica.

Frantz Fanon, ao falar do mundo colonizado, aponta que “nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado”. A mediação política é, como coloca o referido autor, “uma linguagem de pura violência”, estando, então, o uso da violência em profunda cumplicidade com a forma do capitalismo na sociedade colonial (FANON, 1968, p. 28).



Ainda que em contexto diverso do experienciado na América Latina, na argumentação fanoniana parece interessante compreender como nessas regiões, desde a acumulação originária até o presente, a subsunção do trabalho ao capital se dá ancorada no uso da força. Quer dizer, o controle da classe trabalhadora, sobretudo sua parcela racializada como não-branca e mais precarizada, é realizada, segundo Fontes (2010, p. 223) “com um viés coercitivo pronunciado, traduzido num monopólio seletivo da violência”.

Uma das principais expressões da utilização da violência extraeconômica para fins econômicos no Brasil foi a Ditadura Empresarial-Militar (1964–1985). Como ressalta Ianni (2019), a violência estatal, na Ditadura, se transformou em força produtiva porque o emprego da repressão pelas forças militares e policiais, bem como o uso da prisão e da tortura, favoreceram a extração de sobretrabalho e a implementação de um projeto de desenvolvimento nacional econômico. Quer dizer, ao incidir no controle da classe trabalhadora como força produtiva e nas relações de produção, a violência estatal visou e visa a “garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato” (IANNI, 2019, p. 85). Isso posto, a violência estatal é condição e, ao mesmo tempo, produto das relações de produção. Segue o autor:

à taxa regular de produção de mais-valia, que a classe operária era induzida a conseguir sob as condições político-econômicas da democracia populista, o aparelho estatal pôde agregar uma taxa extraordinária, já que a classe operária foi amplamente submetida ao despotismo do capital, à repressão. O planejamento e a violência estatais fizeram com que a classe operária produzisse um volume muito maior de mais-valia do que estava produzindo sob as condições políticas e econômicas da democracia burguesa, de cunho populista, vigente antes de 1964. (IANNI, 2019, p. 146–147).

Para Ianni (2019) a repressão e a violência estatal contribuem para o favorecimento, a orientação e a dinamização da acumulação de capital. Ao controlar violentamente a força produtiva e as relações de produção, o Estado possibilita a quebra de barreiras ao desenvolvimento pela conformação das condições político-econômicas para a superexploração da força de trabalho. Ou seja, “as mesmas relações e estruturas de apropriação econômica, determinadas pela reprodução do capital, desenvolviam e apoiavam-se nas relações e estruturas de dominação política” (IANNI, 2019, p. 54).

Por isso, o autor compreende que a violência estatal, como modalidade principal de violência extraeconômica, é ao fundo violência econômica, já que cria as condições políticas para a exploração da força de trabalho e expropriação dos meios de produção e consumo da classe trabalhadora. A violência estatal, como ressalta, é organizada e concentrada “em conformidade com a violência da acumulação monopolística” (IANNI, 2019, p. 72).

Mesmo que Ianni se detenha, nessa obra, a analisar o que chama de economia política da Ditadura, compreende-se que suas interpretações não são limitadas a esse período. Isso porque o autor não compreende a Ditadura como um fato isolado, mas como exigência e expressão da economia política do capital monopolista. Ainda que no período as mediações ideológicas e a autonomia relativa do Estado se dissipem, isso é um processo inerente à sociedade burguesa, sobretudo em momentos de crise.

O mais relevante aqui é compreender que a violência extraeconômica é meio, então, de desenvolvimento das forças produtivas, em especial a força de trabalho e relações de produção, “favorecendo ao máximo a agilização do ciclo reprodutivo do capital” (IANNI, 2019, p. 128). Como ressalta Maíra Bichir (2018), um Estado mais autoritário é uma expressão do grau de debilidade da classe dominante, portanto, com uma burguesia débil, o Estado precisa se utilizar mais do monopólio legítimo da coerção.

Por isso, compreendemos que no capitalismo dependente as “leis naturais da produção” (MARX, 2017, p. 808) tornam-se, por vezes, insuficientes. Como citado alhures, Marx (2017, p. 809) argumentava que no curso usual do MPC a violência extraeconômica é empregada, “mas apenas excepcionalmente”. O argumento continua correto e válido. Marx, ironizando as leis naturais, não pretendeu apontar “leis sociais”, mas tendências. Por isso entendemos que tal argumentação deve ser mediada. A realidade rebelde e a formação monstruosa das quais fala Marini (2005), é a exceção de que fala Marx.

Considerar a violência extraeconômica uma categoria para a compreensão dos meios de subsunção do trabalho ao capital não visa apartá-la da categoria de violência econômica, mas compreendê-la, em conjugação com essa, na totalidade do ser social. É possível pensar essa categoria somente a partir da prioridade ontológica das categorias econômicas como meio de produção e reprodução da vida, sem, contudo, ignorar que econômico e extraeconômico e, particularmente violência econômica e extraeconômica estão, como expõe Lukács (2012, p. 310), “numa irrevogável relação recíproca”.

Violência econômica e violência extraeconômica são meios pelos quais a relação capital-trabalho continua se reproduzindo, ou seja, meios que estabelecem uma contínua separação entre produção, controle e consumo necessária à reprodução do capital (MÉSZÁROS, 2011). Por isso, ambas são, em essência, violência econômica. A necessidade da violência extraeconômica, conjugada à violência econômica (como “leis naturais da produção”), responde às próprias necessidades do capital, em específico para a reprodução do capitalismo dependente.

Para uma melhor elucidação, então, da violência extraeconômica e como ela se entrelaça ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo dependente, pode-se destacar que a violência extraeconômica é (1) estrutural, (2) permanente, (3) é necessidade e produto, e (4) é desigual. Desenvolve-se tais pontos a seguir.

Mesmo que na sociabilidade capitalista como um todo a violência extraeconômica seja empregada, a situação da periferia do capitalismo torna o recurso à violência extraeconômica estrutural. Em consequência da situação de dependência e dos seus corolários (subsoberania, superexploração, expropriação massiva, opressão racial etc.), os meios econômicos de subsunção do trabalho ao capital são combinados com a violência extraeconômica.

Isso não quer dizer que aspectos econômicos possam se expressar sem os extraeconômicos. Aspectos extraeconômicos envolvem, por exemplo, toda e qualquer forma de Estado capitalista. O que está posto, indica-se, é um aspecto extraeconômico em específico: o recurso à violência. Esse recurso é estruturalmente necessário no capitalismo dependente, como forma de ‘ir sendo’ do capitalismo na região — o que não anula a possibilidade de sua utilização no centro do capitalismo.

Isso também não quer dizer que se trata de um aspecto puramente moral da burguesia dependente. Ainda que esse recurso à violência extraeconômica seja marcado pela barbarização das relações sociais e pela desumanização de indivíduos, grupos ou classes particulares, seu fundamento está posto na estrutura produtiva como elemento conformador da totalidade. São as relações sociais de produção, voltadas à acumulação de capital, que tornam não só possível, mas necessária, a violência extraeconômica.

Tal sorte de violência, no capitalismo dependente, diz da via colonial de desenvolvimento, mas não é uma reminiscência do passado. Embora tratando da transição entre modos de produção, Marx (2011) traz um ponto que pode ajudar a elucidar a questão. Para o autor, as relações de produção se desenvolvem objetivadas a si mesmas, como forma de autorreprodução. Para isso, podem reproduzir as relações de produção anteriores ou negá-las, tendo em vista seu objetivo central — a acumulação de capital pela valorização do valor. No desenvolvimento capitalista brasileiro, segunda aponta Mazzeo (2015), a síntese da formação social capitalista se deu pelo genocídio e escravização dos povos originários e dos povos sequestrados de África, como forma de negar as relações de produção anteriores (os modos de produção originários) e, ao mesmo tempo, criar as condições do desenvolvimento do modo de produção capitalista no país.

Mas isso não explica, em si, a permanência da reprodução da violência, a reprodução do genocídio e das opressões. Como discutido, o recurso à violência extraeconômica é uma necessidade sistêmica, portanto estrutural, do capitalismo dependente. A violência e o genocídio continuam não porque a situação colonial não foi superada, mas sim porque não foram superadas as relações sociais que permanecem fazendo da violência uma força produtiva. Assim como não há possibilidades de superar a situação de dependência pelo nacionalismo ou (neo)desenvolvimentismo, a violência, como seu corolário, também não pode ser superada estruturalmente sem a superação do sociometabolismo do capital.

Apontamos, ainda acima, que esse recurso à violência extraeconômica é estrutural e permanente porque é consequência da situação de dependência. Entretanto, a violência extraeconômica não é só produto, mas necessidade. Tratando sobre a morte (e a entendemos como expressão máxima da violência), Costa e Mendes (2021, p. 94) apontam “a produção das mortes — e não quaisquer mortes — como condição e resultante do desenvolvimento capitalista em nossa particularidade, desde nossa gênese colonial”.

É precisamente nesses termos que podemos compreender a violência extraeconômica como força produtiva. Ao ser utilizada como ação corretiva da relação capital-trabalho, a violência garante politicamente a reprodução do capital. Por isso, a violência produz e reproduz as condições às quais ela é consequência. Para Mézáros (2011) há uma sustentação recíproca entre a reprodução material e as estruturas políticas do capital.



Nesse sentido, a violência extraeconômica assume o papel de: a) submeter trabalhadores e trabalhadoras à venda da sua força de trabalho, superexplorando-a; b) realizar e/ou apoiar as expropriações de meios de vida e meios de produção, além de direitos, conhecimentos, técnicas e biodiversidade, reproduzindo em escala ampliada a separação entre controle, produção e consumo, transformando produtores(as) diretos(as) em vendedores(as) de força de trabalho; c) garantir as condições políticas de reprodução do capital, submetendo politicamente o conjunto da classe trabalhadora e controlando ao máximo a revolta de classe e; d) controlar as possibilidades de revolta e revolução, realizando a mediação da luta de classes através da violência direta.

Sendo a violência extraeconômica produtora e reprodutora do desenvolvimento capitalista é, também, produtora e reprodutora das desigualdades sociais. Ainda que atinja a classe trabalhadora como um todo, não é de forma homogênea, tendo em vista que a própria classe não o é. O conjunto da classe trabalhadora é cindido socialmente pela raça e pelo sexo/gênero, materializado, entre outras mediações, na divisão racial e sexual do trabalho.

Como aponta Farias (2017), a precarização é marcada pela racialização da classe trabalhadora, conformando a condição salarial e de reivindicação, bem como os níveis de precarização. Por isso, o racismo torna-se alicerce da superexploração da força de trabalho. Da mesma forma, a opressão contra as mulheres que, conforme afirma Barroso (2018), é necessária ao capital na mercantilização das relações sociais, na produção de mais-valor e para a reprodução social.

Dessa forma, ainda que o conjunto da classe trabalhadora tenha sua força de trabalho superexplorada, a precarização como consequência dessa recai particularmente sobre o grupo alvo prioritário das opressões: o povo negro, povos originários, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais (LGBTI) e outros grupos. Do mesmo modo a violência extraeconômica, que historicamente cumpre seu papel acima exposto garantindo as condições de exploração e expropriação e prevenindo e silenciando coercitivamente as revoltas de classe, de povos negros e originários, mulheres, LGBTI e das demais parcelas precarizadas da classe trabalhadora.

### **Considerações finais**

Como dissemos anteriormente, questões como o encarceramento em massa e os variados processos de criminalização e violência perpetrados pelo Estado são, em diversos âmbitos, manifestações diretas da contradição capital-trabalho. Esses processos são exemplos da violência estatal no capitalismo dependente, que se conjugam, via de regra, com outras expressões como a ampliação da expropriação, embargos econômicos, ditaduras etc. Mirar tais questões demanda então compreender o processo produtivo de maneira abrangente, sem cair em economicismos ou politicismos abstratos, mas na análise histórico-concreta da reprodução ampliada do capital, que é inequivocamente mediada pela luta de classes. Nesse interregno, é fundamental uma apreensão da mediação entre o universal e o particular a partir, também, das relações entre centro e periferia, consignadas na relação imperialismo e dependência.

Para isso, torna-se fundamental a apreensão dos elementos econômicos, políticos, sociais e culturais que conformam, por um lado, a economia política imperialista e, por outro, a economia política dependente, como faces da mesma moeda da autorreprodução do capital. Se, de acordo com Marx (2017, p. 370), “a violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica”, na economia política da América Latina a violência gesta essa região e, na fusão entre passado e presente que compõe a história do subcontinente, a violência permanece, ela mesma, como mola propulsora.

Se a tese aqui apresentada é procedente, a violência teve, tem e terá um papel central no desenvolvimento capitalista e nas condições em que se constrói a luta de classes, ou seja, trata-se de uma forma de acumulação ampliada do capital, ao mesmo tempo em que garante a acumulação do capital e, contraditoriamente, a possibilidade de transformação social, rumo à uma transição anticapitalista. Tendo isso em vista, parece imprescindível apreender as particularidades do desenvolvimento dependente, como país e região latino-americana, que é atravessado pelas relações desiguais e hierárquicas com as potências imperialistas. A violência estatal tem sido, ao longo de séculos, a mola propulsora do desenvolvimento, seja pela via econômica, seja pela via extraeconômica conjugada. Superá-la é um desafio histórico da classe trabalhadora.

Tal superação demanda compreender como no desenvolvimento histórico-concreto do capitalismo de maneira geral, a relação imperialismo e dependência, pôde, até certo ponto, isolar, mesmo que não completamente, a violência extraeconômica e estatal na periferia capitalista. Não se quer com isso dizer que tal sorte de violência não se expresse no centro, mas sua maximização e suas novas formas particulares na periferia possibilitaram, inclusive, sua diminuição nos países imperialistas, o que guarda importantes conexões com outros atravessamentos na contradição capital-trabalho, a exemplo da possibilidade de reprodução social da classe trabalhadora. O mundo se encontra atualmente em um momento decisivo de esgotamento das possibilidades civilizatórias e de sustentabilidade da manutenção da vida diante de uma crise estrutural, em que até mesmo nos países considerados, mesmo por um viés eurocêntrico, democráticos, a violência tem sido mantenedora das relações sociais capitalistas. Identificá-la como central ao capitalismo dependente é essencial para identificar, também nessas regiões, a histórica luta dos povos oprimidos latino-americanos.

Entender que a violência extraeconômica, conjugada à violência econômica, está no seio da reprodução do capital na América Latina visa a denúncia das condições histórico-concretas de surgimento e desenvolvimento de uma região marcada pelas relações heteronômicas, pelo genocídio e pela subjugação. Mais do que um traço moral, individual ou conjectural, a violência está no solo da manutenção da luta de classes, fincada no ciclo do capital no sistema global e, neste, as relações entre dependência e imperialismo se aprofundam como relações não só desiguais, mas de completa exploração e expropriação. A violência tem sido, enfim, na história da região, o corolário da dependência e seu mantenedor, como causa e sintoma da contrarrevolução preventiva e permanente na região.

## Referências

- BARROSO, M. F. Expropriação pela violência contra as mulheres: expressão da violência estrutural no capitalismo contemporâneo. BOSCHETTI, I. (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018. p. 311-339.
- BEHRING, E. A formação do capitalismo brasileiro: interpretações do passado e do presente. In: BEHRING, E. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008. p. 77-123.
- Bichir, M. M. Aportes de Ruy Mauro Marini ao debate sobre o Estado nos países dependentes. Caderno CRH, v. 31, n. 84, p. 535-553, set./dez. 2018.
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 71-97.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Estatísticas Banco Nacional de Monitoramento de Prisões. 2023. Disponível em: <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>. Acesso em: 02 fev. 2023
- CORRÊA, H. F.; CARCANHOLO, M. D. A dialética do mercado mundial e o colonialismo interno sob a ótica da teoria marxista da dependência. Kallaikia, v. 5, p. 74-102, 2018.
- Costa, P. H. A.; Mendes, K. T. A morte como força produtiva no capitalismo brasileiro. Fim do Mundo, V. 4, p. 87-109, jan./abr. 2021.
- FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Farias, M. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. Ser Social, v. 19, n. 41, p. 398-413, jul./dez. 2017.
- FONTES, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GOUVÊA, M. M. Gênese e estrutura de “Imperialismo, fase superior do capitalismo” de Lênin. Germinal, v. 12, n. 2, p. 21-34, out. 2020.
- IANNI, O. A ditadura do grande capital. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LUCE, M. S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. O capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAURIEL, A. P. Estado e expropriações no capitalismo dependente. In: BOSCHETTI, I. (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018. p. 233-264.
- MAZZEO, A. C. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MÉSZÁROS, I. Para além do leviatã: crítica do Estado. São Paulo: Boitempo, 2021.
- OSORIO, J. O Estado no capitalismo dependente. In: OSORIO, J. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 205-238.
- OSORIO, J. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. *Temporalis*, v. 17, n. 34, p. 25-51, jul./dez. 2017.
- PAULO NETTO, J. A questão social na América Latina. In: GARCIA, M. L. T.; RAIZER, E. C. (Org.). A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano. Vitória: EDUFES, 2013. p. 83-111.
- PAULO NETTO, J. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2009.
- Sartori, V. B. Notas sobre a função do Estado no Livro I de O Capital. *Trabalho & Educação*, v. 30, n. 1, p. 11-35, jan./abr. 2021.
- UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Data matters 1. 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/data-matters.html>. Acesso em 02 fev. 2023.

## Nota

- <sup>1</sup> “Questão social” é aqui apreendida como o conjunto das expressões da contradição entre capital e trabalho; como a manifestação das consequências sociais, econômicas, políticas e culturais da exploração da força de trabalho no seio do modo de produção capitalista (PAULO NETTO, 2009).

## Gustavo de Aguiar Campos

[gustavodeaguiarcampos@hotmail.com](mailto:gustavodeaguiarcampos@hotmail.com)

Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgPsi/UFRN).

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

## Isabel Fernandes de Oliveira

[fernandes.isa@gmail.com](mailto:fernandes.isa@gmail.com)

Docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgPsi/UFRN).

Bolsista de produtividade CNPq 2.

## UFRN

Av. Senador Salgado Filho, s/n - Lagoa Nova

Natal – RN – Brasil

CEP: 59078-970

## Agradecimentos

Agradecemos às contribuições de Ana Vlândia Holanda Cruz pelos debates e contribuições dadas ao longo da pesquisa.

### Agência financiadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### Contribuições das autoras

O primeiro autor contribuiu na concepção, análise, elaboração

e revisão do manuscrito. A segunda autora contribuiu na concepção, análise e revisão do manuscrito.

### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

### Consentimento para publicação

Os autores dão consentimento para a publicação.

### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

## Ações corretivas do Estado sobre os defeitos estruturais de controle do capital: uma análise na perspectiva de István Mészáros

**Milena da Silva Santos<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1438-4928>

<sup>1</sup>Faculdade de Serviço Social (FSSO), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil

### **Ações corretivas do estado sobre os defeitos estruturais de controle do capital**

**Resumo:** Este texto tem como objetivo evidenciar as ações corretivas do Estado sobre os defeitos estruturais de controle do capital, com base nas formulações teóricas de István Mészáros. É fruto de uma investigação realizada a partir de um enfoque materialista-histórico e procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica. Analisamos que os defeitos estruturais de controle do capital estão relacionados às ausências de unidade na base material da reprodução social entre produção, controle, consumo e circulação. Porém, para a manutenção da reprodução do capital, o sistema demanda um comando político que se apresenta através do Estado. Verificamos que este exerce a função de remediar os defeitos estruturais de controle do sistema, através de ações corretivas. Ressaltamos que a constituição da relação capital impede a resolução dos defeitos e que estes só podem ser eliminados com a superação do capital.

**Palavras-chave:** Estado; Defeitos Estruturais; Capital; István Mészáros.

### **State corrective actions on structural capital control defects**

**Abstract:** The text aims to highlight the corrective actions of the State on the structural defects of capital control, based on the theoretical formulations of István Mészáros. It is the result of an investigation carried out from a materialist-historical approach and methodological procedure of bibliographical research. We analyze that the structural defects of capital control are related to the absence of unity in the material basis of social reproduction between production, control, consumption and circulation. However, in order to maintain the reproduction of capital, the system demands a political command that is presented through the State. We verified that this exercises the function of remedying the structural defects of control of the system, through corrective actions. We emphasize that the constitution of the capital relation prevents the resolution of the defects and that these can only be eliminated with the overcoming of the capital.

**Keywords:** State; Structural Defects; Capital; István Mészáros.

Recebido em 27.12.2022. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

Atualmente ocorre o aprofundamento dos problemas enfrentados pela humanidade, que se relacionam às contradições imanentes ao capital e seu sistema. As dificuldades impostas aos indivíduos colocam-se como desafios que ameaçam não apenas as relações sociais e de produção, mas as próprias condições de sobrevivência dos seres humanos.

Diante dessa problemática, buscamos os fundamentos materiais que contribuem para essa realidade. Sendo assim, realizamos uma análise de caráter bibliográfico, com base na perspectiva histórico-crítica, da concepção de Mészáros (2011)<sup>1</sup>. O objetivo é evidenciar as principais ações corretivas do Estado sobre os chamados defeitos estruturais de controle do capital e como esses se constituem nas fraturas entre produção e controle; produção e consumo; e produção e circulação.

A opção por estudar concepção de Mészáros deve-se ao caráter diferenciado de exame da realidade social contemporânea. Discípulo direto de Lukács, Mészáros se destacou como um dos mais importantes pensadores marxistas da atualidade, pela sua capacidade de atualização das categorias marxianas na análise dos aspectos contraditórios do sistema do capital, em sua fase mais avançada e de crise estrutural<sup>2</sup>, bem como de retomada dos princípios norteadores para a superação do capital. Ele expôs as causas dos problemas fundamentais do capitalismo e contribuiu para a concepção de que o sistema do capital mostra sinais de esgotamento.

De tal modo, notamos que os defeitos estruturais de controle do capital se estabelecem como uma condição imanente ao sistema do capital e refletem diretamente o conjunto de contradições que se aprofundam nesta sociabilidade, agora em contexto de crise estrutural. É notório a necessidade da apreensão dos determinantes que compõem os nexos causais desses aspectos problemáticos e a identificação das suas consequências na realidade atual.

O primeiro item ocupou-se de tratar do capital e seus defeitos estruturais de controle, examinando a concepção de Mészáros acerca dos seus fundamentos, por meio da constituição do capital e do seu sistema.

O segundo item enfoca a concepção meszariana do Estado capitalista, enquanto uma estrutura de comando político própria que responde aos interesses do capital e analisa as ações corretivas do Estado sobre os defeitos estruturais de controle do capital.

## O sistema do capital e seus defeitos estruturais de controle

Mészáros parte do pressuposto de que o capital é um sistema incontrolável (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). A reprodução continuada da riqueza em forma de capital, subordina todas as esferas da vida social aos imperativos reprodutivos o seu sistema. Existem defeitos estruturais de controle do capital que são fundamentalmente estruturais. Eles são fraturas entre produção e controle; entre produção e consumo; e entre produção e circulação.

Esses defeitos estruturais de controle do capital decorrem da ausência de unidade entre as esferas relacionadas. A própria fragmentação dessas estruturas assume a forma de antagonismos sociais e acarreta a impossibilidade de resolver a falta de unidade.

Tais antagonismos sociais evidenciam-se nas relações contraditórias entre as classes sociais. A relação de submissão imposta pelo capital ao trabalho e a função estrutural da classe capitalista de dominação se manifestam nos defeitos estruturais de controle. A exploração da classe trabalhadora, através da extração do trabalho excedente, ocorre fundamentalmente no processo de produção. Esta classe produz, mas não controla a produção; não possui o domínio sobre o processo de consumo daquilo que produz; e tampouco domina o processo de circulação.

A lógica do capitalismo — de acúmulo e expansão contínuos do capital — determina a produção, o controle, o consumo e a circulação. Porém, é fundamental para seu desenvolvimento que existam ações de correção sobre os defeitos estruturais de controle, para mantê-los dentro dos parâmetros exigidos ao seu sistema.

## Produção e controle

A respeito do primeiro defeito de controle, Mészáros afirma que a produção e o controle da produção estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos (MÉSZÁROS, 2011, p. 105).

Assim, refletimos que, no sistema do capital, a base material da reprodução social se realiza por meio da contínua extração do trabalho social excedente, que permite ao capital expandir-se e acumular riqueza material socialmente produzida e apropriada privadamente pela classe dominante.

Dessa forma, o processo produtivo capitalista subordina as necessidades humano-sociais à reprodução e à valorização do capital, bem como subordina o valor de uso ao valor de troca. Esta contínua extração de trabalho excedente só se torna eficiente à produção de capital se o controle do processo produtivo for alienado dos produtores.

Diante da complexidade da produtividade operada pelo sistema global, observamos que para a viabilização da autorreprodução ampliada do capital não é possível o controle total sobre o que é produzido e sobre quanto é produzido. Cada capitalista individual e os conjuntos de capitalistas associados atuam para aumentar suas taxas de lucro e expandir seu capital. Porém, não controlam o sistema.

Notamos que, mesmo com estimativas de produção em larga escala nos países, contabilização do fluxo interno e externo de mercadorias, cálculos do mercado internacional, concorrência entre empresas, não é possível o efetivo controle sobre o sistema. Mesmo com os acordos comerciais entre blocos econômicos; projeções e expectativas do mercado; restrições políticas internas e externas de comercialização; medidas protetivas ou ofensivas de ações políticas ou legais, a perda de controle sobre os aspectos globais da produção e distribuição faz parte do sistema.

De acordo com Mézáros, o capital é trabalho objetivado e alienado. Ele é produto da extração e da acumulação do trabalho excedente. Sendo assim, no seu processo de desenvolvimento histórico, o capital para se tornar uma relação social dominante, teve que cindir produção e controle. Nesse aspecto, a forma de divisão hierárquica do trabalho passou a ser estruturalmente dominada pela relação-capital.

A exploração do trabalho na forma assalariada permitiu a subsunção real do trabalho ao capital (MARX, 1988), separando os trabalhadores dos meios de produção, como também da aparente divisão da função social do sujeito *produtor* e do sujeito *consumidor*. A constituição das classes sociais fundamentais deste sistema as faz profundamente antagônicas. Sendo facultado ao capitalista a propriedade privada dos meios de produção e ao trabalhador a propriedade da sua força de trabalho.

A ruptura estrutural da autossuficiência<sup>3</sup>, ao tempo que contribui para o desenvolvimento constante das forças produtivas e, por consequência, da riqueza de produção, aprisiona o processo produtivo à satisfação das necessidades de expansão e acumulação do capital. Assim, a lógica do capital controla a produção.

A cisão entre meios de produção e produtor gera contradições inelimináveis no capitalismo. Esse defeito está na base da constituição das classes sociais fundamentais do sistema, aquela que produz, mas não controla a produção; e aquela que se apropria do excedente da produção, mas também não controla o sistema. Assim, não há conciliação possível entre as classes sociais no sistema dominado pelo capital.

## Produção e consumo

O segundo defeito estrutural é a ausência de unidade entre produção e consumo. No sistema do capital, “[...] a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemática” (MÉSZÁROS, 2011, p. 105). Ao nosso ver, por um lado existe o excesso de consumo que se torna manipulado e desperdiçador; por outro existem locais nos quais a falta de acesso aos bens materiais produzidos é desumana, com a negação das necessidades elementares de milhões de pessoas. Isto gera uma contradição insanável: de um lado, a concentração e a exacerbação do consumo, e de outro, a reprodução de miséria.

Entendemos que a determinação do capital em relação à liberação das restrições da autossuficiência também fundamenta a formação do defeito estrutural de controle entre produção e consumo. Esta relação teve de subjugar as necessidades humanas às necessidades de produção e riquezas e, por conseguinte, à reprodução do capital. Já na atual fase de crise estrutural, o capital torna este problema cada vez mais grave. Isto se evidencia pela alta produtividade e pelo incentivo ao consumismo supérfluo, a partir da geração de necessidades artificiais.

Este defeito se torna problemático porque a produção é realizada num ritmo muito maior que a capacidade de consumo do mercado (venda dos produtos). Existe um excesso de produção acumulada que é desperdiçada, enquanto um contingente populacional enorme não tem acesso a ela. Isso evidencia uma das contradições impostas por esse defeito: a classe que produz diretamente a riqueza material não tem acesso integral a ela.



Isso provoca a condição em que a produção de riqueza material é associada à geração da miséria da classe que a produz. Destacamos que este é um dos aspectos daquilo que Marx (1988) denominou de *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*. A qual determina que o movimento de produção da capital gera miséria na proporção em que produz riqueza material.

Ressaltamos outro aspecto problemático desse defeito de controle se relaciona, objetivamente, com a lógica de autorreprodução ampliada do capital. Nem tudo que é produzido consegue ser consumido ou realizado em capital (venda com geração de lucro); por isso, em determinados períodos de tempo, ocorrem crises de superprodução e subconsumo<sup>4</sup>.

No período de desenvolvimento e expansão capitalista, as crises cíclicas serviam para a criação de ajustes necessários à manutenção da lógica do sistema, para o fortalecimento do domínio do capital, por meio do processo de *deslocamento de contradições* (MÉSZÁROS, 2011). Isso trouxe como consequência a concentração e a centralização do capital em grandes corporações multinacionais e monopolistas.

Sendo assim, elucidamos que o defeito entre produção e consumo é o principal gerador das estagnações econômicas. Por esta razão, as crises econômicas têm suas raízes imbricadas nos aspectos fundamentais da economia capitalista e fazem parte da incontornabilidade do capital. É um defeito insolúvel, porém funcional à autorreprodução do capital. Apenas até a chegada da crise estrutural.

Avaliamos que, na concepção de Mészáros, outro aspecto deste defeito estrutural de controle é a “produção destrutiva”. Pois, a relação do modo de produção do capital gera uma destruição das bases materiais de produção, como também dos recursos naturais. Para o capital, tudo pode ser invadido ou usurpado para produzir mercadorias e, conseqüentemente, lucratividade. À medida que se aumenta a escala de destruição, mais problemática fica a situação da relação produção e consumo.

“Historicamente passamos da [...] para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 267, grifo do autor). A relação capital encontra-se num momento em que para garantir sua reprodução tem de destruir sua capacidade produtiva e o que produz — via destruição do capital variável e obsolescência de capital constante. Ou seja, expande o desemprego; produz mercadorias com obsolescência planejada e impulsiona o consumo de produtos supérfluos. As conseqüências são extremamente graves, principalmente no que diz respeito à produção de detritos de forma alarmante e em quantidade gigantesca. Os quais são produzidos numa maior proporção que a capacidade de absorção e recuperação do planeta.

Atualmente, o capital enfrenta sua crise estrutural. Segundo Mészáros (2011), as determinações fundamentais que possibilitaram ao capital chegar a esta crise se encontram nos fundamentos do próprio capital, e acrescentamos que deles fazem parte os defeitos estruturais de controle, enquanto aspectos contraditórios.

## Produção e circulação

O terceiro defeito de controle do capital está relacionado ao domínio da circulação global: a contradição entre produção e circulação. O capital não se limita à esfera da unidade fabril; perpassa o mercado de consumo e se expande à esfera planetária do capitalismo global, *capital social total*. A necessidade de dominação e subordinação prevalece não só no interior das pequenas e grandes fábricas e indústrias, mas também fora delas, transcendendo as barreiras regionais e as fronteiras nacionais. “É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita [...] aos imperativos alienantes do sistema do capital global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 105).

Esse defeito entre produção e circulação se refere à capacidade do capital de distribuir mercadorias e capital por todo o planeta. Este é um mecanismo do sistema que fortalece os processos de concentração e centralização de capitais.

A transação comercial entre países, o barateamento e o acesso a determinadas mercadorias em territórios nos quais elas não são produzidas podem ser até considerados pontos positivos do capitalismo. Porém, tal como os demais defeitos, não se pode ter controle sobre o processo, pois o capital tem a orientação para a expansão e o movimento pela acumulação.

Pela necessidade de administrar esse defeito, o processo de circulação global das mercadorias é permeado por disputas internas e externas, entre capitalistas individuais, grupos empresariais e Estados nacionais (na tentativa de algum controle sobre essa relação, no extremo, as guerras são fundamentais).

### Ações corretivas do Estado sobre os defeitos estruturais de controle do capital

Consideramos muitas ações desenvolvidas pelo Estado correspondem às formas de correção sobre defeitos de controle do capital, nos aspectos necessários, para minimizar as implicações das ausências de unidade entre as estruturas produtivas. Pois, na concepção do teórico analisado, uma das funções do Estado capitalista é tentar retificar a falta de unidade nos três defeitos estruturais de controle.

Com relação ao *primeiro defeito estrutural de controle do capital*, a ausência de unidade na relação entre produção e controle é realizada como uma cortesia do Estado, pois este protege de forma legal a relação de forças estabelecida. Ponderamos que este aspecto só se sustenta porque o Estado, através das legislações (base jurídico-legal), corrobora e sanciona as formas de exploração da força de trabalho.

Notamos que o conjunto de direitos sociais e trabalhistas que se desenvolveram à custa de muitas reivindicações da classe trabalhadora apenas foram concedidos porque respondem às necessidades do capital. À medida que é legalizada a forma de utilização da força de trabalho (contrato, jornada, salário mínimo, segurança, férias etc.), bem como os direitos humanos, sociais e trabalhistas, o capital tem subsídios para buscar formas de extração cada vez maiores de mais-valia com a garantia do Estado.

Portanto, o trabalhador é submetido ao capital através da estrutura erguida para mantê-lo distante do controle da produção. Ou seja, o Estado torna juridicamente legal a condição de exploração da força de trabalho e a propriedade privada dos meios de produção pela classe burguesa. É por meio desta salvaguarda do Estado que “[...] as diversas “personificações do capital” conseguem dominar (com eficácia implacável) a força de trabalho da sociedade [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107). Ela naturaliza as relações sociais estabelecidas de compra e venda da força de trabalho. Sendo assim, a igualdade e a liberdade forjadas no capitalismo são apenas ilusões moldadas pela estrutura jurídico-burguesas.

O comando político (Estado) procura administrar os aspectos relacionados ao defeito entre produção e controle. De tal modo, “[...] a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107). O Estado sanciona e protege o material alienado e os meios de produção — a propriedade separada dos produtores — e suas personificações — os controladores individuais do processo de reprodução econômica. Sem a estrutura política do capital, encarnada no Estado, não seria possível manter em atividade nem mesmo a menor fábrica.

Outro aspecto importante é que diante das relações conflituosas entre os interesses de capitalistas particulares em meio a concorrência de mercado, são necessárias intervenções políticas e legais, diretas ou indiretas, do Estado. São formados Estados nacionais, blocos econômicos internacionais, acordos etc., com o intuito de facilitar e desburocratizar transações comerciais entre empresas nacionais ou transnacionais. O Estado nacional realiza a mediação nas relações diversas e acordos econômicos entre países e até na facilitação legal de negociações para favorecimento de grandes indústrias — mesmo quando há a necessidade de criação ou mudança de leis para tal.

Nesse aspecto, as necessidades objetivas do capital fundaram o Estado moderno com o intento de classe. Historicamente, a emergência e a consolidação das instituições legais e políticas da sociedade são paralelas à transformação do modo de produção e da apropriação de uma classe sobre a produção social. O fato é que o Estado moderno altamente burocratizado, com a complexidade de seu aporte legal e político (direito burguês), desenvolve-se a partir da necessidade do ordenamento do capital — da sua base material — e se torna uma precondição essencial para a articulação de todo o conjunto social.

Para Mézáros (2011), este movimento se estabelece pela relação de *reciprocidade dialética* entre economia e política — entre o capital e seu Estado. O Estado moderno passa a constituir e a se articular à base material do capital, para a reprodução do sistema. Por isso, destacamos que o Estado é fundamental para o funcionamento permanente do sistema do capital, desde as unidades particulares de produção até a relação entre elas, afetando tudo de forma intensa, desde os intercâmbios simples até os níveis mais abrangentes.

Com relação ao *segundo defeito estrutural de controle do capital*, a ausência de unidade entre produção e consumo, Mézáros (2011) destaca que o capitalismo elimina algumas restrições que havia nos modos de produção anteriores, levando as personificações do capital a acreditar que a produção pode se dar de maneira ilimitada.

No sistema do capital existe uma capacidade de expansão da produção que manifesta uma contradição entre responder às necessidades materiais sociais reais e às necessidades artificiais do mercado —, já que subordina o valor de uso ou valor de troca, os resultados da produção social de riqueza material.



No mundo da produção de mercadorias, que objetiva realizar o valor de troca e gerar cada vez mais capital, aparentemente, “[...] em princípio, não há nenhum limite, [...] pelo modo de existência independente e pelo poder de consumo autoafirmativo” (MÉSZÁROS, 2011, p. 109).

Na produção capitalista, que se mostra incompatível com o controle do consumo, “Tudo deve ser desvirtuado para proporcionar a impressão de coesão e unidade, projetando a imagem de uma ordem saudável e racionalmente administrável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 109). Assim, observamos que a ausência de unidade entre produção e consumo no capitalismo, mesmo fundamentalmente sendo um defeito insolúvel, é encoberta pelo manto ideológico da *naturalidade do mercado*, que instiga uma *competição saudável* entre as pessoas na disputa de espaço no mercado produtor — entre capitalistas — e de emprego — entre trabalhadores.

A relação entre produção e consumo fica a cargo da proteção legal da *soberania* do consumidor individual. Da mesma forma que a maioria esmagadora da população é, estrutural e legalmente, excluída da possibilidade de controlar o processo de produção, também o é da participação nos critérios de regulação de distribuição e consumo. Isto acontece porque a classe trabalhadora — que é a real produtora da riqueza material — não tem o poder de controle da produção. É-lhe vedada a decisão do que produzir, como produzir, em que ritmo e com que propósito. Essa é uma condição estrutural do sistema do capital, dada a sua incontornabilidade.

Da mesma forma, não há um controle sobre o consumo. As mercadorias são fabricadas independentemente de *como* ou *se* serão consumidas (compradas/vendidas). O importante para a manutenção do sistema é o valor de troca, onde a mais-valia extraída se manifesta em sua expressão monetária. Porém, mesmo com a produção das mercadorias não é garantida a realização destas, pois não há controle sobre o processo de consumo. Nesse defeito de controle se originam as crises econômicas de superprodução e subconsumo.

A contradição entre produção e consumo está na base material do sistema do capital. A classe que produz os bens materiais também necessita consumi-los. Porém, esses não acessam os bens materiais de que necessitam diretamente. Mas, sim pela mediação mercadológica. Pois, “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’[...]” (MARX, 1988, p. 165). A produção de capital usurpa o tempo do trabalhador, os meios de produção e lhe impõe uma barreira fundamental ao acesso do que é produzido, pois converte o produto em mercadoria, acessada apenas na relação de troca.

Essa condição é encoberta pela relação social estabelecida. Produtor e consumidor são fundamentais para a reprodução do capital. Embora, ao nosso ver, a ausência de unidade na produção e consumo se converta também em ausência de unidade dos indivíduos no processo. Trata-se do defeito estrutural de controle entre produção e consumo.

Além de regular a relação entre capital e trabalhador/consumidor, o papel totalizador do Estado moderno é essencial em buscar ajustar suas funções para permitir o desenvolvimento capitalista na esfera da distribuição e consumo.

Nesse aspecto, Estado assume a função de comprador/consumidor direto. O provimento de algumas necessidades reais do conjunto da sociedade (educação, saúde, habitação, seguridade social etc.), bem como a satisfação de apetites artificiais do mercado (a máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, o complexo militar-industrial perdulário etc.) atenua algumas complicações e contradições que brotam da fragmentação da produção e do consumo.

Há um limite estrutural da separação e oposição entre produção e consumo. Por mais que se tenham intervenções diferenciadas, não se pode desenvolver uma unidade genuína neste plano. A radical alienação do controle dos produtores (trabalhadores) faz parte das determinações estruturais do sistema e é um requisito indispensável para a permanência da reprodução econômica.

Sobre as ações corretivas do Estado em relação ao *terceiro defeito de controle do capital* — produção e circulação —, Mészáros (2011) destaca que o papel do Estado é maior. O Estado é chamado a preencher este aspecto primeiramente dentro das fronteiras nacionais. Porém, existem insolúveis contradições neste plano.

Destacam-se dois aspectos. Um deles está relacionado à formação econômica capitalista, que não se limita a barreiras nacionais, pois, como exposto anteriormente, o capital é global. A forma de produção capitalista se espalhou por todo o globo terrestre, ampliando e diversificando sua produção de mercadorias, como também seu mercado consumidor. O segundo aspecto é que aos países, tal como às classes sociais fundamentais deste sistema, também é imposta uma relação hierárquica e subordinada — entre os Estados nacionais.

Esses dois elementos são necessários na nossa análise, pois acarretam para o sistema a necessidade de uma dominação e subordinação entre as unidades produtivas nos Estados nacionais e em âmbito internacional.

A circulação global não pode ser equilibrada, o que gera uma hierarquia entre Estados nacionais, entre economias mais desenvolvidas (países centrais) e menos desenvolvidas (países periféricos). Isto envolve a questão de formas diferenciadas de exploração da força de trabalho em países centrais e periféricos, com relação à extração da mais-valia absoluta e relativa, como também à atuação dos Estados nacionais para a defesa do capital monopolista em nível internacional, protegendo a economia local.

Para Mészáros (2011), a forma pela qual o Estado tenta amenizar esta contradição insolúvel entre produção e circulação é a instituição de um sistema considerado de “duplo padrão”: sendo possível, nos países centrais um padrão de vida mais elevado para a classe trabalhadora (com acesso a direitos trabalhistas e sociais, associado à democracia liberal); e, nos países periféricos, uma estrutura governamental maximizadora da exploração da classe trabalhadora, de cunho autoritário (quando preciso, abertamente ditatorial) e exercido diretamente ou por procuração.

A estrutura totalizadora do Estado aparece no poder dos Estados nacionais na negociação de mercado em âmbito mundial. O estabelecimento da hierarquia desses Estados na ordem do poder do capital global se configura nas alianças comerciais dos blocos econômicos; destacam-se aqueles países que detêm maior poder de produção econômica e, por consequência, maior poder político.

Atualmente, com a crise estrutural, a busca de novas esferas produtivas e de formas de valorização do capital — como também a ampliação de mercado consumidor — acirra os interesses conflitantes das empresas transnacionais e, por consequência, dos seus Estados nacionais. Isto acarreta uma maior exploração da força de trabalho em todos os países. Assim, com a crise estrutural ocorre um processo de reversão daquele movimento de “duplo padrão” do período anterior.

Sobre essa questão, Mészáros (2011) destaca duas tendências: a primeira é que as taxas de exploração da força de trabalho estão se equalizando entre os países centrais e periféricos (índice diferencial de exploração), como uma espiral para baixo no padrão de vida dos trabalhadores dos países centrais; a segunda é que, em paralelo, há uma crescente formação de governos com características de autoritarismo de Estado nos países capitalistas avançados, em detrimento das posições antes liberais e decorrentes da desilusão com a política socialdemocrata.

Com relação à primeira tendência, estas taxas não alteram a lei fundamental de crescente equalização dos índices diferenciais de exploração como tendência global de desenvolvimento do capital mundial. Quando o “capital nacional total” é afetado pelo enfraquecimento da sua posição no sistema global, ele tenta compensar as perdas aumentando a exploração da força de trabalho. De certa forma, podemos entender o porquê o padrão de vida de setores da classe trabalhadora até nos países avançados está se deteriorando.

Sobre a segunda tendência, a ascensão de formas de governo de regime autoritário — mesmo que não sejam identificados de tal forma —, é permissível e necessário ao movimento do sistema do capital no contexto de crise econômica. É apenas mais uma adequação do Estado para responder aos interesses do capital na dominância do reino da produção material, levando a remediar o defeito de controle entre produção e circulação.

Nesse aspecto, o Estado age de maneira diferenciada nas relações internacionais de como age com relação à política interna. Ao mesmo tempo em que busca valorizar o seu monopólio no exterior, o Estado nacional procura evitar que a tendência à concentração e à centralização do capital leve à falência de empresas e indústrias nacionais na competição/concorrência com as internacionais, pois isso resultaria em prejuízos ao capital nacional total. Por isso, pode-se introduzir medidas legais antimonopolistas, quando necessário. Porém, as mesmas medidas são desconsideradas se for interesse do capital nacional (MÉSZÁROS, 2011, p. 113).

Destacamos ainda que, o Estado, além de salvaguardar a expansão monopolista no exterior através da legislação e de acordos internacionais, também dispõe de intervenção militar para tal propósito. As formas de realização de suas ações se modificam de acordo com as relações de forças dos países no decorrer da história capitalista.

Diante desses aspectos, é notório que os defeitos estruturais de controle do capital se estabelecem enquanto condição imanente ao sistema do capital e refletem diretamente o conjunto de contradições que se aprofundam nesta sociabilidade, agora em contexto de crise estrutural.

Portanto, podemos afirmar que o Estado moderno cumpre determinações essenciais para o capital permanecer no seu processo reprodutivo expansionista. No entanto, mesmo com todas as suas ações corretivas sobre os defeitos estruturais de controle do capital, a política tem uma limitação clara, pois não muda a essência da base material do sistema do capital; tampouco tem capacidade de superar seus defeitos estruturais de controle, por se constituir numa esfera apartada do primado da reprodução desta relação social.

## Considerações finais

Vimos que os defeitos estruturais de controle representam as fraturas existentes entre os constituintes fundamentais da reprodução social do sistema do capital: produção, controle, consumo e circulação. Fundamentalmente, esses defeitos se agravam diante da crise estrutural e necessitam das ações corretivas do Estado para manutenção do sistema. Por serem imanentes à relação social capital, tais defeitos não podem ser resolvidos ou superados, caso se mantenha o capital e seu sistema.

Consideramos que o capital precisa do Estado, e o Estado apenas existe pela necessidade do capital. Os aspectos da relação de interdependência do capital e do Estado aparecem também na atuação do Estado sobre os defeitos estruturais de controle. O Estado auxilia o capital, legalizando a relação de exploração do trabalho e afastando o produtor do controle da produção. Assim, protege a propriedade privada dos meios de produção das personificações do capital. A formatação jurídico-legal do capital corrobora com os interesses do sistema.

Com relação à atuação do Estado na administração da relação entre produção e consumo, este sistema acoberta a distinção entre produtor e consumidor, e também contribui para que o Estado exerça uma atuação como um grande comprador. Este também sanciona e garante tanto a produção destrutiva como o consumo supérfluo. Até mesmo a garantia do Estado para a implementação de direitos sociais e trabalhistas, tanto em momentos de expansão como nos de retração, é favorável à lógica do próprio capital. Embora apareçam como benefícios à classe trabalhadora, fortalecem o círculo de consumo.

Para administrar as contradições provocadas pela produção e circulação, o Estado protege e legaliza a taxa diferencial de exploração do trabalho entre os países, dando condições de maior extração da mais-valia absoluta aos países periféricos, embora também acoberte a equalização da taxa de exploração a partir da crise estrutural. Há ainda o estabelecimento de uma representação de comando político entre os Estados nacionais e os interesses das empresas nacionais no exterior, por meio de negociações — diplomáticas ou não.

Avaliamos que atuação do Estado passa a ser cada vez mais requisitada, diretamente na base material do sistema. No entanto, por mais que o Estado busque atuar em favor dos interesses do capital, as ações corretivas sobre os defeitos estruturais de controle se mostram ineficientes para conter os efeitos, quanto mais para combater as causas. Essas ações corretivas são também incapazes de abrir um espaço por dentro do comando político que proporcione meios para uma ofensiva contra o próprio capital.

Os defeitos estruturais de controle do capital fazem parte de uma gama de contradições problemáticas desse sistema e anunciam a necessidade de superação do capital. Isso não é possível por meio de reformas (no âmbito político), mas, sim, por meio de uma revolução radical, que ponha abaixo as bases materiais do próprio capital.

## Referências

- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro terceiro. Vol. IV. Tomo I. ed. 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas).
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Vol. I. Tomo II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).
- MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo à teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PANIAGO, M. C. S. (org.). Mészáros e a incontrolabilidade do capital. 2. ed. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

## Notas

<sup>1</sup> Para Paniago, a obra de Mészáros, *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, “[...] é a mais dura crítica contemporânea às teses, de todos os matizes, que propõem o controle sobre o capital através de mediações políticas” (PANIAGO, 2012, p. 14).

<sup>2</sup> Mészáros (2011) trata dos fundamentos da crise estrutural em *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*, item 18.2.

<sup>3</sup> Autossuficiência aqui está relacionada à produção voltada para a satisfação das necessidades materiais dos produtores e acessível a eles. A quebra dessa autossuficiência seu deu no capitalismo, quando há a subsunção real do trabalho ao capital, impedindo a apropriação do produto do trabalho pelo produtor. Quando os produtos do trabalho social são convertidos em mercadoria (MARX, 1988).

<sup>4</sup> Como Marx (1986) já constatara que é constitutivo do ciclo econômico capitalista o direcionamento para as crises e para a retomada do crescimento econômico. Portanto, as crises são inevitáveis sob o capitalismo. Nesse sistema, as crises constituem os mecanismos mediante os quais ele se restaura, com níveis mais complexos e instáveis, o que cria condições para sua continuidade. Mészáros (2011) acrescenta que são nos processos de crises cíclicas que o capital ativa seus *mecanismos de deslocamento de contradições*.

### **Milena da Silva Santos**

milena\_sso@hotmail.com

Pós-doutorado em Serviço Social. Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas.

### **UFAL**

Campus A. C. Simões. Av. Lourival Melo Mota, S/n  
Tabuleiro do Martins, Maceió - AL  
CEP: 57072-900

#### **Agradecimentos**

Agradeço aos meus familiares, aos meus professores e alunos.

#### **Agência financiadora**

Não houve financiamento.

#### **Contribuições das autoras**

Autoria individual.

#### **Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

#### **Consentimento para publicação**

Permito a publicação.

#### **Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

## Reprimarização, política pública do trabalho e superexploração no Brasil: revisitando Ruy Mauro Marini

**Agatha Justen<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-6191-7942>**Wagner Peres Braga<sup>2</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-9955-2387>**Claudio Gurgel<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0003-4840-9772><sup>1</sup>Universidade Federal Fluminense, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Niterói, RJ, Brasil<sup>2</sup>Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói, RJ, Brasil

### Reprimarização, política pública do trabalho e superexploração no Brasil: revisitando Ruy Mauro Marini

**Resumo:** O objetivo deste artigo é caracterizar o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, sua repercussão sobre a política pública trabalhista e o aprofundamento da exploração da força de trabalho no Brasil. Quando “Dialética da Dependência”, de Ruy Mauro Marini, completa 50 anos, observa-se sua atualidade para apreender o processo pelo qual o Brasil vem passando a partir de sua reinserção na economia mundial. A pesquisa documental trabalha com dados do comércio exterior e com os novos marcos legais do trabalho. Na pesquisa bibliográfica, recorre-se à teoria da dependência, com ênfase na obra de Marini. Como resultado, identificam-se o processo de reprimarização da pauta exportadora e a nova ordem legal das relações trabalho/capital, configurando-se no Brasil o ambiente propício a níveis especialmente elevados de intensidade e extensão da jornada de trabalho, dois mecanismos frequentes de superexploração.

**Palavras-chave:** Reprimarização; Dependência; Superexploração.

### Reprimarization, public labor policy and overexploitation in Brazil: revisiting Ruy Mauro Marini

**Abstract:** The objective of this article is to characterize the process of reprimarization of the Brazilian export tariff, its impact on labor public policy and the deepening of the exploitation of the workforce in Brazil. When “Dialectic of dependence”, by Ruy Mauro Marini, completes 50 years, its relevance is observed to apprehend the process that Brazil has been going through since its reinsertion in the world economy. Documentary research works with data from foreign trade and the new legal frameworks for work. In the bibliographical research, dependence theory is used, with emphasis on Marini’s work. As a result, the process of reprimarization of the export tariff and the new legal order of labor/capital relations are identified, setting up in Brazil the environment conducive to especially high levels of intensity and length of the working day, two frequent mechanisms of overexploitation.

**Keywords:** Reprimarization; Dependency; Overexploitation.

Recebido em 02.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

“O subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento”.

Ruy Mauro Marini

A contribuição do pensamento social latino-americano para o conhecimento, as políticas e a gestão dos problemas da região tem a propriedade de guardar elogiável, mas igualmente lamentável, atualidade. São análises das condições impostas pelas diferentes dominações coloniais e neocoloniais, que se expressam nas relações de troca, nas submissões econômicas, culturais, sociais e políticas, na divisão internacional do trabalho — enfim, na dependência e na superexploração — nacional e popular. O lamentável é que são análises realizadas há décadas, observando problemas que pareciam destinados à história, no conceito de fatos passados e superados, que, no entanto, se revelam atuais.

Nesse caso, se incluem as formulações teóricas de um dos mais importantes pensadores referidos na nomenclatura do pensamento latino-americano, Ruy Mauro Marini. Neste artigo, trabalharemos com ele e principalmente com sua obra mais conhecida, *Dialética da dependência*, que em 2023 conta 50 anos de repercussão. A atualidade de Marini se faz especial nesse momento histórico do Brasil, no particular das reflexões sobre as consequências da produção e da pauta exportadora primarizadas. O constrangimento econômico e social que se impõe quando predominam produtos básicos, da agricultura, da pecuária e da mineração.

Com os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL, podemos observar o processo de reprimarização que se aprofundou nos primeiros anos do século XXI, no Brasil. Poderemos também perceber a profundidade do fenômeno, que nos últimos anos passa por notável aceleração. Alguns outros textos complementares — obras que analisam a situação do Brasil — também nos servirão de fonte para essa caracterização. Esse artigo é um dos resultados dos estudos sobre a precarização do trabalho do grupo de pesquisas de que fazem parte a(o)s autora(es).

Nosso objetivo, portanto, é, recorrendo a documentos e, no plano bibliográfico, principalmente a Marini, caracterizar o processo de reprimarização da economia brasileira e suas consequências, particularmente relacionadas à política pública do trabalho. Com fontes documentais e alguns materiais bibliográficos, procuramos destacar esse problema que acentua o desafio científico e político da *práxis* transformadora no Brasil.

Inicialmente, retornaremos às formulações mais relevantes da Teoria Marxista da Dependência (TMD), de que Marini foi um dos fundadores. Em destaque, evidentemente, a categoria da dependência, que se refere aos países produtores e exportadores primários, no plano das relações internacionais de troca, e a da superexploração, conceito referenciado em Marx (2001)<sup>1</sup>. A propósito, observa Almeida Filho que “no plano histórico concreto, a originalidade de Marini está em introduzir justamente a superexploração da força de trabalho como elemento categorial” (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 171). É essa categoria da superexploração que se relaciona diretamente com a política pública do trabalho, como teremos ocasião de verificar.

Cabe dizer que, por se tratar de um resgate teórico e um autor em especial, optamos por valorizar suas passagens textuais, apresentando ao leitor as ideias de Marini preferencialmente com suas próprias palavras. Isto nos levou a citações frequentes, algumas longas, que, entretanto, julgamos, nessas circunstâncias, o mais adequado.

Após esses referenciais, apresentamos a recuperação da experiência brasileira com a industrialização, onde se inclui a reprimarização em curso. Adicionalmente, identificamos as contrarreformas, emendas e artifícios que têm conformado o mercado de trabalho para a superexploração.

## Capitalismo dependente e superexploração

Nas décadas de 1950 e 1960, a CEPAL formulou teorias sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos no âmbito do capitalismo. No centro de suas conclusões, sobressaía a tese de que a superação do subdesenvolvimento ocorreria na industrialização, com a intervenção do Estado — porém nos marcos do modo de produção capitalista.



À mesma época, analisando a realidade da América Latina na perspectiva marxista, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos construíram as teses que ficaram conhecidas como Teoria Marxista da Dependência (TMD). Na crítica ao desenvolvimentismo da CEPAL, esses autores refutavam as “concepções desenvolvimentistas que pressupunham um processo linear de evolução das sociedades rumo às formas mais avançadas de capitalismo” (MARQUES, 2013, p. 17).

Nas palavras do próprio Marini, o protagonismo da CEPAL e a emergência da Teoria Marxista da Dependência se contam como uma relação crítica, na busca por respostas para a América Latina. As passagens de Marini, a seguir, fazem uma síntese precisa desse processo:

A Cepal estabeleceu um esquema explicativo para o subdesenvolvimento que, fiel ao padrão proporcionado pela ONU, o considerava como uma etapa prévia ao desenvolvimento econômico pleno e (no que ia além do que pretendia a ONU) um resultado das transferências de valor realizadas no plano das relações econômicas internacionais. A chave dessas transferências, que descapitalizariam a região e deprimiriam as condições de vida de suas populações, seria a troca de bens com baixo valor agregado, essencialmente matérias primas, por bens de maior valor agregado, de origem industrial. Em conseqüência, a Cepal preconizava uma política de industrialização, assegurada por um mercado protecionismo estatal. Sobre essa base, entrariam a resolver-se os problemas sociais e a instabilidade (MARINI, 1992, p. 1).

Nessa recuperação histórica que Marini realiza, em um dos seus últimos escritos, *Desenvolvimento e dependência*, relata o ambiente teórico e político que fez emergir a TMD:

Reinando absoluta nos anos 50, a teoria desenvolvimentista da Cepal foi posta em xeque quando, a princípios dos 60 e após um grande esforço de industrialização, os países latino-americanos mergulharam em uma grave crise econômica, que não tardou em dar lugar a perturbações políticas. Foi nesse contexto que surgiram as ditaduras militares, que se davam como objetivo resolver os problemas econômicos à custa das liberdades políticas. E foi também quando, insistindo sobretudo nos problemas financeiros e tecnológicos criados pela desnacionalização de nossas economias, se constituiu a teoria da dependência (MARINI, 1992, p. 1).

A TMD trata do desenvolvimento das economias periféricas observando especialmente as trocas internacionais. Mas projeta a superação da condição de dependência dos países latino-americanos no rompimento com o sistema capitalista, através de um projeto revolucionário socialista. Em relação ao capitalismo na AL, entende que a análise “só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2011, p. 132).

Em *Dialética da dependência* (2011), Marini aborda a América Latina a partir dessa participação contingenciada da região no comércio internacional. Na revisão histórica, o autor destaca o papel da região no processo de expansão do capitalismo mundial, referindo-se às colônias como grandes fornecedoras de matéria-prima e metais preciosos, permitindo aos países europeus seu desenvolvimento comercial e financeiro.

Por isso, em sua Memória, texto em que ensaia breve autobiografia, ele diz que:

fiel a meu princípio de que o subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento, eu analisava em que condições a América Latina havia-se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana. A economia exportadora, que surge em meados do século XIX nos países pioneiros (Chile e Brasil), generalizando-se depois, aparecia, nessa perspectiva, como o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho (MARINI, [s. d.], p. 19).

A Revolução Industrial e as independências políticas do início do século XIX mantiveram a subordinação da AL na divisão internacional do trabalho. Segundo Marini,

é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. [...] sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas (MARINI, 2011, p. 134–135).

Dos Santos (2011), compartilhando essa avaliação, reafirma que a dependência está fundada na divisão internacional do trabalho, onde alguns países se industrializam e outros têm sua industrialização limitada, em ambiente de profunda exploração do trabalho.

*La división internacional del trabajo entre los productores de materias primas y productos agrícolas y los productores de manufacturas es un resultado típico del desarrollo capitalista que asume la forma necesaria de la desigualdad combinada entre los varios países. Esta forma desigual es una consecuencia del carácter de la acumulación del capital en que el crecimiento de la economía se basa en la explotación de muchos por pocos y en la concentración de los recursos del desarrollo económico social en manos de esta minoría (SANTOS, 2011, p. 362).*

Os países latino-americanos passaram a ser fornecedores de matérias-primas industriais. Esse processo “permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2011, p. 137). Igualmente tratando da dependência dos países latino-americanos e de suas relações com os países centrais, Bambirra explica:

[...] como categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, política e sociais atrasadas e dependentes (BAMBIRRA, 2012, p. 38).

Para além da especialização produtiva, a questão da produção de valor é determinante na dinâmica de acumulação capitalista. Ao competir no comércio internacional com as economias imperialistas, nas condições adversas apontadas — pauta predominantemente primária e forças produtivas atrasadas — o exportador é *expropriado* de parte do valor produzido. Essa perda pelas relações desiguais é compensada internamente, na extração da mais-valia. Textualmente, diz Marini que:

[...] o problema que coloca o intercâmbio desigual para a AL não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la em nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção (MARINI 2011, p.147).

Em outras palavras, sempre articulando dependência e superexploração, ele diz que:

*en condiciones de intercambio marcadas por una neta superioridad tecnológica de los países avanzados, las economías dependientes debieron echar mano de un mecanismo de compensación que, permitiendo el aumento de la masa de valor y plusvalía realizada, así como de su cuota, contrarrestara al menos parcialmente las pérdidas de plusvalía a que tenían que sujetarse; ese mecanismo fue la superexplotación del trabajo. Ésta explica el fuerte desarrollo de la economía exportadora latinoamericana, pese al intercambio desigual (MARINI, 1978, p. 63).*

Comentando o conceito, Osório (2013, p. 51) observa que “a superexploração é um mecanismo de compensação que se coloca em marcha frente às transferências de valor das economias dependentes às economias centrais”.

Apurando o conceito, Marini diz que “a superexploração é [...] definida pela maior exploração da força física do trabalhador [...] e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real” (MARINI, 2011, p. 189). Em *Dialética da dependência*, ele identifica três mecanismos de superexploração: i) a intensificação do trabalho; ii) o prolongamento da jornada de trabalho e; iii) a remuneração do trabalhador em níveis salariais abaixo do necessário para a reposição de sua força de trabalho, convertendo seu fundo de consumo em acumulação de capital. É isso que faz Marini dizer que

[...] os três mecanismos — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2011, p. 149).

Em *Las razones del neodesarrollismo* (1978), Marini acrescentou mais um mecanismo: o aumento do valor histórico-moral da força de trabalho (quando novas necessidades se acrescem ao fundo de consumo) sem a atualização correspondente. O autor destaca que essas características são condizentes “com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam” (MARINI, 2011, p. 149).

Reprimarização, dependência e superexploração são elementos que se relacionam na configuração do Brasil, como veremos a seguir. Isso se dá com a forte influência das ideias neoliberais, expressiva dispensa de força de trabalho, constrangimento do movimento sindical, legislação e práticas trabalhistas adversas, conjuntura estimulada por atraente e conformadora demanda de produtos primários pelos países centrais, com destaque para a China e os EUA.

Marini e seus companheiros da Teoria Marxista da Dependência pontificaram na América Latina há mais de 50 anos. Agora, estamos vendo como retornam — podendo nos fazer a pergunta se algum dia deixaram de estar presentes.

### **Industrialização e reprimarização**

Nas palavras de Prebisch, um dos mais destacados teóricos da então Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, “a industrialização é o único meio de que dispõem os países da América Latina para aproveitar amplamente as vantagens do progresso técnico” (PREBISCH, 2000, p. 89). No Brasil, para isso, a intervenção estatal deu sem dúvida direção e apoio ao projeto de industrialização (FURTADO, 2009; CARRARO; FONSECA, 2003). De 1930 a 1945, dentre outros órgãos públicos associados a essa intervenção, foram criados o Laboratório Central de Indústria Mineral, a Fábrica Nacional de Motores, o Conselho Nacional de Ferrovias, a mítica Usina Siderúrgica de Volta Redonda e o Conselho Nacional de Política Industrial (CARRARO; FONSECA, 2003). Esse movimento evidentemente se refletiu, anos adiante. Conforme a CEPAL (2022), o percentual do valor das exportações de produtos primários no total de bens exportados era de 96,9% em 1962, passou a 81,2% em 1972, caiu a 61,7% em 1982, chegando a 41,1% em 1993. A diminuição do significado dos produtos primários na pauta de exportação não foi resultado da inibição das nossas vendas. Elas seguiram a tendência de alta, mas o percentual de exportações de produtos manufaturados aumentou neste mesmo período. Em 1982, o percentual de exportações mais que dobrou, se elevando a 38,3%. Já em 1993, a maior parte da pauta exportadora foi de manufaturados, alcançando-se o percentual de 58,9%. A posição majoritária dos manufaturados permaneceu até 2006, revertendo-se a partir do que se convencionou chamar de o *boom das commodities*.

Essa trajetória pode ser observada na pauta de exportações de produtos primários e manufaturados, conforme a Tabela 1.

Ao longo dessas cinco décadas, estratégias diferenciadas foram usadas. Mas do final dos anos 1960 aos iniciais anos 1970, o endividamento externo funcionou como principal meio de financiamento da expansão industrial. A política de endividamento fez com que o país ampliasse sua capacidade de exportar manufaturados, ultrapassando as exportações de produtos básicos. Entretanto, aponta Hermann (2011), se, por um lado, cumpriram-se os planos estruturais de avançar na industrialização, por outro, ampliou-se a dívida pública. O Brasil, em 1964, apresentava uma dívida externa de US\$ 3 bi, passou a US\$ 13,9 bilhões em 1973 e se projetou a US\$ 43 bilhões em 1978 (FURTADO, 1981; BRESSER-PEREIRA, 2014).

O fluxo financeiro internacional dirigia-se ao Brasil, como de resto se dirigia a toda a América Latina, destino principal da enorme liquidez internacional que, mais tarde, Arrighi (2007) e Harvey (2010) caracterizariam como uma superacumulação indesejada e crítica. Na América Latina, entre 1973 e 1981, se concentrava metade da dívida privada mundial. A região atraía os maiores fluxos de investimento direto estrangeiro, segundo Ocampo et al. (2014).

A seguir, deu-se o constrangimento da dívida e a redução do fluxo de capitais, amenizados pela política de privatização, que, à custa da desnacionalização, aportou algum volume de investimento externo no Brasil — inicialmente apenas US\$ 398 milhões (Collor-Itamar), para no governo FHC se elevar a US\$ 41,7 bilhões (BNDES, 2021).

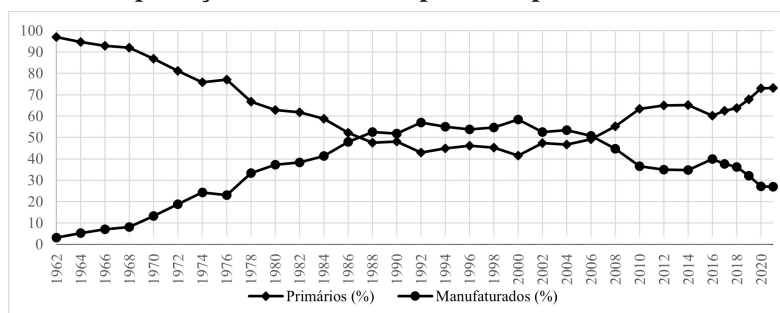
Nos anos 1990, apesar da ultrapassagem observada, a participação das exportações de produtos manufaturados não cresceu no ritmo anterior. Houve evidente oscilação, com as curvas se aproximando, como é possível observar no Gráfico 1. Seguindo a tendência, na primeira década do século XXI, as exportações de produtos primários entraram em trajetória ascendente, anunciando a abertura do novo ciclo de primarização a que temos nos referido.

Vê-se no Gráfico 1, após 2006, as exportações de primários voltando a superar os manufaturados, passados 18 anos de predomínio industrial.

**Tabela 1 – Exportações Brasileiras FOB de Produtos Primários e Manufaturados/Total das Exportações (1962-2021) (mi US\$)**

Ano	Primários (%)	Manufaturados (%)	Primários	Manufaturados
1962	96,9	3,1	1177	37,3
1964	94,7	5,3	1353,5	76,3
1966	92,9	7,1	1617,2	124,2
1968	91,9	8,1	1728,6	152,7
1970	86,8	13,2	2376,2	362,5
1972	81,2	18,8	3242,2	749
1974	75,8	24,2	6030,2	1920,7
1976	77	23	7795,6	2332,4
1978	66,7	33,3	8446,4	4212,2
1980	62,8	37,2	12640,2	7491,9
1982	61,7	38,3	12452,2	7720,9
1984	58,7	41,3	15844,7	11160,1
1986	52,1	47,9	11651,6	10730,4
1988	47,5	52,5	16044,7	17743,8
1990	48,1	51,9	15096,8	16300,1
1992	43	57	15471,5	20483,9
1994	44,9	55,1	19483,6	23871,4
1996	46,2	53,8	21809,3	25353,6
1998	45,3	54,7	22999,1	27732,5
2000	41,6	58,4	22755,9	31987,6
2002	47,4	52,6	28470,4	31619,1
2004	46,6	53,4	44905,3	51359,1
2006	49,2	50,8	67440,6	69706,9
2008	55,2	44,8	108598,6	88311,3
2010	63,4	36,6	126932,4	73172,8
2012	65	35	155839,2	84060,9
2014	65,2	34,8	145241,7	77520,3
2016	60,1	39,9	109656,1	72686
2017	62,4	37,6	134138,1	80797,6
2018	63,8	36,2	151393,1	85681,5
2019	67,9	32,1	147568,2	69899,1
2020	72,9	27,1	148921,9	55350,7
2021	73,1	26,9	201256,3	74248,1

Fonte: Elaborada pelos autores com base em CEPAL (2022).

**Gráfico 1 – Percentual das exportações brasileiras de produtos primários e manufaturados (1962-2021)**

Fonte: Elaborado pelos autores com base em CEPAL (2022).

### Política pública do trabalho: o ambiente legal da superexploração no Brasil

O processo contínuo de reprimarização se acentuou nos últimos anos, deslizando, na pauta exportadora, abaixo de 1/3 de manufaturados, em 2021. Integrando esse quadro, detalhado em páginas passadas, deu-se a queda da taxa de lucro de 113,32%, em 2009, para 73,36%, em 2015 (BRUNO; CAFFE, 2018) ou, pelos critérios de Marquetti, Morrone, Miebach e Ourique (2019), de 0,392, em 2010, para 0,320, em 2015.

A reação do grande patronato brasileiro é a evidência das teses de Marini. Um conjunto de medidas legais e de procedimentos paralegais foi adotado a partir de novembro de 2015, criando o ambiente para a “remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor”. É o que podemos ver no Quadro 1, que procura sintetizar as principais iniciativas legais destinadas a reduzir o valor da força de trabalho.

**Quadro 1 – Mudanças legais destinadas à redução do valor da força de trabalho no Brasil –2015-2021**

Ano	Dispositivo Legal	Título	Ementa - Principais Medidas
2015/nov.	Lei n. 13.189	Programa de Proteção ao Emprego/Programa Seguro-emprego	Permite que empresas em crise reduzam jornada de trabalho em até 30%, com proporcional redução de salários. Metade do salário não pago pelo empregador é reposta pelo Estado.
2017/mar.	Lei n. 13.429	Nova Lei de Terceirização e Contratos Temporários	Institui a terceirização irrestrita. Altera o conceito de ‘trabalho temporário’, ampliando-o para atividades-fim, e aumenta o seu tempo de duração de 90 para até 270 dias no ano.
2017/jul.	Lei n. 13.467	Nova CLT	Institui contrato intermitente; aumenta jornada semanal de contrato de tempo parcial; exclui jornada <i>in itinere</i> ; permite parcelar férias em três períodos; estende o contrato de experiência de 30 para 90 dias; autoriza que grávidas e lactantes trabalhem em ambiente insalubre; credita ao trabalhador a responsabilidade sobre acidentes de trabalho e saúde no teletrabalho; privilegia o acordado sobre o legislado, tornando dispensável a participação sindical nas negociações trabalhistas.
2017/nov.	MP 808		Restringiu trabalho insalubre de grávidas/lactantes e autorizou contratação de trabalhador celetista, imediatamente após demissão, como pessoa jurídica ou intermitente. Perdeu validade em 2018.
2019/set.	Lei n. 13.874	Lei da Liberdade Econômica	Permite que as atividades econômicas funcionem em domingo ou feriado, em qualquer turno, sem pagamentos adicionais. Dispensa o registro de ponto para empresas com até 20 empregados. Flexibiliza a fiscalização junto às empresas, bem como a punição em caso de irregularidades. Amplia as possibilidades recursais das empresas e dificulta a interdição de locais irregulares.
2019/nov.	MP 905	Contrato de trabalho verde e amarelo	Permitiu às empresas contratarem jovens, entre 18 e 29 anos, em seu primeiro emprego, reduzindo a alíquota do FGTS de 8% para 2% e a multa por demissão sem justa causa, de 40% para 20%; excluiu a contribuição patronal previdenciária e ao sistema S. Em abril de 2020, a MP foi revogada.
2020/abr. 2020/jul. 2021/abr.	MP 936, Lei n. 14.020 e MP 1.045	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	Autoriza a redução da jornada de trabalho com equivalente redução do salário e suspensão do contrato com cessação do salário, por até 120 dias, na pandemia. A remuneração é parcialmente compensada pelo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), fixado com base no valor do seguro-desemprego.
2020	PEC 32	Reforma Administrativa	Acabaria com a estabilidade do servidor público, daria amplos poderes ao executivo para criação/extinção de instituições públicas; flexibilizaria formas de contratação e salários. PEC em tramitação.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2022).



A contrarreforma trabalhista, levada a efeito em 2017, foi o epicentro de uma série de iniciativas jurídicas, principalmente do governo Temer e seu sucessor, que afetaram as contratações, promovendo a mais ampla precarização do trabalho, minimizando o papel dos sindicatos, dificultando o acesso à justiça em processos que reclamam direitos violados e fragilizando a fiscalização do trabalho no controle desses direitos.

Nesse conjunto de medidas que cobriram os últimos seis anos, destaca-se a terceirização, que ao se estender às atividades-fim das empresas, conforme o art. 4º da Lei n. 13.429, permitiu que inúmeros arranjos fossem realizados tendo em vista reduzir salários, diminuir custos de direitos e facilitar a admissão e demissão sem ônus para a empresa contratante. Além disso, o contrato temporário teve o limite do seu tempo de duração estendido a 270 dias, o que proporciona ao empregador uma flexibilidade extraordinária para manter grande parte de suas atividades com profissionais de baixo custo.

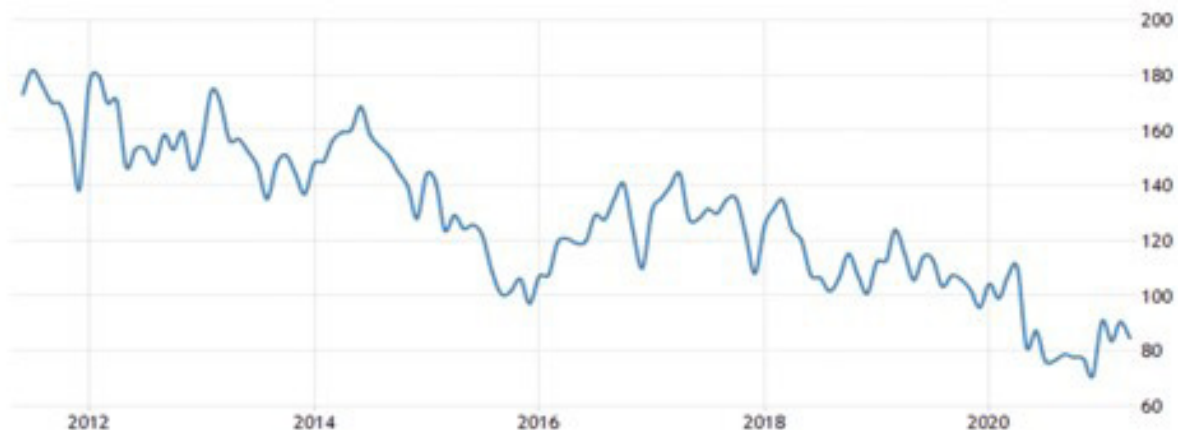
Cabe ainda lembrar que a combinação da terceirização irrestrita com a lei do Microempreendedor Individual (MEI) proporcionou operações dissimuladas em que empresas contratam o que vem sendo chamado de *trabalhador jurídico* ou *pejotizado* — alguém que cumpre expediente como se assalariado fosse, mas cujo contrato tem o feitiço de prestação de serviço de empresa a empresa. As expressões *pejotizado*, *pejotização*, decorrem do CNPJ, a inscrição própria das empresas, inclusive do MEI. No Brasil, há milhões de MEIs, grande parte deles funcionando nesse regime de assalariamento dissimulado, quando a empresa contratante se dispensa de várias obrigações, com reflexos pecuniários expressivos.

As marcas comuns dos contratos advindos da contrarreforma e dos seus desdobramentos foram o prolongamento da jornada e a intensidade do trabalho. “O prolongamento da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho têm sido duas formas de superexploração que têm se agudizado nos últimos anos”, escreveu Luce em 2012 (LUCE, 2012, p. 126). Suas palavras são mais que atuais. As sucessivas contrarreformas trabalhistas, de 2016 a 2021, tornaram esse quadro ainda mais dramático.

Seria inevitável que tantas medidas incidentes sobre as relações trabalho/capital trouxessem consequências nos indicadores de custos. Observe-se no Gráfico 2 o forte efeito das medidas de proteção ao empresariado, promovidas na fase mais aguda da pandemia, 2020–2022. Mas atente-se também e especialmente para o período que transcorre de 2017 até 2020, antes da pandemia, quando se configura a constante queda dos custos simultaneamente às contrarreformas e arranjos trabalhistas a que temos nos referido.

O Gráfico 2 demonstra o declínio agudo dos custos do trabalho no Brasil, nos últimos anos, ainda que ressalvemos os impactos extraordinários da pandemia. Associado a isso, os números da pobreza e da desigualdade no Brasil se agravaram (UNDP, 2022).

**Gráfico 2 – Custos do Trabalho no Brasil – 2012/2021**



Fonte: Trading Economics (2022).



## Conclusão

Os governos, lideranças políticas e teóricas, dos anos 1950 a 1970, sob forte influência da CEPAL, assimilaram a ideia de que a industrialização seria capaz e suficiente para modernizar as sociedades latino-americanas, rompendo com as relações e a divisão de trabalho internacionais que mantinham subordinados os países produtores e exportadores de bens primários. Tratava-se de cortar a linearidade histórica que vinha do período colonial e que fizera da América Latina, como do continente africano e asiático, fornecedores de produtos que viabilizavam a posição privilegiada dos países industriais, com destaque para a Inglaterra.

Nessa convicção, o papel do Estado se justificava pela necessidade de poupança para o investimento necessário, mas também pela força da ação e da direção de políticas estatais.

É nesse ambiente de certa euforia, alcançando, no Brasil, seu ponto máximo nos anos 1950 e 1960, que emerge a Teoria Marxista da Dependência, dialogando com a CEPAL na perspectiva da crítica marxista. Essa perspectiva crítica apontava principalmente para a unidade dialética do desenvolvimento/subdesenvolvimento, colocando no centro de discussão as relações imperialistas. “O subdesenvolvimento é a outra cara do desenvolvimento”, escreveu Marini em resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra, como vimos em sua *Memória*. Tratava-se de, mais que romper com a divisão internacional do trabalho imposta historicamente, romper com o modo de produção que necessita dessa divisão.

A história daria razão a Marini e seus companheiros da Teoria Marxista da Dependência. O passar dos anos, que propiciou avanços no plano industrial, ao Brasil e à América Latina, não assegurou a independência, não evitou o agravamento da crise econômica, sequer consolidou o perfil industrial, e menos ainda resgatou da pobreza os milhões de trabalhadores latino-americanos — antes, o contrário. Além das estatísticas, as ruas das grandes cidades denunciam isso aos nossos olhos.

O Brasil, observado desde os anos 1960, ensaiou um processo de reversão de sua pauta exportadora, mas não conseguiu sustentá-lo. Vive hoje fortes constrangimentos em sua economia, operando com um câmbio excessivamente desvalorizado, grande dependência de componentes importados, limites tecnológicos e todas as consequências da condição predominante de produtor e exportador de produtos básicos.

Dentre essas consequências, o aumento da dependência global e a superexploração dos seus trabalhadores, como tentativa do empresariado de compensação das perdas de valor — exatamente como acusava Marini em seus textos, principalmente em sua obra *Dialética da dependência* que ora celebramos.

A resposta do empresariado brasileiro, em parte por meio dos seus representantes no Congresso, é a adoção de várias e sucessivas leis e procedimentos, legais, paralegais e ilegais, que buscam rebaixar a remuneração da força de trabalho a limites mínimos, fronteira daquilo que se denomina *escravidão contemporânea*. A resenha realizada sobre as muitas mudanças nas relações legais do trabalho, sintetizadas no Quadro 1, exhibe o ambiente da superexploração, expressa na efetiva redução dos custos com o trabalho, no Brasil, conforme o Gráfico 4.

O Brasil e a América Latina, em seu conjunto, só encontram a leitura adequada para a sua crise quando a TMD, revisitada, repõe em nossos debates as categorias da dependência e da superexploração. Por isto, estudos, pesquisas e publicações sobre a produção dos pensadores da teoria da dependência ou que neles se inspirem são iniciativas oportunas, principalmente nesse momento em que se alternam respostas para novos e velhos problemas da América Latina. O retorno aos textos da TMD, o que realmente se observa na academia e nos centros políticos latino-americanos, é a condição do nosso conhecimento e de nossa ação consequente. As ilusões que frequentemente nos envolvem, em experiências diversas, induzem, algumas vezes, a crer que é possível superar nossas dificuldades “subindo a escada”. Mas, em rigor a “escada” foi e é puxada (ou chutada, no dizer de Chang) de tempos em tempos. Por isto, quando se podem comemorar, em 2023, os 50 anos de *Dialética da dependência*, é fato que nos anima ver o retorno da TMD e seus teóricos nos estudos contemporâneos. Ainda que, para ser mais preciso, como já dissemos, eles jamais deixaram de estar presentes.

## Referências

ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

- ALMEIDA FILHO, N. Superexploração da força de trabalho e concentração de riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 167–187.
- BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2012.
- BNDES. Privatização no Brasil: 1990–1994/1995–2002. Rio de Janeiro: BNDES, 2021. Disponível em [www.bndes.gov.br/site/BNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/.../Priv\\_Gov.PDF](http://www.bndes.gov.br/site/BNDES/export/sites/default/bndes_pt/.../Priv_Gov.PDF). Acesso em 15 nov. 2022.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a independência. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. PLV 17/2021. Projeto de Lei de Conversão. Portal da Câmara, Brasília, 2022. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2293637> Acesso em: 26 dez. 2022.
- BRUNO, M.; CAFFE, R. Determinantes das taxas de lucro e de acumulação no Brasil: Os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014–2015. *Brazilian Journal of Policy Economy*, v. 38, n. 2, p. 237–260, 2018. DOI 10.1590/0101-31572018v38n02a02
- CARRARO, A.; FONSECA, P. C. D. O desenvolvimento econômico no primeiro governo de Vargas (1930–1945). Caxambu: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2003.
- CEPAL. Base de dados estatísticos das Nações Unidas sobre o comércio de produtos básicos (COMTRADE). Santiago: Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Disponível em <http://comtrade.un.org/>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- FURTADO, C. O Brasil pós-“milagre”. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HARVEY, D. A Condição Pós-moderna. São Paulo: Editora Loyola, 2010.
- HERMANN, J. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o II PND e a Crise da Dívida Externa (1974–1984). In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. Economia brasileira contemporânea [1945–2010]. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011.
- LUCE, M. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 32, p. 119–141, jun. 2012.
- MARINI, R. M. Desenvolvimento e dependência. Artigo publicado no *Correio Braziliense*, 1992. In: Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1992/mes/desenvolvimento.htm>. Acesso em: 25 dez. 2022.
- MARINI, R. M. Memória. Archivo Chile, Centro Estudios “Miguel Enríquez”, CEME, [s. d.]. Disponível em: <http://www.archivochile.com>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: STEDILE, J.; TRASPADINI, R. (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, Cidade do México, v. 40, n. extraordinário., p. 57–106, 1978.
- MARQUES, P. Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo. Brasília: IPEA, 2013.
- MARQUETTI, A.; MORRONE, H.; MIEBACH, A.; OURIQUE, L.E. Measuring the pro-fit rate in an inflationary context: the case of Brazil, 1955–2008. *Review of Radical Political Economics*, v. 51, n. 1, p. 52–74, 2019. DOI 10.1177/0486613416689834.
- MARX, K. *El Capital: Livro III*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- MARTINS, C. E. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 31, n. 84, p. 463–481, set./dez, 2018.
- OCAMPO, J. A. et al. La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica. Santiago de Chile: CEPAL, 2014. p. 176. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36761/S20131019\\_es.pdf?sequence=1](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36761/S20131019_es.pdf?sequence=1). Acesso em: 05 nov. 2022.
- OSÓRIO, J. Fundamentos da superexploração. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 49–70.
- PELÁEZ, C. M. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização do brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 1, FGV, 1968.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SANTOS, T. dos. Imperialismo y dependencia. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.
- TRADING ECONOMICS. Custos do trabalho no Brasil. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/brazil/labour-costs>. Acesso em: 19 dez. 2022.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). Human Development Report 2021–2022. New York: Organização das Nações Unidas, 2022.
- WORLD BANK. World Development Indicators. Washington: The World Bank Group, 2021.

## Nota

<sup>1</sup> Marx, em *O Capital*, livro III, ao tratar dos recursos para contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro, refere-se à “compressão do salário para abaixo do seu valor” (MARX, 2001, p. 235). Martins (2018, p. 470), se referindo à superexploração, também faz essa associação, dizendo que Marx “no Livro III, a situa como uma importante contratendência ao aumento da composição orgânica do capital e à queda da taxa de lucro”. Luce (2012) também encontra referência em Marx, ainda que em termos menos explícitos.

### Agatha Justen

agathajusten@id.uff.br

Mestre em Administração (FGV EBAPE);

Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

Doutora em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas.

Coordenadora do curso de graduação em Administração Pública (Niterói) da Universidade Federal Fluminense, UFF, e professora adjunta da mesma instituição.

Coordenadora do curso de graduação em Administração Pública (Niterói) da Universidade Federal Fluminense, UFF, e professora adjunta da mesma instituição.

Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Administração Pública (CNPq) e do GT Geopolítica, Integración Regional y Sistema Mundial. do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

### Claudio Gurgel

claudiogurgel@id.uff.br

Economista; Especializado em Administração de Empresas;

Mestre em Administração Pública;

Mestre em Ciência Política e Doutor em Educação;

Professor Titular da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (UFF);

Membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd/UFF).

Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Administração Pública (CNPq).

### Wagner Peres Braga

wagnerperes@id.uff.br

Economista; com Especialização em Movimentos Sociais (NEPP-DH/UFRJ);

Mestre em Administração, pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd/UFF).

Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF).

Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Administração Pública (CNPq).

## UFF

R. Miguel de Frias, 9 – Icaraí Niterói

Rio de Janeiro – RJ– Brasil

CEP: 24220-900

### Agradecimentos

Não se aplica.

### Agência financiadora

Não se aplica.

### Contribuições das autoras

33,3% da autora e dos dois autores.

### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

### Consentimento para publicação

A autora e os autores dão consentimento para a publicação.

### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

# Capitalismo periférico, sistema penal neoliberal e práxis abolicionista

**César Augusto Ferreira São José<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0002-7340-4247>

**Daniela Carvalho Almeida da Costa<sup>1</sup>**  
<https://orcid.org/0000-0002-5331-4375>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Direito, São Cristóvão, SE, Brasil

## Capitalismo periférico, sistema penal neoliberal e práxis abolicionista

**Resumo:** O presente artigo objetiva discutir diferentes aspectos pertinentes ao modo de atuação do sistema penal neoliberal no Brasil. Diante do avanço neoliberal concomitante à restrição da condição humana, perguntamo-nos como o pensamento de Frantz Fanon pode contribuir para a compreensão desse aparato punitivo. Assim, mobilizamos os processos de racialização por ele articulados diante da situação colonial para compreendermos a matriz colonial de poder como arranjo institucional da posição brasileira na periferia do capitalismo e como elemento norteador da atuação racista do nosso sistema penal. Por isso, a análise daqueles aspectos aponta para a necessária interrupção das práticas de extermínio institucionalizadas contra a população negras, pelo resgate da resistência abolicionista.

**Palavras-chave:** Racialização; Colonialidade; Capitalismo periférico; Sistema penal neoliberal.

## Peripheral capitalism, neoliberal penal system and abolitionist praxis

**Abstract:** This article aims to discuss different aspects relevant to the modus operandi of the neoliberal penal system in Brazil. Faced with the neoliberal advance concomitant with the restriction of the human condition, we wonder how Frantz Fanon's thought can contribute to the understanding of this punitive apparatus. Thus, we mobilize the racialization processes articulated by him in the face of the colonial situation to understand the colonial matrix of power as an institutional arrangement of the Brazilian position on the periphery of capitalism and as a guiding element of the racist performance of our penal system. Therefore, the analysis of those aspects' points to the necessary interruption of institutionalized extermination practices against the black population, by rescuing abolitionist resistance.

**Keywords:** Racialization; Coloniality; Peripheral capitalism; neoliberal penal system.

Recebido em 02.03.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

Com o presente artigo buscamos discutir diferentes aspectos pertinentes ao modo de atuação do sistema penal neoliberal no Brasil, a partir do questionamento sobre como o pensamento de Frantz Fanon pode contribuir para a sua compreensão. Inicialmente, articularemos o processo de racialização decorrente da situação colonial à invenção da ideia de raça — esta com base no pensamento de Aníbal Quijano — para que se possa compreendê-los atualmente como expressão da matriz colonial de poder em nosso continente, ou seja, como herança ainda viva do processo de colonização e — nos termos propostos por Dennis de Oliveira — como arranjo institucional do Brasil na periferia do capitalismo.

Os processos de racialização forja(ra)m as hierarquias de humanidade que serviram de justificativa para a escravidão em um passado não tão distante no nosso país, e hoje justificam não apenas a superexploração do trabalho no marco do neoliberalismo, mas também uma série de outras violências dirigidas aos derrotados e às derrotadas pelo processo de colonização. Um dos mecanismos que materializam essas violências racializadas é o sistema penal.

Por isso, em seguida, partiremos do percurso histórico orientado, a princípio, na percepção de Ana Flauzina sobre como o racismo condicionou estruturalmente as práticas inscritas no sistema penal brasileiro em diferentes períodos — desde a colonização portuguesa à atualidade — para, assim, pensarmos o sistema penal neoliberal em diálogo com as correntes abolicionistas, pela interrupção dos processos de extermínio contra a população negra.

## Fanon e os processos de racialização

Ao investigar a recepção do pensamento de Frantz Fanon no Brasil, Deivison Mendes Faustino (2015) — ou Deivison Nkosi, como costuma ser chamado — lança a pergunta: “Por que Fanon? Por que agora?”. Os motivos que levaram à renovação do interesse no pensamento do intelectual martinicano dentro do debate acadêmico brasileiro do século XXI podem ser associados ao avanço do neoliberalismo, rumo à restauração de um ordenamento social global em que a condição humana se restringe, como nos alerta Dennis de Oliveira (2021).

Esse processo envolve a concentração crescente de riquezas nos países centrais, de maioria branca, aliada ao aumento da miserabilidade enquanto foco de desestabilização nos países da periferia do capitalismo, de população majoritariamente não branca. Além disso, impõe as condições econômicas que conduziram ao desemprego estrutural crescente, ao aumento da população na zona da miséria e à intensificação das tensões sociais — tudo isso em países, como o próprio Brasil, em que o critério raça é historicamente funcional à sustentação de clivagens sociais. É diante desse cenário que se aponta as duas vertentes políticas pelas quais se expressa a “contrarreforma neoliberal”: uma que se baseia na administração das tensões sociais mediante políticas compensatórias, e outra baseada na intensificação de estruturas de violência institucional como caminho para o extermínio da população não branca. Num contexto de constante crise política em torno da radicalização neoliberal, bem como em razão do recorte temático deste trabalho, é indispensável atentar-se para a segunda vertente (OLIVEIRA, 2021).

A rigor, isso não seria nenhuma novidade se considerarmos como a história do racismo moderno se entrelaça com a história das crises estruturais do capitalismo, cujas reatualizações sempre resultaram em formas renovadas de violência e estratégias de subjugação da população negra. A crise atual mundializa a condição negra. Quem antes vivia o drama de ser explorado pelo capital, hoje convive com a tragédia de não mais sequer ser útil a seu funcionamento. Se, por um lado, os corpos reduzidos pela racialidade se tornaram um excedente populacional a ser extirpado; por outro, a institucionalização dessa descartabilidade enquanto padrão de vida e a sua generalização ao mundo inteiro consistem naquilo que Achille Mbembe chama de *devir-negro do mundo* (ALMEIDA, 2019; BARROS, 2019; MBEMBE, 2017).

Então, finalmente: Por que Fanon? Por que agora? Porque o momento atual é decisivo para o desenvolvimento de perspectivas teóricas que localizam raça e racismo como parte integrante do capitalismo. Nesse sentido, os esforços de Fanon representam uma “tentativa importante de elaborar a dialética de raça e classe por meio de uma estrutura teórica coerente que não dissolvesse uma na outra. Isso pode ajudar a explicar o atual ressurgimento do interesse em seu trabalho” (HUDIS, 2020, p. 1393)<sup>1</sup>.



Faustino (2015, p. 54–56) argumenta que o conceito de sociogenia é a base estruturante do pensamento fanoniano de modo a — desautorizando a costumeira separação entre um Fanon psicanalista e um Fanon revolucionário em sua análise do colonialismo — apontar para uma determinação reflexiva entre capitalismo, colonialismo e racismo. Por um lado, só é efetivamente possível compreender as articulações entre o colonialismo e os traumas que ele causa à subjetividade do colonizado a partir de “suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação”. Por outro, essa compreensão precisa “ser pautada por uma análise que ultrapasse a dimensão meramente econômica da dominação”, de modo a distender o marxismo com o qual Fanon dialoga criticamente (FAUSTINO, 2018, p. 151). O racismo não pode ser combatido exclusivamente em termos econômicos ou de classe, posto que aquilo que o torna especialmente mortal é o seu caráter de interdição ao reconhecimento da dignidade e da humanidade do sujeito colonizado (HUDIS, 2020).

A racialização do mundo contemporâneo, segundo Faustino (2015, p. 61), implicaria “não o surgimento de mais um conflito existencial — ou discriminação ou preconceito —, mas a impossibilidade, para os povos racializados, de viver plenamente os conflitos existenciais que nos fazem humanos”. É o lugar de negação da humanidade da pessoa negra que Fanon (2008, p. 26) define como uma “zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer”. Ao trabalhar essa categoria, Peter Hudis (2020, p. 1399) nos alerta que o “negro não é visto como humano precisamente por ser ‘visto’ — não uma vez, mas repetidamente — como negro. A mente colonial não ‘vê’ o que pensa que vê; fixa seu olhar não na pessoa real, mas em uma imagem reificada que a obscurece”.

Esse processo de coisificação se dá de forma mais profunda quando se remete à interiorização subjetiva dos complexos oriundos da situação colonial (FAUSTINO, 2018). A princípio, a racialização das experiências do colonizado conduz ao complexo de inferioridade que, na análise psicológica empreendida por Fanon, é condicionada à prévia tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. A construção do complexo de inferioridade depende de um duplo processo, que é inicialmente econômico e que se segue pela “interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2008, p. 28).

O aspecto econômico da racialização diz respeito à “epidermização dos lugares e posições sociais, ou seja, aquilo que se entende por raça passa a ser definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida” (FAUSTINO, 2015, p. 58, grifo do autor). A situação colonial se expressa na imediata percepção da raça, num contexto em que “as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não conseguem nunca mascarar as realidades humanas”, já que se trata do espaço onde “a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico” (FANON, 2005, p. 56). O maniqueísmo colonizador-colonizado se materializa nas forças violentas que estouram na colônia com a objetiva cumplicidade do capitalismo.

O aspecto subjetivo da racialização envolve a já mencionada interiorização subjetiva dos complexos estabelecidos na situação colonial — seja pela epidermização da inferioridade do colonizado ou da superioridade do colonizador. Trata-se, nas palavras de Faustino (2015, p. 59), do “momento em que os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como reciprocamente humanos para ver a si e ao outro por meio da lente distorcida do colonialismo”, que passa a restringir a visão de mundo e de si por parte de ambos.

Em oposição ao complexo de inferioridade que a ideologia do branqueamento impõe a pessoas negras, o racismo é internalizado pelas brancas enquanto complexo de superioridade em relação às não brancas (MIRANDA; SANTOS, 2021). No contexto do projeto moderno de colonização, a branquitude se estabelece como “um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão” (SCHUCMAN, 2020, p. 49–50). A esse lugar de poder, marcado por privilégios e ocupado pela branquitude que universaliza sua própria experiência enquanto medida de humanidade, podemos chamar de zona do ser.

Da análise psicológica fanoniana emergem subjetividades profundamente marcadas pela racialização. As representações distorcidas que colonizadores e colonizados, brancos e negros, têm de si e do outro são possíveis apenas num mundo conformado pelo colonialismo e por seu arranjo violento. Nesse mundo compartimentado, cindido, cortado em dois, surge a assunção em massa de um complexo psicoexistencial que, com sua análise, Fanon busca destruir. Sua superação deve se dar principalmente no campo prático-sensível, como pré-condição essencial para o surgimento de uma sociabilidade nova, de um novo humanismo. Afinal, o colonialismo é um dado da realidade social que se manifesta como exterioridade concreta aos sujeitos, a partir de uma negação sistemática do outro, e de uma determinação furiosa de negar à pessoa racializada todos os atributos da humanidade.



O humanismo radical de Fanon é um chamado à ação e se efetiva a partir dela, na medida em que é pela práxis que a “coisa colonizada” se humaniza no mesmo processo pelo qual se liberta, ao mobilizar a violência contracolonial para a descolonização (FANON, 2005, 2008; FAUSTINO, 2018; HUDIS, 2020).

Porém, Faustino (2018, p. 160) nos lembra o alerta de que “a estrutura econômica da colônia dificultava uma saída verdadeiramente independente” para os colonizados. A dependência econômica histórica em relação às antigas metrópoles, aliada à subserviência das elites locais, conduziu ao surgimento de novas formas de colonização e exploração — em vez de uma efetiva descolonização.

### **A centralidade da raça na matriz colonial de poder e o capitalismo periférico**

O cenário que se apresenta no século XXI é em vários aspectos distinto daquele com que Fanon se deparou em meados do século XX, no período mais efervescente de sua atividade intelectual e política. Ao mesmo tempo, esse cenário oferece novas aproximações possíveis às questões por ele enfrentadas. Entre as recepções contemporâneas da obra de Fanon, destacamos e mobilizamos o pensamento decolonial para reposicionar o antagonismo colonizador-colonizado para a polaridade geográfica Norte-Sul. A partir dessa perspectiva latino-americana, o conceito de modernidade deveria ser pensado como um processo histórico necessariamente vinculado às tramas da colonialidade, como sua face oculta (FAUSTINO, 2015).

De acordo com Aníbal Quijano (2005), a colonialidade cria um novo padrão de poder capitalista, cujo eixo central é a raça, ou seja, a classificação da população mundial de acordo com a ideia de raça. Com isso, pensamos ser pertinente a pergunta que se faz Douglas Rodrigues Barros (2019), afinal: como uma ficção pôde ganhar força material a ponto de moldar a apreensão de um mundo e tornar-se motor do real? A invenção da ideia de raça<sup>2</sup> forjada na colonização da América convergiu com dois processos: a codificação (e posterior naturalização) da diferença entre dominantes e dominados em termos de raça e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho em torno do mercado mundial. O sistema-mundo, portanto, organiza-se a partir da raça como uma categoria mental fundamental no projeto moderno.

Neste trabalho, tais processos serão encarados como uma realocação/reperiodização dos aspectos subjetivos e econômicos da racialização abordados anteriormente — agora desde a América e enquanto expressão da matriz colonial do poder nessa região. É com a invasão ibérica que toma lugar essa nova codificação para a distribuição internacional do trabalho com critério na ideia de raça, em que as ditas raças inferiores não deveriam ser destinadas ao trabalho assalariado, mas à escravidão, à servidão ou à morte. O sistema escravista-colonial operou sob os signos da divisão racial do trabalho e do lucrativo tráfico de pessoas negras escravizadas por quase quatrocentos anos no Brasil, sendo este o fato histórico-social mais importante para a formação brasileira. Nesse aspecto, o racismo como hoje o conhecemos é produto dessa classificação racial que se consolidou ao longo do século XVI como instrumento do projeto ideológico eurocêntrico materializado na emergência do capitalismo e na hegemonia da branquitude (MOURA, 1983; QUIJANO, 2005; OLIVEIRA, 2021).

A função ideológica da ideia de raça está vinculada ao modo como legitimou as relações de dominação impostas pelos colonizadores brancos. A partir dela, a expansão mundial do colonialismo promoveu uma “quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial”, naturalizando, então, os lugares de poder na hierarquização do sistema-mundo (QUIJANO, 2005, p. 118–119).

Essa função, porém, não se esgota no período da colonização. Por suposição lógica, “caso a função ideológica da raça se limitasse apenas à legitimação do colonialismo, à medida que as nações colonizadas se emancipassem, o racismo acabaria” (OLIVEIRA, 2021, p. 68). Sabemos bem que isso não aconteceu. A ideia de raça transcendeu a “independência” das antigas colônias. Aqui, as aspas indicam que o surgimento dos Estados independentes na América Latina não significou uma ruptura com a ordem do sistema-mundo, mas um reposicionamento: uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. A construção dos Estados recém surgidos foi operacionalizada pelas elites brancas *contra* a maioria da população, neste caso representada por pessoas indígenas, negras e mestiças (OLIVEIRA, 2021; QUIJANO, 2005).

A dependência dos capitalistas senhoriais desses jovens países era movida pela colonialidade do poder, que os levava a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Nesse processo, o capitalismo se ocupou de manter as hierarquias raciais fundadas no modelo anterior.

Os lugares de cada um já estavam marcados na nova ordem, o que possibilitou a produção e circulação de mercadorias no mercado mundial. De fato, se o capitalismo altera as formas de organização dessa produção, ele não rompe com as hierarquias do período colonial, que lhe permanecem úteis. A universalização da concepção eurocêntrica de ser humano, portanto, foi necessária à expansão capitalista (OLIVEIRA, 2021; QUIJANO, 2005).

Segundo Clóvis Moura (1983, p. 132), o escravismo atuou como elemento de entrave no desenvolvimento interno do Brasil, pois “permitiu que a economia de tipo colonial pudesse chegar aos níveis de exploração a que chegou, descapitalizando permanentemente aqueles setores que poderiam compor uma economia de consumo interno, em favor de uma economia de exportação”. O modelo de capitalismo dependente substituiu o modo de produção escravista aproveitando-se de seus vestígios ainda presentes, ao torná-los parte de seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. No capitalismo dependente, desenvolvimento e subdesenvolvimento estão conectados de tal modo que são dois lados da mesma moeda: tanto a dependência e a subordinação dos países de capitalismo periférico, quanto o desenvolvimento dos países centrais (MOURA, 1983; ORTEGAL, 2018).

Dennis de Oliveira (2021) argumenta que a matriz colonial de poder é o arranjo institucional do nosso atual capitalismo periférico, em que a divisão racial do trabalho na rede global produtiva se sofisticou em relação ao período colonial. As hierarquias raciais agora definem o acesso às riquezas, aos recursos tecnológicos e ao conhecimento. No topo do capitalismo estão os processos tecnológicos de produção e distribuição sob controle branco, o que deixa numa escala intermediária a produção manufatureira, e na base da pirâmide o fornecimento de insumos e matérias primas – com a população não branca ocupando as formas de trabalho mais degradantes subordinadas a esse circuito. Os recursos antes drenados pelas metrópoles no sistema colonial-escravista continuam sendo drenados na estrutura do capitalismo dependente, numa relação levada pelas classes dominantes locais que se beneficiam disso e conseguem, nessa dinâmica, tirar proveito da situação ao se apropriarem de grande parte do excedente, assim como as classes dominantes externas que também se beneficiam das grandes fontes produtoras de lucro: antes a pilhagem, agora o comércio exterior (GONZALEZ, 1979; OLIVEIRA, 2021; ORTEGAL, 2018).

As classes dominantes locais, contudo, compensam essa drenagem por meio da superexploração do trabalho, que só foi possível pela instituição de mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais de caráter autoritário, com vistas à marginalização sistêmica da grande maioria negra na população brasileira desde o pós-abolição. Nesse processo, a população negra é *descartada* pelas elites brancas como modelo de operário para o trabalho assalariado, enquanto se busca, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal: o branco (MOURA, 1983; OLIVEIRA, 2021).

Dennis de Oliveira (2021) aponta que a população negra formou um estoque de mão de obra que ficou responsável pela execução de determinados serviços não qualificados, no âmbito do chamado mercado informal de trabalho. Desde Lélia Gonzales (1979) já se questiona a naturalização da divisão racial no desempenho desses papéis socialmente desvalorizados, em especial aqueles relegados às mulheres negras na prestação de serviços domésticos. Para ela, a libertação da mulher branca se tem feito às custas da exploração da mulher negra. Esses trabalhos desobrigaram investimentos públicos e privados para garantir os suportes materiais necessários para a própria produção capitalista, como creches e lavanderias. Por parte do Estado, esses investimentos somente poderiam ser realizados mediante a captação de recursos via tributos cobrados das classes dominantes brancas — poupadas nesse processo.

No entanto, há de se acrescentar um fator central a essa discussão. A mesma matriz colonial de poder que sustenta as transferências desiguais de valor e a superexploração do trabalho de homens negros e mulheres negras nas condições diferenciadas de humanidade forjadas pelo racismo, também sustenta um projeto de extermínio em curso contra a população negra nesses mesmos termos.

Aqueles mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais de caráter autoritário que possibilitam a superexploração, possibilitam também a execução desse projeto de *descarte* de todo um segmento populacional. Aliado à invenção racista de que progresso e embranquecimento do país são sinônimos, um desses mecanismos tem papel decisivo na execução daquele projeto. Falamos do sistema penal brasileiro e do condicionamento estrutural que o racismo imprimiu em suas práticas (FLAUZINA, 2017).

## Sistema penal neoliberal, racismo e abolição

A partir da discussão sobre a invenção da ideia de raça articulada aos diferentes aspectos do processo de racialização, foi possível identificar a base de sustentação da violência colonial em hierarquias raciais, refletidas diretamente no modelo escravista e atualizadas e no modelo capitalista dependente. De fato, “o racismo foi o amparo ideológico em que o país se apoiou e se apoia para se fazer viável” (FLAUZINA, 2017, p. 17).

Na medida em que o chamado mito da democracia racial foi o suporte ideológico em que se assenta a política discriminatória de extermínio contra a população negra, também lhe coube impedir a constatação explícita dessas práticas nos meios institucionais. No entanto, a violência explícita que o sistema penal brasileiro mobiliza contra esse segmento da população a transforma numa “ferida aberta” a administrar. Como algo assim poderia acontecer no país da democracia racial? O pacto da suposta convivência harmoniosa entre as raças — ou, em outras palavras, da inexistência do racismo no Brasil — é desmascarado pelas demandas históricas de resistência intelectual e política dos movimentos negros organizados que, recepcionadas por Ana Flauzina no campo criminológico em “Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro”, tornam explícita a principal tarefa do nosso sistema penal desde sua origem: a manutenção das hierarquias raciais mediante o controle da população negra (MOURA, 1983; FLAUZINA, 2017).

Essa tarefa tem ganhado novo corpo com o avanço neoliberal e a crescente racialização da vida — aos quais nos referimos no início da primeira seção. Esse processo sinaliza o surgimento de um novo modelo de sistema penal em que o racismo segue sendo o fundamento do controle social e dos processos de extermínio da população negra (BARROS, 2019; FLAUZINA, 2017; MBEMBE, 2017; OLIVEIRA, 2021).

Mesmo uma nova ordem constitucional que se afirma democrática não cumpre um papel de ruptura histórica com os ditames do racismo sobre o conjunto das agências de punição. Pelo contrário, a Constituição de 1988 deve ser interpretada para além de seu texto e a partir das estruturas sociais em que se insere, na medida em que o próprio constitucionalismo precisa ser compreendido como parte do processo social concebido desde o contexto que o produz. A atuação das agências penais constitucionalmente legitimadas revela mais permanências do modelo colonial-escravista do que propriamente rupturas com o projeto genocida de poder que forjou o Estado brasileiro. O sistema penal neoliberal permanece funcional aos projetos hegemônicos de Brasil e se revela a partir de processos de desumanização que o precedem e que não se encerram por sua atuação — pois os reproduz (FLAUZINA, 2017; HOLMES, 2020; PIRES, 2018).

Por tudo isso, alguns aspectos do sistema penal neoliberal serão analisados a seguir. O primeiro deles diz respeito à atuação das agências policiais nesse sistema. O racismo é a variável que regula a atuação do sistema penal, indica a intensidade de suas intervenções, e formata a metodologia desse aparato de controle social. Essa metodologia é fundamentalmente ancorada na negação da humanidade das pessoas negras. Suspeição generalizada, altíssimos índices de letalidade policial e os agora renomeados autos de resistência estão inclusos nesse pacote. No âmbito da radicalização neoliberal, essa forma de agir tem se legitimado socialmente na atuação não só dos subterrâneos esquadrões da morte, mas de grupos de extermínio institucionalizados (FLAUZINA, 2017).

O grau de enraizamento do mito da democracia racial é o que permite comparar a atuação de um policial na periferia a um artilheiro em frente ao gol e, ao mesmo tempo, tratar a violência racista praticada sistematicamente por esse agrupamento como casos isolados, quando vêm a público<sup>3</sup>. Em alguma medida, o velho “Não existe racismo no Brasil” se converte num “Ah! Mas *agora* também *tudo* é racismo” quando a sua negação se torna impossível. A radicalização neoliberal, no entanto, tem deixado escapar suas verdadeiras intenções de que a polícia mire “na cabecinha” e atire “para matar”<sup>4</sup>.

Recentemente, o já encerrado Governo Bolsonaro defendia explicitamente o acirramento discursivo e prático dessa radicalização, num contexto em que “o discurso de ódio, da intolerância, do autoritarismo, da ignorância achou terreno fértil”. A adoção desse novo tipo de subjetividade neoliberal, muito mais do que produzir uma espécie de fascismo de novo tipo, reatualiza práticas escravistas que se encontram no âmago da construção brasileira da subalternidade (CORTIZO; RUVIARO, 2021, p. 83).

Outro aspecto do sistema penal neoliberal a ser enfrentado está na relação de complementaridade que mantém com o mercado de trabalho. A permanência da divisão racial do trabalho empurra a população negra para a informalidade e para a superexploração. Por sua vez, a Reforma Trabalhista implantada pela Lei nº 13.467/2017 fez da classe trabalhadora responsável por garantir sua própria empregabilidade em um

mercado de trabalho que apresenta condições cada vez menos favoráveis, além de impor que arcasse sozinha com os riscos do desemprego e da subocupação. Se por um lado, o aumento da vulnerabilidade e da precarização tende a igualar a condição de boa parte da população economicamente ativa àquela há muito vivenciada pela população negra; por outro, o agravamento da condição a que esta já está submetida acirra a movimentação do sistema penal a partir da lógica em que a hierarquia racial da pobreza garante que o público-alvo das agências policiais permaneça o mesmo (FLAUZINA, 2017; MELLO, 2020).

O terceiro aspecto é que esse sistema penal contemporâneo tem como pressuposto de fundo a diferenciação dos indivíduos. Para Flauzina (2017, p. 101), ainda que ele não invente a intervenção diferencial, “assume-a de maneira clara e a leva às últimas consequências”. Resultado disso é o modo pelo qual opera, ao distinguir os delitos dos consumidores ativos, para quem se direcionam as ditas medidas despenalizadoras; e os delitos dos consumidores falhos, alvos da privação de liberdade neutralizadora (ZAFFARONI et al., 2011).

Para o primeiro grupo de consumidores em potencial foram direcionados uma série de substitutivos penais conforme o objetivo latente de que deveriam ser poupados dos rigores do encarceramento. Penas alternativas, transações penais, suspensões condicionais de processos, medidas cautelares diversas da prisão — e em alguma medida os recentes acordos de não persecução penal — foram os institutos mobilizados para que se evitasse o contato daqueles com o cárcere. Considerando que essas medidas, em verdade, tenderam a ampliar o âmbito de atuação do sistema penal, a repercussão negativa dessa tendência certamente não se voltou aos beneficiários da imunização neoliberal (FLAUZINA, 2017).

Se para o primeiro grupo a pretensão implícita era a de se evitar a prisão a qualquer custo; para o segundo, ela deve ser construída como possibilidade, prolongando ao máximo sua permanência por lá. Para o cumprimento dessa agenda, a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) foi fundamental. A política proibicionista por ela articulada se traduz nos nossos expressivos níveis de encarceramento e nas mortes decorrentes das diretrizes belicistas da ação policial, que afetam de maneira especial a população negra. Qualquer discurso de democracia racial é insustentável tendo isso em mente (DUARTE; FREITAS, 2019; FLAUZINA, 2017).

A agenda de controle diferencial vem sendo formatada por mecanismos que vinculam o medo — sempre ele — à desumanização dos segmentos vulneráveis, cuja imagem é a animalizada e demonizada para que se opere a criminalização. O projeto estético do medo se revela na sua racialização pelos meios de comunicação, baseada nos estereótipos da negritude: a família negra como ente patológico, o homem negro como criminoso e a mulher negra como promíscua e degradante. A demonização desses atores serve para atualizar a política de extermínio que não desaparece da plataforma política das elites. A rigor, o proibicionismo é uma política econômica de movimentação de ativos ilegais para a manutenção de poder político desses pequenos grupos, às custas de vidas negras (DUARTE; FREITAS, 2019; FLAUZINA, 2017).

O último aspecto do sistema penal neoliberal a ser abordado está na questão carcerária no Brasil. O cárcere apresenta de forma extrema/concentrada as violências de Estado que são mobilizadas para desumanizar os mesmos grupos fora dele. Se aqui as prisões são majoritariamente ocupadas pelos derrotados do processo de colonização, é porque raça é efeito, não causa: é da ordem racial que emana a ordem prisional, mas a segunda retroalimenta a primeira numa construção permanente direcionada à subjugação, à subalternização e à expropriação, ou seja, à produção de um vínculo social de submissão. Se o negro não existe enquanto tal, ele precisa ser constantemente produzido (FLAUZINA; MBEMBE, 2017; PIRES, 2019; SEGATO, 2007).

Mais que a privação de liberdade, o encarceramento significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras. O estigma do “ex-presidiário” impõe uma interdição do acesso à cidadania já maculada pela opressão racial em todos os campos da vida, mas que exemplificamos nas perspectivas de acesso ao mercado formal de trabalho<sup>5</sup>. Não por acaso, a prisão é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país (BORGES, 2021).

Desse modo, o sistema penal neoliberal, em vários aspectos, aprofunda o projeto de extermínio já adequado ao mito da democracia racial. O sistema penal brasileiro tem continuamente servido como instrumento estratégico na materialização de uma política genocida no Brasil. É certo que não se trata do único instrumento. Por uma via ativa, vem se ancorando na atuação das agências policiais. Mas não se pode fechar os olhos para os sofisticados mecanismos de omissão, que deixam perecer as pessoas descartáveis, a exemplo da atuação estatal diante da pandemia do novo coronavírus, que cobra em vidas o que foi pavimentado pelas estruturas do racismo (FLAUZINA, 2017; FLAUZINA; PIRES, 2020).



O sistema penal não é único, mas é a face mais visível do atual projeto genocida de Estado. Essa constatação nos encaminha para mobilizar a categoria genocídio como instrumento de declaração política da responsabilidade do Estado, nacional e internacionalmente. Por isso, é fundamental para que se busque, de imediato, a interrupção das práticas de extermínio institucionalizadas – policiamento, proibicionismo e prisão – e na sequência pleitear o processo de reparações voltado para a população negra. No campo prático-político, o desvelamento do modo de atuação da face mais visível do projeto genocida é essencial à emersão das menos visíveis e à derrocada de todas elas (FLAUZINA, 2017).

Por isso, retomamos a pergunta. Por que Fanon? Por que agora? Porque os processos de racialização definem o grupo inimigo que poderá ser destruído sem exceção para que haja normalidade na situação colonial. Mesmo que os processos contemporâneos de criminalização também recaiam por vezes sobre pessoas brancas, é manifesto que as práticas que os fundamentam foram moldadas a partir da escravidão e de sua herança na colonialidade (ALAGIA; CODINO, 2019; GIAMBERARDINO, 2021). A essa altura, já sabemos como Fanon (2005) propõe a descolonização. Da criminologia à política criminal, surge um chamado à prática, pela interrupção dos processos de extermínio e pela posterior busca por reparação.

A herança colonial presente em nossas práticas punitivas é fator de desequilíbrio, de manutenção de injustiças históricas, e de eliminação de todo um contingente populacional. Qualquer postura diferente de uma tomada de posição contra esses processos de extermínio termina por fortalecê-los. Trata-se de premissa fundamental para o aprofundamento radical de uma crítica abolicionista a tais práticas: a contraposição possível àquela sociabilidade é a abolição da prisão e do sistema penal (FLAUZINA, 2017; MONTEIRO; DAMASCENO; MORAES, 2021). Por isso,

é preciso não só o aprofundamento da mencionada radicalidade da crítica abolicionista ao poder punitivo e às categorias e saberes que o sustentam, mas também a problematização e resgate de táticas de resistência a essa dominação que historicamente foram apagadas ou estigmatizadas como irracionais, bárbaras e violentas a partir de concepções da modernidade, como o discurso jurídico, que estão diretamente comprometidas com a violência colonial. (MONTEIRO; DAMASCENO; MORAES, 2021, p. 513).

O resgate dessas táticas de resistência se revela na práxis e na literatura abolicionista, inclusive brasileira, enquanto movimento composto por pessoas e grupos que reconhecem o sistema penal e a política criminal que o sustenta como estruturas marcadas pela escravidão e pela política de branqueamento do país. Se destas descende diretamente o sistema penal, este também deve ser abolido (DAVIS, 2018).

A consolidação da raça enquanto elemento organizador da comunidade política transformava o extermínio em possibilidade sempre que as hierarquias raciais produzidas pela escravidão estivessem em risco. Cientes disso, abolicionistas brasileiros como Luiz Gama tensionavam a institucionalidade para além do reformismo e insistiam, no século XIX, que, enquanto a escravidão continuasse, as perspectivas democráticas seriam sombrias. No século XXI, um breve período de ascensão da população negra a bens de consumo veio em conjunto com o abrupto aumento da violência a ela direcionada, seja via extermínio ou encarceramento. É nesse contexto que abolicionistas insistem que um dos pressupostos fundamentais para verdadeira democratização é a urgente abolição do sistema penal – ou, em outras palavras: uma segunda abolição (ALAGIA; CODINO, 2019; BORGES, 2021; DAVIS, 2018; GIAMBERARDINO, 2021; QUEIROZ, 2022).

### Considerações finais

O momento atual, como já foi dito, é decisivo para o desenvolvimento de perspectivas teóricas como as de Fanon e Flauzina, que localizam raça e racismo como parte integrante do capitalismo e nos permitem compreender as consequências dessa relação no modo como o aparato punitivo do Estado atua sob o marco do neoliberalismo.

Diante da necessidade de conter os processos de extermínio atualmente em curso, torna-se necessário o aprofundamento radical de uma crítica abolicionista a tais práticas, como forma de reorganização e contraposição aos avanços neoliberais que também já se aprofundam nos processos contínuos de desumanização. Por isso, um ímpeto abolicionista fanoniano se consolida na perspectiva de retomada dessa humanidade, pelos meios que forem necessários para a descolonização.

## Referências

- ALAGIA, A.; CODINO, R. El legado de Lumumba: la liberación de la criminología. *In: La descolonización de la criminología en América*. Buenos Aires: Editora Ediar, 2019.
- ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARROS, D. R. Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2019.
- BORGES, J. Encarceramento em massa. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- CORTIZO, M. DEL C.; RUVIARO, D. Brasil: fascismo ou neoescravidão? *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 76–85, jan. 2021.
- DAVIS, A. Estarão as prisões obsoletas? 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- DUARTE, E. P.; FREITAS, F. da S. Corpos negros sob a perseguição do estado: política de drogas, racismo e direitos humanos no Brasil. *Direito Público*, [S. l.], v. 16, n. 89, 2019.
- FANON, F. Os condenados da terra. 1. ed. 2. reimpressão atualizada. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008.
- FAUSTINO, D. M. “Por que Fanon, por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.
- FAUSTINO, D. M. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148–163, jan./jun. 2018.
- FLAUZINA, A. L. P. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2. ed. Brasília: Brado Negro, 2017.
- FLAUZINA, A.; PIRES, T. Cartas do Cárcere: horizontes de resistência política. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 03, p. 2117–2136, 2019.
- FLAUZINA, A.; PIRES, T. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 02, p. 74–92, 2020.
- GIAMBERARDINO, A. R. Sociocriminologia. 1. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D’Plácido, 2021.
- GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION*, 8., Pittsburg, 1979.
- HOLMES, P. A sociedade civil contra a população: uma teoria crítica do constitucionalismo de 1988. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Ahead of print, v. XX, n. XX, p. 01–34, 2020.
- HUDIS, P. O Racismo e a lógica do capital: uma reconsideração Fanoniana. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1391–1417, jun. 2020.
- MBEMBE, A. Crítica da razão negra. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2017.
- MELLO, L. G. de. Reforma trabalhista e desproteção social: um devir negro do mundo. *Revista da ABET*, v. 19, n. 1, jan./jun. 2020.
- MIRANDA, L. S.; SANTOS, J. F. dos. Notas sobre branquitude, privilégios e negação do racismo. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 2, n. 8, p. 120–141, jul./dez. 2021.
- MONTEIRO, V. de O.; DAMASCENO, R. A.; MORAES, R. F. Uma imaginação anticolonial: a epistemologia do abolicionismo penal em torno dos sentidos da violência. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 01, p. 497-523, 2021.
- MOURA, C. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 14, 1983.
- OLIVEIRA, D. de. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 413–431, set./dez. 2018.
- PIRES, T. 130 anos de Lei Áurea e 30 anos da Constituição de 1988: constitucionalismo e decolonialidade em perspectiva diaspórica. *In: GÓES, L. 130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados*. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2018.
- QUEIROZ, M. O HAITI É AQUI: Ensaio sobre formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, século XIX). 2022. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2022.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- SCHUCMAN, L. V. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia, e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.
- SEGATO, R. L. El color de la cárcel en América Latina: apuntes sobre la colonialidad de la justicia en un continente en desconstrucción. *Revista Nueva Sociedad*, n. 208, p. 142-161, mar./abr. 2007.
- ZAFFARONI, E. R. et al. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume: Teoria Geral do Direito Penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.



## Notas

- <sup>1</sup> A esse respeito, Sílvio Luiz de Almeida (2019, p. 113) é assertivo ao constatar que “o racismo não deve ser tratado como uma questão lateral, que pode ser dissolvida na concepção de classes, até porque uma noção de classe que desconsidera o modo com que esta se expressa enquanto relação social objetiva torna o conceito uma abstração vazia de conteúdo histórico. São indivíduos concretos que compõem as classes à medida que se constituem concomitantemente como classe e como minoria nas condições estruturais do capitalismo. Assim, classe e raça são elementos socialmente sobredeterminados”.
- <sup>2</sup> Reforçamos que, para Quijano (2005) a ideia de raça é, literalmente, uma invenção, por nada ter a ver com a estrutura biológica da espécie humana.
- <sup>3</sup> Nesse ponto, tratamos de duas declarações públicas do então Governador do Estado da Bahia, Rui Costa (PT), em dois dos vários casos de terror racial protagonizados pela Polícia Militar na cidade de Salvador. O primeiro deles diz respeito à Chacina do Cabula, o segundo, às agressões registradas em vídeo a um jovem negro de 16 anos de idade. As declarações podem ser acessadas em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/e-como-um-artilheiro-em-frente-ao-gol-diz-rui-costa-sobre-acao-da-pm-com-doze-mortos-no-cabula/> e em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/rui-costa-pede-punicao-a-pm-que-agrediu-adolescente-caso-isolado/>.
- <sup>4</sup> Referência explícita às promessas de campanha dos então candidatos ao governo dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, posteriormente eleitos. Respectivamente: Wilson Witzel (PSC) – Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm> – e João Dória (PSDB) – Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/a-partir-de-janeiro-policia-vai-atirar-para-matar-afirma-joao-doria.shtml>. Ambos, por motivos distintos, já não ocupam mais tais cargos.
- <sup>5</sup> Ainda que careça de estudos mais aprofundados, chama atenção que também a força de trabalho “uberizada” venha sendo submetida a checagens de antecedentes criminais pelas plataformas.

### **César Augusto Ferreira São José**

cesarsaojose@academico.ufs.br

Mestrado em Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Advogado Criminalista.

### **Daniela Carvalho Almeida da Costa**

dancacosta@hotmail.com

Doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

Professora associada da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Professora da Escola da Magistratura de Sergipe.

## UFS

Avenida Marechal Rondon Jardim s/n - Rosa Elze,

São Cristóvão – SE – Brasil

CEP: 49100-000

### **Agradecimentos**

Ao professor Cleifson Dias Pereira, por indicar parcela significativa da bibliografia referenciada para a elaboração deste trabalho.

### **Agência financiadora**

Trabalho parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Processo nº 88887.664294/2022-00 do Programa DS, entre 01/02/2022 e 28/02/2023.

### **Contribuições das autoras**

O primeiro autor foi responsável pela redação do manuscrito e

pela revisão inicial do trabalho, baseado no primeiro capítulo de sua dissertação de Mestrado.

A segunda autora, orientadora da dissertação, contribuiu com a discussão e com a revisão crítica do conteúdo.

### **Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

### **Consentimento para publicação**

Autorizamos a publicação do presente trabalho.

### **Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

# Racismo e proibicionismo: Um retorno ao pensamento social do negro no Brasil

Evelly Araújo<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8204-0369>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pernambuco, Departamento Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, PE, Brasil

## Racismo e proibicionismo: Um retorno ao pensamento social do negro no Brasil

**Resumo:** Objetiva-se apreender os principais elementos da formação socio-histórica brasileira que sustentam e reforçam o racismo como estrutura indispensável para a consolidação do proibicionismo às drogas e sua matriz contemporânea estadunidense, com base em teóricos que contribuíram para o pensamento social do negro no Brasil. Há uma problemática fundamental na relação entre proibição e racismo: a eminência do trabalho livre, pós-abolição e a forma de integração do negro na constituição econômico-social do capitalismo dependente, desde o período de transição. Ou seja, há um atravessamento histórico entre a divisão racial do trabalho, a exclusão delegada à população negra na ordem social do capitalismo brasileiro, e a sustentação do racismo científico, da medicina social eugenista junto ao higienismo mental da psiquiatria e do Direito Penal, como marco embrionário da proibição. O resultado disso é a criminalização da pobreza moldada pelo racismo, e a reatualização da imagem do usuário de drogas como degenerado moral e criminoso.

**Palavras-chave:** Formação social do Brasil; Guerra às Drogas; Proibicionismo; Racismo.

## Racism and prohibitionism: A return to black social thinking in Brazil

**Abstract:** The aim is to apprehend the main elements of Brazilian socio-historical formation that support and reinforce racism as an indispensable structure for the consolidation of drug prohibitionism and its contemporary US matrix, based on theorist who contributed to the social thinking of black people in Brazil. There is a fundamental issue in the relationship between prohibition and racism: the eminence of free work, post abolition and racism: the eminence of free work, post-abolition, and the form of integration of black people in the economic-social constitution of dependent capitalism, since the transition period. That is, there is a historical crossing between the racial division of work, the exclusion delegated to the black population in the social order of Brazilian capitalism, and the support of scientific racism, eugenic social medicine together with the mental hygiene of psychiatry and Criminal Law, as embryonic landmarks of prohibition. The result of this is the criminalization of poverty shaped by racism, and the updating of the image of the drug user as a moral and criminal degenerate.

**Keywords:** Prohibitionism; racism; war on drugs; Brazil's social formation.

Recebido em 28.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

O histórico de intervenções público-estatais no campo das drogas foi administrado em torno do policiamento, moralização e patologização da população usuária, principalmente das populações periféricas e negras inseridas no circuito de venda e consumo das substâncias ilícitas, sob orientação sistemática — após a década de 1970 — do paradigma global do proibicionismo e sua matriz estadunidense.

Todos os anos, são inúmeras mortes por intervenções policiais em operações como a do Jacarezinho e da Penha, no Rio de Janeiro. Os dados da Rede de Observatórios da Segurança (2021) comprovam: na Bahia, 607 pessoas foram mortas pela polícia em 2020, 98% eram negras; no mesmo ano, em Pernambuco, das 112 pessoas mortas em operações policiais, 109 eram negras. A “guerra às drogas” também pode ser percebida nos superlotados sistemas prisionais, nas audiências de custódia, na vida de egressos(as), mães e familiares que convivem com a política de encarceramento em massa, ou na criminalização das pessoas em situação de rua.

De fato, o infeliz “sucesso” da política de encarceramento em massa manifesta as implicações do proibicionismo nas estruturas de coesão social do Estado. Segundo levantamento do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nos últimos 21 anos, o número de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional e sob custódia das polícias aumentou cerca de 252%, chegando ao máximo de 820.689 em 2021, em que o crime de maior incidência é o tráfico de drogas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Em 2021, duas em cada três pessoas privadas de liberdade eram negras, e mais, no mesmo ano, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 78 eram negras. Apesar de não haver novidades, o agravamento das desigualdades repercute na reprodução acentuada deste perfil, a exemplo dos dados de 2021: 67,5% das pessoas privadas de liberdade são negras (pretos e pardos) e 46,3% são jovens de 18 a 29 anos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

A questão do cárcere feminino também tem ganhado destaque. Apesar do número expressivamente menor se comparado a homens encarcerados, a questão da mulher encarcerada apresenta particularidades que atravessam a forma da violência prisional. O aumento da série histórica de mulheres no cárcere é mediado primordialmente pela seletividade penal da “guerra às drogas”. Não é surpresa, mais uma vez, que a desigualdade social vivenciada por este grupo produza o mesmo perfil no cárcere brasileiro, mulheres jovens, com baixa escolaridade e falta de acesso à renda, mães e negras.

A população negra usuária de drogas também está significativamente presente nos serviços de saúde mental do SUS e nas redes psicossociais e socioassistenciais das políticas sociais que ofertam cuidado à pessoa usuária e seus familiares. Em meio ao desmantelamento da seguridade social, o recrudescimento do conservadorismo na Política sobre Drogas promove retrocessos em pautas anteriormente conquistadas, ao exemplo da inserção massiva de Comunidades Terapêuticas no acesso ao fundo público e da negação da Redução de Danos como princípio de cuidado.

Toda essa realidade é mobilizada por tendências históricas e particularidades da formação social brasileira que respondem ao Brasil contemporâneo. Apesar disso, é comum ver compreensões sobre o racismo, a discriminação racial e marginalização de nossos corpos pouco associadas à racionalidade antagônica das estruturas do escravismo e sua transição para o capitalismo dependente, como bem destaca Clóvis Moura. Nesse caso, sabemos que o proibicionismo no Brasil é fundamentalmente constituído pelo racismo, mas como as raízes históricas da questão do negro no Brasil respondem à contemporaneidade?

Soma-se a isso, o problema da divisão racial do trabalho, com a questão do negro escravizado, a funcionalidade de sua integração na sociedade de classes, e o processo de internacionalização da política estadunidense de “guerra às drogas”. Diante da questão, o objetivo deste estudo exploratório é apreender os principais elementos da formação socio-histórica brasileira que sustentam e reforçam o racismo como estrutura indispensável para a consolidação do proibicionismo às drogas e sua matriz contemporânea estadunidense. Partiremos, em termos metodológicos, do diálogo entre os principais teóricos do pensamento social do negro no Brasil e os marcos histórico, sociais e políticos do proibicionismo brasileiro, enfatizando elementos pulsantes na realidade do país entre a segunda metade do século XIX e o período da ditadura empresarial-militar.

## As bases materiais do proibicionismo e do escravismo no Brasil

O processo de constituição do proibicionismo no Brasil e na América Latina é atravessado por sua posição econômica e político-social na economia internacional. As noções constitutivas da proibição das drogas acompanham necessidades historicamente postas à realidade brasileira, que são operadas entre o século XIX e XX, especificamente durante a nebulosa transição da economia colonial e escravagista para a organização do trabalho livre e do capitalismo dependente. No caso do Brasil, há uma obrigatoriedade em pensar a transformação do uso de substâncias em mercadoria a partir do colonialismo e das relações escravocratas que se estabeleceram ao longo de quase quatro séculos. O uso de substâncias psicoativas na história brasileira reporta aos rituais das tradições indígenas, como as bebidas alcoólicas fermentadas e o tabaco, que logo se fundem aos mandos e trocas europeias e às práticas de pessoas escravizadas trazidas de África.

As drogas foram essenciais nas trocas mercantis em todo o mundo, inseridas em um movimento fundamental para estruturação do capitalismo comercial, onde as grandes oligarquias agrárias da colônia brasileira se tornaram seleiros de exportação de elementos como o açúcar, o café e o tabaco (CARNEIRO, 2018). O escravismo indígena compôs significativamente o início da expansão colonial brasileira, em um processo que, cultural e ideologicamente, foi atravessado pela imposição ética e moral do cristianismo. Nessa esfera, a inquisição às práticas e aos manejos de substâncias realizados pelos povos originários também marcaram o processo de demonização cultural e religiosa do uso de substâncias. Por compor o circuito de apropriação colonial, responsável pela expropriação de terras brasileiras e pelo trabalho dos povos escravizados, a mercantilização das substâncias, com o passar do tempo, reordena e ressignifica o próprio uso cultural e religioso<sup>1</sup>. Não à toa, os destilados de cana, produzidos nos alambiques dos engenhos de açúcar, foram moedas para a compra e exploração de pessoas negras escravizadas (TORCATO, 2014).

A categoria escravidão foi tardiamente estudada como objeto central das análises sobre a formação socio-histórica brasileira. Ao longo do tempo, a história do negro no Brasil foi ora silenciada e negada, ora romantizada por intelectuais da sociologia brasileira, e essa realidade passa a ser tensionada principalmente na segunda metade do século XX. Para Clóvis Moura (1981), os povos escravizados manifestavam um polo da dicotomia entre duas classes, neste caso, eram eles que contraditoriamente produziam a riqueza e compunham a luta das classes subalternizadas, já na obra *“O escravismo colonial”*, Gorender (2016) afirma a escravidão como uma categoria social, em que o escravo é uma condição social de propriedade de outra pessoa, coisificada e desumanizada.

Na base colonial e escravista o reconhecimento da pessoa “escravo” como pessoa humana só foi firmado, inicialmente, diante da responsabilização penal, ou seja, a legitimação do crime e da pena forjou o que se pressupunha ser a “humanização” da pessoa escravizada (GORENDER, 2016). Por também ser propriedade de outro, “o escravo conseguiu reconhecimento como sujeito de delito e também como objeto de delito” (GORENDER, 2016, p. 98), sofrendo sempre as penas mais severas. Esta penalização do negro como objeto e réu do direito penal compõe um elemento constitutivo do punitivismo brasileiro na contemporaneidade, via de regra mediado pela violência como principal método de expropriação.

Ainda que a trama do proibicionismo brasileiro e seu estatuto médico-legal não apontassem estruturas sólidas no século XIX, os pilares da medicina social e psiquiátrica e institucionalizavam junto à regulamentação dos fármacos (LIMA, 2009). No berço do estado punitivo brasileiro, os Juizes da Paz tinham como função, segundo a Lei de 1827, “por em custódia o bêbado, durante a bebedice” e “corrigir os bêbados por vícios turbulentos e meretriz escandalosa, que perturbam o sossego público, obrigando-os a assinar o termo de bem-viver” (TORCATO, 2016). Já na capital do império, em 1830, foi sancionada a primeira normativa contra a maconha no Código de Posturas da Cidade do Rio de Janeiro, buscando garantir um controle sobre as práticas de pessoas escravizadas ou libertas que se acumulavam no centro da cidade (FIORE, 2005).

As grandes modificações econômicas nos centros urbanos sinalizavam o reordenamento do Brasil na organização mundial do trabalho, que teve rebatimentos na composição dos traços das classes sociais no Brasil. É importante atentar que nessa transição, antes mesmo de 1888, conviveram por algum tempo trabalhadores escravizados e trabalhadores livres, ou ainda pessoas escravizadas que assumiam funções operárias (MOURA, 2020). A manutenção do trabalho escravo em terras brasileiras retardava a expansão do mercado consumidor internacional e, conseqüentemente, reduzia as taxas de acumulação, neste caso, o fim do trabalho escravo no Brasil foi conduzido pela intervenção dos países de capitalismo central, baseadas na universalização do trabalho assalariado.

As pressões de âmbito internacional aliadas aos movimentos antiescravistas nacionais culminaram na abolição da escravidão no Brasil, em 1888, mas não somente. Clóvis Moura (1981) destaca a importância primordial dos mecanismos de resistências e reações criados pelos povos negros escravizados como força dinâmica e atuante para a descontinuidade do sistema escravagista. Sem eles, as oligarquias agrárias poderiam ter resistido às transformações dos sistemas de forma ainda mais longínquas.

Na obra “A integração do negro na sociedade de classes” (2008), Fernandes destaca que no período transição para universalização do trabalho livre, não havia espaço nem emprego para o negro nas cidades urbanas — e seus comportamentos “modernos” — tampouco as cidades rurais lhe garantiam estabilidade social em meio ao tradicionalismo colonial. Para a elite agrária, havia uma incompatibilidade do negro com o trabalho assalariado diante da vulgarização de sua funcionalidade, aptos apenas para tarefas simples ou braçais, não seria possível torná-los técnicos, tampouco era viável que frequentassem a escola (GORENDER, 2016). “Todo o processo se orientava, pois, não no sentido de converter, efetivamente, o escravo (ou o liberto) em trabalhador livre, mas de mudar a organização do trabalho para permitir a substituição do “negro” pelo “branco” (FERNANDES, 2008, [não paginado])”, e essa substituição contou com a investida massiva do projeto de embranquecimento do país.

Trata-se de uma particularidade à constituição da força de trabalho nos moldes do capitalismo dependente. Moura (1983) adverte para a formação de uma “franja marginal” posta abaixo dos trabalhadores imigrantes brancos, uma franja melhor compreendida como “uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado” (MOURA, 1983, p. 133), em um processo nítido de descarte desta população. Foi reservado ao negro o desemprego, a informalidade e as baixas condições de vida, espaços quase estagnados na exclusão e marginalização da divisão racial do trabalho (GONZALES, 2020).

As classes dominantes do Império, que se transformaram de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes dessas camadas de ex-escravos. Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente. As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. (MOURA, 1983, 133, grifo nosso).

Em virtude disso, as intervenções proibitivas com foco no consumo de drogas das classes subalternas ocorreram em meio à consubstancial relação entre a ordem racial e social, onde as forças patrimoniais e colonialistas mantinham a lógica da desintegração do trabalho de pessoas escravizadas (FERNANDES, 2008).

A problemática da integração do negro correspondia à associação imperiosa das duas forças até então vigente. A medicina social, a psiquiatria e o direito penal foram direcionados pela criminologia racial e pela medicina eugenista. Um dos expoentes para a legitimação dessa aliança foram os estudos que estruturaram o racismo científico no século XIX, representado por nomes como o médico Raimundo Nina Rodrigues. O autor embasou seus ensaios na defesa de que o Código Penal deveria tratar as “raças inferiores”, leiam-se, negros, indígenas e “mestiços”, a partir de condenações penais mais rígidas que correspondessem aos níveis de evolução social dos “povos inferiores”, argumentando que eles estariam em outra fase do desenvolvimento intelectual e moral e, conseqüentemente, noções de justiça social e valores morais “selvagens”; estes seriam fatores que facilitaríamos inclusive o alcoolismo entre essas raças subjugadas (RODRIGUES, 2015). Nesse caso, a miscigenação brasileira seria um grande entrave.

Quanto ao movimento eugenista, sua organização no Brasil foi pensada através da medicina social de bases europeias, e atentou para a educação moral das famílias em prol de sua necessária adaptação aos moldes do moderno capitalismo e da vida urbana (LIMA, 2009). A transição para o século XX, entretanto, remonta a tradição da higiene mental de influência francesa ao apresentar a noção de “anormalidades” da Teoria das Degenerências<sup>2</sup>, que ampliou o campo de interação da psiquiatria com a questão das drogas. No geral, Lima (2009, p. 158) afirma que:

A legitimação da prática médica condicionada ao monopólio da prescrição dos *pharmacos* e associada aos preceitos higienistas de “limpeza” e “ordenação” urbana, além da regulação do que é saudável física e moral para a família, parece ter formado determinações de natureza cultural, normativa e organizacional para o alinhamento do país aos primeiros marcos transnacionais de controle e regulação das drogas provocados pelos Estados Unidos no século seguinte.



É no século XX que o primeiro momento do proibicionismo aponta tendências locais em diálogo com outros países. Abdias do Nascimento (2016) menciona o embranquecimento como estratégia de genocídio da população negra ao levantar teorias da época que sustentavam a ideia de que a raça ariana — enquanto elemento superior — iria predominar ao longo do tempo no Brasil; o objetivo era “a erradicação da ‘mancha negra’ na população brasileira”, fato que se explica no investimento da recente nação nas políticas imigratórias e consequente recepção de imigrantes de “raça ariana”.

Apagar a “mancha negra” demandava estratégias econômicas, culturais, demográficas e ideológicas. Na lógica do embranquecimento da população brasileira, a *cannabis* — assim como a capoeira, as religiões de matrizes africanas e o samba — representava um mal da subalternidade negra, que precisava ser desassociado da embrionária nação brasileira, para não penetrar na cultura e nos valores da nova república e sua identidade nacional (SANTOS; SILVA; SILVA, 2021). Em concordância à análise, Moura (2020, [não paginado]) aponta elementos significativos associados à construção ideológica do proibicionismo no Brasil, ao concluir que:

A imagem do negro tinha de ser descartada da sua dimensão humana. De um lado havia necessidade de mecanismos poderosos de repressão para que ele permanecesse naqueles espaços sociais permitidos e, de outro, a sua dinâmica de rebeldia que a isso se opunha. Daí a necessidade de ser ele colocado como irracional, as suas atitudes de rebeldia como patologia social e mesmo biológica.

Em vista disso, os discursos médicos legitimados pelo racismo científico ressoaram na comunidade internacional, com o pioneirismo do Brasil ao propor a proibição da maconha na II Convenção do Ópio, em 1924, e proibir, pela primeira vez, o uso da erva. Para comprovar as investidas da intelectualidade médica em problematizar o uso de maconha, Santos (2021) resgata o trabalho do médico sergipano Rodrigues Dória, da Faculdade de Direito e Medicina, apresentado no Congresso Científico Pan-Americano, em 1915:

Dentre os males que acompanharam a raça subjugada, e como um castigo pela usurpação do que mais precioso tem no homem – a sua liberdade – nos ficou o vício pernicioso e degenerativo de fumar as sumidades floridas da planta aqui denominada fumo d’Angola, maconha e diamba, e ainda, por corrupção, liamba, ou riamba. (DÓRIA, 1958, p. 2 apud SANTOS, 2021, p. 526).

Na década de 1920, os movimentos antialcoólicos ou da temperança no Brasil — fomentados pela categoria médica — foram fundamentais para o posterior aumento de instituições de internação para alcoolistas em espaços públicos e privados. Torcato (2016, p. 276) afirma que os médicos higienistas, desvinculados da ordem religiosa, eram “verdadeiros militantes da temperança no Brasil”. No caso do álcool, a consolidação da medicalização legitimada pelo saber médico higienista passa a investir no processo de patologização do alcoolismo, associando o uso de álcool às mazelas das classes populares que precisariam ser disciplinadas em prol da tradição burguesa e do trabalho assalariado e industrial. No geral, o proibicionismo das drogas no Brasil teria sido promovido pelo discurso psiquiátrico, que transferiu “o modelo de combate às epidemias do sanitarismo para o campo do comportamento social, fortalecendo assim sua posição no interior do aparato estatal, através da medicalização do crime” (ADIALA, 2011, p. 24).

A suposta resolução de problemáticas sociais através da psiquiatria e patologização também serviu à intelectualidade brasileira que defendia a harmoniosa “democracia racial”. De forma acertada, Moura (2020) afirma que as repercussões das ideias de Gilberto Freyre insistiram em apagar a contradição da escravidão na formação social do Brasil, mediante uma *pseudo* imparcialidade, típica do pensamento social brasileiro. Isenta de problemáticas estruturais, a percepção da realidade social que foi construída desobrigava-os a analisar a luta de classes, restando respostas e análises psicologizantes sobre a questão do negro na sociedade brasileira (MOURA, 2020), já que sob as lentes do mito da democracia racial, o apagamento dos conflitos raciais, pós-abolição é acompanhado pelo apassivamento do negro, que se realiza também pelo poder coercitivo do sistema penal.

Até então, é possível considerar a transição entre a escravidão e o trabalho livre e a consequente divisão racial do trabalho um marco para a sustentação ideológica dos pilares do proibicionismo no Brasil. Evidentemente, esses pilares possuem fundamento concreto, fruto da fusão entre as bases coloniais e escravocratas e a reestruturação do Brasil na economia mundial, processo que foi embebecido pelas teorias e tendências ideológicas dos países centrais. O século XX, portanto, remonta essa estrutura, garantindo-lhe legitimidade legal.



### Proibições legais e capitalismo dependente

As mudanças que ocorrem nas primeiras décadas do século XX são fundadas pela era monopolista do capital, que para Fernandes (2006), implica na estruturação do capitalismo dependente brasileiro. A urgência da constituição do capitalismo dependente é acompanhada pela urgência da constituição e institucionalização da identidade nacional, que precisou contar com a dilatação do aparato estatal para sua profícua intervenção. Entretanto, a legitimidade desse processo só foi possível pela manutenção de característica do antigo regime colonial, reforçando intervenções que sequer contemplavam os princípios da “democracia burguesa”.

A primeira regulamentação nacional com vistas a combater o consumo de drogas no Brasil se deu com a aprovação do Decreto nº 4.294, de 1921. Inspirada na Convenção Internacional sobre o Ópio, o decreto puniu o comércio de “substância de qualidade entorpecente”, tais como cocaína, ópio, morfina e seus derivados, e criou estabelecimentos para internação de “intoxicados”. Mas foi no período Vargas que as ações proibitivas aumentaram. Decreto nº 20.930 de 1932 foi instituído passando a penalizar também o usuário, porém, diferenciando-lhe do crime do comerciante, denominado traficante. A legislação permitia o apenas com prescrição médica.

Ainda nesse período, foi criada a Comissão Nacional de Fiscalização e Entorpecentes, em 1936, e sancionado o Decreto-Lei nº 891 de 1938 ou Lei de Fiscalização de Entorpecentes, além de estender o quantitativo de drogas sob o estatuto de proibição, a lei estabeleceu o uso abusivo e a dependência como doença de notificação compulsória, passível de internação civil e interdição. A internação obrigatória de que trata seu Art. nº 29, refere-se à necessidade de tratamento pelos danos à saúde em função do consumo abuso das drogas, mas também quando for “conveniente à ordem pública”. Cabe ressaltar que a autoridade responsável por verificar a necessidade de internação era a polícia ou o Ministério Público, efetivando-se por determinação de um juiz. A partir da década de 1930, portanto, a proibição das drogas passa a ser retratada também como questão policial, precisamente respondida pela repressão (ADIALA, 2011).

Após dois anos, através Decreto-Lei nº 2.848, o Decreto-Lei nº 891 foi incorporado ao Art. nº 281, do Código Penal de 1940. O artigo em questão, parte constitutiva do capítulo III, direcionado aos crimes contra a saúde pública, ao tratar do comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes, estabeleceu pena de um a cinco anos para qualquer atividade envolvendo entorpecentes sem autorização legal.

Diante do cenário apresentado no tópico anterior, cabe ressaltar que a era Vargas (1930–1945) dispôs de instrumentos legais significativos de consenso e coesão. Além de seguir a retórica que se construía no plano internacional sobre a proibição, o governo Vargas atuou na implementação de políticas socioeconômicas que respondessem ao processo de *modernização conservadora*, a partir de arranjos econômicos híbridos em que coexistiam “formas econômicas ‘arcaicas’ e ‘modernas’” (FERNANDES, 2006). O ordenamento de políticas sociais implementadas atuava na construção de uma cidadania regulada, que excluía e marginalizava o acesso de parte da população. A coexistência dessas formas econômicas repercutia na formação da classe trabalhadora brasileira, aos ex-escravos, indígenas, camponeses e demais pauperizados que não ocupavam espaços na cadeia produtiva da industrialização brasileira, restavam o desemprego, a informalidade, os riscos compelidos aos mocambos e as formas coercitivas de regulação social. Não é surpresa, portanto, tamanho investimento legal para que a questão das drogas tornasse questão de polícia<sup>3</sup>.

Mais tarde, durante a ditadura militar, alguns contornos são dados à política de drogas brasileira. É importante lembrar que os arranjos do golpe empresarial-militar de 1964 sofreu a intervenção dos interesses norte-americanos, sustentados pelo enredo da soberania nacional. Destaca-se que a redação da Lei nº 4.451, de 1964, provocou mudanças que passaram a ser consideradas um novo momento do proibicionismo. A Lei nº 385, de 1968, sancionada em plena ditadura militar, alterou o Art. nº 281 do Código Penal e no inciso primeiro equiparou usuário a traficante, atribuindo-lhes penas semelhantes.

Sabe-se que a década de 1970 marcou a consolidação programática do proibicionismo. A famosa proposta ditada pelo ex-presidente dos EUA Richard Nixon (1969–1974) firmava as drogas como “inimigo número um” do país, sustentando a chamada “guerra às drogas”, e a disseminação dessas ideias, enquanto paradigma ideológico, contou com a contribuição do governo Ronald Reagan (1981–1989), para a expansão axial do que se consolidou como política de encarceramento em massa.

O proibicionismo de matriz norte-americana foi não só incorporado, como impelido aos países latino-americanos. As investidas desse projeto se justificam pela lógica imperialista de intervenção e monopólio americano, baseadas em supostas estratégias de proteção nacional e transnacional. Neste caso, é no programa de Estado supostamente democrático dos EUA que o proibicionismo executa uma agenda de restrição de liberdade justificada pela defesa da própria democracia burguesa, a partir da administração de discursos voltados para a defesa da paz social, das instituições e contra a violência e a corrupção associada ao narcotráfico (RODRIGUES, 2002).

No Brasil, a “matriz proibicionista” americana facilmente se ajustou ao conservadorismo oligárquico brasileiro. Foi na década de 1970 que o Estado brasileiro passou a atuar mais fortemente na perseguição aos consumidores e comerciantes de drogas proibidas. Vale lembrar que a acepção dessa agenda se desenrola em aspectos geopolíticos reordenados entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, que moldaram o processo de favelização e da chegada do narcotráfico nas economias de países periféricos, principalmente latino-americanos. Nos anos de chumbo, o posicionamento nutrido desde o final do século XIX com relação às drogas passou a ser associado, com base nas intervenções americanas, a “costumes comunistas”:

A toxicomania comunista foi um argumento construído por frações civis e militares durante a ditadura. No contexto da Guerra Fria, essas representações reproduziam uma tradição anticomunista moral e conspirativa atualizada pela chamada “revolução nos costumes”. Esses elementos alimentaram uma reação contrassubversiva e conservadora, convergindo com as moralidades em torno do proibicionismo, que associava a droga à promiscuidade sexual e à destruição da família. (BRITO, 2021, p. 41).

O princípio da “lei e ordem” pregado na ditadura civil-militar era pautado com forte apelo da participação da sociedade civil na denúncia de “irregularidades”. Este aspecto pode ser observado na Lei nº 5.726, de 1971, que já em seu artigo primeiro institui o dever da sociedade em colaborar no combate ao consumo e tráfico de drogas. Ademais, Barros e Peres (2012) apontam que as denúncias podiam ser realizadas mesmo sem a posse de qualquer droga, ou seja, sem prova material, e “qualquer policial, sem ordem judicial, podia prender uma pessoa e deixá-la incomunicável com sua família ou advogado por trinta dias” (BARROS; PERES, 2012, p. 14–15).

A Lei nº 6.368, de 1976, passou a estabelecer penas diferenciadas para traficantes e usuários. No entanto, a distinção entre eles se deu de forma enviesada, já que o enquadramento da pena enquanto usuário ou traficante ficou, a cargo da autoridade judicial por intermédio das declarações feitas pela polícia, o que se constituía um problema, sobretudo, pela funcionalidade racista e classista destas instituições.

No geral, tem-se a compreensão de que o mito da democracia racial foi a linha defendida pela ditadura militar. Em um primeiro momento, a retórica da harmonia entre as raças considerava as movimentações e organizações negras como inexpressivas, defendendo que o racismo era uma invenção da esquerda, entretanto, as mobilizações de lideranças e intelectuais negros incomodaram a ponto de provocar posteriores intervenções violentas frente qualquer posição ou mobilização contrária à ordem da “democracia racial” (PIRES, 2018).

No processo histórico que atualiza as bases programáticas do proibicionismo, a função social da “guerra às drogas” na sociedade de classes serve às atualizações globais do neoliberalismo, na recusa do Estado a enfrentar as expressões da “questão social”. Wacquant (2001, p. 80) afirma que “a atrofia deliberada do Estado social corresponde a hipertrofia distópica do Estado penal”, analisando a política de encarceramento em massa como ferramenta programática do neoliberalismo, em que se torna necessário legitimar o controle social, através de uma suposta legalidade pautada em pressupostos de classe, raça e morais-cristãs. Esses aspectos posicionam a guerra às drogas como multiplicadora de dispositivos ultra repressiva (WACQUANT, 2001). Apesar de Wacquant ter analisado a política de encarceramento em massa dos EUA, o percurso histórico apresentado mostra que a história do Brasil é cercada pela criminalização e pelo punitivismo de raízes coloniais, escravocratas e ditatoriais, e pela vigilância do trabalho explorado e colonizado. Nesse sentido, o Estado brasileiro sempre foi categoricamente o Estado penal.

Na relação entre o racismo estrutural brasileiro e o proibicionismo contemporâneo, Costa e Mendes (2022) recorrem ao pensamento mouriano para entender a “guerra às drogas” como mais um “mecanismo de barragem”. Noutras palavras: a passagem — e não superação — do sistema escravagista implica até hoje em mecanismos de reatualização e manutenção dos estratos sociais e de classes que resguardando o negro nos mais precários espaços sociais, políticos e econômicos:

De maneira mais evidente, temos na e a partir da GD a edificação de todo um aparato repressor, criminalizante e de extermínio que tem um suposto combate às drogas como justificativa, mas que, no fundo, volta-se majoritariamente contra a população negra (também jovem, dos estratos mais pauperizados da classe trabalhadora e periférica), construída ideologicamente como responsável por tais drogas, na forma do traficante. (COSTA; MENDES, 2022, p. 514).

Os caminhos posteriores do proibicionismo no Brasil são costumeiramente revisados pelas literaturas do campo das drogas. De toda forma, as razões que determinam a bipartição entre venda e consumo, comerciante do tráfico e o usuário — “o marginal e o doente” — apresentam uma unidade antagônica que ampara a criminalização da pobreza, a exclusão social e o sofrimento no processo de subjetivação do consumo de drogas, a partir de critérios geográficos, marcadamente raciais e de classe. Neste caso, se o controle penal das classes subalternas sempre compôs a agenda do sistema capitalista como parte organicamente necessária para repressão da luta de classes e gestão da pobreza, na contemporaneidade a crise do capital demanda por estratégias reatualizadas de punição, que se expandem no neoliberalismo em resposta à população excedente, ao desemprego estrutural e acirramento das desigualdades (DURIGUETTO, 2017). O aumento do encarceramento é apenas um dos diversos fatores que englobam o paradigma proibicionista, os rebatimentos do proibicionismo também envolvem mortes, prisões superlotadas, estigma aos usuários, violências em virtude do tráfico de drogas, dificuldades de acesso à saúde, dentre outros.

### Considerações finais

A construção do proibicionismo reúne pilares importantes da constituição do Estado burguês brasileiro, que se fundem às formas coloniais e escravocratas de quase quatro séculos na história do país, e os arranjos desse paradigma são delineados pelo racismo e o punitivismo que resguarda a proibição das drogas na contemporaneidade.

No bojo das determinações históricas expostas, o processo de colonização escravagista resguarda os tensionamentos contemporâneos da questão do negro e das “raças indesejadas” desde a marginalização do negro na sociedade de classes, à constituição da identidade nacional do capitalismo dependente, já que os padrões tradicionalistas penetraram na burguesia que ascendeu entre os finais do século XIX e durante o século XX. Diante do exposto, é perceptível que há uma problemática fundamental na relação entre o proibicionismo e o racismo no Brasil: a eminência do trabalho livre, pós-abolição e a forma de integração do negro na constituição econômica e produtiva do capitalismo dependente, desde o período de transição. Ou seja, há um atravessamento histórico entre a divisão racial do trabalho, a exclusão delegada à população negra na ordem social do capitalismo brasileiro, e a sustentação do racismo científico, da medicina social eugenista junto ao higienismo mental da psiquiatria e do Direito Penal, como marco embrionário do proibicionismo brasileiro. O resultado disso é a criminalização da pobreza que se organiza em torno do sistema de racialização, e a reatualização da imagem do usuário de drogas como degenerado moral e criminoso, do negro demonizado vinculado às classes perigosas.

Com base nesses marcos, a questão do negro na sociedade brasileira passa por estratégias de inferiorização, apagamento e apaziguamento no processo de miscigenação brasileira, questões bem pontuadas por Clovis Moura e Abdias do Nascimento. Como desde o princípio, a solução das elites brasileiras para os escravos e negros sempre foi a penalização e criminalização, como expôs Gorender, a questão da proibição das drogas perpassa respostas legais de interdição, lidas como questão de polícia ou de doença. Não à toa, o proibicionismo que atualmente se consolida como uma agenda de morte, encarceramento e sofrimento psicossocial para as populações pretas e periféricas no Brasil, é fruto da manutenção histórica da marginalização racial e social das classes subalternas ao longo dos séculos.

Vale destacar que a revisão histórica da constituição do proibicionismo no Brasil e sua ascensão no mundo atende às estruturas economicamente postas nas relações internacionais, geralmente mediadas pelos EUA, ainda que reordenados para atender as expectativas das elites burguesas no Brasil e as necessidades do capital. Não obstante, a sistemática intervenção do Estado brasileiro na questão das drogas é substancialmente ordenada no período da ditadura militar, através da interlocução com a política de segurança dos EUA e a consolidação ideológica do proibicionismo de matriz estadunidense.

Por fim, descamar a natureza do racismo estrutural é também um exercício para superação da estrutura do capitalismo e seus arranjos de manutenção do racismo (enquanto sistema). Inevitavelmente, essa natureza aponta para debates rotineiramente ofuscados e largados às polêmicas, que não serão aprofundados neste texto, mas possuem fundamental vazão para o debate, como a reivindicação do abolicionismo penal, a reparação social e histórica das vidas interditadas pela proibição às drogas, a descriminalização e legalização das drogas e a desmilitarização ou encerramento das forças policiais.

## Referências

ADIALA, J. C. Drogas, medicina e civilização na primeira república. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

BARROS, A.; PERES, M. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. *Revista Periferia*, v. 3, n. 2. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/viewFile/3953/2742>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Brasília: Presidência da República, 1940.

BRITO, A. M. F. A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. *Revista Brasileira de História*, v. 41, p. 39–65, 2021.

CARNEIRO, H. Drogas: a história do proibicionismo. Editora Autonomia Literária, 2018.

COSTA, P. H. A. da; MENDES, K. T. “Negro: de bom escravo a traficante”. *Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil. Sociedade e Estado*, v. 37, p. 511–530, 2022.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, Infopen. Levantamento nacional de informações penitenciárias. Ministério da Justiça, 2019.

DURIGUETTO, M. L. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, p. 104–122, 2017.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 5. ed. 2006.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes (o legado da raça branca). São Paulo: Biblioteca Azul, 5 ed. 2008. E-book. [Não paginado].

IORE, M. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo: Alameda, 2005. p. 257–290.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, F. B. S. P. Anuário brasileiro de segurança pública, São Paulo, v. 15, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GOENDER, J. O escravismo colonial. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Escravismo-Colonial-Web.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

LIMA, R. de C. C. Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2009.

MOURA, C. Rebeliões da senzala: a questão social no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, C. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, n. 14, p. 124–137, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20824/13425>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2020. E-book.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

PIRES, T. R. de O. Estruturas intocadas: Racismo e ditadura no Rio de Janeiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, p. 1054-1079, 2018.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. Pele-alvo: a cor da violência policial. Rio de Janeiro: CESeC, 2021. Disponível em: [https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/12/RELATORIO\\_REDE-DE-OBS\\_cor-da-violencia\\_dez21\\_final.pdf](https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/12/RELATORIO_REDE-DE-OBS_cor-da-violencia_dez21_final.pdf). Acesso em: 02 fev. 2023.

RODRIGUES, T. A infundável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, p. 102–111, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/yZyxgckKF6Ljzc3gprjhkgF/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2022.

RODRIGUES, M. F. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. *Estudos e pesquisas em psicologia*, v. 15, n. 3, p. 1119–1135, 2015.

SANTOS, S. C. P. dos; SILVA, P. H. M. da; SILVA, F. A. da. O discurso médico-científico sobre a maconha no pós-abolição: o racismo científico como pressuposto para a emergência da ideologia proibicionista. *Revista Maracanan*, n. 27, p. 118–144, 2021.

SANTOS, S. R. C. dos. “É um caso da calamidade pública”: A questão de drogas em debate no Congresso Nacional (1964–1971). *Revista Aedos*, v. 12, n. 27, p. 522–541, 2021.

TORCATO, C. E. M. A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

## Notas

- <sup>1</sup> A análise sobre o uso de substâncias psicoativas entre os povos originários requer leituras também particulares, que provocam as estruturas do colonialismo e sua imposição cultural da suposta civilidade clássica europeia. Como dito, os aspectos culturais, ritualísticos e religiosos relacionados aos saberes e manuseios de substâncias psicoativas não foram isentos de ataques, entretanto, há se diferenciar as formas de consumo de drogas da utilização cultural dessas substâncias nas sociedades contemporânea. Estamos dizendo, portanto, que os diversos significados culturais e religiosos atribuídos a essas substâncias continuam a existir em muitas realidades dos povos tradicionais. Um dos mais conhecidos exemplos é a utilização ancestral da coca – matéria-prima da cocaína – em chás ou mesmo na folha mastigada por comunidades indígenas nos Andes.
- <sup>2</sup> A teoria da degeneração foi basilar para a eugenia e a psiquiatria tradicional, onde a “loucura, o “alcoolismo”, os “vícios”, e a “vagabundagem” eram lidos como degenerações hereditárias relacionadas ao psíquico, que precisariam ser retiradas das cidades. A limpeza social também estava relacionada aos centros urbanos, cortiços e ao próprio proletariado.
- <sup>3</sup> Sobre a questão policial e a exclusão do trabalhador negro, é de importância fundamental a observação de Lélia Gonzalez (2020, p. 46): “Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele. Quando seus documentos são solicitados (fundamentalmente a carteira profissional) e se constata que está desempregado, o negro é preso por vadiagem; em seguida, é torturado (e muitas vezes assassinado) e obrigado a confessar crimes que não cometeu. De acordo com a visão dos policiais brasileiros, “todo negro é um marginal até prova em contrário. Claro está que esse consenso setorial não é uma causalidade”.

## Evelly Araújo

evelly.araujo@ufpe.br

Assistente Social na Política de Assistência Social da Prefeitura do Recife.

Especialista em Saúde Mental, Universidade de Pernambuco (UPE).

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPE).

## UFPE

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária

Recife – PE – Brasil

CEP: 50670-901

### Agradecimentos

Ao aprendizado compartilhado na disciplina de Formação Histórico-Social Brasileira do PPGSS-UFPE, que permitiu conhecer e aprofundar parte das referências presentes neste texto.

### Agência financiadora

Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES). Processo nº 88887.615328/2021-00, de 01/04/2021 à 30/09/2023.

### Contribuições das autoras

Não se aplica.

### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

### Consentimento para publicação

Não se aplica.

### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.



**ESPAÇO TEMÁTICO: IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

# COVID-19, necropolítica e prisões femininas no estado do Amazonas

**Ellen de Moraes e Silva<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-3062-9497>**Dorli João Carlos Marques**<https://orcid.org/0000-0002-2009-0897>**Rayra Pereira Buriti Santos**<https://orcid.org/0000-0002-2018-1027>**Aldo Pacheco Ferreira**<https://orcid.org/0000-0002-7122-5042>

<sup>1</sup>Universidade Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## COVID-19, necropolítica e prisões femininas no estado do Amazonas

**Resumo:** O Estado em seu discurso de proteção aos seus cidadãos e da necessidade do encarceramento em massa, utiliza-se dos poderes inerentes a ele, para abreviar direitos e conduzi-los de modo que a desigualdade estrutural acabe por ampliar os efeitos do vírus dentro das prisões. Diante disto, este estudo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre biopolítica, biopoder e necropolítica nas prisões femininas do estado do Amazonas e como este conceito foi aguçado na crise de saúde pública causada pela pandemia de Covid-19. Trata-se de uma revisão de literatura, de cunho exploratório-descritivo, através de uma abordagem qualitativa. O período estudado compreende os anos de 2020 a 2022, auge da crise da Covid-19 em todo o planeta. Os resultados apontam para um regime necropolítico de atenção à saúde criando historicamente nos estabelecimentos penais um ambiente não propício a condições dignas de vida, tampouco apto para retardar a morte.

**Palavras-chave:** Necropolítica. Biopolítica. Biopoder. Covid-19. Prisão.

## COVID-19, necropolitics and female prisons in the State of Amazonas

**Abstract:** The State, in its discourse of protecting its citizens and the need for mass incarceration, uses its inherent powers to abridge rights and conduct them in such a way that structural inequality ends up amplifying the effects of the virus inside prisons. Given this, this study aims to bring a reflection on biopolitics, biopower and necropolitics in women's prisons in the state of Amazonas and how this concept was sharpened in the public health crisis caused by the pandemic of Covid-19. This is an exploratory-descriptive literature review, using a qualitative approach. The period studied is the years 2020 to 2022, the peak of the Covid-19 crisis worldwide. The results point to a necropolitical regime of health care historically created in prisons, an environment not conducive to dignified living conditions, nor able to delay death.

**Keywords:** Necropolitics. Biopolitics. Biopower. Covid-19. Prison.

Recebido em 17.12.2022. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.



## Introdução

A linha cronológica do descobrimento, declaração e notificações da Covid-19, mostra ao mundo que o SARS-CoV-2, é um vírus de rápida propagação e letalidade. No dia 31 de dezembro 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) notificou a ocorrência de um surto de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, República Popular da China. Em fevereiro de 2020, a doença causada pelo novo coronavírus recebeu a denominação “Covid-19”, dando referência ao tipo de vírus e ao ano de início da pandemia. E no dia 11 de março de 2020, a OMS declarou estado pandêmico e faz recomendações de isolamento social para contenção do vírus (OMS, 2020). No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020. Quatro meses após, no mês de maio de 2020, o número de pessoas infectadas era de 514.992 casos de Covid-19 com um total de 29.341 óbitos decorrentes da doença (BRASIL, 2020).

O estado do Amazonas viveu momentos de terror, em meio a um caos na saúde pública, houve escândalos de corrupção e superfaturamento, atraso de salários dos profissionais da saúde, escassez de equipamentos de proteção individuais, maquinários hospitalares, respiradores, e o uso indiscriminado de medicamento sem eficácia contra a Covid-19 (SENADO, 2021) e o básico: oxigênio, nos dias 14 e 15 de janeiro de 2021, o tão aclamado “pulmão do mundo” parou de respirar por falta de oxigênio nos hospitais amazonenses, levando a população a suplicar por ajuda nacional e internacional para suprir o mínimo da subsistência humana (ENSP, 2021).

Nas unidades prisionais, o pânico psicológico estava instalado, visto que, se o atendimento à saúde estava sendo negligenciado à população em geral, dita, livre (tanto no nível de assistência à saúde privada, quanto no nível público), isso significava que na hierarquia de salvação, existia a certeza de que a pessoa presa, estava em um nível ínfimo, subumano, na prioridade de ser socorrida. Pois, em um cenário de privação de liberdade, naturalmente as vidas que ali se encontram são consideradas descartáveis.

Em seu discurso de proteção aos seus cidadãos, e da necessidade do encarceramento em massa, o Estado utiliza-se dos poderes inerentes a ele, para abreviar direitos e conduzi-los de modo que a desigualdade estrutural acaba por ampliar os efeitos do vírus dentro das prisões (WERMUTH, 2017), “ao ponto que a biopolítica do viver não contempla os mais vulneráveis, estes são deixados para morrer” (SILVA; SILVA, 2020, p. 37). Em suma, o biopoder legitima o Estado a exercer seu poder de morte sob o manto da proteção à população.

Sendo assim, o principal objetivo deste estudo é refletir sobre a biopolítica, biopoder e necropolítica nas prisões femininas do estado do Amazonas e como este conceito foi aguçado na crise de saúde pública causada pela pandemia de Covid-19.

Tratando-se de uma pesquisa de cunho exploratório, através de uma abordagem qualitativa, tomamos o uso de uma revisão de literatura que segundo Kitchenham e Chartes (2007), é um estudo balizado em um processo de pesquisa metodologicamente bem definido, cujo objetivo é encontrar o maior número possível de estudos primários que apresentem pertinência a questão da pesquisa. As fontes secundárias tais como obras completas e/ou capítulos, artigos, documentos, jornais e sites oficiais contendo informações relevantes para o alcance dos objetivos do estudo também tiveram lugar neste estudo (GIL, 2010).

Os resultados foram apresentados em dois tópicos: inicialmente especificamos o que é biopolítica, biopoder e necropolítica; logo após explanamos sobre a Covid-19, uma arma da necropolítica nas prisões femininas do Amazonas. Assim, o olhar investigativo dessa pesquisa se dá em mostrar de que forma determinadas vidas podem ser relativizadas na crise pandêmica do novo coronavírus.

O compromisso ético-político é promover uma reflexão de como determinadas vidas são enquadradas em um contexto de ações e/ou omissões que as marcam para morrer as margens da sociedade. Iamamoto (2001) reforça que o capitalismo contemporâneo explica as consequências destrutivas de um projeto necropolítico no tratamento conferido às expressões da “questão social” através do processo de criminalização da pobreza o qual se caracteriza por meio da penalização estatal, da violência cotidiana, da repressão e do encarceramento que em grande parte ocorre com a população de baixa renda, negra e sem instrução. Ou seja, a produção racializada do “criminoso” fornece uma cobertura legitimadora poderosa para a formação e diferenciação social de populações excedentes, que torna o criminoso uma categoria paradigmática de descartabilidade nas democracias capitalistas liberais.

### **Biopoder, biopolítica e necropolítica a serviço do necropoder**

A Covid-19 está testando o limite da capacidade dos Estados de proteger o direito à saúde da população. O baixo investimento praticado a décadas nos sistemas de saúde, trouxe como resultado o enfraquecimento da capacidade de responder a essa pandemia, tendo como saldo milhares de óbitos que poderiam ser evitados — quatro de cinco mortes por Covid-19 poderiam ter sido evitadas no Brasil (FIOCRUZ, 2021), um momento que demanda uma resposta coordenada das instituições de saúde pública e privada antes nunca vista nessas proporções em escala mundial (TORELLY, 2020).

A Covid-19 ilustrou para muitos países que seus sistemas de saúde são incapazes de resistir a uma prolongada crise de saúde. Assim como, aguçou a percepção do Biopoder, Biopolítica e da Necropolítica no contexto da saúde pública. Mbembe (2016) em sua obra “Necropolítica” aponta que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade para ditar quem pode viver e quem deve morrer. A pandemia de Covid-19 veio para reafirmar isto.

Para o nosso estudo sobre a Covid-19 e a necropolítica em prisões femininas no estado do Amazonas, a compreensão dos conceitos de biopoder, biopolítica e necropolítica a serviço do necropoder se torna relevante para diagnosticar como as políticas contemporâneas se apresentam para gerir a vida ou permitir a morte.

A definição de biopoder, elaborado por Foucault (2008), tem duas concepções, a primeira se refere ao anátomo-política do corpo: que consistem em disciplinares encarregados de extrair do corpo humano, mediante ao controle do tempo e do espaço, sua força produtiva no interior das instituições, como, por exemplo: fábricas, asilos, hospitais, escolas, universidades, entre outros locais usados como meio de moldar a conduta do homem. Em outros termos, essas instituições têm o objetivo de gerir o corpo até obter a disciplina dele, conseqüentemente, o controle do corpo pelo Estado (RABINOW; ROSE 2006). Em consonância com o conceito de Foucault sobre biopoder, Costa (2020) complementa que:

O biopoder se manifesta nos estados modernos com o objetivo de domar corpos e controlar populações e, mais do que isso, permeia a necessidade de manter a segurança. [...] O biopoder permite o controle de populações e nações inteiras. Em uma época em que o poder deve ser justificado racionalmente, o biopoder é usado por sua ênfase na proteção da vida, na regulação do corpo e na proteção de outras tecnologias. Os biopoderes tratarão da gestão da saúde, higiene, alimentação, sexualidade, nascimento, costumes etc., na medida em que se tornem preocupações políticas. (COSTA, 2020, p. 13).

A segunda definição está relacionada à biopolítica da população: que nada mais é do que a normatizar as massas por meio de saberes técnicos e científicos que permitem gerir taxas de natalidade e mortalidade, epidemias, endemias, pandemias, entre outros, portanto, trata-se de leis e medidas políticas a fim de controlar a massa (FURTADO; CAMILO, 2016).

Na contemporaneidade, o modo de governar se torna fundamentalmente biopolítico, centrado em gerir a vida dos corpos de uma população/sociedade, tanto no seu sentido biológico quanto no capital vital de produção. Portanto, a vida do corpo, espécie humana no coletivo, torna-se alvo de ação política e econômica, determinados por conhecimentos e saberes que os governam, fiscalizam e legitimam, agindo sempre no exercício de regulação da biopolítica.

O conceito de biopolítica é tido, então, como as tecnologias de gestão dos corpos e da vida das populações, que se configuram através de uma integração de técnicas disciplinares, saberes médicos e práticas políticas, que se dispõem de forma sutil. Tais técnicas atuam como mecanismos de assistência social, segurança e saúde de uma população, visando um controle do Estado para com a mesma. (FOUCAULT, 2008, p. 32).

Agamben (2007, p. 14), realiza uma releitura do conceito de Biopolítica e para o autor “A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana. Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua”. A “vida nua”, reflete uma condição de desamparo, de abandono, destituído de seus direitos de cidadão que leva o indivíduo a viver em “Estado de Exceção”.

A partir desse entendimento, todo biopoder e a biopolítica se convertem em uma necropolítica, na medida em que os regimes de desigualdade determinam essa seleção. O conceito de necropolítica surge com Mbembe (2016), em um ensaio que se propunha discutir de que forma o Estado constrói uma política de exclusão a partir de uma separação e classificação dos seres humanos em segmentos sociais. Santos et al. (2020) afirma que, para Mbembe, compreender a concepção de necropolítica confirma o entendimento do porquê o Estado age de maneira distinta conforme o grupo social.

Pensar a necropolítica é refletir a forma como o Estado exerce o poder político social e administra a vida e a morte de grupos marginalizados e dessa forma promovem mais opressões efetivando o projeto de genocídio de grupos brasileiros já vulnerabilizados (DINIZ; CARINO, 2020). É importante compreender, que o conceito de necropolítica vem complementar o de biopolítica trabalhado por Foucault, conforme diz Grisoski e Pereira (2020), as duas concepções se relacionam, tanto o biopoder, quanto a necropolítica destacam as formas de controle social.

A biopolítica trata do gerenciamento da vida a partir da tecnologia e vai moldando o comportamento do sujeito. A necropolítica por sua vez, traz a concepção de morte, de forma concreta ou simbólica, em massa, pautada em uma lógica capitalista em que o sujeito, historicamente marginalizado, é visto como insignificante socialmente, apenas uma peça que compõe o sistema capitalista e, portanto, plenamente substituível (GRISOSKI; PEREIRA, 2020).

“O necropoder detém a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135), o Estado detém a legitimidade, bem como a autoridade, para exercer essa definição, pautado no valor atribuído a cada indivíduo. A necropolítica exerce tanto as políticas de administração da vida como também políticas de administração da morte, tratando-se de ações que definem, ao mesmo tempo, o tipo de vida que é administrativamente rentável e por consequência, que deve ser preservada e o tipo de vida que pode e deve ser sacrificável, deixando que seja exposta a morte (FOUCAULT, 1979).

As prisões estão localizadas dentro da ótica do necropoder, para Agamben (2007), dentro das estruturas sociais e históricas fundadas a partir de uma visão necropolítica, as pessoas privadas de liberdade, são consideradas vidas indignas, que não merecem viver e nem o esforço de se ressignificar, precisam ser deixados para morte, morte essa estabelecida através da biopolítica, essa é a configuração moderna do poder do estatal, que é exercido por meio do direito à vida ou a relegação à morte, que são facilmente justificadas pelo crescimento e bem-estar de uma da nação.

Em prisões femininas, às estratégias necropolíticas se intensificam por meio do duplo julgamento (social e jurídico) sofrido pela figura feminina, por romperem com o paradigma de esposa, recatada, mãe de família, e servidora do lar, são abandonadas por suas famílias e relegadas à solidão de uma cela escura, úmida e insalubre, às doenças, violências e condições precárias de higiene, “às quais essas mulheres estão submetidas, são parte do sistema carcerário brasileiro, cujo objetivo é moer esses corpos e vidas” (PASTORAL CARCERÁRIA, 2020, p. 23).

A pandemia do novo coronavírus, somadas à extrema desassistência e a violência, é mais uma ferramenta de tortura, sobre essas mulheres e seus filhos sem que uma solução de fato seja tomada (PASTORAL CARCERÁRIA, 2020), e ao tomarmos a necropolítica enquanto um operador analítico dos efeitos mortais materializados pelas atuais políticas de segurança pública no país, entendemos que o total descaso do Estado brasileiro na implementação de medidas efetivas de saúde para com a sua população prisional compõe um fio poderoso de eliminação desses corpos matáveis (PEREIRA; SANTOS, 2020).

### **Covid-19: Uma arma da necropolítica nas prisões femininas do Amazonas**

Localizar as prisões femininas como esse espaço intrinsecamente adoecedor é fundamental para iniciar uma análise sobre a saúde em tempos de pandemia, visto que, a perda de liberdade, supressão da autonomia e o isolamento, conjuntamente com a reiterada violência e controle estatal, são anteriores ao estado quarentenário e permanecerão após o seu fim. É preciso distinguir a particularidade da realidade das prisões para compreender a vulnerabilidade física e psicológica a que as mulheres em situação de privação de liberdade estão expostas antes mesmo da proliferação da Covid-19 e como esta situação somente se agrava com a pandemia.

Antecedendo a pandemia pelo coronavírus, as prisões femininas já eram extremamente letais. No Relatório com dados de 2017, o Levantamento Nacional de Informação Penitenciária – INFOPEN (2019) identificou que a cada 10 mil mulheres privadas de liberdade, 6,2 entraram em óbito dentro das penitenciárias por motivos estranhos à morte natural (MOREIRA; SILVA; DOTTA, 2020). Ainda segundo o IFOPEN (2019), a taxa de suicídios entre mulheres presas é 48,2 mortes autoprovocada, enquanto entre as mulheres em situação de liberdade este quantitativo é de 2,3 suicídios para cada 100 mil mulheres, isto é, aproximadamente 20 vezes superior.

O Amazonas não se difere do cenário encontrado nacionalmente, as prisões femininas do estado se configuram em um espaço conhecido por amplificar, acelerar e atuar como reservatório de surtos de doenças respiratórias, dermatites, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) dentre outras enfermidades, e que nas últimas décadas têm apresentado altos registros de mortalidade por doenças infecciosas potencialmente curáveis, como a tuberculose (SÁNCHEZ et al., 2020).

Com a chegada da pandemia pela Covid-19 nos cárceres, o extenso trabalho histórico de necropolítica nas prisões femininas amazonenses entra em evidência. No decorrer das leituras e da pesquisa bibliográfica, observou-se que o projeto de criação e estruturação das prisões femininas do estado do Amazonas, seguiu um parâmetro de abandono e invisibilidade. Os atravessamentos do encarceramento feminino sempre estiveram segmentados pelo necropoder, fazendo-os uma administração das mortes e transformando-as em uma indústria do espetáculo, uma gestão de governo das mortes em vida.

Desde sua criação em 1904, até o ano de 2014, a cadeia pública de Manaus, foi o único estabelecimento penal, destinado a acolher mulheres em situação de cárcere no estado do Amazonas, e em nenhum momento de sua projeção ou construção, foi pensado em abrigar este público-alvo, por esse motivo, toda a estrutura e instalações eram improvisadas e, portanto, inadequadas para as detentas, dadas as especificidades biológicas feminina.

Garantias fundamentais asseguradas pela Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), Constituição Federal (BRASIL, 1988) e instrumentos internacionais dos Direitos Humanos eram inexistentes, tais quais: Serviços e ações de saúde, assistência social, educação, trabalho, além da ausência de produtos de higiene e limpeza, água própria para banho, ou potável para consumo, berçário, espaço adequado para visita íntima, lazer, e atividades religiosas entre outras.

O terceiro Mutirão Carcerário realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, revela a falta de estrutura da Cadeia Pública que dificultava o tratamento para com os presos em geral, em especificidades com o gênero feminino: “Devido à superlotação as mulheres ficavam fora de suas celas durante todo o dia e só retornavam à noite para dormir, tendo que dividir uma cela projetada para 2 (duas) pessoas, na qual aglomeravam 15 (quinze)” (CNJ, 2013, p. 12), cooperando assim para a proliferação de doenças como tuberculose, dermatoides, herpes, entre outras.

Sem dúvida, a quase secular Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa (CPDRVP) localizada bem no centro da cidade de Manaus, é a unidade que apresenta cenário mais grave e preocupante, tanto na ala masculina como na ala feminina, pois, em ambas, há elevada concentração de internos e alto risco de proliferação de doenças, por conta das deterioradas instalações do prédio (CNJ, 2013, p. 13).

Após 109 anos e diversas recomendações do Conselho Nacional de Justiça, a cadeia pública foi desativada. As mulheres que ali se encontravam, foram transferidas para a ala feminina do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), que segundo Saraiva & Lima (2018, p. 63), “o COMPAJ é um presídio de regime fechado para homens, possui construção antiga, da qual foram cedidas e adaptadas duas alas para as mulheres [...] tais estruturas e instalações improvisadas são inadequadas para as detentas, e violam direitos fundamentais.

Por fim, o primeiro estabelecimento penal exclusivo para o público feminino foi entregue em agosto de 2014. O Centro de Detenção Feminino (CDF), que em 2021 foi renomeado para Penitenciária Feminina, com capacidade para 182 presas, foi inaugurado com superlotação com 334 presas (PASTORAL CARCERARIA, 2014), pois embora a população prisional feminina tenha aumentado dramaticamente nos últimos anos, o número de vagas nas prisões não tem acompanhado esse crescimento.

É diante desse cenário, de tentativa de consolidação da unidade prisional exclusivamente femininas na cidade de Manaus, que em 2020 o novo coronavírus é impetrado nos estabelecimentos penais do estado do Amazonas, causando preocupação e pânico não somente nas Mulheres Privadas de Liberdade, mas em seus familiares e nos agentes prisionais que vivem essa realidade diariamente.

As recomendações dadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a mitigação do vírus, preconizam vacinação em massa, distanciamento social, reforço nos procedimentos de higiene e soltura de Pessoas Privadas de Liberdade que possuem comorbidades (OMS, 2020). Entretanto, as medidas imediatas tomadas pelo governo do estado do Amazonas, foram: as suspensões de visitas familiares, regressão de regime para pessoas privadas de liberdade (PPL) que cumpriam sua pena em regime semiaberto e a sugestão do uso de contêineres para isolar PPL que testaram positivo para a Covid-19 (AGÊNCIA BRASIL, 2020) de forma que todas as medidas tomadas sinalizam para um enrijecimento do cumprimento da pena.

Ao passo que medidas mais severas são adotadas em um contexto de restrições já impostas, as novas limitações causadas pela pandemia podem ser consideradas extremamente punitivas, que vão desde a suspensão da visitação — de familiares, advogados, representantes religiosos — à suspensão das atividades coletivas — e cursos profissionalizantes.

Tais ações imediatas contribuíram para um isolamento ainda mais rigoroso das reclusas, estabelecendo um ambiente favorável ao agravamento de vários problemas psicológicos, irritabilidade, oscilações de humor, angústia, ansiedade, agressividade entre outros. “E essa disseminação de problemas mentais pode causar consequências desastrosas para o ambiente carcerário, desde um surto psicológico até irritabilidade e hostilidade que podem levar a motins e rebeliões” (NEVES, 2021, p. 68).

Após recomendações iniciais que tenderam para o enrijecimento da pena, foram adotadas medidas de mitigação do vírus nos cárceres. Em âmbito federal, destaca-se a recomendação 062/2020 do CNJ (2020), que propôs aos tribunais a concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto; a concessão de prisão domiciliar para pessoas com diagnóstico confirmado de Covid-19, e a suspensão temporária do dever de apresentação em juízo para as pessoas em prisão domiciliar.

Outras duas medidas se destacam em âmbito estadual, a primeira se refere à Portaria Interna n. 023/2021, que estabeleceu o procedimento de visitação virtual nas unidades prisionais da Capital através de videochamada ou chamada (caso haja dificuldade na conexão de Internet), com duração de cinco minutos; e a segunda que se refere à Portaria Conjunta n. 24, de 25 de março de 2020, que estabeleceu os procedimentos para a realização de entrevista do preso com o advogado através de vídeo parlatório, sendo limitados a 16 atendimentos por dia, por unidade prisional, com duração de 25 minutos para cada interno (SILVA; MEDEIROS, 2021).

Embora tais medidas tenham sido inovadoras da Administração Penitenciária Estadual e reconhecida pelo Alto Comissariado da ONU como exemplo a ser replicada, a vivência nas celas mostra que sua aplicabilidade não alcançou a efetividade desejada. De acordo com o relatório de inspeções dos estabelecimentos penais do estado do Amazonas realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (2022), destaca-se que somente mulheres que não são de Manaus “podem se comunicar com seus familiares através de videoconferência, telefonemas e cartas. Para as mulheres de Manaus, a prática é proibida (Já que foi reestabelecido o retorno das visitas presenciais) e houve muitos relatos, inclusive, de dificuldade de fazer ligações ou enviar cartas para a família” (CNJ, 2022, p. 172). Este tipo de restrição corrobora o abandono familiar e a quebra de vínculos que, de forma geral, já é substancialmente menor que a em unidades masculinas.

Também houve pedidos de maior contato com advogados e Defensoria Pública, “bem como foram encontrados casos que demonstram necessidade premente de atenção, como o de uma pessoa presa provisoriamente há 04 anos” (CNJ, 2022, p. 168).

O rigor em relação às vestimentas permitidas dentro da unidade prisional, também é um fator que contribui para o afastamento familiar, além da obrigatoriedade do termo de guarda para a entrada dos filhos menores, “o que faz com que as mães tenham que passar a guarda dos filhos e, assim, também passam a ter os pedidos de prisão domiciliar negados” (CNJ, 2022, p. 172). Ressalta-se que 61 mulheres presas no CDF possuem filhos de até 12 anos e que potencialmente poderiam ser abarcadas pelo HC 143.641 e Resolução CNJ nº 369/2021 (CNJ, 2021).

Em relação à saúde das mulheres em situação de prisão em Manaus/AM, o CNJ (2022), informa que das 121 mulheres presas, mais da metade da população carcerário do CDF, (66 reclusas) usa remédios controlados para tratamento de sua saúde mental, suas maiores demandas são em relação à depressão, ansiedade,



esquizofrenia; ainda há queixas de doenças do colón uterino, HIV e hipertensão arterial, enxaqueca, diabetes, asma e tuberculose, além de “acidente de trabalho devido à ausência de EPI” (CNJ, 2022, p. 167).

Ainda há questões relacionadas às punições físicas e mentais, que vão desde a contenção física, com utilização de algemas nos pés e nas mãos, inclusive nos atendimentos sociais e médicos, a vigilância constante e ostensiva na unidade, realizada por um servidor do sexo masculino que passa pelos pavilhões com cachorros muito próximos às gradas da cela.

Os critérios para liberação de mais ou menos ventiladores para as celas das trabalhadoras ocorrem de acordo com maior ou menor obediência ou colaboração com a administração e os ventiladores das mulheres que cometem falta grave são recolhidos e ficam em sala da administração. Frequentes humilhações no tratamento entre servidores e mulheres presas. As presas são transferidas de cela mais ou menos confortáveis de acordo com critérios subjetivos, como comportamento. Neste sentido, o pavilhão conhecido como “chapão”, que tem sua grade de acesso toda chapeada, proporciona mais sofrimento, uma vez que é menos ventilado, mais escuro e isolado das demais dependências da unidade (CNJ, 2022, p. 173).

Assim como na maioria das prisões brasileiras, no CDF as celas são precárias, quentes, úmidas, possuem mofo nas paredes, acarretando problemas respiratórios, e não possuem acessibilidade nas camas superiores, dificultando o uso por mulheres com problemas nas pernas e idosas. Destaca-se a insalubridade dos banheiros com presença de sanguessugas. É evidente a diferença entre as celas das mulheres que não trabalham e as que não exercem atividade laboral (seja por punição ou por falta de vagas), sendo que para o primeiro grupo é liberada a utilização de aparelhos de televisão e ventiladores trazidos pelos familiares (CNJ, 2022), deixando o segundo grupo relegado ao ócio e ao calor escaldante de Manaus.

Entende-se que a instituição prisional se apresenta enquanto um ambiente adoecedor, onde a política de morte, de deixar morrer, é utilizada legalmente pelo Estado, ao passo que as instâncias públicas estão cientes das lastimáveis condições de aglomeração, insalubridade e precariedade nas condições de saúde físicas e psicológicas que afetam as mulheres sob pena privativa de liberdade, que geram adoecimento e tentativas de suicídio, além do abandono familiar e social as quais são submetidas, sobretudo neste período pandêmico, durante o qual, forçosamente, elas foram duplamente isoladas, silenciadas e expostas ao medo de morrer — seja pela prisão, seja pela Covid-19.

### **Considerações Finais**

Neste artigo apontamos para a intensificação de práticas e estratégias da necropolítica nas prisões femininas do estado do Amazonas durante a crise de saúde pública desencadeada pela Covid-19, período esse que evidenciou o controle do Estado sobre a mortalidade da população e, sobretudo, trouxe à luz as condições degradantes, insalubres e de risco à saúde que estão expostas as mulheres em situação de pena privativa de liberdade no estado.

Mesmo com os avanços nas políticas de saúde e nas políticas de segurança, durante muitos anos, as mulheres presas no estado do Amazonas, foram amontoadas em celas, ignorando suas várias especificidades como, a maternidade, higiene básica, o acesso à saúde e aos direitos humanos, deixando esquecida a questão de gênero, tornando o sistema prisional feminino inadequado para o recebimento delas e conseqüentemente para a sua recuperação.

Há uma negligência da parte do Estado em considerar a mulher como sujeito de direitos, inerentes à sua condição de pessoa humana. Doenças como HIV, e algumas ISTs se proliferam rapidamente dentro das penitenciárias, é possível perceber que a superpopulação carcerária, a falta de assistência médica e as condições estruturais do sistema penitenciário colocam-se como elementos relevantes na consolidação da necropolítica e no biopoder dentro das prisões.

A desigualdade com que a doença acomete as populações revela diferentes vulnerabilidades no que tange à exposição ao vírus, ao acesso aos serviços de saúde e, conseqüentemente, ao atendimento nos serviços de alta complexidade de saúde. Resoluções, normativas e diretrizes foram formuladas no âmbito do Judiciário para mitigar as conseqüências da pandemia nos cárceres, porém, os infortúnios imprevisíveis nas prisões nos levam a reflexões que ultrapassam a formalidade de qualquer plano de controle:



Como cumprir medidas de distanciamento social em celas superpopulosas com alta rotatividade? Como garantir o uso de máscaras de proteção em pessoas abrigadas em celas com altas temperaturas, sem ventilação ou circulação de ar? Como ter cuidados de higiene quando não se é oferecido o básico para tal? Como cuidar da imunidade em um local onde há epidemias de doenças já erradicadas aqui fora?

Questões essas que ao serem refletidas nos colocam frente a frente com a existência e prática da necropolítica efetuada pelo braço forte do Estado para controlar e deixar morrer corpos matáveis, corpos de mulheres negras, pobres e periféricas que são expostas a condições subumanas e degradantes, com o discurso de manutenção da segurança pública e da criminalidade.

Destaca-se aqui a relevância de mais estudos sobre as condições de saúde das mulheres em situação de pena privativa de liberdade nos ambientes prisionais dos estados do norte do país e das demais regiões, sobretudo qualitativos que agreguem entrevistas com este público em questão, trazendo a perspectiva de raça, gênero e necropolítica para ampliar as discussões acerca do tema, pois trata-se de uma minoria nos ambientes prisionais que é negligenciada, ousamos dizer, propositadamente esquecidas para fazer cumprir o conceito da necropolítica.

## Referências

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 15. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AGÊNCIA BRASIL. NOTÍCIAS AGÊNCIA BRASIL. Covid-19: Depen sugere contêineres para separar presos com sintomas. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/covid-19-depen-sugere-conteneres-para-separar-presos-com-sintomas> Acesso em: 05 ago. 2021.
- BRASIL. Coronavírus Brasil. Painel Coronavírus, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm) Acesso em: 04 jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 02 jun. 2022.
- CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. III Mutirão Carcerário Do Amazonas. Relatório Geral. Manaus, AM, 2013. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/amazonas\\_2013.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/amazonas_2013.pdf). Acesso em: 26 fev. 2022.
- CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 369, de 19 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original22125020210125600f4262ef03f.pdf> Acesso em: 17 fev. 2022.
- CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Monitoramento de casos e óbitos por Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/12/relatorio-de-inspecoes-estabelecimento-prisionais-do-estado-do-amazonas.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- COSTA, R. M. C. B. Implicaciones penales en el control de epidemias. *Revista Jurídica del Gredunibe*, IX Ed., p. 11–13, ago. 2020.
- DINIZ, D.; CARINO, G. A necropolítica das epidemias. Opinião. El País Brasil. 9 mar 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- ENSP – ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Informe ENSP. Fiocruz. Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. Mar. 2021. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- FIOCRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Informe ENSP. Fiocruz. ‘Radis’ aborda estudos diferentes com idêntica conclusão: a maior parte das mortes por Covid-19 no país poderia ter sido evitada. Jul. 2021. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51870>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978–1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FURTADO, R.N.; CAMILO, J.A.O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34–44, dez. 2016.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRISOSKI, D. C.; PEREIRA, B. C. Da biopolítica à necropolítica: notas sobre as formas de controles sociais contemporâneas. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20 n. 224, p.199-208. Out, 2020.

- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, Ano 2, n. 3, jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001. p. 9–32.
- INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN Mulheres. Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade – junho de 2017. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2019.
- KITCHENHAM, B. A.; CHARTERS, S. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. Tech. Rep. EBSE-2007-01, Keele University, 2007.
- MBEMBE, A. Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2016.
- NEVES, M. C. P. Os desafios da COVID-19 aos Direitos Humanos. *Cad. Ibero Am. Direito Sanit.*, v. 10, n. 3, p. 66–82, set. 2021.
- MOREIRA, M.; SILVA, B. D.; DOTTA, A. G. Mortalidade no sistema penitenciário brasileiro e a responsabilidade civil do estado. *Caderno de Resumos, [Anais do EVINCI – UniBrasil]*, v. 5 n. 1, 2019.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Timeline: WHO’s COVID-19 response*, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard*. Jul. 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- PASTORAL CARCERÁRIA. Relatório: a pandemia da tortura no cárcere. *Pastoral Carcerária Nacional (CNBB)*, v. 1, n. 2, p. 1–30, 2020. Disponível em: <https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/pastoral-carceraria-lanca-relatorio-a-pandemia-da-tortura-no-carcere>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- PASTORAL CARCERÁRIA. Manaus: presídio feminino será aberto já com superlotação. *Pastoral Carcerária Nacional (CNBB)*. 2014. Disponível em: <https://carceraria.org.br/noticias/manaus-presidio-feminino-sera-aberto-ja-com-superlotacao>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- PEREIRA, E. F. M.; SANTOS, L. P. B. População penitenciária necropolítica e a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-Coloniais: REALIS*, v. 10, n. 02, jul./dez. 2020.
- RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. *Revista de Ciências Sociais: Política e Trabalho*, n. 24, p. 27–57, 2006.
- SÁNCHEZ, A. et al. COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, 2020.
- SANTOS, H. L. P. C. et al. Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 4211–4224, 2020.
- SARAIVA, E. H.; LIMA, N. A. de. Mulheres no crime: uma análise socioeconômica das detentas do complexo penitenciário Anísio Jobim e do centro de detenção provisória feminino no estado do Amazonas. *Revista: GÊNERO*, v. 19, n. 1, p. 45–67, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31291/18380/106566>. Acesso em: 05 dez. 2022.
- SILVA, C. C. B.; MEDEIROS, M. S. O Enfrentamento da Pandemia por Covid-19 no Sistema Prisional de Manaus: uma análise das normas jurídicas. *Revista Brasileira de Execução Penal*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 18–201, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/319/163>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- SILVA, E. A.; SILVA, M. M. O Brasil frente à pandemia de COVID-19: da bio à necropolítica. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 22, n. 2, p. 361–383, 2020.
- TORELLY, F. Os impactos da Covid-19 na transformação do sistema de saúde. *Revista VEJA Saúde*, abr. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/coma-palavra/os-impactos-dacovid-19-na-transformacao-do-sistema-de-saude/>. Acesso em: 24 maio 2022.
- WERMUTH, M. A. D. O conceito de biopolítica em Michel Foucault: notas sobre um canteiro arqueológico inacabado. *Empório do Direito*, 2017. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/o-conceito-de-biopolitica-em-michel-foucault-notas-sobre-um-canteiro-arqueologico-inacabado>. Acesso em: 29 nov. 2022.

### **Ellen de Moraes e Silva**

ellen.moraesilva@gmail.com

Doutoranda em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ).

Perita Judiciária pela Justiça Federal do Amazonas.

Pesquisadora e vice coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência (GIEV).

### **Rayra Pereira Buriti Santos**

rayra.santos@posgrad.ensp.fiocruz.br

Doutoranda em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ).

Docente no Centro Territorial de Educação Profissional Piemonte do Paraguaçu I - CETEP-PPI, do estado da Bahia, no eixo meio ambiente e saúde.

**Dorli João Carlos Marques**

dorlimarques@yahoo.com.br

Doutorado em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas.

Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Atua como Professor Permanente do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos e do Mestrado Acadêmico em Direito Ambiental.

Coordenador do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Pesquisador Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos da Violência (GIEV).

**Aldo Pacheco Ferreira**

aldoferreira@ensp.fiocruz.br

Doutorado em Engenharia Biomédica.

Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

Pesquisador e Docente do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ.

Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na área de concentração Sociedade, Violência e Saúde (ENSP/FIOCRUZ).

Pesquisador CNPq: Drogas ilícitas, Violência e Saúde: Interseccionalidades.

Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública (Ensp/Fiocruz).

**ENSP/FIOCRUZ**

R. Leopoldo, 1480 – Manguinhos

Rio de Janeiro– RJ – Brasil

CEP:21041-210

**Agradecimentos**

Ao Deus Pai, Filho e Espírito Santo!

As Mulheres Privadas de Liberdade do Amazonas.

Aos nossos familiares e amigos que nos apoiam nesta jornada insana que é a Pós-Graduação!

**Agência financiadora**

Não houve agência financiadora.

**Contribuições dos autores**

Ellen de Moraes e Silva: Concepção da ideia, levantamento de dados e escrita do artigo.

Rayra Pereira Buriti Santos: Escrita do artigo.

Dorli João Carlos Marques: Revisão.

Aldo Pacheco Ferreira: Orientação, análise da escrita.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

CAAE: 58821222.5.0000.5240

Número do Parecer: 5.518.339

**Consentimento para publicação**

Consentido pelos autores.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

## Ordinary Spaces and Extraordinary Transformations: Ação da Cidadania's Fight Against Hunger

**Tamara Zambiasi<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-5397-9094>

<sup>1</sup>University of Cambridge, Department of Geography, Cambridge, UK

### Ordinary Spaces and Extraordinary Transformations: Ação da Cidadania's Fight Against Hunger

**Abstract:** This article examines the creation and the first year of existence of Ação da Cidadania to comprehend how it established a social justice agenda in Brazil by creating awareness and promoting solidarity. The movement redefined the issue of hunger, previously associated with poorer classes, as a problem that affects all sectors of society. Through an analysis of Betinho's manuscripts and memoirs, promotional material from the organization, and secondary geographical data, this study presents the campaign's role as an intermediary for hunger under a framework of space as a producer of social relations. Ação da Cidadania serves as an example of partnership and solidarity for social change, creating non-state public spaces and inspiring civil organizations and social movements.

**Keywords:** Ação da Cidadania; social justice; hunger; ordinary space.

### Espaços ordinários e transformações extraordinárias: o combate à fome da Ação da Cidadania

**Resumo:** Este artigo examina a criação e o primeiro ano de existência da Ação da Cidadania para entender como ela estabeleceu uma agenda de justiça social no Brasil, conscientizando e promovendo a solidariedade. O movimento ressignificou a questão da fome, antes associada às classes mais pobres, como um problema que atinge todos os setores da sociedade. Por meio da análise dos manuscritos e memórias de Betinho, do material de divulgação da organização e de dados geográficos secundários, este estudo apresenta o papel da campanha como intermediária da fome no quadro do espaço como produtor de relações sociais. A Ação da Cidadania serve como exemplo de parceria e solidariedade para a mudança social, criando espaços públicos não estatais e inspirando organizações civis e movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Ação de Cidadania; Justiça social; fome; espaço ordinário.

Recebido em 01.03.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.

## Introduction

Hunger is exclusion. From the land, from employment, from salary, from education, from economy, from life and citizenship. When a person reaches the point of having nothing to eat, it is because everything else has already been denied to them. It's a kind of modern curtailment or exile. Death in life. And exile from the earth. The soul of hunger is political.

Betinho (1994).

The hungry are in a hurry: with this statement, Betinho put together one of Brazil's longest-lasting social campaigns, which continues to operate today, the "*Ação da Cidadania contra a fome, a miséria, e pela vida*"<sup>1</sup>. The movement was a pioneer in bringing the issue of hunger to the Brazilian political agenda and arena of public debate in a period when 32 million people in the country (around 20% of the total population) were below the poverty line (Pelliano, 1993). The campaign consisted of two strategies. The first was adopting emergency actions to donate food to those in need, with the intention to unite "those who give and those who receive" (Heymann; Pandolfi, 2005, p. 181) in a decentralized network of solidarity. The second was to bring together government and civil society to ensure food security for the poorest Brazilian sectors and subsequently implement structural changes through public policies. This strategy culminated in the creation of the *Conselho Nacional de Segurança alimentar* (CONSEA)<sup>2</sup> in 1993, which a decade later played a central role in formulating one of the most important public policies on confronting hunger in contemporary Brazil, the Zero Hunger program.

Despite the importance of *Ação da Cidadania* in Brazilian history for its long duration and ability to penetrate diverse social sectors, there are relatively few studies on this matter. Most of the work in this field presents a descriptive narrative of the movement's history, with attention to the background of political unrest in the 1990s, especially the call for a civil action and the Movement for ethics in politics that emerged in 1992 from the organized civil society, that was claiming for President Collor's impeachment (Schlaepfer, 1994; Vasconcelos, 2004; Gohn, 1996; Stacciarini, 2003).

A small portion of the literature is concerned with the impacts of the movement, both in social and political spheres. For example, studies such as those conducted by Jacobi (1996) and Magalhães (2002) analyzed the dynamics of the committees, the main form of organization of *Ação da Cidadania*. Both authors point out the movement's capacity to mobilize different social sectors that previously had no engagement with the problem of hunger or misery. More recently, research by (Freire, 2013) presented an interesting study on the political and social view of Betinho as a critic of left-wing elitism in Brazil and how it became the central thought for the movement's implementation. I find it an essential contribution to the literature as Freire's research presents new perspectives to understand the political conditions of that time, which enabled the construction of public policies to fight hunger and misery.

The years prior to the end of the military dictatorship in Brazil were a period of great social upheaval, where several identity groups surged forward to claim civil rights. Unlike many social movements, *Ação da Cidadania* neither promoted polarization between the people and the government nor took action by occupying the streets in the form of protests. Instead, it aimed to create alliances with different actors (Giumbelli, 1994). With that in mind, I argue that *Ação da Cidadania* has altered geographical and social spaces by relocating the problem of hunger and misery, constrained to the poorer classes, to the wealthier sectors of society through a campaign of awareness and solidarity. Firstly, with the physical implementation of committees and the campaign to collect and donate food. Secondly, by advancing issues of hunger and misery within the public discourse, making claims for greater social justice through implementing public policies. In this sense, *Ação da Cidadania* operated as a translator and intermediary between diverse actors. It helped to create the agenda for the fight against hunger in Brazil.

This essay will draw upon Milton Santos's space and citizen geography theories. As Santos pointed out, studies regarding social order often exclude the notion of space (Santos 2021a, 106). Space here is understood as a social structure, an object resulting from the interaction of various elements, such as politics, economy, culture, beliefs, etc. Space is not only the product but also the producer of social relations forged by its past



and present time (Santos 2021b; 2021a). The notion of space that I use to analyze *Ação da Cidadania*, its repertoires, and its social impacts is what Santos called the “ordinary space”, one that is not compartmentalized in epistemological categories but is instead shared by the totality of agents: people, institutions, companies, churches, etc. (Santos n.d.). In this space, corporeity, individuality, and sociability interact and define what citizenship is in everyday life, which is made of a past (what we have been) and a future (what we want to be). It creates a “dual Man” and a “dual every day” where one’s identity and aspirations are in conflict with external factors such as situations and circumstances, which highlight the tension between the need to assert oneself and the belief that change is possible. (Santos, [2021])

By framing *Ação da Cidadania* with Milton Santos’s concept of space, I am engaging with the idea that space, as a social product, shapes the acts of those that produce it. Applying this logic to the movement allows us to observe the spatial identities — the collective subjectivity once produced in space — and its agency materialized and manifested in the geographical territory (Ramos, 2013). In this sense, I aim to examine how the problems, once restrained in a particular space, influence demands and claims in the ordinary space, where multiple social relations coincide. It is not only about economy, politics, or culture, but the entire space/territory interacting simultaneously (Ramos, 2013, p. 117).

*Ação da Cidadania* here will be interpreted accordingly to the ideas of Marcelo de Souza (2006) and Porto-Gonçalves (1998) as an urban social movement *stricto sensu*. For Souza, activism within that category links strongly with space, particularly with regard to the humanization of urban space, which can lead to an alternative type of relationship between society and space. Porto-Gonçalves sees in this logic the overlapping of geography and sociology, as “the (social) movement is, precisely, a change of (social) place, that always indicates that those who move are refusing the place that was allocated to them in a certain determined signified order” (Porto-Gonçalves, 1998, p. 366).

I analyze the first year of existence of *Ação da Cidadania*, 1993, which was also when the campaign peaked. Then, I look at Betinho’s writings about Brazil’s social and political conditions during his last years of exile to understand his thoughts on Brazil’s current social and political situation. Those documents are organized in two works. One is the book of Heymann and Pandolfi (2005) that retraced Betinho’s political trajectory from his letters to his fellows and family while living in Chile and Canada. The other is a compilation of memoirs from Brazilians that were in exile during the military dictatorship in Brazil (1964–1985) from Cavalcanti and Ramos (1976), which contains a long manuscript by Betinho of his memories. His writings are a valuable source for understanding the founding principles of *Ação da Cidadania* and its values of solidarity and civil action.

To examine the geographic location of the committees and the way they were organized, I consider the data gathered in two studies conducted by Jacobi (1996) and Magalhães (2002), respectively. Their analyses are helpful sources for identifying where the committees were installed, who took part in them, how the participants interpreted their roles in the campaign, and the meaning of the Hunger problem. With this material, I aim to understand better the dissemination of Betinho’s thoughts among Brazilian society and how the campaign acted as an interlocutor for the issue of Hunger.

The article is divided into two sections. The first section provides an overview of Betinho’s life and the establishment of *Ação da Cidadania*. The second section examines the relationship between space and the social movement, highlighting the strategies used by the organization to reach various social strata. The conclusion emphasizes that *Ação da Cidadania* offers a compelling model of how partnership and solidarity can promote social change and establish non-state public spaces that enable citizens to engage directly with and influence different sectors of society, ultimately contributing to the emergence of new forms of civic organization and inspiring contemporary social movements.

In 1992, just two years after the first democratic elections following the end of the military dictatorship in Brazil, the Movement for ethics in politics brought thousands of people to the streets in protest against the corruption of President Fernando Collor de Melo’s government. The popular pressure led to Collor’s impeachment and an awakening of Brazilian society; its reinforcement of the self-esteem of Brazilian citizens and the belief that their actions could make a positive national difference spurred increased active participation in politics and public debate (Gohn, 2019). Betinho played a key role in the movement, and its range and success encouraged him to initiate more civil action, embracing society’s increased mobilization power.



Betinho's fundamental idea, that of active citizen participation in the public dimension, relates to Milton Santos's idea of the impact of behavioral geography on space. Individual behaviors are not only the result of decisions, but they also shape space. A space where "activities" and "men" meet, and the antagonist forces that "give to some and denies to others" are the result of "collective praxis that reproduces social relations." Though subordinate to the collective praxis, individual praxis contributes to changing space by exercising individual liberty (Santos, 2021a, p. 54).

In the wake of the impeachment movement, on 8<sup>th</sup> March 1993, *Ação da Cidadania* was founded by the sociologist Herbert de Souza, better known as Betinho. He was born in 1935 in the countryside of Minas Gerais, Brazil. From his youth, Betinho played an active role in politics, first as a member of the Young Catholic Students, influenced by the Dominican Fathers, and later as a representative of the National Student Union (UNE) within the group *Ação Popular* (AP), inspired by Maoist doctrine. During the military dictatorship in Brazil (1964–1985), Betinho was a member of the Trade Union Movement against the regime until 1971, when he left for exile in Chile and, after 1973, Mexico and Canada. He would return to Brazil only in 1979 when the Amnesty Law was enacted.

Exile changed Betinho. The idea of revolution no longer meant taking over the state. Instead, after observing and participating in the social movements in Chile, Betinho incorporated a new way of approaching politics: revolution through democracy. He openly criticized the left and the student movement when he classified their attempt to make war on the dictatorship as an adventure, given the lack of popular support in 1968-1969. In a manuscript written after his exile, Betinho reflected on the Brazilian left's mistakes:

[...] forgetting to keep our feet on the ground. I mean, you keep the mystique, you keep the sense of commitment, you keep the team spirit [...] for many, the meaning of an authentic commitment with the resistance. All of this I have seen and perceived in fantastic comrades. However, in the middle of this context, one thing was missing: reality was missing, politics was missing. (Cavalcanti & Ramos, 1976, p. 87).

Betinho felt that leftist organizations discussed the working class without knowing their reality. His criticisms center on the idea that the left had a pre-construed "ideal type" of what the working class meant, an idealized concept that came from a voluntarist, individualist, and elitist view. The period Betinho spent in Chile made him realize that the political movement he had been a part of until then, considered by its members as the Revolutionary party, was a disaster that was leading the masses to collective suicide. In his memoirs, Betinho wrote about his idea of revolution. For him, the revolution was not made by revolutionaries or a revolutionary party:

The Revolution is made by the masses' struggle, by history, and sometimes by the actual bourgeoisie that creates the conditions for Revolution. So, a revolutionary is much more a participant in the existing social process than someone who makes the conditions for that. (Cavalcanti & Ramos, 1976, p. 91).

In a letter to Frei Betto in 1978, a contemporary key figure in Brazilian left political thought, Betinho offered a self-criticism of his political trajectory. For Betinho, his generation was emulating the political strategies learned from the old masters of the dominant class. He criticized the "fascinação com o poder" that would lead them to transform society by interacting with the "intérpretes iluminados e do Estado, onde o povo brasileiro nunca esteve". For him,

loving the people, but considering them incapable of deciding their own destiny, was just an expression of elitism: "the most visible part of a long, profound and strong anti-democratic tradition in the Brazilian political and cultural life" (Heymann & Pandolfi 2005, 89).

In different opportunities, Betinho expressed his concern with the realness, the concrete. In his words, in a confession to Frei Betto in the same letter, his restlessness was over the mobilization of people, the awakening of their energy "to make each man, each worker, a being completely mobilized to the transformation of everyone and everything" (Heymann & Pandolfi, 2005, p. 90). Reflecting on Betinho's thought, it is possible to identify many of those ideals in the *Ação da Cidadania*. It was conceived to be a "citizen's action", not a political party-oriented movement or an identity struggle. Instead, it was intended as a campaign where each person was responsible for the hunger problem.

In 1985, Betinho, a hemophilic, discovered he had contracted HIV in one of his periodic blood transfusions. He died in 1997, at home, in Rio de Janeiro, at the age of 61. The campaign *Ação da Cidadania*, however, continues to exist today.

For Milton Santos, space is a dynamic form that participates in the process of changing social relations by incorporating, adapting, or substituting another form. Although it tends to reproduce the structures from which it originated, space can alter its initial condition when mediating social relations. In this sense, space is a present system shaped by its past. Thus, 'present space is also future space' (Santos, 2021a, 113). We can identify this perception in the guiding principles of *Ação da Cidadania*: solidarity, decentralization, and partnership.

Solidarity was the central value of the campaign to call for the citizens' participation. It was based on the notion of "here and now"; that is to say, solidarity can only be exercised in the present, as it is not possible to postpone people's suffering. Decentralization was the way to build a partnership. The movement did not belong to a political party. It was a movement of civil society.

A partnership could only be achieved by incorporating the most diverse individual and collective social actors: civil society, government officials, and politicians. Betinho believed that social change and the overcoming of misery could only be achieved by the joint action of the people. The transformation of the actual society with the empowerment of active citizens' participation was informed by fundamental values of citizenship and solidarity. This was the political action Betinho understood as democracy (Pereira, 2015, p. 76).

Perhaps more important than decentralization and solidarity was the principle of partnership, aimed at changing the minds of Brazilian people and developing a more personal approach to the mediation of individuals and institutions. As Gohn (1997) pointed out, the concept of a modern civil society inherited from the twentieth century, based on hierarchical, impersonal, and bureaucratic relationships, could no longer explain contemporary society. Instead, the new concept of civil society is built on the notion of mediation between the most diverse institutions, and this space between them is guided by the principles of ethics and solidarity (Gohn, 1997, p. 104).

The campaign rested on the argument of ethics and the power of solidarity. For Betinho, hunger was the ultimate expression of exclusion because "when a person reaches a point where they have nothing to eat, it is because everything else was denied to them" (Souza, 1994, p. 22). To tackle this inequality, a much more intimate understanding of society, with all its aches and pains, would be the first step toward change. The new political action proposed by Betinho was a change of paradigm to tackle structural problems. *Ação da Cidadania* departed from the human level to the political. In this sense, the campaign tried to change the collective mentality of Brazilian society with a simple gesture of donating food to achieve the awareness that passive acceptance of misery as a natural phenomenon should be refused and instead should be confronted as a structural problem of society.

The "Hunger fighting committees" were core to the unity of *Ação da Cidadania*. They held influence both physically across the country and mentally, acting as tools that highlighted the problem of hunger and misery in the everyday lives of people from different social sectors. For Milton Santos, the transformation of human nature resulted from spatial conditions due to its capacity to influence people. It is represented in the ordinary space, "the house, the place of work, meeting points, and the routes that unite these locations are passive elements that condition the activity of men and order their social practice" because space "imposes a set of relations on each thing because each thing occupies a certain place in space" (Santos, 2021a, p. 103).

Formed by unions, universities, churches, NGOs, artists, public employees, and entrepreneurs, the committees contributed to the heterogeneous character of the movement. They were under the coordination of the National Executive Office, organized at the state, municipal, and neighborhood levels. Their members were part of the most important public entities: Ordem dos advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional de Bispos Brasileiros (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Federal de Economia (Confecom), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto de estudos Sócio-econômicos (Inesc) and Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (Vasconcelos, 2004, p. 262).

This strategy of organization shows us the alternative ways *Ação da Cidadania* occupied various spaces with the issue of hunger. Milton Santos (1997, 272) believed that "the local order establishes the everyday scale, and its parameters are coexistence, neighborhood, intimacy, emotions, cooperation, and socialization".

Official data from the Brazilian National Food and Nutritional Security Council (Consea)<sup>3</sup> estimates that more than 5,000 committees were created nationwide. Most of them were founded by employees of *Banco do Brasil* and *Caixa Econômica Federal*, two of the most significant banks in Brazil. Still, almost 30% was based in companies, associations, churches, and communitarian organizations (Vasconcelos, 2004, p. 262). A survey conducted by IBOPE<sup>4</sup> in December 1993 showed that 68% of the population knew about the campaign. Of those, 32% declared having contributed in some form to the campaign, a total of 26 million people. And among those, 2.8 million people circa, 11% confirmed being part of the *Ação da Cidadania* committee, the fundamental unit of the campaign's organization (Landim & Giumbelli, 1998, p. 242).

The first committee was created in March 1993 in Rio de Janeiro and brought together over 30 entities, such as unions, churches, banks, and business associations. In April, given the significant number of new committees founded in the first month of the campaign, the *Comitê Rio* was launched at a state level (Magalhães, 2002, p. 126). The committees became a space for emergency actions and a binding site for the debate on hunger and misery, primarily due to the diversity of actors involved. Among the repertoires used by *Ação da Cidadania* was the booklet on how to create a committee. It relies heavily on the data presented in the Hunger Map, elaborated on by IPEA<sup>5</sup>. This document was released in March 1993 and estimated 32 million people under the poverty line in Brazil. The study was conducted after Betinho's request.

After contextualizing Brazil's present structural hunger situation, the handbook outlined the required action in two steps. The first entailed a rupture of social apathy described as a negative trait of the Brazilian culture. This condition could be modified by understanding that hunger was a problem for everyone, not only for those experiencing it. From this point, the mission was to assemble a group disregarding "prejudice, political, cultural, economic, ethnic or religious view" (*Ação da Cidadania* 1993). Once the committee was set, up in a decentralized and autonomous way, the second step was disseminating the campaign and articulating actions. To publicize the issue of hunger was to denounce the reality and inform people of the cause. In addition, one of the committees' responsibilities was to articulate emergency actions and mobilize public pressure to demand more responsive policies.

Another movement's strategy was to use mass media to garner social support. Leading national television networks, such as *Rede Globo* and *TV Bandeirantes*, placed free advertisements for the campaign. In addition, advertising executives participated by creating television ads, slogans, and brand logos that became a fundamental part of the movement. The most famous image is the iconic design of an empty metal plate with the name *Ação* on it, and the subtitle: "who is hungry is in a hurry." Artists' commitment was another campaign high point that contributed to greater public participation. In September 1993, a major event known as "Semana da arte contra a fome"<sup>6</sup> took place in the City Theater of Rio de Janeiro. Over one hundred artists performed, among them Fernanda Montenegro and Grande Otelo. The tickets were sold by "1 kilo of non-perishable food" (Rodrigues, 2007, p. 210).

The campaign received widespread acceptance among the most diverse sectors, what Betinho saw as the prefiguration of social change in contemporary Brazil — "the first sign of change with the finding, unprecedented in Brazil, that it is possible to act from the society, not from the State. It was a change in the political view and in the political way" (Souza, 1994, p. 62). A study of the letters sent to Betinho during the first years of the campaign by Pereira (2015) allows us to have an idea of this experience's impact. According to Pereira, the 248 letters he analyzed consisted mainly of praise about the initiative and testimonies of how the campaign raised their awareness. Many showed eagerness to help and presented suggestions or solutions to solve national problems. Many of the people interested in taking action in *Ação da Cidadania* had no previous participation in social movements (Pereira, 2015, p. 107).

In fact, both Landim and Giumbelli (1998) and Jacobi (1996) pointed out that most of the volunteers acting in the committees were driven by spontaneity, with no historical record of similar action. Landim and Giumbelli (1998) identified a significant affiliation with middle-class sectors, mainly professors, public servants, housewives, and self-employees. Although a great number of women took part in the committees, more men participated in predominantly middle-class areas, with different occupational profiles, from professors to police officers. In the first year of the campaign, most of the committees were installed in the wealthier neighborhoods of Rio de Janeiro, although this trend shifted after 1994, with a displacement to more popular areas (Magalhães, 2002, p. 128).

The interviews conducted by Landim and Giumbelli (1998) with the volunteers showed their different perceptions of poverty and hunger. Many volunteers agreed that there is always a solution to not going hungry. In a general sense, poverty meant something broader than the state of hunger, associated with other deprivations that could not be reduced to one problem. At the same time, the volunteers understood that debates about access to employment, education, health, and housing were more complex issues that could not be solved through solidarity or within an inter-class dimension (Landim & Giumbelli, 1998).

## Conclusion

When Milton Santos returned to Brazil from exile in 1978, he published his book, “For a new geography,” where he consolidated the concept of space largely used in this essay. In that book, Santos emphasized that space is a product of history and that humankind makes history. Thus, the present is always an opportunity to create a different future (Santos 2021a). Betinho’s thought was consonant with that of Milton Santos. He believed in the power of every citizen’s action to create a new way of engaging with politics through action, here (space) and now (time). From this idea, Betinho created the most famous slogans of the Campaign: “The hungry are in a hurry” and “Eating is a right” (*Ação da Cidadania*, ([19--?])).

*Ação da Cidadania* made possible the emergence of non-state public spaces and the direct agency of citizens in distinct sectors of society, especially through the principles of partnership and solidarity. The movement was anchored in the logic of changing mentalities to eliminate inequalities and create a new social space where different interests could appear and converge for the collective benefit. It contributed to making new forms of civil organization without the figure of a leader, helping us to think about today’s social movements.

It is interesting to see the movement’s success among the middle class, at least in its first year, with the participation of professors, bank employees, independent workers, and housewives, with the majority of the committees being created in the wealthier neighborhoods of Rio de Janeiro. This trend was present until 1994, when the composition of the committees changed, with the increased predominance of lower-class members. From 1994, the geographical profile also shifted, with more committees being created in the poorest regions of important Brazilian cities. Studies on the reason for those changes are still lacking, but some scholars pointed to greater economic stability and a weaker presence of *Ação da Cidadania* in the media.

Overall, it is possible to say that in its first year, *Ação da Cidadania* promoted some changes in the Brazilian social space. The campaign exposed civil society to the problems of hunger and misery, presenting the depth of these issues in Brazil. Furthermore, the movement successfully mobilized different social actors that were very far from the reality of the 32 million Brazilians in a state of hunger, creating new “activists.” However, the movement’s achievements in the first two years were concentrated on food donation and emergency actions, which had a limited impact on effective public policies that address the foundations of inequalities in Brazil, with the potential to cause a profound change in the social structure.

As pointed out by Paniago (1997), *Ação da Cidadania* represented the euphoria of Brazilian society with the discovery of a new path to social change through civil action and democracy. However, it failed in the debate over the structural causes of hunger and misery, a product of the capitalist conditions of its own existence. Therefore, to move beyond automatic validation of the movement (due to its undeniable moral qualities) and instead critically analyze *Ação da Cidadania* may be an interesting approach to understanding its decline after 1994. This examination may then lead to identifying the challenges of long-lasting social policies in favor of a more equitable world.

## References

- AÇÃO DA CIDADANIA. (1993). Cartilha Para Ajudar a Formar Comitês. Brasília, Secretaria Nacional da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida. <https://www.acaodacidadania.org.br/>
- AÇÃO DA CIDADANIA. ([19--?]). Nossa História. <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>
- CAVALCANTI, P. C. U., & RAMOS, J. (Coord.). (1976). Memórias do Exílio, Brasil 1964-19??: 1. de muitos caminhos. São Paulo: Livramento. <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/exilio01.pdf>



- FREIRE, A.O.G. (2013) 'Intelectuais, democratização e combate à pobreza no Brasil contemporâneo', *Revista Brasileira de História*, 33, pp. 111–133. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882013000100005>.
- GIUMBELLI, E. (1994). *Ação da Cidadania: Memória: Faces e Dimensões da Campanha Contra a Fome*. Instituto de Estudos da Religião, Núcleo de Pesquisa em colaboração com a Faculdade de Serviço Social/UERJ.
- GOHN, M. da G. (1996). *A Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida ou Quando a Fome se Transforma em Questão Nacional*. In L. I. Gaiger (Ed.), *Formas de Combate e Resistência à Pobreza* (pp. 23–57). São Leopoldo, Unisinos.
- GOHN, M. da G. (1997). *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo, Cortez.
- GOHN, M. da G. (2019). Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CRH*, 32(85), 63–81. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>
- HEYMANN, L. Q., & PANDOLFI, D. C. (Orgs.). (2005). *Um abraço, Betinho*. FGV, iBase, Editora Garamond. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6787>
- JACOBI, P. R. (Coord.). (1996). *Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: Reconstituição de 5 experiências*. Cadernos Cedec, 52. <http://www.cedec.org.br/a-acao-da-cidadania-contra-a-fome-a-miseria-e-pela-vida-reconstituicao-de-5-experiencias/>
- LANDIM, L., & GIUMBELLI, E. (1998). *Ações em Sociedade: Militância, Caridade, Assistência etc.* NAU Editora.
- MAGALHÃES, R. (2002). Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(suppl), S121–137. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700013>
- PANIAGO, M. C. S. (1997). *Ação da Cidadania: Uma análise de seus fundamentos teóricos*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Pelliano, A. M. (Ed.). (1993). *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. IPEA, 29.
- PEREIRA, T. F. S. (2015). *Ação da Cidadania: Betinho e sua concepção de democracia*. Rio de Janeiro, Brazil: Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.25282>.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1998). *Nos Varadouros do Mundo: Da Territorialidade Seringalista à Territorialidade Seringueira*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RAMOS, T. T. (2013). A dimensão espacial das lutas sociais: A Experiência do Movimento dos Sem-Teto. *Continents: Revista de Geografia (UFRRJ)*, 2(2), 96–123.
- RODRIGUES, C. (2007). *Betinho: Sertanejo, Mineiro, Brasileiro*. São Paulo, Planeta.
- SANTOS, M. (2021a). *For a New Geography*. (A. Davies, Trans.). University of Minnesota Press. <https://doi.org/10.5749/j.ctv22fqc2t>.
- SANTOS, M. (2021b). *The Nature of Space*. (B. C. Baletti, Trans.). Durham: Duke University Press.
- SANTOS, M. ([2021]). *Por uma Geografia Cidadã: Por uma Epistemologia da Existência*. *Revista Prosa Verso e Arte*. [https://www.revistaprosaversoarte.com/por-uma-geografia-cidada-por-uma-epistemologia-da-existencia-texto-fabuloso-do-professor-milton-santos/?fbclid=IwAR0o6ac\\_dNy9jvYUh9Yf0tNC-FwMHreR7\\_p36CCumI4acHNnd3TXzDdNd84](https://www.revistaprosaversoarte.com/por-uma-geografia-cidada-por-uma-epistemologia-da-existencia-texto-fabuloso-do-professor-milton-santos/?fbclid=IwAR0o6ac_dNy9jvYUh9Yf0tNC-FwMHreR7_p36CCumI4acHNnd3TXzDdNd84)
- SCHLAEPFER, C. F. (1994). Community Development and Social Movements: An Experience of Solidarity and Citizenship in Brazil. *Community Development Journal*, 29(4), 329–336. <https://doi.org/10.1093/cdj/29.4.329>
- SOUZA, H. (1994). *Ética e Cidadania*. Editora Moderna.
- STACCIARINI, J. H. R. (2003). Governo Lula: ... e as iniciativas sociais plurais da ação da cidadania contra a fome? *Revista UFG*, 5(1).
- Vasconcelos, F. A. G. de. (2004). Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 11(2), 259–277. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000200003>.

## Notas

- <sup>1</sup> Action of Citizenship Against Hunger, Misery, and for Life.
- <sup>2</sup> The National Council for Food Security. It was created in 1993 by President Itamar Franco and operated as an advisory board for the presidency. In 1994, the President Fernando Henrique Cardoso revoked the body. It was then reinstated by President Lula in 2003. In 2019, CONSEA was abolished by President Jair Bolsonaro.
- <sup>3</sup> Created in 1993, it was extinct in 2019 by Bolsonaro's government. Consea was a collegiate advisory board to the Presidency, responsible for maintaining a dialogue with the civil society and to coordinate federal policies on food security.
- <sup>4</sup> Brazilian Institute of Public Opinion and Statistics
- <sup>5</sup> The Institute for Applied Economic Research. A public research body that provides technical analyses to the Federal government.
- <sup>6</sup> Art Week Against Hunger.



**Tamara Zambiasi**

tz332@cam.ac.uk

Master in Latin American Studies, University of Cambridge.

Geography doctoral student, University of Cambridge

**University of Cambridge (UK)**

Downing Place

Cambridge

CB2 3EN

United Kingdom

**Agradecimentos**

Not applicable.

**Agência financiadora****Acknowledge funding** from the Economic and Social Research Council (ESRC) [grant number ES/J500033/1], October 2021 – September 2025.**Contribuições das autoras**

Not applicable.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Not applicable.

**Consentimento para publicação**

I authorize the publication.

**Conflito de interesses**

There is no conflict of interest.

# Trabalho, Valor e Preço: o planejamento econômico sob a crítica marxista do valor

**Henrique André Ramos Wellen<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-4787-5918>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Serviço Social, Natal, RN, Brasil

## **Trabalho, Valor e Preço: o planejamento econômico sob a crítica marxista do valor**

**Resumo:** A partir de exegeses e análises econômicas de Marx e de importantes economistas marxistas, buscou-se apresentar pressupostos teóricos sobre a relação entre teoria do valor e organização econômica da sociedade. Apreendendo determinações do mercado capitalista, com destaque para a vigência da forma mercadoria e da concorrência entre os capitais, indicou-se como a manifestação do valor das mercadorias pelo seu preço tanto impossibilita o planejamento econômico pelo tempo de trabalho socialmente necessário, como incide em processos de redistribuição de valor na esfera da circulação. Estas determinações capitalistas atuam como uma força cega que impedem o controle consciente da organização econômica.

**Palavras-chave:** economia política; teoria do valor; planejamento econômico; trabalho; mercadoria.

## **Work, Value and Price: economic planning under the Marxist critique of value**

**Abstract:** Based on exegeses and economic analyses by Marx and important Marxist economists, it sought to present theoretical assumptions about the relationship between theory of value and the economic organization of society. Apprehending determinations of the capitalist market, with emphasis on the validity of the commodity form and competition between capitals, it was indicated how the manifestation of the value of commodities by their price both makes economic planning impossible for the socially necessary labour time, as well how it affects the redistribution processes of value in the sphere of circulation. These capitalist determinations act as a blind force that prevents conscious control of economic organization.

**Keywords:** political economy; value theory; economic planning; work; merchandise.

Recebido em 06.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

Em uma famosa passagem do livro III de *O Capital*, Marx (1986a) esboça algumas características fundamentais sobre uma sociedade regulada por um novo modo de produção, que surgiria depois do capitalismo, em direção ao comunismo. Nesse sentido, o autor alemão apontou para a complexa relação entre o reino da necessidade e o reino da liberdade, que não poderia ser analisada como um dualismo a ser superado, mas como um processo em que o desenvolvimento produtivo daquele possibilitaria o alargamento das condições deste. Para tanto, a organização do trabalho se constituiria como um fator central para a inserção no reino da liberdade. De um lado, em todos os modos de produção, as atividades humanas precisariam responder a necessidades de reprodução da vida. De outro lado, um elevado grau de desenvolvimento produtivo fomentaria espaços de liberdade elevados, que transcenderiam a “esfera da produção material propriamente dita” (MARX, 1986a, p. 273).

Se o desenvolvimento do trabalho operaria como fundamento desta dinâmica, o seu diapasão estaria localizado na forma organizativa deste processo. No lugar de estarem subsumidos a forças cegas derivadas de causalidades do modo de produção capitalista, a organização do trabalho e a produção econômica requeriam um controle comunitário e racionalizado, operado pelos produtores associados:

Neste terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental. (MARX, 1986a, p. 273).

A mediação proposta entre o desenvolvimento das forças produtivas e o controle social comunitário anuncia várias questões a serem elucidadas. Nesse meio, destacam-se quais procedimentos e instrumentos poderiam ser empregados para a construção de uma organização econômica capaz de superar a subsunção destas causalidades e forças cegas do mercado. Analogamente, surge o questionamento se a superação da forma mercadoria e, conseqüentemente, da produção capitalista, seria realmente capaz de fomentar o controle comunitário sobre a organização econômica.

O objetivo deste artigo foi apresentar algumas indicações analíticas sobre esse processo, tendo por base a crítica da economia política, inaugurada por Karl Marx e que tem o seu ponto basilar na sua obra *O Capital*. A análise aqui empreendida teve por foco as conexões existentes entre o planejamento econômico e a teoria do valor, lastreando-se, assim, por exegeses e análises econômicas de Marx e de importantes economistas marxistas.

## Valor, trabalho abstrato e planejamento econômico

Uma das principais contribuições de Marx para o desenvolvimento crítico da economia política se referiu à distinção entre as categorias valor e valor de troca. Estas duas categorias que, em geral, apareciam como análogas em textos clássicos de economistas políticos, receberam, no tratamento crítico realizado pelo autor alemão, uma diferenciação significativa (MARX, 2013). E, se, por um lado, é fato que, em momentos anteriores à construção do seu principal livro econômico, Marx chegou a reproduzir a perspectiva até então vigente na economia política, a partir dos anos de 1860 essa distinção recebeu, gradativamente, mais destaque e precisão<sup>1</sup>.

Já no início de *O Capital*, Marx (2013, p. 115) indica duas características importantes do valor de troca: “em primeiro lugar, que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual” e, em segundo lugar, que o valor de troca “não pode ser mais do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ [*Erscheinungsform*] de um conteúdo que dele pode ser distinguido”<sup>2</sup>. Sendo assim, constata-se que, tanto a vigência desta igualdade entre as mercadorias, como a determinação desse conteúdo pelo qual se expressa o valor de troca, não poderia conduzir, de antemão, ao próprio valor de troca. Por ser manifestação, a análise do fundamento do valor de troca não aporta limitação na imanência.

Para elucidar esse problema, o autor alemão apresenta “o valor de troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor” (MARX, 2013, p. 116). Assim, faz-se necessário, para a análise da forma mercadoria, pressupor-se a sua relação social dentro do mercado, como um objeto operando na troca e, portanto, tendo as suas qualidades comparadas com outras mercadorias.

A mercadoria é valor de uso — ou objeto de uso — e “valor”. Ela se apresenta em seu ser duplo na medida em que seu valor possui uma forma de manifestação própria, distinta de sua forma natural, a saber, a forma do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada de modo isolado, mas sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de outro tipo. Uma vez que se sabe isso, no entanto, aquele modo de expressão não causa dano, mas serve como abreviação. (MARX, 2013, p. 136).

Inseridas nas relações econômicas de trocas do mercado, as mercadorias passam a se confrontar de diversas maneiras. A manifestação mais usual destas relações entre as mercadorias, que lhes expressa uma forma comparativa quantitativa, ocorre por meio do valor de troca, que é a capacidade que cada uma destas mercadorias tem para ser trocadas por outras. Entretanto, conforme analisa Marx, essa forma de manifestação não ocorre de maneira arbitrária, mas possui determinações importantes. Ainda que varie de acordo com relações conjunturais entre oferta e demanda, o preço da mercadoria, por exemplo, possui, conforme ele demonstra, fundamentos determinantes que distinguiriam o valor de troca do valor.

Na análise de Marx, ao lado da sua forma, o valor também possui outra maneira de ser analisado: por meio da sua magnitude ou grandeza<sup>3</sup>. Para ele, “a forma de valor tem, portanto, de expressar não só valor em geral, mas valor quantitativamente determinado, ou grandeza de valor” (MARX, 2013, p. 130). Uma importante mediação existente entre estas duas características do valor ocorre por meio da conjugação de uma análise qualitativa com um tratamento quantitativo.

A comparação quantitativa entre duas mercadorias, assim como entre quaisquer outros objetos ou seres, pressupõe a especificação de uma mesma qualidade nelas presente. Na comparação, o movimento de abstração opera não como uma destruição de todas as qualidades presentes nos objetos ou seres, mas na identificação de uma mesma qualidade, que servirá de variável única de mediação. Na comparação quantitativa de mercadorias, anuncia-se as suas magnitudes de valor e, nesse sentido, as suas relações a partir de gradações de uma mesma qualidade.

Esse processo apresenta, então, a relação de equivalência entre as mercadorias, que passam a ser comparadas como níveis diferentes de uma mesma qualidade. Ao confrontar mercadorias das mais diferentes características e abstraindo-se todas as diferenças que elas possam ter, observa-se pelo menos uma mesma qualidade, que se encontra presente em todas elas: a de serem produtos do trabalho humano. Assim, a equivalência entre as mercadorias evidencia o fato delas serem portadoras dessa mesma qualidade:

Somente a expressão de equivalência de diferentes tipos de mercadoria evidencia o caráter específico do trabalho criador de valor, ao reduzir os diversos trabalhos contidos nas diversas mercadorias àquilo que lhes é comum: o trabalho humano em geral (MARX, 2013, p. 128).

A análise quantitativa das mercadorias, referente à magnitude do valor, pressupõe a identificação da equivalência por meio do trabalho humano. O avanço desta análise requer, por sua vez, a quantificação da própria categoria que determina a magnitude de valor das mercadorias: o tempo de trabalho dispendido na produção de cada mercadoria. A equivalência entre os diferentes tipos de trabalhos que produziram as respectivas mercadorias também passa, conseqüentemente, por um processo de abstração. Na mercadoria encontram-se representados duas formas de trabalho (concreto e abstrato) e a diferenciação entre estas categorias configura-se por uma relação antitética. Mas, nessa dinâmica dialética, para a vigência da equivalência entre os trabalhos, antes de uma forma anular a outra forma, o que ocorre é um processo de subsunção, proveniente da forma mercadoria. “O corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto” (MARX, 2013, p. 134).

Todos os tipos de trabalho, independentemente da sua forma histórica, apresentam determinações concretas. Seguindo os exemplos empregados por Marx (2013), o trabalho de um alfaiate e o de um tecelão possuem várias características que os distinguem. Contudo, na dominação social da forma mercadoria, não apenas se expressam essas distintas características que refletem o trabalho concreto, mas também uma abstração destas especificidades em torno de uma equivalência. Para tanto, se pressupõe o movimento de quantificação, em que as faces concretas dos trabalhos se subsomem à forma abstrata, que indica a unidade entre eles.

A determinação desse equivalente ocorre de diversas maneiras e nele várias quantificações se processam, desde os diferentes níveis de qualificação laboral, até os distintos estágios de desenvolvimento produtivo. Ressalta-se que tanto a forma mercadoria como o trabalho abstrato só existem como relações sociais. Da mesma forma que não se pode indicar a existência de uma mercadoria ausente da relação de troca, não se determina o trabalho abstrato sem equivalência entre diferentes trabalhos concretos.

Na equivalência entre os distintos tipos de trabalhos, destacam-se as conexões entre os trabalhos individuais e que, fazendo analogia com a forma mercadoria, esses aparecem como exemplares individuais de uma enorme coleção<sup>4</sup>. Para apreender a determinação de valor das mercadorias por meio do trabalho, Marx empregou a categoria *tempo de trabalho socialmente necessário* (doravante TTSN), que “é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2013, p. 99).

Aqui nos deparamos com algumas questões importantes, que derivam da análise do TTSN: como é possível identificar o TTSN como determinante do valor das mercadorias? Como é possível calcular essa categoria na produção capitalista e, especificamente em cada exemplar de mercadoria produzida?

Primeiro, é importante salientar que, no modo de produção capitalista, o processo de abstração que redundava no TTSN ocorre envolvido pela forma mercadoria. Na verdade, conforme elucida Rubin (1980), esse processo só ocorre pela mediação das mercadorias:

É precisamente este estado de coisas que encontramos numa economia mercantil. A igualdade de duas quantidades de trabalho abstrato significa sua igualdade enquanto partes do trabalho social total – uma igualdade que só se estabelece, no processo de igualação social do trabalho, através da igualação dos produtos do trabalho (RUBIN, 1980, p. 172).

É nesse sentido que, conforme indicado anteriormente, ressaltamos que Marx (2013, [sumário]), ao abordar as duas formas de trabalho (concreto e abstrato), se refere ao “duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias”. Ou seja, em *O Capital*, Marx não centrou a sua análise dos trabalhos de forma imanente ou de *per se*, mas na sua mediação com as mercadorias. A mediação entre os distintos trabalhos concretos, que lastreia a constituição do trabalho abstrato, não ocorre por eles mesmos, mas através da conexão entre as mercadorias no processo de troca. Na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, é pela troca das mercadorias que se expressa a equivalência dos trabalhos nelas representados.

É também por meio dessa dinâmica que os distintos tipos de trabalhos concretos se manifestam como trabalhos sociais. Em uma sociedade estruturada pela elevada divisão social do trabalho e por variadas produções privadas (como a capitalista), a conexão entre os resultados dos diversos produtores ocorre por meio do mercado, que expressa os laços entre as mercadorias, espelhando-as. Mas também se deriva desse fenômeno uma determinação unitária entre as mercadorias, que se manifesta pelo valor de troca. O valor é essa relação social entre as mercadorias que tanto comporta o seu movimento de troca, como abstrai os tipos de trabalho que nelas foram dispendidos.

É sob essa condição de troca que os variados trabalhos individuais se transformam em trabalhos sociais. A partir de citações de Marx, é assim que Rubin (1980, p. 167), um dos mais importantes analistas da teoria do valor, elucida esse processo:

Podemos citar duas passagens da *Crítica*: ‘Mas, de fato, os trabalhos individuais que se apresentam nestes valores de uso particulares somente se tornam trabalho geral, e desta forma trabalho social, trocando-se efetivamente entre si proporcionalmente ao tempo de duração do trabalho contido neles. O tempo de trabalho social existe, por assim dizer, apenas de forma latente nestas mercadorias e se manifesta somente em seu processo de troca’ (*Crítica*, p. 149). Em outra parte, Marx escreve: ‘As mercadorias se defrontam agora com uma dupla existência, efetivamente, como valores de uso, e, idealmente, como valores de troca. Agora apresentam mutuamente a dupla forma do trabalho contido nelas: aí o trabalho real e particular se encontra efetivamente no seu valor de uso, enquanto o trabalho abstrato e geral assume um modo de ser representado em seu preço’ (RUBIN, 1980, p. 166-167).

Segundo as análises apresentadas por Marx no livro I de *O Capital*, as mercadorias têm no trabalho a sua fonte de valor. A quantidade abstrata, ou socialmente necessária de trabalho para produzir um exemplar médio de cada tipo de mercadoria determina a magnitude ou grandeza de valor das mercadorias.



Entretanto, as trocas e as equivalências entre as mercadorias não ocorrem porque os seus portadores as vêm como conteúdos específicos de quantidades de TTSN. O sentido é o inverso, em que, por causa das trocas de mercadorias, os trabalhos que foram dispendidos nas suas produções também passam por equivalência e comparação.

É também nesse sentido que Rubin (1980, p. 164) reproduz outra importante citação do livro I de *O Capital*:

Podemos analisar a passagem bastante conhecida que citamos anteriormente: ‘os homens não relacionam os produtos de seu trabalho entre si como valores porque estes objetos lhe pareçam envoltórios simplesmente materiais de um trabalho humano igual. Pelo contrário. Ao equiparar seus diversos produtos uns aos outros na troca, como valores, o que fazem é equiparar entre si seus diversos trabalhos, como modalidades de trabalho humano’ (C., I, p. 39).

O valor se consubstancia por essas relações entre aparência e essência, em que a sua manifestação nem sempre remete à determinação da sua magnitude ou grandeza. Não obstante, dois movimentos são complementares nesse processo. De um lado, na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, é a troca entre mercadorias que estabelece a mediação para a manifestação do trabalho abstrato e do TTSN. Nesse sentido, o confronto entre mercadorias expressa também o confronto entre quantidades específicas de trabalho. Por isso que, na mercadoria, se encontram representados tanto o trabalho concreto, como o trabalho abstrato.

De outro lado, faz-se importante ressaltar que, ainda que o movimento de troca seja a mediação necessária para a constituição desse fenômeno, não é a troca que comanda a determinação da magnitude ou grandeza de valor das mercadorias. Da mesma forma que não é o movimento de circulação econômica que produz os valores que estão presentes nas trocas, as trocas não são as fontes da constituição destes valores. Se o valor foi criado na esfera produtiva e passou a transitar na circulação, “torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas, inversamente, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca” (MARX, 2013, p. 139).

Mas esses pressupostos não escondem um sério dilema presente na análise inaugurada por Marx: se as mercadorias têm os seus valores determinados pelas quantidades de TTSN, as suas relações de troca se estabelecem por meio dos seus valores de troca. Tanto os valores de troca das mercadorias não evidenciam as magnitudes ou grandezas de valores que estas possuem, como existem oscilações naquelas que podem repercutir em transferências e redistribuições destas. Em síntese, o problema se expressa na incongruência entre preço e valor.

O preço é uma das representações do valor de troca, em que a mercadoria tem o seu valor expresso através do dinheiro. Trata-se da quantidade de dinheiro que o comprador precisará desembolsar para adquirir a referida mercadoria. A imediatividade dessa dinâmica se encerra nessa simples relação entre comprador e vendedor, em que a mercadoria é trocada por uma determinada quantidade de dinheiro. O dinheiro opera, nessa relação, pela sua capacidade de transfiguração universal das mercadorias. Todas as mercadorias passam a ser espelhadas por ele. Ocorre, assim, a manifestação do valor da mercadoria através do preço.

Essa operação monetária, ao se universalizar, pressupõe tanto que a mercadoria que está sendo trocada se manifesta a partir do seu preço, como que isso vale para todas as mercadorias. Através do dinheiro as diferentes qualidades das mercadorias são abstraídas em torno de uma mesma unidade comparativa, manifestando, uma relação de equivalência entre todas elas. Uma mercadoria conquista a sua “expressão universal de valor” quando, “ao mesmo tempo, todas as outras expressam seu valor no mesmo equivalente, e cada novo tipo de mercadoria que surge tem de fazer o mesmo” (MARX, 2013, p. 142).

A mediação do dinheiro na troca das mercadorias se desenvolve de forma tão avançada que se manifesta a subsunção das qualidades da mercadoria ao seu preço. Ao operar como elemento externo de regulação das trocas, o preço manifesta a naturalização de todas as características das mercadorias, quando, de fato, “o preço da mercadoria é apenas a denominação monetária da quantidade de trabalho social nela objetivado (MARX, 2013, p. 181).

Sob esse processo, é impossível que a magnitude ou grandeza de valor das mercadorias se manifeste, e tem-se o preço como craveira econômica. Outrossim, a determinação desta dinâmica fetichista da mercadoria não é fundada por elementos analíticos ou cognitivos, visto que se trata de expressão necessária da relação econômica e social das trocas na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista. Tal fato remete a uma relação incongruente entre preço e magnitude ou grandeza de valor:

A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente. (MARX, 2013, p. 177).

A magnitude ou grandeza de valor das mercadorias é determinada pela quantidade de TTSN que foi despendido nos seus processos produtivos. O TTSN, por sua vez, é uma média social de todos os trabalhos individuais, nos seus respectivos tempos e níveis de qualificação. Essa categoria possui, portanto, uma relação dialética entre polos distintos: é derivada internamente do processo produtivo privado, mas também representa uma abstração *post festum* de todo o processo social de produção.

Não obstante, quando os produtos provenientes da realização destes trabalhos entram no mercado, a manifestação que guia as relações de trocas se dá pelas suas capacidades de trocas ou valores de trocas (no preço, por exemplo). Assim, não apenas impede-se que as magnitudes ou grandezas de valor se expressem, como, devido às oscilações entre a oferta e a demanda, ocorrem variações nos preços das mercadorias. Essas oscilações nos preços e nos valores de trocas das mercadorias tanto se manifestam como qualidades naturais da mercadoria, como isso implica na redistribuição das próprias magnitudes ou grandezas de valor.

Com isso, por meio das trocas de mercadorias, podem ocorrer redistribuições de valor, em que as oscilações dos valores de trocas incidem sobre a repartição do valor socialmente produzido. O TTSN, que é a fonte de determinação da magnitude ou grandeza de valor, pode, desta forma, por meio das oscilações dos preços, passar por dois processos complementares de distribuição, acompanhando tanto o valor como o preço das mercadorias. A partir de uma citação de Marx, é da seguinte forma que Rosdolsky (2001, p. 101) elucida essa questão:

Pois a “diferença entre valor e preço, entre a mercadoria medida pelo tempo de trabalho que a produziu e o produto do tempo de trabalho pelo qual ela é trocada, é que cria a exigência de uma terceira mercadoria que sirva de padrão, na qual se expressa o valor de troca real da mercadoria. *Considerando-se que o preço não é idêntico ao valor, o elemento que determina o valor – o tempo de trabalho – não pode ser o elemento no qual os preços se expressam* [já que neste caso] *o tempo de trabalho deveria expressar-se ao mesmo tempo como determinante e não-determinante, como igual e não-igual a si mesmo*”.

Essa incompatibilidade entre valores e preços das mercadorias aponta para uma importante contradição econômica, apreendida pela análise marxista do valor, que se refere à equivalência entre as trocas. Conforme indicado anteriormente, ao serem analisadas a partir das suas magnitudes ou grandezas de valor, as mercadorias contêm determinadas quantidades de TTSN. Esses valores transitam dos espaços produtivos para a esfera da circulação e são intercambiados a partir de relações de troca. Em tese, uma relação de troca representa uma troca entre equivalentes. Ao ser analisada por meio da totalidade, esse postulado é real na determinação de que o valor total que entrou na circulação representa o limite do valor total que saiu dela. Na circulação, trata-se, como afirma Marx (1980), de um jogo de soma zero<sup>5</sup>.

Todavia, ao ser apreendida por meio das trocas individuais, como as relações dos preços se manifestam como guias das trocas das mercadorias, essas, por sua vez, podem implicar em redistribuições de valores. Os preços das mercadorias podem operar acima, abaixo ou na média de equivalência das magnitudes ou grandezas de valores. Quando aquelas duas primeiras condições ocorrem, a igualdade de valores de trocas das mercadorias pode incidir na não equivalência de suas magnitudes de valor. Isso resulta em redistribuição de valores e, portanto, de TTSN, entre os agentes privados da troca.

Na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, a distribuição do TTSN ocorre, conseqüentemente, mediada pela flutuação dos preços:

Não existe outro mecanismo, além da flutuação dos preços de mercado, que distribua trabalho na economia capitalista. [...] Na sociedade capitalista, esta relação causal [entre distintas produtividades de trabalhos] não pode ser direta, pois a distribuição de trabalho, expresso no valor-trabalho dos produtos, não pode influenciar a distribuição do trabalho de nenhuma outra maneira, a não ser através de sua influência sobre a distribuição de capital. (RUBIN, 1980, p. 270).

Aqui se expressa uma das “forças cegas” indicadas por Marx na introdução deste texto. Na ausência de um planejamento econômico, as causalidades presentes nas oscilações entre oferta e demanda terminam implicando, por meio das alterações nos preços das mercadorias, em impossibilidade de regulação econômica da sociedade através do TTSN. De forma geral, isso ocorre porque “uma sociedade baseada na economia mercantil não regula diretamente a atividade de trabalho das pessoas, mas através do valor dos produtos do trabalho, através das mercadorias” (RUBIN, 1980, p. 190).

O modo de produção capitalista tanto criou formas de exploração econômica e de organização da produção, como também novas relações de trocas. Não se pode afirmar que a forma mercadoria é uma criação capitalista. Mas, muito menos, se pode desconsiderar que a ascensão deste modo de produção alterou substancialmente as disputas dentro do mercado. Nos modos de produção pré-capitalistas, “o desenvolvimento das forças produtivas foi sempre um subproduto não intencional do processo repetido de trabalho”, uma vez que “o trabalho social não era organizado caoticamente pelo mercado, como no capitalismo, mas por um plano social, portanto excluía a concorrência entre os produtores” (GERMER, 2009, p. 84).

Destaca-se que o interesse da sociedade em relação à capacidade produtiva e, desta forma, à regulação do trabalho, é algo que remonta às formações históricas mais longínquas. Contudo, antes da vigência do modo de produção capitalista, questiona-se a existência da categoria TTSN. Essa categoria, para representar um movimento da realidade, pressupõe o trabalho abstrato que, por sua vez, necessita da igualação entre variados tipos concretos de trabalhos. Sociedades estruturadas por relações de escravidão ou de servilismo não aportavam essa condição, impossibilitando, por exemplo, a transformação da força de trabalho em mercadoria. Da mesma forma, a simples ausência de concorrência entre produtores não indica automaticamente a vigência de um plano social, ainda mais em modos de produção mais dispersos, como o feudalismo.

Mesmo assim, a afirmação anterior de Germer aponta para determinações importantes da economia capitalista. A concorrência capitalista produz dois movimentos complementares sobre a relação entre valor e preço das mercadorias. De um lado, é por meio das trocas de mercadorias e, portanto, da concorrência que a estabelece, que os diferentes tipos de trabalho são igualados, fornecendo o fundamento da determinação da magnitude ou grandeza de valor das mercadorias. Por outro lado, as disputas entre as diversas entidades econômicas incidem em oscilações na relação entre oferta e demanda e nos preços das mercadorias, a ponto de as desconectarem das equivalências dos seus respectivos valores.

Isaak Rubin, no capítulo 18 do seu livro *A teoria marxista do valor*, apresenta uma análise sobre o desenvolvimento do capitalismo, tendo por base os avanços das concorrências entre os capitais. O autor russo ilustra esse movimento a partir de três esquemas econômicos históricos e hipotéticos, com a economia mercantil simples, a inserção da concorrência capitalista, e o capitalismo desenvolvido. Ao fim, a sua análise destaca a importância da massa total de mais-valia sobre as taxas específicas de lucro (consequentemente, do valor sobre o preço) para a determinação da “magnitude da taxa média de lucro” (RUBIN, 1980, p. 264).

Para ao referido autor, a concorrência capitalista é o fator que opera a mediação entre os preços de produções e as magnitudes ou grandezas de valores das mercadorias:

Se a ausência de concorrência entre os capitalistas de diferentes esferas da economia explica porque as mercadorias não são vendidas segundo seus preços de produção, esta ausência de concorrência também torna impossível explicar por que os bens são vendidos segundo seus valores-trabalho. (RUBIN, 1980, p. 262).

Para o que nos interessa aqui, a análise do economista russo serve para indicar que, com a inserção da concorrência entre capitais “a venda de bens segundo seus *valores-trabalho* dá lugar à venda de bens segundo os preços de produção” (RUBIN, 1980, p. 263). Para elucidar essa análise é importante ter em conta que, segundo Marx (1986b, p. 123), o preço de produção da mercadoria é “igual a seu preço de custo *plus* o lucro que, de acordo com a taxa geral de lucro, lhe é percentualmente adicionado, ou igual a seu preço de custo *plus* o lucro médio”. Já o preço de custo de uma mercadoria se constitui pelos custos em capital constante (meios de produção) mais os custos em capital variável (força de trabalho).

A relação entre estes dois determinantes do preço de custo da mercadoria (capital constante x capital variável) é intitulado por Marx (2013) de *composição orgânica do capital* (doravante indicado por COC). Cada empresa tem uma COC específica e isso, dentre outras implicações, indica o seu grau de produtividade que, por sua vez, aponta para a capacidade de produzir mercadorias em níveis acima, médio ou abaixo do TTSN.

Como o modo de produção capitalista não opera por planejamento econômico centralizado<sup>6</sup>, essas diversas produções privadas só se conectam por meio das suas mercadorias, nas relações de troca. Cada espécie de mercadoria é resultado de uma determinada COC que, dessa forma, refere-se à capacidade produtiva da empresa que a produziu. A relação entre essas mercadorias, que derivam das suas respectivas produções privadas, apresenta um confronto entre valores individuais que oscilam em torno da média social produtiva, que pode ser expressa a partir do valor de mercado:

O valor individual de algumas dessas mercadorias estará abaixo do valor de mercado (isto é, sua produção exige menos tempo de trabalho do que o expresso pelo valor de mercado), o de outras estará acima dele. O valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera, e, por outro, como valor individual das mercadorias produzidas nas condições médias da esfera e que constituem a grande massa dos produtos da mesma (MARX, 1986b, p. 138–139).

Na sociedade dominada pelo modo de produção capitalista, a conexão das diferentes produções privadas ocorre por meio do mercado e do processo de concorrência. Conforme vimos, é no processo de troca de mercadorias que os diferentes tipos de trabalhos relativos a cada uma destas produções passam por um processo de igualação. Da mesma forma, é também pela mediação do mercado e da concorrência que se estabelece a ligação entre as diferentes capacidades produtivas das empresas, que se constituem por distintas COC.

É sob essa condição de confrontos entre produções privadas, em que cada uma destas empresas oferta uma mercadoria com valor individual específico, que se apresenta o valor de mercado. Essa categoria, como elucida Rubin (1980, p. 191), representa uma “magnitude” que se estabelece “como resultado do conflito de mercado entre um grande número de vendedores — produtores de mercadorias que produzem sob diferentes condições técnicas e que fornecem ao mercado mercadorias com valores individuais diferentes”. Paradoxalmente, esta dinâmica apresenta uma relação antitética que consubstancia a concorrência capitalista: somente com a ausência da concorrência ocorreria, e não ocorreria, a venda de mercadorias pelas suas magnitudes ou grandezas de valores. No capitalismo, é a concorrência que cria essa possibilidade — pela igualação dos trabalhos — mas que, ao mesmo tempo, a torna impossível, pelos aspectos individuais e privados da COC e da incongruência entre valor e preço.

A intensificação da concorrência pressupõe a ausência de um planejamento econômico social e, nesse sentido, as disputas entre os capitais privados se configuram, ao mesmo tempo, como réus e vítimas da força incontrolável do mercado. Em tendência, o desenvolvimento da concorrência implica em avanço privado das capacidades produtivas que, por sua vez, ampliam as assimetrias na relação entre oferta e demanda. Com isso, por trás das mercadorias que não são absorvidas pelo mercado, se encontra um montante de TTSN que terminou sendo desperdiçado:

Se o estômago do mercado não consegue absorver a quantidade total de linho pelo preço normal de 2 xelins por braça, isso prova que foi despendida uma parte maior de tempo de trabalho socialmente necessário na forma da tecelagem de linho. O efeito é o mesmo que se obteria se cada tecelão individual tivesse aplicado em seu produto individual mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário. (MARX, 2013, p. 181).

Ausente de planejamento econômico social, essa força cega do mercado termina subsumido o próprio desenvolvimento das forças produtivas. Não se trata apenas de desperdício de mercadorias, mas de magnitudes ou grandezas de valores produzidos que, não somente poderiam ser absorvidas pela sociedade, como poderiam lastrear novos desenvolvimentos produtivos. A diferença entre as distintas alternativas para esse fenômeno se encontra na sua intencionalidade: “As FP [forças produtivas] desenvolvem-se espontaneamente quando a sociedade desconhece as leis de seu desenvolvimento, mas, quando as conhece, o desenvolvimento pode ser intencional, segundo um plano”. (GERMER, 2009, p. 93).

### Considerações finais

Em termos gerais, os valores socialmente produzidos se referem a determinadas quantidades de trabalho que, como vimos, podem ser medidos a partir da sua magnitude ou grandeza. Essa determinação ocorre tanto por unidade qualitativa como por classificação quantitativa e o seu cômputo pode ocorrer em diferentes tipos de ordenamentos societários:

O trabalho abstrato e o valor possuem uma natureza social, e não técnico-material ou fisiológica. O valor é uma propriedade social (ou forma social) de um produto do trabalho, assim como o trabalho abstrato é uma ‘substância social’ que está na base desse valor. A despeito disso, o trabalho abstrato, assim como o valor que ele cria, possui não só um aspecto qualitativo, mas também quantitativo. Ele tem uma magnitude determinada, da mesma maneira que a tem o trabalho social contabilizado pelos órgãos de uma comunidade socialista. (RUBIN, 1980, p. 170).

A determinação quantitativa do trabalho implica, no modo de produção capitalista, a sua expressão em trabalho abstrato. Inclusive, para ilustrar essa análise, o autor citado, propõe uma comparação entre essa determinação quantitativa do trabalho dentro do capitalismo e do socialismo, ou seja, “do trabalho abstrato com o trabalho socialmente igualado que é encontrado na comunidade socialista” (RUBIN, 1980, p. 168). Para ele, na sociedade socialista, essa igualação dos diferentes tipos de trabalhos poderia ocorrer no seguinte exemplo: tomando-se um dia de trabalho simples “como uma unidade, e um dia de trabalho qualificado como três unidades; um dia de trabalho do operário com experiência A é tomado como igual a dois de trabalho do operário inexperiente B, e assim por diante (RUBIN, 1980, p. 168).

Entretanto, essa comparação apresenta diferenças importantes. No capitalismo, o processo de igualação dos trabalhos se encontra subordinado à forma mercadoria e, com isso, às diferentes determinações que envolvem o mercado. Desta forma, torna-se impossível ocorrer um planejamento econômico que determine a organização e a distribuição social do trabalho social. A vigência do valor no capitalismo se estabelece na base do trabalho abstrato, e a igualação dos diferentes tipos de trabalho não ocorre de forma planejada, mas através da mediação das mercadorias.

Por isso que, segundo o autor, uma das grandes diferenças entre os processos econômicos capitalista e socialista se encontraria na forma de sua organização e distribuição. Ainda que, em ambas as sociedades, a análise econômica do valor indicasse que “as diferentes quantidades de *trabalho* aparecem como diferentes quantidades de *tempo de trabalho*”, ao se considerar “a distribuição do trabalho social entre indivíduos e ramos de produção”, elucida-se que a distribuição “se realiza conscientemente numa sociedade socialista, e espontaneamente numa economia mercantil” (RUBIN, 1980, p. 172).

A luta pela superação do capitalismo se conjuga com a construção de alternativas capazes de organizar conscientemente a economia da nova sociedade. Estas, por sua vez, baseiam-se em determinações históricas e sociais que estruturam as possibilidades econômicas e políticas concretas de cada sociedade. Em variados momentos históricos, problemas teóricos e práticos desse tipo foram analisados, demarcando tanto a profundidade do desafio apresentado, como a especificidade conjuntural e histórica dos seus encaminhamentos.

Em cada experiência histórica, as análises teóricas serviram de lastros para encaminhamentos políticos, da mesma forma que estes se subordinaram às determinações de cada conjuntura. Importantes análises sobre as experiências soviética (LENIN, 1973), cubana (GUEVARA et al., 2004) ou da Alemanha Oriental (RAUHALA, 2021), explicitam, por exemplo, a complexidade dos desafios que acompanham essa empreitada<sup>7</sup>.

O escopo desses desafios só é ultrapassado pela importância das transformações econômicas e sociais a serem objetivadas, pois “a figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado” (MARX, 2013, p. 154). Esse processo, para ser efetivado, requer “uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento” (MARX, 2013, p. 154).

## Referências

- ALMEIDA FILHO, N.; LOPES, C. T. A ideia de planejamento econômico que emerge da Teoria Geral de Keynes. *Revista Brasileira de Administração Política*, v. 10, p. 107–128, 2019.
- BOETTKE, P. J. (org.). *Socialism and the market: the socialist calculation debate revisited*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.
- GERMER, C. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Revista Crítica Marxista*, v. 29, p. 75–95, 2009.
- GUEVARA, E. C. et al. *El gran debate sobre la economía en Cuba, 1963–1964*. 2. ed. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 2004.
- HUNT, E. K.; LAUTZENHEIZER, M. *History of economic thought: a critical perspective*. 3. ed. Armonk, London: M. E. Sharpe, 2011.



- KEYNES, J. M. The general theory of employment, interest and money. In: KEYNES, J. M. The collected writings of John Maynard Keynes. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2013. v. VII.
- LENIN, V. I. New times and old mistakes in a new guise. In: LENIN, V. I. Collected Works. Moscow: Progress Publishers, 1973. v. 33.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro III, Tomo I: O processo global da produção capitalista (editado por Friedrich Engels). 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro III, Tomo II: O processo global da produção capitalista [editado por Friedrich Engels]. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.
- MARX, K. Teorias da Mais-Valia: história crítica do pensamento econômico: Livro IV de O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. I.
- MARX, K. Das kapital: kritik der politischen oekonomie. erstes buch: der produktionsprozess des kapital. In: MARX, K.; ENGELS, F. Werke. Band. 23. Berlin: Dietz Verlag, 1962.
- MARX, K. Das Kapital: Kritik der politischen Oekonomie. Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals. Erstausgabe. Hamburg: Verlag von Otto Meissner, 1867.
- RAUHALA, P. M. The Neue Marx-Lektüre and the ‘Monetary Theory of Value’ in the East German Labour-Value Measurement Debate. Historical Materialism, v. 29, n. 2, p. 29–60, 2021.
- ROSDOLSKY, R. Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUER; Contraponto, 2001.

## Notas

- <sup>1</sup> Sobre isso, discordamos da afirmação de Rosdolsky (2001, p. 21–22), de que antes de 1850 Marx já teria desenvolvido os fundamentos da sua análise sobre a mais-valia, e que isso estaria manifesto no seu livro intitulado *Trabalho assalariado e capital*.
- <sup>2</sup> Ressalta-se que, na primeira publicação desta obra (MARX, 1867, p. 3), não consta essa passagem em que o autor se refere ao valor de troca como uma “forma de manifestação” [*Erscheinungsform* – Marx, 1962, p. 51]. Tal fato indica que, mesmo em 1867, com a publicação da primeira edição de *O Capital*, Marx ainda não tinha apresentado de forma precisa a distinção entre valor e valor de troca.
- <sup>3</sup> Em geral, as edições brasileiras do livro I de *O Capital*, utilizam três traduções similares para isso: magnitude, grandeza ou quantidade de valor. A edição das *Werke* (MARX, 1962), que apresenta a quarta edição alemã dessa obra, utiliza-se o termo *Wertgröße* (que, literalmente, poderia ser traduzido por tamanho do valor). De forma análoga à nota de rodapé anteriormente apresentada, se ressalta que, na primeira edição alemã (MARX, 1867), não se observa essa precisão categorial.
- <sup>4</sup> Referência à frase de abertura do Livro I de *O Capital*: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 113).
- <sup>5</sup> Além disso, conforme afirmam Hunt e Lautzenheizer (2011), no livro I de *O Capital*, Marx, para demonstrar a origem e natureza do capital e do lucro (mais-valia) pressupõe a relação de equivalência nas trocas de mercadorias.
- <sup>6</sup> É importante ressaltar aqui que se trata da ausência de um planejamento econômico sistemático ou de amplo caráter social (centralizado), visto ser bastante comum em qualquer empresa capitalista, mesmo as de menor porte, o emprego de diversas formas de planejamento, especialmente no espaço interno. Grandes capitalistas, principalmente os monopolistas, apresentam grande capacidade de influenciar na determinação dos preços e, portanto, da demanda do mercado. Mas, mesmo com essa força, a ausência de um planejamento econômico centralizado implica em determinações e causalidades da “força cega” do mercado.
- <sup>7</sup> Um importante elemento sobre os desafios para a construção de uma sociedade de economia planificada se refere ao cálculo econômico socialista, conforme atesta as análises presentes em Boettke (2000). Por outro lado, existe um relevante debate acerca do emprego de formas de planejamento econômico dentro do capitalismo que apresenta, como maior destaque, a obra clássica de Keynes (2013). Sobre o planejamento econômico na obra do economista britânico, ver: Almeida Filho e Lopes (2019).

## Henrique André Ramos Wellen

harw@uol.com.br

Pós-doutorado em Teoria Política na University of Kent, Inglaterra.

Professor associado da UFRN, atuando na graduação e na pós-graduação em Serviço Social.

**UFRN**

Av. Sen. Salgado Filho, 3000  
Lagoa Nova, Natal/RN  
CEP 59078-970

**Agradecimentos**

Não se aplica.

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições dos autores**

Não se aplica.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Confirmo consentimento para publicação deste artigo, intitulado de “Trabalho, Valor e Preço: o planejamento econômico sob a crítica marxista do valor”.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMÁTICO: IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

## Sobre a natureza e o lugar do ideal na economia: a contraposição de György Lukács a variações do objetivismo e do subjetivismo

Marlon Garcia da Silva <sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1574-7732>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de Serviço Social, Curso de Serviço Social, Mariana, MG, Brasil

### Sobre a natureza e o lugar do ideal na economia: a contraposição de György Lukács a variações do objetivismo e do subjetivismo

**Resumo:** O artigo identifica, expõe e discute algumas das teses fortes de György Lukács em sua *Ontologia*, quando o autor critica o que ele denomina como “certo dualismo metodológico”, em variantes teóricas objetivistas e subjetivistas, influentes no século XX e repercussivas na contemporaneidade, de todo modo, deformadoras do estatuto e das categorias sociais, em formulações incapazes de apreender a natureza, o lugar e o papel do “ideal na economia”. A economia não pode ser tomada como uma espécie de “segunda natureza”, posto que está influenciada, sempre, de alguma forma, de ponta a ponta, das suas expressões tópicas às profundas, por pores e processos teleológicos de diversos tipos. Por outro lado, não passam de “ilusionismo ontológico” as concepções que destituem o caráter material das categorias objetivas, dos nexos e das legalidades tendenciais da economia, em elaborações e variações que hipertrofiam as formas da subjetividade. Sugere-se que as vias originais da abordagem filosófica desses problemas, do seu equacionamento e esboço de respostas, nos termos da *Ontologia*, interessam a quem se preocupa, nos dias de hoje, em pensar e discutir as vicissitudes e os desafios dos processos de emancipação humana, bem como de encaminhar lutas concretas, consentâneas, nessa direção.

**Palavras-chave:** Economia; Filosofia; Ontologia do Ser Social; Ideologia; Emancipação humana.

### On the nature and place of the ideal in economics: György Lukács' opposition to variations of objectivism and subjectivism

**Abstract:** The article identifies, exposes and discusses some of the strong theses of György Lukács in his *Ontology*, when the author criticizes what he calls “a certain methodological dualism”, in objectivist and subjectivist theoretical variants, influential in the 20th century and repercussions in contemporary times, in any case, deforming the status and social categories, in formulations incapable of apprehending the nature, place and role of the “ideal in the economy”. The economy cannot be taken as a kind of “second nature”, since it is always influenced, in some way, from end to end, from its topical to profound expressions, by pores and teleological processes of various types. On the other hand, the conceptions that deprive the material character of the objective categories, of the nexuses and of the tendential legalities of the economy, in elaborations and variations that hypertrophy the forms of subjectivity, are nothing more than “ontological illusionism”. It is suggested that the original ways of philosophical approach to these problems, their equating and outline of answers, in terms of *Ontology*, are of interest to those who are concerned, nowadays, with thinking and discussing the vicissitudes and challenges of the emancipation processes human society, as well as directing concrete, consistent struggles in that direction.

**Keywords:** Economy; Philosophy; Ontology of the Social Being; Ideology; Human emancipation.

Recebido em 07.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.09.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

Nas teses e argumentos que desenvolve na segunda parte da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, dedicada àqueles que são considerados, em termos gerais, nessas reflexões, como “os complexos de problemas mais importantes” do ser social<sup>1</sup>, Lukács pauta e discute uma vasta gama de questões que atravessam a tradição filosófica ocidental, incluída aí a tradição marxista, bem como debates e polêmicas candentes do século XX em torno desses problemas<sup>2</sup>.

O presente artigo se concentra na seção que abre o terceiro capítulo desta segunda parte da obra, quando o autor adentra o intrincado complexo de problemas em torno do “ideal e a ideologia”, iniciando suas elaborações a respeito com uma provocativa análise do “ideal na economia”.

Nesse percurso, o autor estabelece um diálogo crítico com o que ele denomina como “certo dualismo metodológico” (LUKÁCS, 2013, p. 356), no âmbito do qual se encontram, por um lado, posições teóricas tidas, por assim dizer, como objetivistas, nas considerações sobre a economia como uma espécie de “segunda natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 383), regida por causalidades e legalidades mecânicas, deturpando ou destituindo, assim, o lugar e o papel do “ideal” e da subjetividade “na economia”, e no âmbito do qual se encontram também, em outro extremo, posições teóricas tidas como subjetivistas, em variantes como aquelas que dão as costas à realidade sociomaterial econômica ou que hipertrofiam o papel do ideal nesse campo.

Rearticulando e desenvolvendo pontos fundamentais firmados nos capítulos anteriores da obra, o autor busca estabelecer um *tertium datur*, um caminho distinto e alternativo a essas vias que conduzem a falsos extremos. A propósito, um argumento de base e princípio remete ao caráter do metabolismo homem-natureza, intermediado pelas capacidades, processos e pores teleológicos, o que abre para a compreensão da gênese, do despontar e do alcance das formas específicas da subjetividade humana, e esclarece também a gênese e a peculiaridade dos nexos e movimentos causais e das legalidades próprias do mundo social, incluídas aí aquelas que são próprias do complexo econômico.

Uma tese cara ao autor é aquela que sustenta que a forma específica da atividade humana, orientada pelo princípio teleológico, não somente funda a forma de ser, mas constitui também o “modelo” (LUKÁCS, 2013, p. 44) mais geral de toda atividade e de toda práxis humana, social, o que se verifica, portanto, também, quando se considera e analisa o complexo da economia.

Nesse sentido, a economia não pode ser considerada como uma espécie de “segunda natureza”, uma vez que o caráter e a dinâmica objetiva de suas categorias, de suas leis etc. são humanamente postos e são sempre, em algum grau, em alguma medida, influenciados por categorias intencionadas.

Essa questão do grau e da medida em que as categorias e as legalidades econômicas podem ser movimentadas e influenciadas por pores teleológicos possibilita uma aproximação a preocupações e teses centrais apresentadas pelo autor nesse passo das suas análises sobre o ser social. Nesse âmbito, é interessante anotar e ressaltar a importância da consideração da natureza “das forças a serem postas em movimento” (LUKÁCS, 2013, p. 358) pelos pores teleológicos na economia, sendo elas tanto as forças de caráter natural, quanto as forças propriamente sociais.

Interessa aqui anotar que num dos veios argumentativos o autor retoma categorias da filosofia clássica, bem como sua recuperação e tratamento crítico a partir do pensamento de K. Marx, como ocorre no caso da recorrência ao par categorial “aparência e essência”.

As discussões das teses lukacsianas que seguem no primeiro tópico do artigo, apresentando elementos que refutam as elaborações de alguma forma inscritas no âmbito do “dualismo metodológico”, se encaminham para uma abordagem mais detida, no segundo tópico, sobre a unidade da diversidade de fenômeno essência, tomadas ontologicamente, em sentido histórico-materialista e dialético, como categorias da realidade, quer dizer, antes de reflexivas, efetivas.

A concentração das reflexões sobre essa matéria, sem perder de vista suas imbricações com todo um complexo de categorias e nexos categoriais que não podem ser tratados nos limites do presente artigo, tem implicações e consequências bastante importantes sobre o debate da natureza, do lugar e do papel do “ideal na economia”.

Interessa neste ponto destacar o fato ontológico básico de acordo com o qual os seres humanos estão obrigados em suas atividades e seu comportamento perante o mundo externo natural e social a lidar primariamente com uma multiversidade de fenômenos que se manifestam na superfície da realidade econômica.

Na medida em que esses fenômenos expressam determinações mais fundas e mais mediadas da realidade, ou seja, na medida em que esses fenômenos estão imbricados ou guardam relações inextrincáveis com processos mais essenciais da realidade, todas as formas subjetivas de interação com os mesmos impactam, de alguma forma e em alguma medida, também os movimentos e legalidades mais persistentes, mais duradouros, mais essenciais, da realidade econômica.

Essas elaborações serão retomadas nos movimentos de arremate do artigo, e serão consideradas em relação às tendências de conformação do ideal na economia, tanto àquelas correspondentes a formas de estranhamento, quanto àquelas tangentes às possibilidades de movimentos subjetivos críticos dos limites das expressões mais perfunctórias e fetichizadas do real.

Tem-se em vista que essas modalidades subjetivas e suas variações se conformam também como forças materiais interativas e incidentes sobre os movimentos mais essenciais da reprodução social, atuando, em algum grau e alguma medida, no sentido de conservar ou combater e transformar um determinado estado de coisas e situações sociomateriais historicamente postos.

### **Crítica ontológica ao economicismo e ao subjetivismo**

Pode-se considerar, em termos iniciais, em grandes traços, que a dialética do trabalho e da reprodução social, a produção do novo e a reprodução de circunstâncias socialmente constituídas explicam o surgimento de categorias, complexos e legalidades sociais que vão se articulando e adensando na totalidade do ser social. É no bojo desses processos, nos movimentos contraditórios da autoconstrução do mundo humano, que surge a certa altura a capacidade de uma produção material que avança para além das necessidades de subsistência, capacidade que se articula, em certas circunstâncias, à produção de valores para a troca e ao intercâmbio, como se verifica nas situações sociais em que são trocadas e circulam mercadorias, na vigência da divisão social do trabalho e das relações da propriedade privada.

Trata-se, no caso, de um mundo de objetos, processos e relações disparados, no limite, por *pores teleológicos*, portanto, por atos humanos individuais e singulares, que desencadeiam e movimentam nexos e séries causais objetivas que se articulam e vão muito além dos fins primariamente ideados e realizados. Assim, por exemplo, a produção de excedente, bem como um conjunto amplo de processos e relações sociais que ela implica e engendra, são *resultados espontâneos* da referida dialética do trabalho e da reprodução social, cujos nexos e legalidades convergem para a constituição do chamado complexo da economia. Nas palavras de Lukács, “o fato básico mais material, mais fundamental, da economia, o trabalho, possui o caráter de um pôr teleológico” (LUKÁCS, 2013, p. 355). Contudo, a economia se constitui como um “complexo social de legalidade objetiva, em que cada um dos ‘elementos’ — por sua essência ontológica, igualmente complexos — determina a dinâmica do respectivo pôr teleológico, cuja totalidade gera a reprodução do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 360–361).

Reconhecendo que o complexo da economia se constitui e se caracteriza como um “complexo social de legalidade objetiva”, Lukács se volta, por um lado, contra as teses economicistas que subestimam ou desconsideram o papel dos sujeitos e do momento ideal, subjetivo, que perpassa a esfera da produção e reprodução material da vida, em outros termos, concepções que ignoram os diversos pores teleológicos que atravessam e interagem com o complexo da economia. Tanto em suas vertentes e variações marxistas, quanto nas correntes da ideologia burguesa, o que se tem são elaborações teóricas que sucumbem à fetichização da economia. Na medida em que o complexo da economia se consolida como um sistema próprio de conexões e legalidades objetivas, o pensamento, do cotidiano à teoria, pode tomá-lo, por sua aparência, como um sistema dotado de vida e movimentos próprios, como um “sistema fechado em si mesmo, cuja *ratio* é sustentada por essas legalidades interconectadas” (LUKÁCS, 2013, p. 274). Demarcando, em termos iniciais, a contraposição de Lukács a tais concepções, convém citar que para o autor as “rigorosas legalidades” tendenciais do complexo da economia, “que de fato existem” e se impõem ferreamente, muitas vezes

[...] fazem esquecer por força dessa objetivação que o econômico não é uma realidade puramente objetiva, indiferente à nossa existência, como a natureza inorgânica, que ele é, muito antes, a *síntese no plano das leis daqueles atos teleológicos que cada um de nós efetua ininterruptamente* e — sob pena da ruína física — tem de efetuar ininterruptamente durante toda a sua vida.



Não se trata aqui, portanto, da contraposição de um mundo objetivo puro (no plano das leis) e do mundo da “pura” subjetividade, das resoluções e dos atos puramente individuais; trata-se, antes, de complexos dinâmicos do ser social, cujo fundamento fático é constituído — dentro e fora da vida econômica — por pores teleológicos singulares, sendo que nunca será demais repetir que a prioridade ontológica de determinada espécie em relação a outra nada tem a ver com problemas de valor (LUKÁCS, 2013, p. 269–270, grifo nosso).

Num outro extremo ao objetivismo que toma as necessidades e legalidades efetivamente férreas da economia como movimentos puramente automáticos, cegos e absolutos, destituindo os sujeitos dessas relações, se constituem as tendências subjetivistas que em suas variações e matizes pseudocríticas ou abertamente conservadoras secundarizam ou elidem a objetividade dos nexos causais e das legalidades da realidade econômica, reduzindo, no limite, a realidade material ao “mundo da ‘pura’ subjetividade” (LUKÁCS, 2013, p. 269). Nesse sentido, o autor pensa que “é preciso romper com a representação igualmente reificada, nascida da oposição abstrata à reificação capitalista”, que se expressa em concepções e saídas voluntaristas, “como se um crescente isolamento intelectual do indivíduo em relação ao seu entorno social, sua independência (imaginária) em relação a ele, pudessem promover ou mesmo produzir a riqueza e o fortalecimento da individualidade” (LUKÁCS, 2013, p. 270).

A economia, sendo um complexo sociomaterial de categorias e legalidades objetivas, não exclui, pois, os pores teleológicos, as interações subjetivas dos homens com a realidade, antes os implica, em diferentes níveis de elaboração e de efetivação. O argumento forte de Lukács tem em vista, ao fundo, a estrutura ontológica geral do trabalho. Nos termos do autor, “o trabalho não é só o fundamento, o fenômeno fundante de toda práxis econômica, mas igualmente, o que também já sabemos, o modelo mais geral de sua estrutura e dinâmica” (LUKÁCS, 2013, p. 355). De modo que a articulação entre o ideal e o real, presente nos atos do trabalho, também se faz presente nas diversas instâncias e práxis do complexo da economia, assim como nos demais complexos materiais e ideais do ser social.

Pode-se afirmar que tanto “no trabalho” como nas práxis econômicas em geral “o pôr teleológico conscientemente produzido (que é, portanto, um momento ideal) deve preceder ontologicamente à realização material”, o que se dá “no quadro de uma complexidade inseparável” (LUKÁCS, 2013, p. 356). Na realidade, teleologia e causalidade não podem, em qualquer situação e, portanto, também no âmbito da economia, ser considerados “dois atos autônomos, um ideal e um material”, antes, “a possibilidade do ser de cada ato, que só pode ser isolado no pensamento, está ligada por necessidade ontológica ao ser do outro” (LUKÁCS, 2013, p. 356). Ou seja, “o contraste gnosiológico entre teleologia e causalidade como dois momentos, elementos etc. do ser é ontologicamente sem sentido” (LUKÁCS, 2013, p. 356).

A fim de “demonstrar o caráter teleológico comum a todos os atos e complexos econômicos” (LUKÁCS, 2013, p. 356), Lukács expõe, num dos veios da sua argumentação, a conexão entre o ideal e o real na economia considerando o processo de troca. Contra as fetichizações prático-econômicas e ideais que não ultrapassam a aparência reificada do “automovimento das coisas”, o que ocorre especialmente em formações socioeconômicas mais complexas, como no caso do capitalismo e do seu evoluir, o autor destaca que Marx, ao decifrar as determinações mais gerais da produção e da troca mercantil, nos passos iniciais das análises desenvolvidas em *O Capital*, explicita o fato elementar de que as mercadorias não podem por si, por vontade e movimento próprios, se dirigir para a troca. Antes, são os seus detentores, os seus proprietários que, depositando nas mercadorias os seus interesses vitais privados e personificando as relações econômicas, conduzem, confrontam e realizam as mercadorias na troca, como coisas sociais dotadas de valor. Também aqui, convém registrar as próprias palavras do autor.

Nas economias desenvolvidas, poderia surgir a aparência — tanto mais quanto mais expressamente a economia tiver como fundamento uma totalidade socializada dos atos práticos — de que se está falando de um automovimento das coisas e não de atos da práxis humana. Assim, fala-se de modo geral de um movimento das mercadorias no processo de troca, como se não fosse muito fácil ver que por si mesmas as mercadorias não podem fazer um movimento sequer, que seu movimento sempre pressupõe atos econômicos dos compradores ou então dos vendedores.

Embora nesse caso se trate de uma aparência que pode se desvendar brincando, Marx não deixa passar a oportunidade para, também nesse caso, dissolver a aparência reificadora em atos teleológicos prático-humanos. [...] A troca de mercadorias corresponde, portanto, em todo o seu decurso dinâmico, ao do trabalho, na medida em que, também nele, algo ideal é transformado em algo real por meio de atos teleológico-práticos. (LUKÁCS, 2013, p. 358–359).

Assim, o circuito M-D-M, por exemplo, como “síntese objetivo dinâmica”, histórico-social, de atos e relações dos homens, esse circuito, em seus movimentos próprios, objetivos, não exclui o elemento subjetivo que se expressa, por exemplo, nas decisões que, no limite, todo ato de compra e de venda implica. Uma análise mais detida revela que a aparência — e as representações correspondentes — de que “toda compra é uma venda e vice-versa” (LUKÁCS, 2013, p. 363) elide a contradição “que surge no real intercâmbio de mercadorias”, exposta por Marx nos seguintes termos, citados por Lukács: “ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido” (LUKÁCS, 2013, p. 363). A fim de demarcar com mais precisão e acentuar a posição do autor, vale citar que

todo ato econômico tem por base uma decisão alternativa. Se alguém tiver vendido a sua mercadoria e, desse modo, estiver de posse de dinheiro, tem de decidir se compra ou não compra outra mercadoria com esse dinheiro. Quanto mais desenvolvida a economia, quanto mais socialmente determinada a sociedade, tanto mais complexa se torna essa alternativa, tanto mais irrevogável se torna a casualidade, a relação heterogênea entre compra e venda. Porque, em decorrência da divisão social do trabalho, ela é um organismo natural-espontâneo da produção, cujos fios foram e continuam a ser tecidos pelas costas dos produtores de mercadorias. (LUKÁCS, 2013, p. 363–364).

O processo de troca pressupõe a produção mercantil, cuja base irrevogável é a transformação humana, consciente, da natureza, na produção de valores de uso, que portam o conteúdo material da riqueza social. O caráter e a dinâmica das relações de troca remetem, pois, ao caráter e à dinâmica mais fundamental e preponderante das relações de produção, onde estão presentes, necessariamente, pores teleológicos dos homens.

Por outro lado — e aqui a argumentação avança contra o subjetivismo —, o processo de troca implica simultaneamente um emaranhado de nexos causais e de nexos casuais que ultrapassam os sujeitos ponentes, quer dizer, implica a socialidade que equaliza e equipara objetivamente na troca os diferentes valores de uso, produtos dos diferentes trabalhos concretos, particulares, instaurando a realidade social do trabalho abstrato e a realidade do valor como *quantum* de trabalho homogêneo, indiferenciado, *quantum* cuja magnitude é determinada pelo dispêndio de energias e forças humanas corporais, gerais, no tempo, em circunstâncias sociais determinadas.

Assim, quer se considere o momento da produção em sentido estrito, quer se considere o momento e o processo econômico da troca, o que se tem é uma dialética objetiva, aberta, em que os atos humanos individuais remetem para além de si, se entroncando na sociabilidade e constituindo novos nexos, movimentos, relações, estruturas e formas sociais objetivas e subjetivas. De modo que “as consequências causais dos atos teleológicos”, sejam primários, sejam secundários, no âmbito da economia, “dissociam-se das intenções de quem os põe, rumando muitas vezes até na direção diametralmente oposta” (LUKÁCS, 2013, p. 368).

Na medida em que “cada pôr teleológico visa colocar em movimento cadeias causais reais, a legalidade se desdobra como sua síntese objetivo-dinâmica” (LUKÁCS, 2013, p. 364). Nesse sentido, o processo de circulação M-D-M, para prosseguir com a mesma referência ilustrativa, constitui e articula uma série de categorias e legalidades sociais objetivas, materiais e ideais, como valor, dinheiro, preço etc., numa processualidade e numa trama de relações humanas, sociais, “cujos fios foram e continuam a ser tecidos” e a se impor “pelas costas dos produtores de mercadorias” (LUKÁCS, 2013, p. 363–364).

É assim que a categoria econômica do valor, por exemplo, um produto dos próprios homens, se constitui e se impõe como uma objetividade social, supraindividual, nascida das relações entre proprietários privados de produtos do trabalho tornadas mercadorias. O valor como categoria econômica se constitui e se movimenta “pelas costas dos produtores de mercadorias” como uma objetividade espectral que reflete e transmuda em si, sob a forma de *quantum* e magnitude de riqueza material abstrata, as propriedades concretas dos diferentes trabalhos particulares e dos seus produtos. Como tal, o valor se afirma e se impõe como uma mediação principal que condensa e relaciona os interesses materiais dos proprietários privados, assim como instaura a indiferença generalizada em relação às necessidades humanas concretas, materiais e subjetivas, e à sua realização.

Nesse sentido, é somente em relação ao conjunto das forças produtivas sociais constituídas em determinadas circunstâncias, mais precisamente, é apenas como manifestação espontaneamente sumarizada e constitutiva de forças produtivas sociais médias que o trabalho determina o valor da mercadoria. Sob esse prisma, considerando o problema principal ora tratado, o problema da relação entre o ideal e o real na economia, é a realidade econômica que nega inapelavelmente qualquer arbitrariedade ou anacronismo ideal e, antes de tudo, prático-material, do produtor particular em relação à produção social, em relação às forças produtivas sociais médias, constituídas em determinadas circunstâncias.

### **Socialidade crescente e intensificação do papel do ideal**

A processualidade que compreende a divisão social do trabalho e a troca implica, pois, a interatividade dos homens na história e, nesse sentido, no âmbito da socialidade, das forças e legalidades objetivas sociais, implica também uma dinâmica cada vez mais extensiva e intensiva de pores teleológicos de tipo secundário, quer dizer, de pores teleológicos voltados às relações dos homens entre si, numa dinâmica onde “o ideal está contido como motivo e objeto tanto no pôr quanto no objeto por ele intencionado”, e na qual, portanto, “o papel do ideal se intensifica” (LUKÁCS, 2013, p. 360). Nas palavras de Lukács,

[...] a possibilidade de realização da troca de mercadorias é um processo que se efetua diretamente no terreno do ser social, sendo que o fundamento irrevogável naturalmente é constituído — não importando o quanto seja mediado — pelo impacto teleológico sobre a causalidade natural; isso, porém, de modo algum suprime o caráter essencialmente social do intercâmbio de mercadorias, a índole social de suas categorias. Inclusive fica evidente que aqui, no âmbito da pura economia, mesmo que isso não se aplique necessariamente para o âmbito do metabolismo com a natureza, são postos em movimento aqueles pores teleológicos que têm por finalidade causar impactos sobre outros homens. Por trás da fórmula M-D-M há sempre como realidade uma profusão de tais pores teleológicos bem-sucedidos ou malsucedidos. (LUKÁCS, 2013, p. 367).

O reconhecimento da “realidade” de uma “profusão” de pores teleológicos secundários no processo socioeconômico da troca de mercadorias, de acordo com a argumentação em curso, não deforma em sentido idealista a conexão ontológica entre o ideal e o real. Ocorre que todos os pores secundários e, portanto, também aqueles que se dão no âmbito da economia, implicam “no conhecimento de um segmento da realidade com o propósito de modificá-la (conservar é um simples momento da categoria do modificar)”, bem como no “efeito causal continuado que se tornou independente do sujeito pelo ser que foi posto em movimento pelo pôr realizado” (LUKÁCS, 2013, p. 287).

“O segmento da realidade” a ser conhecido e transformado no caso dos pores teleológicos secundários, ou seja, o objeto e a matéria desses pores, conforme demarcado acima, são os próprios homens, mais precisamente, a consciência dos homens, sobre a qual as práxis secundárias incidem, com vistas a influenciar e desencadear decisões e comportamentos em determinadas direções. Nas palavras de Lukács, “os fins que os provocam e que por eles são realizados [...] visam influenciar outras pessoas no sentido de que elas, por sua vez, efetuem os atos de trabalho desejados por quem os põem” (LUKÁCS, 2013, p. 358).

Sobre a peculiaridade desses pores secundários, considera-se que “por mais diferentes que possam ser, nesse caso, os fins e os meios (do uso direto da violência na escravidão e servidão até as atuais manipulações), o seu ‘material’ nem de longe é tão inequívoco quanto no trabalho propriamente dito”, ou seja, posto que “o ‘material’ do pôr do fim é o homem, do qual se pretende que ele tome uma decisão alternativa” (LUKÁCS, 2013, p. 358), o grau de precisão e certeza dos nexos causais desencadeados é, evidentemente, muito menor e mais “oscilante” do que no caso dos pores teleológicos primários.

Os pores teleológicos secundários, com o avanço das forças produtivas e da socialidade dos homens, ganham campo nas diversas instâncias constitutivas do complexo da economia, que é, como visto, um “complexo social de legalidade objetiva” (LUKÁCS, 2013, p. 360). Tais pores constituem, em determinadas circunstâncias, meios decisivos pelos quais os homens buscam incidir, influenciar e controlar as forças socialmente disparadas e movimentadas.

As peculiaridades dos pores secundários não suprimem, pois, sua relação de identidade com a estrutura ontológica geral, comum a todos os pores teleológicos, atividades e práxis humanas. Nesta perspectiva, contra qualquer viés idealista, Lukács afirma que

nem mesmo o maior dos antagonismos é capaz de anular o elemento em comum que no final se torna decisivo, a saber, que, nos dois casos, trata-se de pores teleológicos, cujo êxito ou fracasso depende da medida em que aquele que os põe conhece a constituição das forças a serem postas em movimento, em que medida ele, de modo correspondente, é capaz de proceder corretamente no sentido de que elas atualizem do modo desejado as cadeias causais que lhes são imanentes. (LUKÁCS, 2013, p. 358).

Torna-se importante, neste ponto da argumentação, uma consideração mais detida sobre a materialidade e a “constituição das forças a serem postas em movimento” pelos pores teleológicos dos homens no âmbito da economia, das relações de produção e reprodução da vida, o que torna possível avançar também para determinações mais precisas sobre a diversidade e a especificidade dos pores teleológicos e de suas interações com tal materialidade, com tais forças.

Essa materialidade corresponde tanto ao metabolismo homem-natureza quanto às relações dos homens entre si, sobre os quais incidem os pores teleológicos primários e os pores teleológicos secundários. Importa agora ressaltar que, em todo caso, os seres humanos, nos seus processos de autoconstrução, de produção e reprodução social, sempre se defrontam e lidam com a realidade primariamente sob a forma de uma vasta gama de *fenômenos* naturais e sociais objetivos, *fenômenos* que compõem e expressam na superfície do real “um quadro de colorido inesgotável” (LUKÁCS, 2013, p. 388), e que correspondem, por outro lado, a um conjunto de processos e mediações reais ocultos na imediatidade, os quais também precisam ser decifrados e cada vez mais dominados ideal e praticamente pelos homens nos seus processos autoconstitutivos.

### Dialética de fenômeno e essência

Num nível mais abstrato de consideração, pode-se afirmar que a materialidade, as forças e os movimentos objetivos do real aparecem ou se manifestam, no plano imediato, sob a forma de fenômenos. Em sentido ontológico, os fenômenos conformam a síntese de processos e mediações mais essenciais da realidade da natureza e da sociedade. A unidade ontológica de fenômeno e essência compreende o fato de que ambas as categorias expressam em suas articulações dimensões objetivas e diversas da mesma realidade. Na construção da sua existência os seres humanos lidam, portanto, com categorias objetivas de uma realidade unitária que se constitui e expressa, no entanto, por modos e formas diversos. Essas considerações são importantes, entre outras razões, para indicação da complexidade e da heterogeneidade “das forças” objetivas e da materialidade — naturais e sociais — da realidade “a serem postas em movimento” pelos pores teleológicos humanos.

Os seres humanos acessam a realidade e constroem a sua existência a partir das relações mais imediatas que estabelecem com o mundo exterior, que se impõe primariamente sob a forma dos fenômenos materiais-sensíveis naturais e sociais. As formas fenomênicas de manifestação da realidade material, objetiva, sensível, não mostram na imediatidade os processos de entificação do ser, as múltiplas determinações, relações e mediações que formam e constituem os entes. Nesse sentido, a dimensão fenomênica da realidade material-sensível, sua estrutura objetiva, favorece a formação dos fenômenos sociais do fetichismo e da reificação, no interior dos processos contraditórios de produção e reprodução da vida humana.

Tratando desta questão, Lukács retoma um importante e conhecido enunciado de Marx, onde este autor afirma, tendo em vista especialmente o complexo material da economia e suas representações ideais, que “toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência das coisas coincidisse imediatamente” (LUKÁCS, 2013, p. 376). Não coincidem, como é possível constatar quando se considera, por exemplo, o fenômeno da mercadoria, e suas determinações.

Não se pode, à primeira vista, na superfície da realidade, decifrar o fenômeno da mercadoria, um fenômeno repleto “de sutilezas metafísicas e melindres teológicos” (MARX, 2013, p. 121). É também pela citação de uma passagem célebre da análise do fetichismo da mercadoria feita em *O Capital* que Lukács avança em suas considerações sobre o problema:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. (MARX *apud* LUKÁCS, 2013, p. 377).

A forma-mercadoria consolida na superfície da realidade a inversão pela qual as mercadorias, produtos dos diferentes trabalhos concretos e das relações mediadas que os homens estabelecem entre si, aparecem como coisas sociais dotadas de vida e relações próprias, coisas sociais cujas propriedades e movimentos enfeitiçam e controlam os homens, produtos fantásticos que dominam os produtores.

Essa inversão, que consagra na imediatidade relações sociais entre coisas e relações materiais entre homens, ao ocultar e dissimular as determinações essenciais da realidade, da sociabilidade, não elide tais determinações, tampouco as contradiz. Antes, as expressa de modo peculiar, sedimentadas na forma da aparência. Ou seja, a inversão que aparece na forma fenomênica do fetiche da mercadoria se enraíza nas determinações e processos sociais realmente invertidos, que estão na base do fenômeno. Vale citar aqui as seguintes palavras de Marx, a respeito dessa inversão:

[...] os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas. (MARX, 2013, p. 123).

O “caráter misterioso da forma mercadoria” encontra uma de suas expressões mais desenvolvidas na forma dinheiro, “uma forma em que toda mediação foi anulada” (LUKÁCS, 2013, p. 378). Também aqui o fenômeno não mostra, à primeira vista, os segredos da sua constituição, do seu poder material. Assim como também não o mostra no caso do capital.

Interessa anotar, neste ponto, avançando para os movimentos de arremate do presente artigo, que “a constituição assim dada desse mundo fenomênico”, produzido pela dialética própria da essência, “é o fundamento imediatamente real de todos aqueles pores, nos quais a reprodução real de todo o sistema econômico é capaz de se conservar e de continuar crescendo” (LUKÁCS, 2013, p. 380), com todas as suas contradições tópicas e profundas.

Vale dizer, “a constituição assim dada desse mundo fenomênico” é a base sobre a qual se erigem e com a qual interagem formas de consciência reificadas e movente-movidas nos limites do fetiche e da manipulação subjetiva e prático-econômica do ser social, tendo em vista, no caso, mais diretamente, os marcos do capitalismo.

Por outro lado, se Marx tiver razão, a ciência, entre outras formas intencionadas de lidar com as categorias sociais, não só pode como de fato tem se afirmado historicamente como práxis humana interessada que se peculiariza precisamente por possibilitar, por seus meios e seus fins específicos, no âmbito dos pores teleológicos secundários, a ultrapassagem da forma de manifestação fenomênica das coisas, em movimentos de apreensão das determinações mais profundas e múltiplas dos fenômenos e processos da realidade, ou seja, em movimentos, tendencialmente, de desfeticização, condição de possibilidade de incidência intencionada nas expressões mais tópicas e repercussivas sobre as mediações mais profundas e essenciais da realidade econômica, social.

O que abre para a consideração das diversas frentes ou trincheiras nas quais o ser social, nas sociedades contraditórias, de classe, às voltas com as disputas e relações antagônicas e conflitivas em torno da produção e da apropriação do excedente econômico produzido pelas forças sociais, do trabalho, se tornam conscientes desses antagonismos, conflitos e contradições, e organizam e encaminham suas respostas subjetivas e práticas com vistas a “dirimi-los”. O que abre, em outras palavras, para o “problema da ideologia”, que será tratado pelo autor em análises sucessivas e mais concretas dos problemas aqui despontados<sup>3</sup>.



### Considerações finais

Por diversas vezes, ao longo da *Ontologia*, Lukács faz referência a certas tendências gerais que persistem e se afirmam nos processos de humanização, quer dizer, que persistem nas mudanças e nas diferentes formas e formações sociais, entre elas, destacadamente, a tendência à “diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução da vida” (LUKÁCS, 2013, p. 493), o recuo das barreiras naturais que se expressa ao mesmo tempo como avanço de capacidades e categoriais sociais, bem como a tendência a uma interconexão cada vez mais intensiva, de comunidades humanas inicialmente dispersas e isoladas, em processos de constituição de uma generidade em si que avançam para a constituição e consolidação de uma generidade humana para si, num sem-número de formas contraditórias.

Essas tendências e regularidades correspondem a movimentos mais duradouros que, enquanto tais, expressam legalidades sociais que não podem ser tipificadas como uma espécie de segunda natureza.

Reiterando princípios e ideias principais ora expostos, é a forma da atividade, teleologicamente orientada, é a astúcia do trabalho, é a tendência a uma “dialética de constante aperfeiçoamento do trabalho” e de práxis sociais que explicam, no limite e na raiz, a existência de tais legalidades do ser social.

Caminhando para o desfecho das presentes reflexões, vale referir como Lukács, em argumentos e exercícios de concreção das suas análises, situa e pensa, no capitalismo, as formas contraditórias pelas quais essas tendências e leis mais gerais e essenciais do ser social se movem, se manifestam, se realizam.

O autor tem em vista, no caso, como o incremento das forças produtivas, nas relações fetichizadas do capital, da propriedade privada dos meios de produção, constitui uma forma histórica específica, e nesse sentido, fenomênica, dessas tendências legais mais essenciais, aludidas, do ser social.

Lukács situa, por exemplo, uma regularidade específica da economia capitalista, a lei tendencial da queda da taxa de lucro, como forma de manifestação fenomênica da tendência mais duradoura, persistente, ancorada, por assim dizer, nos fundamentos ontológicos mais gerais do ser social, da “diminuição da parcela do tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador no interior do trabalho total” (LUKÁCS, 2013, p. 390), quer dizer, da referida “diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução da vida” (LUKÁCS, 2013, p. 493).

Nas relações da propriedade privada dos meios de produção, da expropriação de trabalho excedente e de reprodução ampliada do capital, o incremento intencionado de forças produtivas potencializa o contrário do pretendido pelos pores teleológicos conduzidos pelos agentes econômicos. Dito em termos bem sumários, trata-se aqui do raciocínio científico que desvenda que os atos intencionados de um empreendedor capitalista no microcosmo do sistema do capital, na medida em que se generaliza, produz o contrário daquilo que foi previamente ideado: desencadeia nexos causais que tensionam a determinação do valor para baixo, resultando, com os movimentos de generalização dos incrementos técnicos e da concorrência, na tendência à queda da taxa de lucro.

Trata-se de uma ilustração que considera e traz à tona formas interativas subjetivas e intencionadas, classistas, constituídas e movente-movidas no âmbito da materialidade e do espectro do fetiche.

Os argumentos aqui esboçados permitem visualizar, por outro lado, as possibilidades e a necessidade histórica da constituição e do encaminhamento subjetivo e prático de formas ideias e ideológicas desfeticilizadoras, de caráter emancipatório, reversivas dos estranhamentos humanos. Tendo em vista que “a essência produz, em suas interações com o mundo fenomênico, os espaços de ação ‘livres’ que surgem neste, e sua liberdade só pode ser aquela que é possível dentro das legalidades do campo de ação” (LUKÁCS, 2013, p. 396).

As necessidades do desenvolvimento econômico, das suas categorias e nexos categoriais, das suas legalidades tendenciais, estabelece o campo de possibilidades da interação intencionada com essa realidade. Nesse sentido, “o fator subjetivo na história é, em última análise, mas só em última análise, produto do desenvolvimento econômico, pelo fato de as alternativas com que ele é confrontado serem produzidas por esse mesmo processo”. Contudo, o fator subjetivo “atua, num sentido essencial, de modo relativamente livre dele, porque o seu sim ou o seu não estão vinculados com ele só em termos de possibilidades” (LUKÁCS, 2013, p. 531). Em suma,

o desenvolvimento da essência determina, portanto, os traços fundamentais, ontologicamente decisivos, da história da humanidade. Porém, ela só obtém a sua forma ontologicamente concreta em decorrência de tais modificações do mundo fenomênico (tanto da economia como da superestrutura); mas estas só podem concretizar-se como consequências dos pores teleológicos humanos, entre os quais também a ideologia ganha expressão enquanto meio de enfrentar e resolver os respectivos problemas e conflitos. (LUKÁCS, 2013, p. 495).

## Referências

- FORTES, R. V. As novas vias da ontologia em György Lukács: as bases ontológicas do conhecimento. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/47220>
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política: Livro I: O processo e produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- TERTULIAN, Nicolas. O pensamento do último Lukács. In: INFRANCA, Antonino; VEDDA, Miguel (Comp.). György Lukács: ética, estética e ontologia. Buenos Aires: Colihue, 2007.
- THOMPSON, Michael et al. Georg Lukács reconsidered: critical essays in politics, philosophy and aesthetics. New York, 2011.
- VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. Verinotio: Revista on-line de educação e ciências humanas. Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 40-64, out. 2010.
- \_\_\_\_\_. VAISMAN, Ester. György Lukács e il recupero del fondamento ontologico del marxismo. Quaderni Materilisti, n. 9, ano 10, Milano, p. 77-85, 2011.

## Notas

- <sup>1</sup> Obra publicada postumamente, estruturada em duas partes, cada uma delas com quatro capítulos: Parte I, “A situação atual dos problemas”: “I. Neopositivismo e existencialismo”, “II. O avanço de Nicolai Hartmann rumo a uma ontologia autêntica”, “III. A falsa e a autêntica ontologia de Hegel”, “IV. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”. Parte II, “Os complexos de problemas mais importantes”: “I. O trabalho”, “II. A reprodução”, “III. O ideal e a ideologia”, “IV. Os estranhamentos”. A obra foi publicada no Brasil pela Boitempo, a primeira parte em 2012, e a segunda parte em 2013.
- <sup>2</sup> Ver, a respeito, Tertulian, 2007; Vaisman, 2011; Fortes, 2011; Thompson, 2011.
- <sup>3</sup> Ver, a respeito, Vaisman, 2010.

## Marlon Garcia da Silva

marlon.silva@ufop.edu.br

Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Professor Adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP-MG).

## UFOP

Endereço: Rua do Catete, 166 – Centro

Mariana– MG – Brasil

CEP: 35.420-000

### Agradecimentos

Aos participantes da edição 2022 do “Curso de Extensão Ontologia e Estética, Arte e Sociedade – O Ideal e a Ideologia” (PROEX/UFOP).

### Agência financiadora

Não se aplica.

### Contribuições de autores

Não se aplica.

### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

### Consentimento para publicação

Consinto a publicação.

### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**ESPAÇO TEMA LIVRE**

# Fundamentos do estranhamento religioso na ontologia de György Lukács

**Mariana de Almeida Pinto<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-2011-705X>**Luiza Miranda Furtuoso<sup>2</sup>**<https://orcid.org/0000-0001-8873-6829>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Juiz de Fora, MG, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, MG, Brasil

## Fundamentos do estranhamento religioso na ontologia de György Lukács

**Resumo:** O presente artigo tem como intuito discutir os aspectos gerais do pensamento de György Lukács acerca do estranhamento religioso a partir da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*. Nessa direção, parte-se dos elementos centrais acerca do fenômeno do estranhamento para, então, compreender a gênese histórica da religião à luz da abordagem lukacsiana. Na esteira do pensamento marxiano, a religião comparece, na obra investigada, como uma forma específica de estranhamento e, ao mesmo tempo, ideologia que expressa, no cotidiano do ser singular, o processo histórico de cisão indivíduo-gênero humano consolidado, sobremaneira, pelo descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e o da personalidade humana. Assim, não se trata de uma crítica religiosa no sentido teológico, mas de compreender a gênese e a função social da religião, recolocando em outros patamares a questão do “de onde” e “para onde” do humano, com vistas à superação prática do estranhamento.

**Palavras-chave:** Estranhamento; Religião; Ontologia; Vida cotidiana.

## Fundamentals of religious estrangement in György Lukács' ontology

**Abstract:** This article aims to discuss the general aspects of György Lukács's thinking about religious estrangement from the work *For an Ontology of Social Being*. In this direction, it starts with the central elements about the phenomenon of estrangement to, then, understand the historical genesis of religion in the light of the Lukacsian approach. In the wake of Marxian thought, religion appears, in the investigated work, as a specific form of estrangement and, at the same time, an ideology that expresses, in the daily life of the singular being, the historical process of individual-human gender split consolidated, above all, by the mismatch between the development of the productive forces and that of the human personality. Thus, it is not a question of a religious critique in the theological sense, but of understanding the genesis and social function of religion, replacing the question of the “from where” and “to where” of the human at other levels, with a view to the practical overcoming of the estrangement.

**Keywords:** Estrangement; Religion; Ontology; Everyday life.

Recebido em 27.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

O presente artigo busca discorrer acerca das elaborações de György Lukács relacionadas à temática da religião, especialmente, a partir de sua obra tardia *Para uma ontologia do ser social*. O tema em questão ganha destaque no momento em que o autor trata do fenômeno do estranhamento que, sob variadas formas, se faz presente no desenvolvimento da humanidade.

No pensamento lukacsiano, a religião comparece como uma forma peculiar de estranhamento que coincide com seu caráter ideológico ao se firmar historicamente como um importante regulador da vida social em diferentes esferas e modelos societários. Para tanto, o autor investiga as bases materiais que sustentam a mistificação das relações sociais desde as manifestações mais primitivas até suas formas mais complexas erigidas sob o desenvolvimento das sociedades de classes, atentando-se para a dimensão cotidiana de reprodução da vida social.

Embora a questão da religião tenha sido tratada com especial cuidado pelo filósofo em meio a sua investigação ontológica, carecemos, ainda, de estudos contemporâneos preocupados em explorar seus aportes teóricos acerca desse complexo fenômeno que se mostra cada vez mais atual e decisivo frente aos conflitos sociais emergentes. O resgate de sua obra, portanto, torna-se indispensável para o fazer científico-filosófico acerca do fenômeno religioso, tomando como base, ainda, sua crítica madura às debilidades da gnosiologia tradicionalmente adotada pela ciência moderna, sob influência do neopositivismo, na tentativa de manipulação mecânica dos fatos sociais (CARLI, 2015). Nesse sentido, pautando-se na apreensão do real em sua totalidade histórica e contraditória e com o objetivo de introduzir aspectos gerais da análise contida na *Ontologia* de Lukács à luz do fenômeno do estranhamento, faremos uma breve retomada das elaborações do autor acerca do estranhamento para, assim, adentrar especificamente na expressão religiosa que suscita nosso estudo.

## O estranhamento enquanto fenômeno histórico-social

Importa ressaltar, de antemão, que o fenômeno do estranhamento, embora não seja um complexo constitutivo do ser social, só pôde ser explicitado a partir do longo excurso feito por Lukács que, antes de dedicar o último capítulo de sua obra ao fenômeno em questão, trata dos “complexos de problemas mais importantes” (título da segunda parte da *Ontologia*), a saber: o complexo do trabalho, da reprodução, além da gênese do momento ideal. Somado a isso, encontra-se ao longo de toda sua obra a acareação crítica com determinadas concepções advindas do idealismo (subjetivo e objetivo), com o economicismo e com o materialismo mecanicista que, ainda que de modos distintos, são responsáveis por fragmentar a realidade social, tratando, em última instância, como polos antagônicos os momentos ideais/subjetivos e materiais/objetivos que, no plano ontológico, se autodeterminam.

No que se refere à análise do estranhamento, o autor critica os reducionismos que ora absolutizam o fenômeno, atribuindo-lhe uma condição humana universal, conforme propõe a filosofia idealista alemã, ou que ora negligenciam ao assumi-lo como uma mera reflexão mecânica frente à esfera produtiva, tal como vulgarizado no interior de correntes do marxismo influenciadas, sobremaneira, pela vulgata stalinista. Em torno do último ponto, cabe destacar a atribuição arbitrária sob a própria obra de Marx, colocando a temática em questão e o desenvolvimento das individualidades como problemas únicos de juventude do pensador alemão, com cariz abstrato ou antropológico, que tão logo cederia lugar ao *corpus* científico e às preocupações econômicas. Lukács (2013, p. 578), por sua vez, enfatiza:

Visando evitar isso, deve ser dito logo de início que examinaremos o estranhamento como um fenômeno exclusivamente histórico-social, que emerge em certos picos do desenvolvimento em curso, assumindo a partir daí formas historicamente sempre diferentes, cada vez mais marcantes. A sua constituição, portanto, não tem nada a ver com uma *condition humaine* universal, possuindo menos ainda qualquer universalidade cósmica.

Na sequência dessa passagem, Lukács retoma os embates travados desde Marx em sua crítica geral à filosofia hegeliana e neohegeliana acerca da gênese social do ser, a qual não aprofundaremos aqui. Ainda que o autor da *Ontologia* apresente especificidades em relação à obra de Marx — como, a título de exemplo, a distinção realizada entre as categorias *estranhamento* e *alienação*<sup>1</sup> —, podemos considerar que ele nos fornece uma proposta autêntica de investigação dos fenômenos e conflitos postos socialmente.

Essa, talvez, constitua a primordialidade de Lukács: o resgate de uma ontologia contida já nas obras originárias de Marx — estas últimas alvos de inúmeras deturpações ao longo dos últimos dois séculos<sup>2</sup> —, a fim de contribuir na tarefa de escrita d’*O capital* de nossos dias, conforme as próprias palavras do autor durante a redação de sua obra mais tardia.

O retorno à obra marxiana, segundo sua própria letra, permite resgatar o cerne de seu verdadeiro caráter ontológico, este, de certo, um ponto de inflexão diante de toda trajetória filosófica e da economia clássica precedente. No entanto, não desconsiderando a atualidade marcante da obra marxiana, ao contrário, reafirmando-a, o autor húngaro visa apontar a preocupação de Marx com o problema do ser e do destino do homem. Recolocando, então, o problema, parte-se da investigação dos nexos do próprio real, neste caso, da legalidade da ordem societária do capital, acrescida de seus desdobramentos contemporâneos, os quais não puderam ser postos em exame pelo autor alemão.

Nessa esteira, conforme já mencionado, o fenômeno do estranhamento é investigado à luz do complexo de pores teleológicos que conformam o ser social desde seu intercâmbio orgânico com a natureza até às formas crescentes de socialização. Lukács avança na compreensão dos processos que conferem à humanidade suas capacidades próprias de responder, de forma ativa e consciente (portanto, não mecanicamente), ao mundo objetivo, recuperando, assim, elementos históricos do desenvolvimento do ser que possibilitaram o que ele denomina de afastamento das barreiras naturais, perpassando os estágios inferiores até os mais avançados do ser social.

O trabalho, então, surge como complexo fundante do ser social, na medida em que expressa o momento originário da transição do que o autor distingue entre ser meramente natural (os animais), regido através de uma causalidade espontânea, e ser social, com todo o desenvolvimento efetivado pelo avanço da capacidade de domínio e transformação da natureza. O que está em evidência é a perspectiva de totalidade que constitui a realidade, na qual o ser se objetiva na e pela natureza de forma integrada e dinâmica, inicialmente sob a mediação do complexo do trabalho, porém, que cada vez mais inclui a conformação de outros complexos no interior do grau crescente de desenvolvimento do ser social. Desse modo, o ser social é um *complexo de complexos*, sendo o complexo laborativo aquele que contém *in nuce* todas as determinações mais gerais que constituem a essência desta nova e peculiar forma de ser autofundado e autocriado, as quais serão desdobradas em formas posteriores e mais desenvolvidas da práxis social (LUKÁCS, 2013, p. 82).

A recuperação da análise lukacsiana acerca do trabalho é decisiva, adverte-se, não por qualquer tentativa de atribuição, nesse caso, estranha à fundamentação do autor, de uma *centralidade* do complexo laborativo, como se a tudo ele pudesse explicar, mas por, no trabalho, localizar-se os elementos basilares da autoconstrução humana. Ele é, portanto, o *modelo*, “a forma fundamental e, por isso, mais simples e clara daqueles complexos cujo enlace dinâmico forma a peculiaridade da práxis social”, estando em relação de *identidade de identidade e não identidade* com as formas mais complexas de desenvolvimento do ser (LUKÁCS, 2013, p. 93). Através do trabalho, o homem modifica a natureza e também a si próprio, se faz homem ao se separar do ser estritamente natural, ao se destacar da mera naturalidade. Trata-se do “homem que com suas ações e nas suas ações encarna e faz realidade o gênero humano” (LUKÁCS, 2013, p. 114).

No entanto, é importante ressaltar que a forma como a ontologia lukacsiana coloca em exame, nesse primeiro momento, o trabalho em um alto grau de abstração, sem elementos de sua face negativa, como atividade não só efetivadora, mas também desefetivadora do agente produtor, do humano. Isso não ocorre por negligência do autor, mas em conformidade com o próprio modo de exposição marxiano, onde parte-se de um alto nível de abstração e decomposição, para posterior recomposição do trabalho tal como se apresenta no âmbito da sociabilidade do capital. Nesse interregno, o contínuo e não linear desenvolvimento do ser social se complexifica e, tal como se autoconstrói, o homem também pode desfazer a si mesmo.

Após toda uma fundamentação e compreensão acerca do homem e de sua posição dentro da totalidade do complexo social do ser, Lukács, visando não cair em deformações ideais, chega à contemporaneidade para elaborar um diagnóstico atual. Dentro dessa contínua complexidade característica do desenvolvimento do ser social, situa a análise do estranhamento como um conflito que emerge do movimento contraditório de objetivação da vida humana, não como fenômeno inerente ao ser, mas como produto socialmente posto. O autor qualifica, assim, o estranhamento como uma forma de objetivação específica e situada dentro do processo de desenvolvimento desigual dos pores teleológicos que constituem o ser em sua integralidade socio-histórica. O caráter particular de produção do estranhamento é sintetizado por Lukács da seguinte forma:



O próprio fenômeno, claramente delineado por Marx nos enunciados citados por nós, pode ser assim formulado: o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente ao mesmo tempo o desenvolvimento das capacidades humanas. Contudo — e nesse ponto o problema do estranhamento vem concretamente à luz do dia —, o desenvolvimento das capacidades humanas não acarreta necessariamente um desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário: justamente por meio do incremento das capacidades singulares ele pode deformar, rebaixar etc. a personalidade humana (LUKÁCS, 2013, p. 581).

Não cabe, aqui, resgatar todo o pensamento do autor acerca da origem histórica do estranhamento. Nos interessa, em particular, compreendê-lo enquanto um fenômeno que tem sua origem na divisão social do trabalho e que se insere numa cadeia complexa de relações postas em condições históricas marcadas, em última instância, pelo descompasso entre o desenvolvimento das capacidades postas pelo gênero humano e sua repercussão positiva no plano da individualidade, como bem nos orienta Vaisman (2016).

Se faz importante, ainda, ao menos mencionar que o filósofo discorre acerca da fundamentação histórico-social do estranhamento elucidando o desenvolvimento da personalidade humana nos distintos modelos de sociedade existentes na história, desde a Antiguidade pautada no funcionamento da pólis, em que sujeito público e privado coincidem, até o nascimento da sociabilidade burguesa que possibilitou o avanço da individualidade, ainda que de forma profundamente contraditória e, portanto, fetichizada. O estranhamento é assimilado como um fenômeno heterogêneo que integra as sociedades de forma não linear, podendo ser tanto eliminado em uma determinada forma, quanto modificado e/ou preservado em outra, dinâmica que expressa sua força decisiva (em maior ou menor grau, a depender das condições concretas) frente aos conflitos sociais do gênero, o que não pode ser desprezado diante dos dilemas colocados em meio à tarefa revolucionária da emancipação humana. Esta que, recuperando Marx através de Lukács (2013, p. 747), requer a superação das formas políticas, econômicas e ideológicas de “fixação manipulada do homem à sua particularidade” imediata e privada - portanto, estranhada -, em busca da autêntica individualidade do homem singular, mediante a ampliação e apropriação efetiva das capacidades do gênero humano.

### **O estranhamento religioso: da gênese histórico-social à vida cotidiana**

A análise da religião contida na obra de Lukács, como sabido, encontra sua fundamentação nos escritos marxianos, ainda que este não tenha sido um tema tratado com centralidade por Marx, emergindo de forma dispersa em meio a sua crítica geral à realidade social a partir da qual se produzem as relações estranhadas, em especial, na sociabilidade do capital (CHAGAS, 2017). Buscando ampliar essa acepção, o próprio Marx nos *Manuscritos de Kreuznach* (conhecidos pelo título de *Crítica da filosofia do direito de Hegel - introdução*), cuja redação ocorreu em 1843, marcando os primeiros momentos da originalidade do pensamento marxiano e de ruptura com Hegel e a filosofia idealista em geral, dirá: “na Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, parte terminada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (MARX, 2010, p. 145, grifo do autor). Ou seja, ele não estava ocupado em realizar uma crítica à religião no sentido teológico, pois ele já a considerava praticamente encerrada, sobretudo com as elaborações de Ludwig Feuerbach.

Marx, ao principiar a formulação do seu próprio pensamento, não tem diante de si apenas as proposituras hegelianas, mas a negação destas por Feuerbach, em sua vigorosa impulsão a uma dimensão ontológica qualitativamente nova. Nesse sentido, o pensamento de Feuerbach não pôde ser ignorado por Marx, tendo contribuído decisivamente em sua acareação com as proposituras hegelianas e com a abstratividade própria aos volteios da razão autossustentada. As proposituras feuerbachianas são audíveis em Marx, mas sempre dentro de uma reintegração à tessitura própria das linhas da arquitetônica marxiana. Assim se apresenta a recuperação dos avanços postos pelo autor de *A essência do cristianismo*, o pensador alemão “reconhece o seu valor, entretanto, ele evidencia os limites dessa crítica e aponta o mundo profano como o lugar de origem e superação das contradições humanas” (ALCKMIN, 2003, p. 115).

Marx visa pôr em exame não apenas a religião, mas a necessidade social da religião. Trata-se de uma crítica não da religião, mas da vida, do homem profano, e não do homem celestial. Segundo Lukács, Marx amplia a questão “para o ser e devir social-material dos homens”, onde “a constatação de Feuerbach de que não é a religião que faz o homem, mas o homem que faz a religião” é acrescida “[d]o estranhamento religioso e seu desmascaramento teórico para um complexo sociopolítico geral de problemas da história da humanidade” (LUKÁCS, 2013, p. 642). Localizamos essas proposituras, a exemplo, em:

[...] o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o *homem* não é um ser abstrato, acorçado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido* [...]. Ela é a *realização fantástica* da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião.

A *miséria religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (MARX, 2010, p. 145, grifos do autor).

Essa famosa passagem de Marx, também resgatada por Lukács, é comumente referenciada a fim de ilustrar a visão do autor acerca do complexo da religião, em especial, a alusão feita quanto a sua função entorpecedora da realidade. No entanto, a afirmativa em evidência, inserida no conjunto de sua evolução teórica, já indica a complexidade ontológica constitutiva do fenômeno do estranhamento religioso, ainda que tenha ganhado relevo (re)interpretações simplistas e reducionistas que, por vezes, ignoram o caráter essencialmente histórico-dialético do problema. Lukács, como vimos, ao partir de Marx, dá uma especial atenção ao desenvolvimento da individualidade — conformada na dinâmica relação de autoconstrução subjetiva/objetiva do ser social — frente às questões provocadas no seio do que denominou de ontologia da vida cotidiana.

Assim como a estrutura e o desenvolvimento econômicos da sociedade fornece a base objetiva dos fenômenos, assim a ontologia da vida cotidiana fornece aquele *médium* versátil da imediatidade, que no caso da maioria dos homens é a forma que os coloca concretamente em comunicação com as tendências espirituais do seu tempo [...]. Por isso, jamais poderemos negligenciar esse campo de mediação (LUKÁCS, 2013, p. 637–638).

Sua preocupação é a de resgatar elementos centrais da formação da personalidade humana que perderam espaço na tradição marxista diante de leituras economicistas e revisionistas, e que também estreitaram a crítica do estranhamento religioso ao assumi-la como uma crítica meramente teórica da teologia. Negligenciou-se o que Lukács denominou como ontologia da vida cotidiana, isto é, “a relação social real da religião com o homem da sociedade atual, o seu fundamento ontológico, a sua relação com os complexos concretos do ser social e com os seus reflexos ideológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 649).

Para tanto, o autor se ocupa da dimensão singular do ser ao analisar o fenômeno do estranhamento por compreender que ele se manifesta de forma privilegiada diante das questões pessoais postas pelas circunstâncias mais imediatas da vida, sem desconsiderar sua conexão frente aos conflitos gerais da humanidade enfrentados a partir de determinadas tendências e épocas históricas. É nessa direção que a religião emerge em sua obra como uma forma peculiar de estranhamento que possui uma essência ideológica ao representar uma força social que, atrelada a outras esferas espirituais e morais da sociedade (como a política e o direito), tem significado o modo como os indivíduos agem e se conscientizam no mundo. A esse propósito, na interpretação lukácsiana acerca da obra de Marx, a ideologia representa um instrumento cuja finalidade está na resolubilidade dos conflitos travados na práxis humana em meio ao desenvolvimento contraditório dos complexos sociais. Deste modo, ainda que os fenômenos da ideologia e do estranhamento possuam cada qual suas especificidades, não sendo, precisa e conseqüentemente, equivalentes, o primeiro exerce um impreterível papel de mediação para a manutenção do segundo, numa interação dialética frente às determinações econômicas.

Ao examinar o surgimento do complexo religioso, cujo caráter estranhado e ideológico coincide em particular, Lukács regressa às sociedades primitivas destacando a forma de consciência mágica característica do escasso desenvolvimento das forças produtivas que determinava a mistificação da ação humana diante dos objetos provenientes da natureza. Nessa esteira, o marxista húngaro expõe o processo de apreensão do real na práxis cotidiana do ser social por meio da analogia, considerada “a primeira categoria da ordenação das ideias e do domínio sobre a realidade objetiva [...] o jeito natural e inerradicável de reagir a novos fenômenos e ordená-los no sistema daqueles já conhecidos” (LUKÁCS, 2013, p. 659), de modo a explicitar como o

desenvolvimento do trabalho humano possibilitou, num movimento demasiado contraditório, o avanço das formas mais primitivas de inferência transcendentais da experiência humana — caracterizada pela relação sujeito-objeto “em-si”/coisificada — em direção à formação mais complexas da objetivação “para-si”/dialética do ser social.

Isso significa, conforme já salientado, que o processo evolutivo da humanidade e das forças produtivas possibilitou o ser social avançar do simples modo de reação imediata perante a natureza no sentido da apropriação consciente da realidade em seu entorno. De maneira intensamente conflituosa, visto a heterogenia dos fatores determinantes da objetivação, o indivíduo passa a se reconhecer no mundo face ao que Lukács nomeia de tendência antropomorfizante que encontra, no complexo do trabalho, o principal modelo de conceituação analógica dos processos naturais até então desconhecidos. As primeiras manifestações da religiosidade, permeadas por traços da magia primitiva, surgem justamente no momento histórico em que o gênero conquista, gradativa e relativamente, a capacidade de autoconhecimento e domínio do mundo objetivo.

Nesse sentido, o pensamento lukácsiano acerca do processo de transição histórica da magia para a religião<sup>3</sup> já se faz presente em *A peculiaridade do estético* (1966), em que o autor parte das condições objetivas que marcaram a passagem do modelo primitivo para as sociedades de classe a fim de explicitar o momento em que a religião emerge como resposta ao desenvolvimento das relações cindidas entre ser individual e genérico, contradição que, como vimos, engendra o modo estranhado com que o sujeito singular se concretiza em sua atividade cotidiana, atribuindo a uma força alheia (Deus ou demais entidades) virtudes que são próprias do gênero humano. Na obra em questão, Lukács não se propõe a fazer uma filosofia ou crítica da religião, mas se ocupa em explicitar, em última instância, a relação desta última com a vida cotidiana:

A religião constitui, pois, um elemento da vida cotidiana do homem, com uma grande variabilidade histórico-social que vai desde o domínio de todos ou da maioria dos conhecimentos pela fé teologicamente dogmatizada até a sua retirada a uma pura interioridade vazia (LUKÁCS, 1966, p. 130, tradução nossa).

Em sua *Ontologia*, o filósofo húngaro aprofunda na compreensão desse processo contraditório que, permeado por um conjunto de fatores (auto)determinantes, marca a evolução do ser social ao descrever como, sob determinadas condições materiais, os ganhos universais obtidos por meio do trabalho tornaram-se reificados em seu sentido estranhado através da cristalização/coisificação dos necessários automatismos espontâneos (chamados de reificações inocentes) que integram as reações e operações do indivíduo em sua prática cotidiana e social.

Com efeito, quanto mais a vida cotidiana dos homens produzir modos e situações de vida coisificados - por enquanto ainda no sentido até aqui indicado -, tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto “fatos da natureza” sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral [...] (LUKÁCS, 2013, p. 664–665).

O complexo — portanto, não absoluto e bastante dinâmico — processo de habituação mecânica frente à realidade cotidiana, em que o sujeito não se enxerga como parte dialeticamente constitutiva da vida objetiva, tendo em vista a reificação propriamente dita das relações sociais, configura, para o autor, “as marcas essenciais do estranhamento religioso” (LUKÁCS, 2013, p. 666). Nessa direção, a conexão dialética entre a imediatidade própria da práxis cotidiana, as bases econômicas e a dimensão ideológica do real sustentam a capilaridade da religião nas relações e circunstâncias concretas a partir das quais os indivíduos se reproduzem socialmente, “da linguagem aos motivos das ações”, gerando “todo dia e toda hora reificações em massa” (LUKÁCS, 2013, p. 683–685). Isso porque, desde as elaborações de Marx, o caráter reificador da religião, que se materializa no cotidiano de cada ser singular sob formas específicas e variadas, se (re)produz no complexo social que estrutura a sociabilidade de classes em seus diferentes estágios (CHAGAS, 2017).

Buscando ilustrar historicamente esse momento dinâmico, Lukács resgata os escritos de Marx acerca da reificação em sua forma-mercadoria, o que nos auxilia sobremaneira no entendimento do modo como determinadas formas de produção espiritual-moral “efetivam-se”, numa simultaneidade dialética com o modo de produção econômico, ao penetrar no terreno da vida cotidiana, dando sentido prático à vivência imediata do ser singular.

Ao mesmo tempo, sua obra alimenta os pressupostos marxistas acerca das bases ontológicas que, em circunstâncias históricas variadas, sustentam o surgimento e manutenção da religião em seu papel (ideológico) de regulador social, onde o autor percorre desde o surgimento do cristianismo na época decadente da Antiguidade até as transformações no campo religioso imersas no contexto de desenvolvimento do capitalismo (a Reforma Protestante é um clássico exemplo de estudo).

A vida social real das religiões consiste, portanto, nessa sua universalidade, que está direcionada para dominar a totalidade da vida de cada homem singular da população total, de alto a baixo, das questões mais elevadas relativas à visão de mundo até as mais singelas relações cotidianas. E essa universalidade se exprime em um sistema — potencialmente — universal de enunciados sobre a realidade (incluindo a transcendência, é claro) e passa a fornecer, desse modo, as coordenadas coerentes que dela resultam para toda a práxis de cada homem singular, inclusive os pensamentos e sentimentos que a determinam e acompanham (LUKÁCS, 2013, p. 695).

Na esteira de Marx, o autor expõe como a universalidade da religião se justifica frente a função de dar sentido a uma vida sem sentido, de preencher o vazio estabelecido diante de um indivíduo que se encontra desprovido do gênero humano no estranhamento das relações sociais, desde as — e especialmente nas — situações mais imediatas e corriqueiras da vida cotidiana, reificando, portanto, “o seu comportamento para com a realidade, para com a natureza e (de modo crescente) para com a sociedade, acabando por estranhar a sua própria atividade por intermédio dessas reificações” (LUKÁCS, 2013, p. 734). Em última instância, como vimos, a necessidade social da religião atravessa a constituição histórica do caráter particular-privado do ser cindido na e pela sociedade estranhada, o que, alicerçado nas condições materiais degradantes de existência, emana conflitos subjetivos reproduzidos na vivência imediata do ser social, tendo em vista o movimento de autorrealização imanente do gênero humano.

A salvação da alma com o objetivo geral e único precisa omitir justamente essas mediações concretas da generidade e fazer uma ligação direta e, por isso, irrevogavelmente contraditória entre a consumação da vida individual e uma redenção — transcendente — do gênero humano em geral. [...] A essência do homem se torna transcendente para ele próprio, ou seja, uma proclamação oriunda do além da vida humana (social); pois ele procura justamente no além a realização plena, a elevação acima da sua própria particularidade, que o seu próprio ser social, em consequência da reificação, não tem como lhe mostrar nem mesmo como possibilidade (LUKÁCS, 2013, p. 678).

Conceber o campo religioso enquanto um regulador social, um elo que conecta a práxis cotidiana aos interesses mais gerais da sociedade, significa apreender o fenômeno como expressão do ser em sua integralidade ontológica, desde a produção de emoções (como a angústia, o medo, a esperança, a felicidade etc.) e sentidos pessoais na vivência de cada ser singular, até as formações ideológicas, morais e universais (como a economia, o Estado e a igreja), cuja persistência histórica atravessa a cristalização de ritos, dogmas, valores e normas guiados pela falsa perspectiva de libertação humana supraterrana. Em meio ao seu caráter mistificador, o sentido estranhado (e ideológico) da religião, bem como sua repercussão na vida cotidiana do ser social só podem ser explicados face à busca por resolução dos problemas concretamente enfrentados na realidade mundana. Como afirma Lukács (2013, p. 694): “ninguém desejaria pôr em movimento poderes transcendentais (isto é, não acreditaria na sua existência) se não esperasse receber delas uma ajuda para as suas finalidades terrenas e materiais”.

Aqui sinalizamos novamente o caráter histórico-dialético do fenômeno religioso que se fundamenta nos conflitos sociais, estes últimos notadamente permeados por interesses de classe, fazendo da religião, concomitantemente, *expressão e protesto* diante das condições materiais de vida. Tal conexão explícita, em certa medida, porque as transformações no campo religioso ao longo do desenvolvimento social, sua força crucial e mesmo seu recrudescimento, estão presentes ainda diante de um avanço sem precedentes da ciência moderna. Para Lukács, confiar que o processo civilizatório que “produz ininterruptamente novos conhecimentos sobre a natureza e a sociedade” seja suficiente para opor “armas espirituais contra os estranhamentos em geral, inclusive contra os religiosos” é recair “nas ilusões do Iluminismo” (LUKÁCS, 2013, p. 664).

Pensemos na sociabilidade do capital, cujo largo desenvolvimento não apenas manteve consigo formas estranhadas, como delas depende, uma vez que as contradições motoras dela própria tem como componentes indispensáveis os estranhamentos. Sobre isso, o autor húngaro fala do incremento e da universalização crescente das formas reificadas, que se convertem em estranhamentos e autoestranhamentos. Essa ampliação das reificações auxilia a entender a capacidade das igrejas, por exemplo, de se adaptarem “mediante manipulação política, ao novo estado da cotidianidade humana” (LUKÁCS, 2013, p. 747), não obstante tensões e rupturas internas, uma vez que a radicalidade com a qual os processos se reificam também se reverte no campo religioso, ora assumindo e reafirmando diferentes modos de reificação, ora se voltando contra eles. Nesse terreno, embora não nos seja possível, no momento, dedicar à questão dada sua complexidade, o filósofo sinaliza para o desenvolvimento dinâmico das religiões e o papel das seitas, que, caracterizadas por sua doutrina sectária, compõem o surgimento das religiões até o momento de sua institucionalização. Do mesmo modo, no entanto, como as seitas se fundamentam na mistificação do real, podem se colocar como instrumento subversivo frente à ordem social, conferindo o caráter nada estático e homogêneo dos processos de reificação (cf. LUKÁCS, 2013, p. 696–697).

Ainda em torno desse incremento das reificações e de sua reversão no âmbito geral da religião, Lukács trata sobre como a organização da vida com o pôr da transcendência possui como resultado ideológico a facilidade com a qual “as pessoas se deixam tomar pelo estranhamento [...] sem oferecer tanta resistência, muitas vezes até com entusiasmo” (LUKÁCS, 2013, p. 681). As reificações enquanto componentes ideológicos exercem uma função social e uma influência tão consolidada que agem, distintamente de outras ideologias, sobre as pessoas como modos de ser, passando “a influir sobre os homens da vida cotidiana como uma realidade e até como a realidade” (LUKÁCS, 2013, p. 682, grifo do autor). Essa função se aplica na regulação da vida e da convivência cotidiana, conciliando os interesses singulares de cada indivíduo com os interesses gerais e dirimindo conflitos, sendo, portanto, a mais antiga forma regulatória. Sua regulação se aplica à totalidade da vida de cada homem singular, das questões mais gerais até às mais práticas e próximas do cotidiano, determinando condutas, pensamentos e sentimentos.

Destarte, a regulação social não é sinônimo de violência, ainda que dela possa se valer, mas diz de uma coesão dos indivíduos, por isso, não são meras ideias ou uma força a operar unicamente nas consciências. A religião com sua peculiaridade de ser simultaneamente estranhamento e ideologia, o que não se aplica a todas as formas de estranhamento, atua como uma potência, uma força frente aos indivíduos, faz com que eles internalizem normas sociais, mas só o faz porque opera no próprio mundo, na própria materialidade. Ela é sim a consciência invertida do mundo, mas apenas porque o próprio mundo está invertido. A necessidade religiosa existe materialmente, se coloca na vida dos homens, o que complementa os argumentos em torno de sua persistência. Deste modo, sua base material faz com que ela perdure, contanto que a primeira permaneça inalterada.

É importante compreender o estranhamento religioso, inserido no âmbito do contexto global de todos os estranhamentos, como um fenômeno real, que se expressa na materialidade e não apenas acima da cabeça dos homens. O estranhamento alude — e aqui a redundância do autor não se faz de modo casual —, ao “estranhamento real como processo real no ser social real do homem” (LUKÁCS, 2013, p. 579). Tal análise coaduna com lineamentos do autor traçados, inclusive, acerca das instituições, neste caso, igreja e Estado, momento no qual salienta que, a igreja, “complexo social paralelo ao Estado”, tem como objetivo “fixar os posicionamentos — inevitáveis na prática — sobre essas questões, de estabilizá-los e torná-los funcionais por meio de generalizações ideais (ou seja, de dogmas, de sua interpretação e fundamentação teológicas etc.” (LUKÁCS, 2013, p. 706), sempre em conformidade com determinações que se apresentam na própria vida cotidiana e em sua tentativa de controlá-la, não o contrário. Em relação ao Estado, apreende-se, do mesmo modo, que a proposta de Estado laico, por exemplo, é insuficiente para dar a questão religiosa por resolvida, ela perdurará enquanto ainda for demandada pela própria cotidianidade.

Nesse sentido, à superação do estranhamento, incluindo sua forma religiosa, não cabem resoluções simplistas, meramente abstratas e tampouco essencialmente teóricas. O autor da *Ontologia* é enfático ao colocar que “a solução real para o estranhamento religioso, assim como para todas as formas da vida humana secular, só poderá ser trazida pela revolução social que subverte fática e radicalmente os fundamentos reais da vida social dos homens” (LUKÁCS, 2013, p. 644). Assim, reiteramos alguns outros direcionamentos que permanecem imprescindíveis:



[...] que para o marxismo não é admissível nem alimentar a ilusão de que grandes esclarecimentos científicos, grandes discussões teóricas possam realmente superar essa forma de estranhamento, isto é, superá-la na vida, nem alimentar a ilusão de que as mudanças sociais da consciência religiosa eliminem automaticamente o seu caráter estranhado. [...] Somente as aspirações orientadas para o futuro, isto é, em última análise, para o socialismo, possuem a capacidade de combater com verdadeira eficácia a reificação e o estranhamento (LUKÁCS, 2013, p. 745).

Tratar do problema do estranhamento como passível de resolução remete necessariamente ao reconhecimento da autoconstrução humana, da capacidade do homem de se autoconstruir, seja se fazendo ou se desfazendo nessa sociabilidade, ainda que esta última forma perniciosamente remeta também à uma outra forma de efetivação do ser. O autor húngaro assevera que “a própria práxis do homem é reificada por ele mesmo” (LUKÁCS, 2013, p. 670) e, do mesmo modo, é ele que estranha a si próprio, portanto, ao homem estão igualmente colocadas as possibilidades para que se faça de uma maneira distinta, mais plena, com o abandono de uma condição que necessite de ilusões. No que concerne ao estranhamento religioso, como colocado por Marx (2010, p. 146), se “a religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo”, que o homem possa, enfim, girar em torno de seu verdadeiro sol, ele próprio, aquele que deve sua existência e seu destino a si, inclusive no momento em que se perde e estranha a si mesmo.

### Considerações finais

O filósofo húngaro emprega de forma rigorosa o escrutínio do estranhamento religioso por meio de um retorno desde a obra marxiana, uma vez apreendido por ele de forma pioneira o caráter fundamentalmente ontológico de seu pensamento, e busca, com efeito, extrair e desdobrar as consequências dos lineamentos do pensador alemão para os dias atuais. Nesse itinerário, apresenta a religião como uma das formas de estranhamento possíveis que, como nos demais casos, diz respeito à própria formação das personalidades humanas, ao modo como os indivíduos pensam, sentem, agem e organizam sua vida.

Se inicialmente a religião pôde ocupar um papel de autoelucidação, vide toda exposição de Lukács, por exemplo, acerca da transição da magia para a religião, uma vez que não estavam colocadas as condições que permitiam ao homem primitivo, dominado por forças naturais, reconhecer a si mesmo como um ser que se autoproduz, hoje ela ocupa um lugar distinto. Simultaneamente, é uma forma de estranhamento, porque o homem não se percebe como produtor do gênero, não consegue perceber a dimensão de sua própria autoidentificação, fazendo, conseqüentemente, com que as coisas do mundo apareçam como potências alheias; assim como também é uma forma de ideologia, pois se volta como uma força social, como uma resposta prática para questões da vida cotidiana.

Contudo, não se trata de combater a religião pura e simplesmente, mas de atuar frente ao próprio mundo e às condições materiais que a tornam ainda necessária. A religião possui como importante diretriz a colocação da questão da genericidade para-si, de pensar a destinação do próprio homem com vistas a uma vida mais autêntica, mesmo que o faça pela via do estranhamento, já que somente vê essa possibilidade através do misticismo e, ideologicamente, com a mediação transcendental como reguladora da vida dos indivíduos. Cabe, então, concebendo que o problema não remete à religião em si, recolocar a questão do ser e do destino do homem, da busca dos indivíduos pelo “verdadeiro reino da liberdade”, o que não se trata da transformação espontânea da consciência religiosa, e, sim, da superação dialética dos conflitos sociais que integram os estranhamentos. Ou seja, trata-se de sublevar radicalmente, em meio à práxis social, as condições objetivas que impõem grilhões a corpos e almas e que limitam, ao mistificá-la, a potência histórica do gênero humano.

### Referências

- Alckmin, R. M. Marx e Feuerbach: da sensibilidade à atividade sensível. 2003. 143f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- CARLI, R. Gyögy Lukács e a crítica à necessidade social da religião. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 41, p. 89–103, 2015.
- CHAGAS, E. F. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 40, n. 4, p. 133–154, out./dez. 2017.

LUKÁCS, G. Estética I: La peculiaridad de lo estético. Tradução de Manuel Sacristán. México: Ediciones Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Tradução de Rubens Enderle, Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. Apresentação. In: LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 9-21.

Vaisman, E. Curso Livre Lukács: Aula 10: O estranhamento religioso na ontologia lukacsiana. São Paulo: TV Boitempo, 2016, 2h33min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QEEmxHPzpBQ>. Acesso em: 08 ago. 2022.

## Notas

- <sup>1</sup> Nos escritos de Lukács (2013), conforme orientado pela editora da obra aqui referenciada, o *estranhamento* (*Entfremdung*) possui um sentido distinto da categoria de *alienação* (*Entäusserung*); não são sinônimos, e tampouco se igualam à forma como Marx concebeu estas categorias. Parte do filósofo húngaro essa diferenciação, para o qual a alienação comparece como um processo constitutivo da objetivação dialética do ser social, não repercutindo necessariamente no estranhamento enquanto perda do potencial humano, com um sinal negativo. Nas palavras do filósofo, “a identificação das duas, tão difundida na filosofia moderna, provém de Hegel” (LUKÁCS, 2013, p. 418), ainda que com embaraços provenientes da limitação idealista hegeliana, o que, conforme sustenta Lukács, foi superado pelo próprio Marx. Não nos importa, aqui, dar seguimento a essa controvérsia presente entre os intérpretes da tradição marxiana. Coerentes com a obra referenciada, utilizamos o termo *estranhamento* neste artigo.
- <sup>2</sup> Sobre a evolução da crítica lukacsiana à vulgarização do pensamento marxista, subscrevemos Netto (2018, p. 13): “Ora, para Lukács, um dos fundamentos da paralisia teórica do marxismo residia justamente na liquidação da inspiração ontológica de Marx - não por acaso, em algum lugar ele observou que muito do pensamento staliniano e stalinista expressava uma invasão neopositivista na tradição marxista.”
- <sup>3</sup> Recuperando o antropólogo escocês James Frazer, Lukács elucida o processo de transição da magia para a religião, a saber: “com o aumento do conhecimento, ‘o homem compreende mais claramente a infinitude da natureza e sua própria pequenez e impotência ante ela’. Ao mesmo tempo aumenta sua fé no poder das forças que, segundo suas ideias, dominam a natureza e que, como vimos, vão assumindo uma forma cada vez mais antropomórfica, personificada. Com isso, ‘abandona a esperança de poder dirigir o curso da natureza com suas próprias forças, ou seja, com a ajuda da magia, e se dirige cada vez mais abertamente aos deuses, aos únicos dominadores daquelas forças sobrenaturais que ele acreditou compartilhar com eles em outro tempo. Por isso, à medida que avança o conhecimento, a oração e o sacrifício vão conquistando o lugar decisivo no rito religioso, e a magia, que a princípio figurou com os mesmos direitos, passa progressivamente a um segundo plano e acaba afundando e se tornando uma técnica obscura.’ Frazer destaca aqui acertadamente a contraposição entre a magia e a religião” (LUKÁCS, 1966, p. 117, tradução nossa).

### **Mariana de Almeida Pinto**

dap.mariana@gmail.com

Psicóloga.

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

### **Luiza Miranda Furtuoso**

mirandafurtuoso@gmail.com

Psicóloga.

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

### **UFJF**

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro

Juiz de Fora – MG – Brasil

CEP: 36036-900

**Agradecimentos**

À Ronaldo Vielmi Fortes pelas generosas contribuições.

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições das autoras**

As autoras Mariana de Almeida Pinto e Luiza Miranda Furtuoso são responsáveis pelo conteúdo do artigo publicado.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

As autoras dão consentimento para a publicação.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

# Dimensão pedagógica e ético-política do trabalho social em um projeto ATHIS

Geisa Bordenave<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-8607-9685>

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, Brasil

## Dimensão pedagógica e ético-política do trabalho social em um projeto ATHIS

**Resumo:** Neste artigo buscamos refletir sobre a atuação da equipe social no projeto de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) na Chácara do Catumbi, no Rio de Janeiro, após a sentença de Usucapião Especial Coletivo Urbano, que garantiu aos moradores, anteriormente ameaçados de remoção, a permanência no território e a propriedade coletiva da terra. O projeto foi realizado no ano de 2019 com financiamento do Conselho de Arquitetura do Rio de Janeiro, participação da Pastoral de Favelas, e equipe social vinculada ao Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais da Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, visando à criação de um condomínio especial urbano, conforme previsto no Estatuto da Cidade. Inserido em pesquisa mais ampla acerca da coprodução social da cidade, objetivamos refletir sobre a atuação da equipe neste projeto, analisando as contribuições da parceria com a Universidade, aspectos relacionados à assessoria técnica, questões pertinentes à dimensão pedagógica do trabalho social desenvolvido, assim como aspectos ético-políticos.

**Palavras-chave:** ATHIS; Usucapião Especial Coletivo; Coprodução social da cidade; Trabalho social; Chácara do Catumbi.

## Pedagogical and ethical-political dimension of social work in an ATHIS project

**Abstract:** This article seeks to reflect on the social team's performance in the project of Technical Advice on Social Interest Housing (ATHIS) in Chácara do Catumbi, in Rio de Janeiro, after the ruling of Special Collective Urban Usucapiao, which guaranteed the residents, previously threatened with removal, permanence in the territory and collective ownership of the land. The project was carried out in 2019 with funding from the Architectural Council of Rio de Janeiro, participation of the Pastoral de Favelas, and social team linked to the Laboratory of Urban and Socio-Environmental Studies of the Pontifical University of Rio de Janeiro, aiming to create a special urban condominium, as provided for in the City Statute. Inserted in a wider research about the social co-production of the city, this paper aims to reflect on the performance of the team in this project, analyzing the contributions of the partnership with the University, aspects related to technical assistance, issues related to the pedagogical dimension of the social work developed, as well as ethical-political aspects.

**Keywords:** ATHIS; Special Collective Adverse Possession; Social co-production of the city; Social Work; Chácara do Catumbi.

Recebido em 17.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

As cidades são espaços, por excelência, da luta de classes, portanto, a produção do espaço urbano no Brasil, é profundamente marcada por disputas e contradições (MARICATO, 2015). A financeirização da moradia e da terra são cada vez mais presentes, ao mesmo tempo em que as políticas públicas e sociais se desenham de forma fragmentada, residual e focalizada (ROLINK, 2015; BEHRING, 2008). Apesar deste contexto de crise do capitalismo maduro e ideário neoliberal, as resistências se colocam e as legislações urbanas aparecem também como fruto destas disputas e reivindicações de movimentos populares que lutam pelo direito à cidade.

A luta pela reforma urbana garantiu a incorporação dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988, regulamentado mais de uma década depois, pelo Estatuto da Cidade (VIEIRA; ÁGATA, 2020). Cabe destacar que mesmo antes deste período, no início dos anos de 1980, a regularização fundiária já havia se tornado uma prática difundida no Rio de Janeiro, transformando a cidade em um “laboratório de políticas públicas”. No entanto, tais projetos se focavam na distribuição de títulos de propriedade privada, que alcançava poucas famílias, e não se baseava em reflexões mais aprofundadas sobre outras formas de acesso à moradia, como por exemplo, títulos coletivos ou mesmo a locação social (GONÇALVES, 2019).

O Estatuto da Cidade estabeleceu alguns dispositivos para a garantia da função social da propriedade, regularização fundiária inclusiva e demarcação de Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS). Dentre eles, foi definida a possibilidade da usucapião coletiva especial urbana, que foi o caso da Chácara do Catumbi, do qual trataremos ao longo deste artigo. Cabe destacar que se trata de um caso possivelmente inovador, pois não foram encontrados outros semelhantes no Brasil, que não estejam associados à pertencimentos étnicos/raciais, como é o caso de reconhecimento propriedades coletivas relacionadas a povos indígenas e terras quilombolas.

O projeto de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), que será analisado com enfoque para o trabalho social desenvolvido, foi possibilitado a partir da Lei Federal nº 11.888/2008, conhecida como Lei de Assistência Técnica. A atuação da equipe social foi possível por conta de uma parceria entre a Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a Pastoral de Favelas: o Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS), do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, assumiu a equipe social do projeto, que foi coordenado por uma assistente social, que à época, estava vinculada ao laboratório como mestrandia.

O presente artigo busca analisar a atuação da equipe social e o desenvolvimento do trabalho social no projeto ATHIS da Chácara do Catumbi, compreendendo-o na relação com os demais atores envolvidos e partir dos desafios postos para a implementação de um processo participativo que fomentasse e garantisse o protagonismo dos moradores.

Partimos da premissa de que a inserção da equipe social, a partir da parceria com a Universidade, foi fundamental para um trabalho comprometido com tal garantia e com a busca por uma coprodução social da cidade e do conhecimento. Tais perspectivas teóricas se conectam com o projeto no qual a pesquisa se insere, intitulada “Copolis – coprodução social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”<sup>i</sup>, onde são analisados campos de pesquisa em ambos os países, sendo a Chácara do Catumbi o caso eleito para se constituir como o campo de pesquisa do projeto na cidade do Rio de Janeiro, no âmbito do LEUS/PUC-Rio.

Na primeira seção discutiremos sobre o projeto ATHIS na Chácara do Catumbi e como ele foi desenvolvido. Na seção seguinte refletiremos sobre o trabalho social e a concepção de assessoria técnica, buscando suscitar questionamentos sobre a não inserção ou a subalternidade do trabalho social em projetos ATHIS: afinal, o que se configura como “saber técnico”? Como os saberes técnicos e populares dialogam neste projeto? Serão também trazidos dados e reflexões a partir do material produzido na pesquisa de campo desenvolvida no ano de 2022 para que possamos discutir sobre os desafios postos para o processo participativo no projeto. Por fim, serão realizadas considerações acerca da concepção de coprodução social do conhecimento — e da cidade —, compreendendo ambos como vinculados, e as dimensões pedagógicas e ético-políticas do trabalho social desenvolvido.



## O projeto ATHIS na Chácara do Catumbi

A Chácara do Catumbi está situada entre o Morro da Mineira e Morro de São Carlos, e bastante próxima do Sambódromo na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo das últimas décadas o grupo de moradores que ali reside, sofreu ameaças de remoção, os levando a buscar assessoria jurídica da Fundação Bento Rubião, conhecida por atuar com populações de favela e regularização fundiária. A ameaça de remoção que culminou nesta busca por assessoria jurídica ocorreu em 2002, quando a Prefeitura do Rio apresentou a proposta de transformação do casarão histórico localizado no centro do terreno da Chácara — e serve como habitação de diversas famílias — em um Centro de Referência do Samba (BENICIO, 2002).

Após mais de uma década de resistência e busca pela garantia jurídica de permanência no local, houve a sentença de usucapião coletiva especial urbana no ano de 2018. No ano seguinte, foi proposto um projeto por um grupo de arquitetos juntamente com a Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que ofereceria serviços de arquitetura e urbanismo e assistência técnica ao conjunto de moradores beneficiários com a contratação de técnicos e profissionais de arquitetura e urbanismo que atuaram na etapa inicial de consolidação urbanística para formatação condominial — um projeto de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), patrocinado pelo Conselho de Arquitetura do Rio de Janeiro (CAU-RJ) (GONÇALVES; VALE, 2019).

O projeto foi desenvolvido entre fevereiro e julho de 2019. Durante esse período foi realizado o levantamento socioeconômico dos moradores, diversas reuniões com as equipes, fomentando a participação dos moradores. Além disso, foi durante esses meses que foram produzidos dados com o objetivo fornecer subsídios para a redação da convenção de condomínio especial que seria elaborada em momento posterior. Foi realizado o recenseamento local e mapeamento das construções e áreas comuns, fomentando a elaboração, por parte dos moradores, de normas de convivência e regulação da utilização das áreas privadas e coletivas. Cabe pontuar que a Pastoral de Favelas havia sinalizado a pretensão de retomar o projeto em 2020 com voluntários, a fim de elaborar a convenção e formalizar a criação do condomínio, mas a pandemia se tornou um elemento impeditivo para a retomada (GONÇALVES; VALE, 2019).

## A pesquisa de campo: considerações metodológicas

A pesquisa de campo de pós-doutorado que deu origem ao presente artigo foi realizada no ano de 2022, quando foram entrevistados sete profissionais que atuaram na equipe do projeto ATHIS — arquitetos, arquiteta/técnica em edificações, a advogada da Pastoral de Favelas e dois integrantes da equipe social (uma assistente social e um historiador/advogado) — visando analisar suas percepções acerca do projeto desenvolvido. Foram também realizadas visitas na Chácara, inicialmente a partir da intermediação da Pastoral de Favelas, para que houvesse uma aproximação com os moradores a fim de compreender também suas percepções acerca do processo. Durante a pesquisa a inserção da pesquisadora no grupo de *WhatsApp*<sup>ii</sup> — criado no contexto do projeto ATHIS, mas ainda ativo para a discussão de questões de gestão coletiva do espaço — também foi útil e possibilitou a aproximação com os moradores. Neste artigo o enfoque se dá sobre as perspectivas dos profissionais.

As entrevistas com os profissionais, baseadas em roteiro semiestruturado, foram realizadas de forma remota — através do aplicativo *Google Meet*. Todas as entrevistas foram gravadas, com consentimento dos interlocutores, e transcritas posteriormente para a análise. As trocas com moradores ocorreram de modo mais informal: foram realizadas conversas na própria Chácara, previamente agendadas com um morador que ocupa — no momento de realização da pesquisa — um lugar de representação nas questões de gestão coletiva do espaço.

É a partir dos dados da pesquisa de campo que serão conduzidas algumas reflexões acerca do tema proposto, compreendendo que o conhecimento da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991) é uma relevante chave interpretativa para que se possa conhecer as dinâmicas de produção e reprodução social do espaço: o “cotidiano é constitutivo e constituinte dos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas enquanto totalidade social (CARDOSO, 2020).

### Trabalho social e assessoria técnica

O trabalho social em habitação é (ou possui potencialidade para ser) “uma mediação política estratégica na aliança com aqueles (as) que não têm voz (nem parcela) na esfera pública da cidade” (RAICHELIS, 2020, p. 7). É preciso destacar que esta perspectiva, sobre a qual nos debruçamos neste artigo, se opõe à lógica conservadora, que perdeu hegemonia no âmbito do Serviço Social a partir da ruptura com o conservadorismo após o Movimento de Reconceituação. Ainda assim, a perspectiva (neo)conservadora não está eliminada das relações sociais, e de acordo com ela, a habitação popular foi — e pode ainda ser lida desta forma — um campo de ação que conectado à dimensão de “ajuda aos mais pobres ou carentes”. Esta percepção, imbuída da lógica de “refilantropização da questão social”, pode ser percebida na postura de membros da equipe técnica que não faziam parte da equipe social neste projeto, e em outros momentos, como “controle, repressão e disciplinamento das camadas populares” — historicamente associadas ao Serviço Social por conta de suas origens conservadoras, e ainda por vezes, reproduzido (PAZ; DINIZ, 2020, p. 55; BRAZ, 2009).

Durante a pesquisa realizada, o discurso conservador, como mencionado acima, esteve mais explícito no discurso de alguns profissionais de Arquitetura. Uma das entrevistadas menciona a satisfação de atuar neste projeto que teria o objetivo de “ajudar” os moradores, e relembra que sua ligação com “projetos sociais” vem de sua vida pessoal/religiosa.

*“Tudo isso ajuda muito a gente perceber e ver o quanto a gente como profissional pode ajudar essas pessoas, o quanto a gente pode contribuir. A gente via que as pessoas estavam realmente interessadas”* (Profissional entrevistado - Equipe de Arquitetura).

Outra fala que se destaca também de um membro da equipe de arquitetos diz respeito à compreensão do trabalho social como algo menos importante ou necessário, afirmando que não se constituía como uma obrigação no âmbito do projeto. É preciso observar que a aproximação com os moradores foi, de acordo com os relatos coletados, um papel exercido principalmente pela assistente social, e ainda assim, há uma visão simplificada que entende o caráter técnico — associado às transformações materiais — do projeto como o principal. Este caráter técnico, expresso por exemplo pelo trabalho de “medir as casas”, exigia esta aproximação.

*A gente não tinha obrigação de fazer um perfil social, um trabalho social. Isso não estava previsto no projeto. Era um perfil mínimo que acompanhava cada edificação, que era pra eles baterem com o que eles já tinham feito antes, era uma atualização de cadastro social* (Profissional entrevistado - Equipe de Arquitetura).

Não se trata, no entanto, de refletir acerca do discurso do profissional com o intuito de apontar equívoco em sua postura, mas sim de analisar a própria forma como a assessoria técnica tem sido concebida a partir da legislação que possibilita os projetos ATHIS: entendida, na verdade, como “assistência técnica”. Conforme apontam Cardoso e Lopes (2022), a Lei nº 11.888 consagra o termo “assistência técnica”, muito embora na prática, as tentativas dos profissionais envolvidos tenham sido de efetuar uma assessoria técnica. Segundo as percepções dos autores, enquanto a assessoria técnica seria compreendida como um trabalho coletivo e participativo, a assistência técnica seria marcada por um caráter estritamente técnico e até mesmo entendido como assistencialista.

Conforme mencionado, de acordo com o projeto ATHIS, financiado pelo CAU, o trabalho social não estava previsto, o que nos informa que a compreensão deste trabalho como desimportante não é fruto de uma análise isolada do profissional. Ao contrário, está embutida na concepção de assessoria técnica para habitação de interesse social prevista na lei em vigor: embora haja um viés marcadamente social, visto que se trata de assessoria técnica voltada para habitação de interesse social, o trabalho social é percebido como coadjuvante, ou mesmo não percebido como trabalho. Seria esta percepção do trabalho social como uma atividade que não se configura como trabalho o cerne da questão? A autora Raichelis (2020) faz esta ponderação, resgatando a teoria marxiana, para compreender a noção de que o trabalho social, por não incidir de forma material na transformação da natureza, não é compreendido como trabalho. Daí a ideia, comum no âmbito da política urbana, de que o trabalho social pode ser desenvolvido por profissionais de outras áreas, assim como por militantes e lideranças.

O fetiche do trabalho material repousa no mistério da mercadoria simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho humano, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho (a casa, por ex.), “ocultando, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do próprio trabalho” (Marx, 1968, p. 81). Essa digressão visou tão somente demarcar que a atividade que trabalhadores(as) sociais realizam na política de habitação é trabalho e, portanto, seus sujeitos (especialmente assistentes sociais) precisam ser reconhecidos e se reconhecer como trabalhadores(as) e extrair daí todas as consequências teóricas e políticas que condicionam o trabalho assalariado nas relações concretas em que se inserem. (RAICHELIS, 2020, p. 9).

A valorização do estritamente técnico e transformador sob o ponto de vista material também pode ser compreendido como um esvaziamento das dimensões éticas, políticas e pedagógicas que perpassam o trabalho social e o que denominamos como assistência técnica/assessoria técnica. Assim, sob uma perspectiva que compreende o trabalho técnico como aquele ligado à dimensão material, fundamentado em um arsenal técnico-operativo aprendido e reproduzido, se coaduna com uma noção tecnicista, que pode se conectar a uma perspectiva (neo)conservadora.

A dualidade assistência técnica/assessoria técnica, durante a pesquisa de campo, não aparece dicotomicamente. O que se percebe são as duas noções entrelaçadas nos discursos e práticas da equipe. Enquanto alguns profissionais parecem inclinados e esforçados na tentativa de fortalecer o processo participativo e o trabalho coletivo, outros corroboram uma prática tecnicista e assistencialista. Alguns membros da equipe, mais inclinados a uma postura associada à assessoria técnica — e não assistência técnica — demonstraram bastante preocupação de não impor um saber técnico/acadêmico.

*Bom, a gente dá uma opinião... Ao mesmo tempo era muito interessante observar e entender o que estava rolando. [...] a nossa intervenção acho que faz parte, a gente é um membro dali. Mas ao mesmo tempo a gente pode estar impondo alguns entendimentos. Em termos da pesquisa a gente pode estar perdendo uma compreensão, e conduzindo de alguma forma certas compreensões. É uma posição complexa. Mas ao mesmo tempo nesse tipo de pesquisa de atuação, a gente sente também que as pessoas esperam uma intervenção. A gente faz parte também desse cenário (Profissional entrevistado - Equipe social).*

O conflito que envolve a percepção de quando falar, quando ouvir, e como se posicionar diante, principalmente, dos moradores, aparece bastante nos discursos dos profissionais mais preocupados com um processo participativo que tenha os moradores como sujeitos e protagonistas. É um ponto que envolve o viés pedagógico e ético-político de forma bastante evidente: trata-se de “fomentar a autonomia dos grupos assessorados, tendo em vista que são sujeitos políticos, com liberdade de decisão e ação no próprio espaço” (CARDOSO; LOPES, 2022, p.32).

### **Parceria com a Universidade – extensão e engajamento**

O trabalho social e o papel da Universidade no caso analisado se entrelaçam, uma vez que a parceria com a PUC-Rio possibilitou a realização do trabalho social neste projeto, além de tê-lo tornado também um campo de extensão, fundado metodologicamente na perspectiva da pesquisa-ação (GONÇALVES; VALE, 2019). O engajamento e a vinculação às lutas sociais por parte da Universidade estão ligados à ideia de um compromisso ético e político com a transformação da realidade social. Compromisso este que se conecta historicamente à concepção da extensão (SOUSA, 2000).

A noção de um compromisso social por parte da Universidade — que embora seja utilizada aqui no singular, não é compreendida como um bloco monolítico — se associa em grande parte à concepção de extensão, como dito anteriormente.

A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, — hoje “Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras” — o FORPROEX, em novembro de 1987, foi decisiva para o avanço que se deu a seguir. Para o FORPROEX, a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é “uma via de mão-dupla” entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontravam. (GADOTTI, 2017, p. 10).

A partir da promulgação da Constituição de 1988, que funda o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207) e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei nº 9.394/96), que definiu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43). De acordo com Gadotti (2017), a transformação da Extensão Universitária em instrumento de mudança social tem caminhado junto com as lutas e conquistas por direitos e de defesa da democracia.

A compreensão essencial para refletir acerca do engajamento e do compromisso social da Universidade no projeto se dá pela ideia “mão dupla” apresentada pelo autor. Esta ideia se relaciona diretamente com a troca entre saberes acadêmicos e populares, que tem como consequência não apenas a “democratização do conhecimento acadêmico” — que também deve ocorrer por outras vias, inclusive pelo acesso das classes populares ao ambiente formal da academia — mas, na mesma medida, por uma produção científica, tecnológica e cultural que tenha suas raízes na realidade social. A extensão, portanto, deve influenciar e estar entrelaçada com o ensino e a pesquisa, e de forma alguma estar isolada: saberes e conhecimentos devem estar entrelaçados (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 103).

### **Coprodução social do conhecimento, dimensão pedagógica e ético política do trabalho social**

A discussão acerca da coprodução social da cidade, pautada aqui no debate realizado no âmbito do projeto “Copolis – coprodução social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”, está conectada à coprodução social da cidade, atrelada à concepção de ciência cidadã. Trata-se de uma categoria relacionada a um modo de operar participativo e engajado socialmente, compreendendo, portanto, a coprodução como um processo que tem como finalidade a intervenção/transformação do espaço. Assim, partimos da compreensão de que esta categoria analítica está associada ao conjunto de processos participativos que abrange organizações, órgãos, moradores e universidades, na busca por uma atuação engajada e transformadora na cidade. Cabe destacar a compreensão de uma cidade capitalista, como palco da luta de classes, e que, portanto, é o lugar de disputa de projetos societários antagonísticos. A Universidade, neste caso, não teria o papel de substituir o Estado, colaborando para uma desresponsabilização do poder público em relação às políticas sociais, mas sim compreendida enquanto um ator com compromisso social, e que também se configura enquanto um espaço marcado por heterogeneidade e contradições (ASSUMPCÃO; LEONARDI, 2016).

O conceito de coprodução é uma categoria polissêmica (GOMES, 2021). Há, portanto, diversas maneiras de compreender o conceito, e aqui optamos por evidenciá-lo como um conceito imbuído de um caráter político. A coprodução social da cidade, assim como a coprodução do conhecimento, pode ser compreendida como uma atividade política associada à resistência de populações urbanas diante de ações de cima para baixo por parte do poder público (FLINDERS; WOOD, 2019). O conceito de coprodução do conhecimento a partir dos múltiplos saberes envolvidos se conecta também com uma dimensão pedagógica da práxis: uma dimensão dialógica, para usar os termos de Paulo Freire (2007).

Cabe refletir sobre a dimensão pedagógica da práxis: o que se afirma aqui é a necessidade de entender a assessoria técnica e o trabalho social engajado, pautado em uma perspectiva ético-política e uma direção social definidas: a defesa dos interesses da classe trabalhadora, pautada na lógica do reconhecimento dos sujeitos políticos a valorização do seu protagonismo. A dimensão dialógica nos leva a refletir sobre a relação entre ação-reflexão. Para Freire (2007, p. 82) “não há palavra verdadeira que não seja práxis”, e seguindo esta mesma perspectiva, “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. Em entrevista com profissional que atuou na equipe social do projeto ATHIS na Chácara do Catumbi, ao ser perguntado sobre o processo participativo, proferiu a frase: “É um processo tenso, difícil, pedagógico”. Para os que tinham no horizonte a preocupação de fomentar a troca entre saberes, o conflito é latente. A necessidade de estabelecer um diálogo que resulte em trocas entre os saberes e não em subalternização dos saberes populares se coloca como um desafio.

Assim, o diálogo é entendido como exigência existencial de compromisso com o mundo. Por isso, para Freire, sujeitos dialógicos são sujeitos comprometidos com o mundo, e, assim, a palavra não pode se tornar um privilégio, nem o conhecimento uma espécie de conteúdo a ser depositado ou transmitido por alguém privilegiado por possuí-lo, em alguém desprovido de conhecimento. (CARDOSO, 2020, p. 55).

Para a equipe social, o horizonte de valorização do protagonismo da classe trabalhadora é evidenciado por conta do projeto ético-político da profissão, e em um trabalho em equipe multidisciplinar, onde o trabalho social é visto como “não trabalho” ou coadjuvante, como mencionado anteriormente, o desafio é ainda mais significativo.

### Considerações finais

A inserção da equipe social ligada ao LEUS/PUC-Rio, como foi analisado ao longo da pesquisa de campo desenvolvida, colabora substancialmente para que o projeto ATHIS, ainda que pontual e com recursos insuficientes, seja implementado com base em princípios que dão espaço para o protagonismo dos moradores: o respeito às falas destes, a preocupação com a não imposição do “discurso técnico”, possibilitando que as trocas entre saberes populares e técnicos ocorram.

A dualidade assistência técnica/assessoria técnica não aparece de forma explícita nos discursos da equipe, mas a partir das reflexões teóricas, podem ser uma chave interpretativa para alguns dos conflitos e manifestações de perspectivas (neo)conservadoras verificadas. A valorização do meramente técnico, associado a uma desvalorização do trabalho social e o caráter ético-político do trabalho realizado de um lado; e o esforço em fomentar os debates, estimular a participação e o protagonismo dos moradores e não impor o saber técnico como predominante se configuram como os principais conflitos quando analisamos os discursos da equipe. Assim, percebe-se como desafio não apenas as trocas entre saberes técnicos e populares, mas também entre os próprios membros da equipe e as diferentes áreas de conhecimento envolvidas.

A consolidação dos projetos ATHIS como projetos com forte trabalho social se coloca como um horizonte necessário. A valorização do trabalho social neste tipo de projeto se coaduna com uma perspectiva ético-política de fomento da autonomia e protagonismo da classe trabalhadora/classes populares para o qual tais projetos são pensados. A leitura de um trabalho estritamente ou predominantemente técnico fere o objetivo central: transformações sociais que signifiquem melhoria nas condições de vida das classes populares através de projetos que os reconheçam como sujeitos políticos e agentes de transformação.

### Referências

- ASSUMPÇÃO, R. P. S.; LEONARDI, F. Educação popular na universidade, uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências, a partir do PET (Programa de Educação Tutorial) educação popular da UNIFESP-Baixada Santista. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 14, n. 02, p. 437–462, abr./jun. 2016.
- BEHRING, E. R. *Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BENICIO, E. Com medo do despejo. *Jornal O Povo*, 30 jul. 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1988.
- BRASIL. Lei federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 jul. 2001.
- BRASIL. Lei nº 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 dez. 2008.
- BRAZ, M. et al. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- CARDOSO, F. S.; LOPES, J. M. de A. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social: do discurso à construção da prática profissional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, 2022.
- CARDOSO, I. C. da C. Espaço urbano, vida cotidiana e a dimensão pedagógica da práxis. In: PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. M. R. de G. (org.). *Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36e. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GADOTTI, M. *Extensão Universitária: para quê?* 2017. Disponível em: [http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti](http://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti). Acesso em: 01 fev. 2023.



- GONÇALVES, R. S. Reflexões preliminares sobre a reforma urbana e o direito à cidade. *In*: SOUSA JR., J. G. et al. (org.). O direito achado na rua: introdução crítica ao direito urbanístico, v. 9, p. 187–192. Brasília: Editora da UnB, 2019.
- GONÇALVES, R. S.; VALE, J. do. Propriedade coletiva e regularização fundiária: o caso da usucapião especial urbana coletiva da Chácara do Catumbi na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 13, 2021.
- LEFEBVRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- MARICATO, E. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. M. R. de G. (org.). Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- RAICHELIS, R. Prefácio. *In*: PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. M. R. de G. (org.). Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- SANTOS JÚNIOR, A. L. A extensão Universitária e os entre-laços de saberes. 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SOUSA, A. L. L. A História da Extensão Universitária. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- VIEIRA, N. P.; ÁGATA, L. Remoções de famílias em intervenções urbanas e direito à cidade: convocação para o trabalho social em tempos de destruição de direitos. *In*: PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. M. R. de G. (org.). Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

## Notas

- <sup>i</sup> O projeto foi realizado com financiamento da Agence Nationale de la Recherche (ANR), na França, e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no Brasil (Processo no 2019/13365-3). A autora esteve inserida neste projeto de dezembro de 2021 a março de 2023, como pesquisadora de pós-doutorado, com bolsa FAPESP.
- <sup>ii</sup> Aplicativo de mensagens instantâneas, chamadas de voz e vídeo para smartphones.

## Geisa Bordenave

geisabordenave@gmail.com

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Pós-doutoranda no Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professora substituta na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## PUC-Rio de Janeiro

Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CEP: 22451-900

### Agradecimentos

Agradeço aos integrantes do projeto “Copolis – coprodução social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”, ao Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (PUC-Rio) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

### Agência financiadora

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Processo no 2019/13365-3). A autora esteve inserida neste projeto de dezembro de 2021 a março de 2023, como pesquisadora de pós-doutorado, com bolsa FAPESP.

### Contribuições das autoras

Não se aplica.

### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Os participantes consentiram a realização das entrevistas e publicação de seus depoimentos.

### Consentimento para publicação

A autora autoriza a publicação deste artigo.

### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**RESENHA**

## O imperialismo ainda existe: um livro para discutir seu funcionamento e a luta ant imperialista na América Latina

**Marcelo Pereira Fernandes**

<https://orcid.org/0000-0003-4550-8564>

### **RESENHA: O imperialismo ainda existe: um livro para discutir seu funcionamento e a luta ant imperialista na América Latina**

FURNO, Juliane. *Imperialismo: Uma introdução econômica*. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022. 150 p.

### **REVIEW: Imperialism still exists: a book to discuss its functioning and the anti-imperialist struggle in Latin America**

FURNO, Juliane. *Imperialismo: Uma introdução econômica*. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022. 150 p.

Recebido em 27.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Há pelo menos dois acontecimentos recentes que contribuíram para que os estudos sobre o imperialismo ganhassem um novo impulso: a crise financeira internacional de 2008 e seus desdobramentos, como a nova “guerra fria” entre China e Estados Unidos e o atual conflito na Ucrânia. O livro da socióloga Juliane Furno, *Imperialismo: Uma introdução econômica*, é uma contribuição muito bem-vinda para aqueles que desejam discutir o tema. E pela profundidade da discussão que a autora apresenta na obra, o título pode ser positivamente enganoso. O livro está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais.

Na primeira parte, autora discute a teoria clássica do imperialismo. Começando com Marx, pois Furno corretamente lembra que as bases para compreender o imperialismo “[...] podem ser encontradas no debate inaugurado pelo *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848” (p. 16). Elementos como a expansão global do capital em termos de comércio e a criação de infraestrutura em outros países para facilitar a exportação de capitais já estariam presentes no *Manifesto*. A obra *O Capital*, mais especificamente o Terceiro livro em que Marx aponta a tendência a concentração e centralização do capital, seria a base para as teorias clássicas do imperialismo. Também no *Capital* seria apontada a “[...] identificação empírica de como opera o principal mecanismo econômico do imperialismo, a transferência de valor” (p. 17–18). Na etapa imperialista, Furno chama a atenção, a concorrência não seria eliminada, mas sim a livre concorrência que foi sendo suprimida pela concentração e centralização do capital, aspectos identificados por Marx como tendência ao monopólio (p. 21). Nesse sentido, as crises econômicas seriam funcionais ao capitalismo, pois permitiriam o avanço da acumulação “[...] devido à desorganização momentânea que causam no tecido social e econômico” (p. 21). Seguindo Lênin, Furno destaca que uma grande crise criaria as condições para o surgimento do imperialismo e de uma nova política colonial, justificada pela burguesia em razão do “progresso” que os países do centro levariam aos países atrasados (p. 22–23).

Ainda na primeira parte, Furno examina os autores pioneiros. Pela ordem: John Hobson, Hilferding, Nikolai Bukharin, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin; além disso, levanta uma discussão relevante sobre a questão nacional, que alguns marxistas preferem ignorar. Destacamos a seguir alguns pontos apresentados por Furno. Hobson teria como explicação do imperialismo, o subconsumo dos trabalhadores resultado da desigualdade de renda que se acentuaria com a concentração industrial. Hilferding foi o primeiro autor marxista a teorizar sobre o imperialismo, entendendo que a dominação dos bancos sobre o capital industrial criaria uma forma de capitalismo “organizado”, capaz de suprimir as crises econômicas. Bukharin também qualificaria o imperialismo como política característica do capital financeiro que aparece quando, dado nível de desenvolvimento do capitalismo, os países centrais recorreriam à exportação de capitais em busca de taxa de lucros mais elevada.

Sobre Kautsky, Furno ressalta sua análise na desproporção do desenvolvimento da indústria em relação à agricultura, sendo o capital industrial a força do imperialismo, e não o capital financeiro como entendia Hilferding, Bukharin e Lênin. Rosa Luxemburgo traria uma contribuição original, fixando-se especialmente no Livro II do *Capital*. Ela também destaca o subconsumismo com a causa do imperialismo: as crises de subconsumo poderiam ser evitadas pela expansão territorial às áreas pré-capitalistas (zonas externas). Mas na visão de Luxemburgo, Marx não teria dado a devida importância ao mercado internacional. De fato, como assinala Furno em nota de rodapé, Luxemburgo parece ter “negligenciado o nível de abstração presente no livro II”, e que a obra de Marx aponta justamente para impossibilidade de desenvolvimento capitalista com base no mercado interno.

Ainda na primeira parte, a autora analisa a obra de Lênin que considera “[...] a principal referência teórica para a maior parte dos autores marxistas que tratam do tema hoje.” (p. 46). Para Lênin o imperialismo não seria uma política que pudesse ser suprimida, mas sim um estágio em que a livre concorrência foi suplantada pelos monopólios. Os monopólios seriam a base do imperialismo. Lênin criticaria diretamente Rosa Luxemburgo ao afirmar que o capitalismo não necessita dos mercados externos para realização do valor. Outro ponto importante seria a aceleração no desenvolvimento que a exportação de capitais estabeleceria nos países receptores desses capitais. Segundo Furno, Lenin identificava dois fenômenos originados pelo imperialismo que levaria ao seu desaparecimento. O primeiro seria “[...] que a tendência ao monopólio gera estagnação econômica, o que levaria à decomposição do modo de produção capitalista” (p. 54). O segundo, diz Furno, seria à ação do movimento operário e socialista, principalmente diante da guerra imperialista. Como veremos mais a frente, há um problema quanto ao primeiro fenômeno citado pela autora.

Na segunda parte, *O imperialismo do pós-segunda guerra mundial*, Furno discorre sobre o que ela compreende como quatro grandes teorias sobre o imperialismo que vieram à baila entre os anos 1960 e 1970. A autora começa lembrando do ostracismo que a teoria do imperialismo foi submetida, que seria em parte decorrente da relativa estabilidade econômica até meados dos anos 1960.

A primeira, elaborada por Ernest Mandel, intelectual que ajudou a construir a Quarta Internacional sob inspiração de Leon Trotsky. Mandel escreveu em 1972 a obra *O capitalismo tardio* no qual faria uma análise rigorosa do capitalismo a fim de “[...] prever as causas da crise que ainda estavam por vir” (p. 70). O centro da análise seria a lei de tendência à queda da taxa de lucro, considerado o elemento principal no desenvolvimento do capitalismo. Furno aponta que seria necessário afastar qualquer noção de capitalismo retardatário ou subdesenvolvido na interpretação de capitalismo tardio. A análise de Mandel estaria centrada no que ele denominou de maturidade do capitalismo, surgido após o fim da Segunda Guerra: “A classificação formulada por ele distingue uma fase baseada no capitalismo concorrencial e outra recebe o nome de capitalismo monopolista ou imperialista” (p. 71). Mandel também dividiria o estágio imperialista em dois: a clássica e a atual chamada de capitalismo tardio. Esse surgiria com a revolução tecnológica — Terceira Revolução, na visão de Mandel — iniciada nos anos 1940 nos países imperialistas. O ponto de Mandel seria que a expansão do pós-Guerra determinada pela Terceira Revolução Tecnológica elevou a concentração e a centralização do capital de tal forma que impossibilitaria o reinvestimento dos superlucros no setor produtivo nacional. Isso daria um novo impulso a internacionalização do capital. Mandel também destacaria a questão da troca desigual que, embora fosse secundário no imperialismo clássico, passaria a ser uma das principais formas de exploração colonial no capitalismo tardio. No caso de Mandel, a troca desigual ocorreria em razão das quantidades desiguais de trabalho.

O exame do capital excedente e capital monopolista desenvolvido por Baran e Sweezy é a segunda grande teoria discutida por Furno. Baran e Sweezy entenderiam que a definição dos monopólios e suas influências sobre a concorrência nas teorias clássicas do imperialismo ainda se baseavam na ideia de uma economia concorrencial. Os autores teriam como foco central de análise o papel do excedente econômico. A questão seria que o poder que os monopólios adquiriram no capitalismo lhes garantia maiores taxas de lucros. Isso seria decorrente do domínio que o capital passou a ter sobre a força de trabalho, aumentando assim a exploração sobre os trabalhadores. Com isso, a crise não seria caracterizada pela queda da taxa de lucro, mas sim pela impossibilidade de absorção pelo consumo de todo o excedente produzido, levando a estagnação da economia capitalista. Essa seria a contradição central do capitalismo na fase monopolista.

A terceira grande teoria na visão de Furno deve-se aos estudos de Ruy Mauro Marini sobre a Teoria Marxista da Dependência (TMD). A TMD seria um complemento as teorias do imperialismo, abarcando a relação das economias exploradas pelo imperialismo dentro da relação centro-periferia. A periferia teria seu desenvolvimento condicionado pelo desenvolvimento do centro. A ideia segundo Furno é que, “[...] o modo de produção capitalista em escala global dá origem a dois tipos de economia que se desenvolvem em ritmos distintos” (p. 89). Portanto, o subdesenvolvimento seria parte necessária da expansão do modo de produção capitalista. Uma forma de dependência que não se confundiria com a subordinação colonial, pois seria parte da própria estrutura do capitalismo. Nessa forma de dependência, uma parte do mais valor criado pelas economias dependentes seria apropriado pelas economias centrais.

O capitalismo dependente seria marcado pela superexploração do trabalho, definido “como um processo em que a elevação da taxa de exploração não passa pela elevação da produtividade, mas pela potencialização da exploração do trabalhador”, violando a lei do valor. A superexploração do trabalho aprofundaria a dependência enquanto agravaria a má distribuição de renda e riqueza que caracterizaria as economias dependentes. Isso provocaria uma desproporção crescente entre produção e consumo nas economias periféricas. A industrialização não resolveria este problema, pois esta atenderia uma demanda pré-existente que antes era satisfeita pelas importações. O investimento em indústrias mais avançadas não encontraria retorno no mercado interno devido aos baixos salários. O problema de realização seria resolvido pela exportação das manufaturas. Isso seria o que Marini denominou de subimperialismo. Na sua visão, o Brasil, por não conseguir realizar valor no mercado interno, precisaria exportar mercadorias para outros países, exercendo assim funções subimperialistas. Podemos observar aqui que a semelhança com Rosa Luxemburgo é nítida. Mas Furno reconhece que o conceito de subimperialismo seria alvo de diversas críticas “[...] pelo caráter excessivamente econômico de associar o imperialismo a um fenômeno de exportação” (p. 100). E, nesse caso, de manufaturas.

Para encerrar o capítulo 2, Furno discute o economista egípcio Samir Amin e sua teoria sobre a troca desigual. Para Amin, o imperialismo seria imanente à expansão capitalista desde a origem, logo não se trataria de um estágio específico do capitalismo. Amin também enfatizaria as categorias de centro e periferia, e as desigualdades entre as nações que o imperialismo consolidaria. Conforme Furno, o ponto fundamental de Amin estaria na falta de mobilidade da força de trabalho, em contraste com a mobilidade do capital e de mercadorias. A abundância de mão de obra na periferia, criaria as condições para a ocorrência de lucros extraordinários concomitantemente a superexploração da força de trabalho. Isso explicaria o caráter dependente, mesmo naquelas economias periféricas no qual a industrialização fizera progressos. A instalação de plantas produtivas na periferia pelas economias centrais, levaria a lucros extraordinários devido aos baixos salários que mais que compensariam a produtividade menor. Nesse sentido, a periferia transferiria valor para o centro em razão das diferenças salariais, tanto em setores com produtividade distinta quanto em setores com produtividade análoga. A troca desigual ocorreria em razão de diferentes graus de exploração da força de trabalho.

Na última parte, intitulada “O imperialismo do nosso tempo”, Furno examina o imperialismo contemporâneo a partir dos anos 1970, quando o capitalismo entra em crise e passaria por uma inflexão importante, “[...] transitando para uma nova fase em seu regime de acumulação com características políticas e de organização econômica bastante diferenciada das que organizaram no período anterior” (p. 114). Foi nesse momento que o capitalismo “domesticado” daria lugar a ofensiva neoliberal, e que, conforme a autora, teria engendrado uma nova fase do imperialismo com diferenças substantivas quanto à “globalização” que ocorreu no século XIX. O imperialismo e o neoliberalismo teriam “dado as mãos”, elevando sua capacidade de explorar a periferia do sistema.

Como manda a tradição marxista, a autora lembra que não seria possível compreender a crise da década de 1970, observando somente as questões macroeconômicas. Seria preciso identificar, por exemplo, quais as causas historicamente necessárias que desencadearam o primeiro choque do petróleo em 1973. E “[...] para isso, é primordial a análise do padrão de acumulação do ciclo anterior”. (p. 115). Nesse sentido, na visão de Furno, a crise dos anos 1970 teria sido decorrência da queda da taxa de lucro e pelo crescimento do mercado financeiro paralelo ao dos Estados Unidos. A “globalização produtiva” seria fundamental no novo movimento de acumulação global que teria origem essencialmente na falta de demanda agregada, resultando no forte crescimento dos recursos da esfera financeira.

Assim, a financeirização seria um novo regime de acumulação no capitalismo imperialista. Não que a financeirização tivesse surgido nos anos 1960–1970, pois, conforme Furno, “Desde o século XIX o refúgio nas finanças tem sido o recurso do capitalismo para lidar com suas crises cíclicas” (p. 121). A diferença estaria nas proporções e na autonomia relativa que o capital financeiro dispõe atualmente. E, para sustentar a valorização financeira, o Estado precisou ser reestruturado. Essa reestruturação significaria a privatização de diversos setores e serviços que antes seria de atribuição do Estado, além de reduzir sua capacidade de executar política econômica, servindo aos interesses do mercado em detrimento das pautas sociais.

Ao analisar a exploração imperialista na periferia na atual fase neoliberal, Furno afirma que haveria quatro dimensões prioritárias para entender o neoliberalismo. Primeiro, de que se trataria de uma nova fase do capitalismo, em que a exploração da periferia se acentua por meio de imposições financeiras, produtivas e militares; segundo, a ideologia; terceiro, a construção de novo arcabouço teórico-empírico da economia; e, em quarto, uma dimensão política pautada pela direita.

Na seção seguinte, Furno faz a defesa da categoria imperialismo através da crítica ao livro *Império* de Michel Hardt e Antonio Negri. O livro, que causou furor no começo da década de 2000, defende, em linhas gerais, que o conceito de imperialismo não seria mais válido, e que agora teríamos grandes empresas transnacionais que dominam o mundo sem qualquer base em Estados nacionais. A autora busca atualizar a crítica através de autores como John Bellamy Foster e Ellen Wood. Lembra que, atualmente, o alcance global do imperialismo seria maior, bastando observar as 750 bases militares que os Estados Unidos mantêm em territórios estrangeiros. E, embora tenha ocorrido transformações importantes no imperialismo, ele ainda desempenharia sua função histórica de acumulação ilimitada de capital em todo mundo.

Em outra seção, Furno avalia que, atualmente, o imperialismo, seria essencialmente estadunidense. Ou seja, os Estados Unidos seriam o centro incontestado da dominação imperialista. Isso ocorreria pela assimetria enorme que há entre os Estados Unidos e as demais potências capitalistas. Não apenas na área militar, mas também na monetária-financeira e cultural.



Ainda na mesma seção, Furno polemiza contra aqueles que definem a China como nação imperialista. A autora explica que faltam elementos fundamentais para que a China pudesse ser considerada imperialista. Entre esses elementos estaria o baixo retorno dos ativos estrangeiros chineses em comparação com os ativos estrangeiros na China, e a não intervenção político-militar em outros países a fim de defender suas empresas. E, conforme Furno, a China manteria uma relação de exploração com os países periféricos, basicamente da África, porém, limitado ao plano econômico e em níveis distintos das nações imperialistas (p. 163).

Furno dedica uma seção sobre as cadeias globais de valor (CGV), em que assinala que as multinacionais passariam a operar por meio da dispersão pelo mundo de suas linhas de produção. Como constata a autora, essa seria no momento atual uma das formas principais de organização de reprodução do capital. Logo, compreender esta nova forma das multinacionais operarem seria fundamental para entender o imperialismo do século XXI. Nas CGV as economias periféricas participariam com níveis distintos de agregação de valor. A descentralização da produção não descentralizaria o controle do processo, nem muito menos socializaria a distribuição do valor criado que continua a ser controlado pelo capital financeiro. Furno destaca a análise de autores como, John Bellamy Foster entre outros, que propõem a expressão cadeias de valor trabalho (CVT) a fim de mostrar “[...] a dimensão da exploração, apropriação e expropriação que estão diretamente relacionados a essa nova forma de organização mundial da produção.” (p. 167).

Na última seção, Furno analisa o imperialismo, a luta anti-imperialista e a questão nacional na América Latina. A autora explica que as lutas de libertação nacional seriam a peça que move as lutas anti-imperialista na América Latina; e para entender a questão nacional na América Latina seria preciso ter claro a força de inserção do continente no capitalismo internacional. Para isso, a autora irá se valer de estudiosos como José Carlos Mariátegui, Florestan Fernandes e Caio Prado Junior. A conclusão essencial seria que a luta de libertação nacional e o socialismo estariam entrelaçados: são faces de uma mesma revolução.

A obra é uma contribuição interessante para a discussão contemporânea do imperialismo. Ainda que carregue no título, “uma introdução econômica”, a autora se afasta do economicismo e procura corretamente apresentar o imperialismo com um sistema complexo de relações econômicas, políticas e bélicas. A obra suscita questões fundamentais, como a questão nacional, a teoria da dependência, uma crítica à visão equivocada sobre um suposto caráter imperialista da expansão chinesa e uma grata discussão sobre as cadeias globais de valor.

Algumas críticas podem ser feitas, e vou me ater à questão do subconsumismo, adotada por diversos autores — passando por Rosa, Baran e Sweeze, e que tiveram forte influência na teoria da dependência — tratados no livro. Em primeiro, há uma imprecisão: subconsumismo e teoria da demanda efetiva são teorias distintas, ao contrário do que aparece na página 26 do livro; A primeira refere-se à falta de consumo dos trabalhadores. A teoria da demanda efetiva desenvolvida por Keynes na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* diz respeito a uma situação em que os empresários só investirão na produção de uma quantidade de mercadorias para os quais acreditam que haverá demanda. Como o investimento é uma variável autônoma, eventualmente a demanda pode ser inferior ao pleno emprego. O importante é que neste caso não há excesso de oferta sobre a demanda ou em outras palavras, falta de consumo.

A teoria de subconsumo como explicação das crises parece ser bastante sedutora entre os marxistas. Curiosamente, esta é uma teoria que já tinha sido criticado pelos fundadores do socialismo científico. Por exemplo, no *Anti-Duhring*, Engels tece o seguinte comentário: “O subconsumo das massas também é, assim, uma precondição das crises e desempenha nelas um papel há muito identificado; porém, ela nada nos diz sobre as causas da existência atual das crises, bem como nada dizia sobre sua anterior ausência” (ENGELS, 2015, p. 321). Marx adverte que a produção acontece para atender as necessidades do capital, jamais se destina ao consumo, sendo apenas uma condição da produção no capitalismo. Se o consumo dos trabalhadores fosse um problema fundamental, há muito tempo o capitalismo estaria estagnado, mas não é isso o que ocorre. Diz Marx: “O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção” (MARX, 2017, p. 289).

Mas é justamente Lênin que faz uma crítica devastadora sobre a teoria subconsumista. Isto aparece desde os seus primeiros escritos em sua polêmica com os populistas (*narodíks*) russos. “O desenvolvimento da produção (e, logo, do mercado interno) voltado predominantemente para os meios de produção parece paradoxal e constitui, sem dúvida, uma contradição. Trata-se de uma verdadeira ‘produção pela produção’, uma ampliação da produção sem uma ampliação correspondente do consumo.” (LÊNIN, 1982, p. 24–25).

E não há em Lênin qualquer traço do estagnacionismo no funcionamento do capitalismo. Seguindo Marx, Lênin enfatiza que capitalismo é um sistema progressivo. É progressivo porque seu objetivo é a valorização máxima, o que leva ao máximo desenvolvimento das forças produtivas e do movimento de acumulação. Um sistema que tem como missão a “produção pela produção” e não para atender as necessidades dos trabalhadores. É isso que explica em última instância o imperialismo. Boa leitura!

### Referências

ENGELS, F. Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria. Tradução de. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

### Marcelo Pereira Fernandes

mapefern@gmail.com

Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e docente do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER) da UFRRJ e do do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da UFRJ.

### UFRRJ

Endereço: Km 07, Zona Rural, BR-465

Seropédica – RJ – Brasil

CEP: 23890-000

#### Agradecimentos

Não se aplica.

#### Agência financiadora

Não se aplica.

#### Contribuições das autoras

Não se aplica.

#### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

#### Consentimento para publicação

Eu, autor, autorizo a publicação deste manuscrito.

#### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA**

## Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação do Serviço Social

**Luciene Araújo<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-1509-8587><sup>1</sup>Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado, Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar, Russas, CE, Brasil

### Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação do Serviço Social

**Resumo:** Objetivamos conhecer a atuação de assistentes sociais na educação especial, tendo como espaço socio-ocupacional o Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado professora Maria Marcelina da Silva localizado na cidade de Russas, no estado do Ceará. O núcleo é uma instituição composta por equipe multiprofissional voltada para atender estudantes com dificuldade de aprendizagem. Dito isso, partimos da nossa experiência enquanto assistente social desta instituição desde setembro de 2021 até os dias atuais. Ademais, utilizamos o arcabouço teórico referente à educação especial no Brasil e no Ceará, bem como as contribuições teóricas, metodológicas, éticas e políticas referentes à atuação de assistentes sociais na educação. Finalizamos, afirmando que o Serviço Social atua em defesa da garantia do direito à educação gratuita, pública, de qualidade e inclusiva realizando acolhimento social, orientação para as famílias e articulação da rede intersetorial.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Educação Especial; Atuação profissional; NAPE.

### Specialized pedagogical support center: Social Workspace

**Abstract:** we aim to know the performance of social workers in special education, having as a socio-occupational space the Specialized Pedagogical Support Center Professor Maria Marcelina da Silva located in the city of Russas in the state of Ceará. The nucleus is an institution made up of a multidisciplinary team focused on assisting students with learning difficulties. That said, we start from our experience as a social worker at this institution from September 2021 to the present day. Furthermore, we used the theoretical framework referring to special education in Brazil and Ceará, as well as the theoretical, methodological, ethical and political contributions regarding the performance of social workers in education. We conclude by stating that the Social Service acts in defense of the guarantee of the right to free, public, quality and inclusive education by providing social reception, guidance for families and articulation of the intersectoral network.

**Keywords:** Social Service. Special education. Professional performance. NAPE.

Recebido em 27.02.2023. Aprovado em 29.05.2023. Revisado em 04.07.2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

A educação pública brasileira é marcada por desigualdades de ordem social, econômica, cultural, racial, de gênero e geracional (ROMANELLI, 1986). Outrossim, a história da escola pública no Brasil é permeada pela exclusão de sujeitos e, em alguns casos, a expulsão destes do ambiente escolar em virtude das citadas desigualdades.

Historicamente, as pessoas com deficiência tiveram acesso a um direito residual à educação e à socialização na escola. Contudo, a partir dos esforços do Estado e da mobilização social em prol da garantia do referido direito de forma igualitária e democrática, atualmente, contamos com um arsenal de iniciativas voltadas para a promoção à inclusão escolar e educacional de crianças e adolescentes com deficiência, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial.

Não obstante, o processo de inclusão escolar exigiu a inserção de novos atores na política de educação, dentre os quais destacamos as(os) assistentes sociais. Sendo assim, a presente discussão resulta de nossa experiência no Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE) professora Maria Marcelina da Silva. Esta experiência iniciou em setembro de 2021 quando fomos lotadas na Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar de Russas-CE, e onde estamos atuando até o momento.

O NAPE é uma instituição vinculada à educação especial que desenvolve a modalidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma multiprofissional, atendendo estudantes com dificuldade de aprendizagem e que possuam ou não algum tipo de deficiência. No ano de 2023, a equipe é composta por uma coordenadora, uma auxiliar administrativa, uma auxiliar de serviços gerais, um fonoaudiólogo, duas psicólogas, duas psicopedagogas e duas assistentes sociais.

Face ao exposto, objetivamos conhecer a atuação do Serviço Social na política de educação especial tendo como *locus* de investigação a referida instituição. Para tanto, buscamos identificar as demandas direcionadas ao setor de Serviço Social do NAPE e descrever a atuação frente a estas demandas, bem como as ações realizadas para a viabilização da garantia do direito à educação e a proteção das crianças e adolescentes atendidas(os) pela instituição.

À vista disso, temos como aporte teórico e orientação prática as contribuições do campo da teoria social crítica, bem como as referências teórico-metodológicas e ético-políticas elaboradas pela categoria profissional por meio do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS). Sobremaneira, realizamos análise documental e revisão de literatura referente à inclusão escolar de pessoas com deficiência e educação especial, com destaque para esta política no estado do Ceará, dialogando com o cotidiano profissional no NAPE.

Sumariamente, o trabalho está estruturado por esta introdução; em seguida, apresenta breves contribuições teóricas acerca da inclusão escolar no Brasil e no Ceará; adiante, aborda a experiência de atuação junto às famílias e à rede intersetorial; por fim, as considerações finais que sistematizam as principais contribuições teóricas sobre a política de educação especial e a relevância do Serviço Social na defesa do direito à educação gratuita, pública, de qualidade e inclusiva realizando acolhimento social, orientação para as famílias e articulação da rede intersetorial.

## Política Estadual de educação especial do Ceará

Na abertura para a diversidade está situada a educação inclusiva e os desafios relacionados ao atendimento às(aos) estudantes incluídas(os) e à qualidade da aprendizagem, principalmente se considerarmos que:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tenta silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 161 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 111).

Assim, a educação inclusiva é uma dimensão que permeia a política educacional com vista a assegurar e problematizar o direito à educação na sociedade brasileira objetivando instituir mecanismos para o acesso e a permanência estudantil em condições de igualdade independente da condição social, racial, física, mental, intelectual, sensorial dentre outras.

Segundo Oliveira (2015, p. 116), “são nos direitos humanos e no reconhecimento ético-político da pessoa com necessidades educacionais especiais como cidadã, que se tem construído legislações, programas e ações direcionadas à inclusão escolar, em termos de políticas educacionais”. Sob a premissa de educação para todas(os), a Declaração de Salamanca (1994) versa sobre:

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades [...] [os governos] adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma (UNESCO, 1994).

Porquanto, é nos direitos humanos que temos os pilares para a inclusão escolar. Vale ressaltar que inclusão difere de integração, uma vez que uma diz respeito às adaptações das escolas para receber estudantes com deficiência<sup>1</sup>, enquanto a outra refere-se a um processo setorializado e individualizado, em que, conforme Mantoan (2003, p. 16), “a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências”. De acordo com a autora citada, a inclusão escolar:

[...] é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem freqüentar [*sic*] as salas de aula do ensino regular. [...] inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p. 16).

Depreende-se que a inclusão escolar, não detendo-se apenas as pessoas com deficiência, está estreitamente atrelada aqueles indivíduos que possuem dificuldade e/ou se defrontam com barreiras impostas pelos processos históricos e culturais da sociedade para inserir-se neste espaço. Diante do exposto, a Educação Inclusiva possui caráter dual: de um lado, garante o acesso à educação e, de outro, é uma forma de trazer à tona as diferenças e as diversidades da população brasileira.

Concernente à inclusão de estudantes com deficiência nas escolas brasileiras destacamos os aportes legais que asseguram o reconhecimento das especificidades desses sujeitos, bem como suas necessidades educacionais. Em sendo assim, a Constituição Federal de 1988 institui o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1998, art. 208, parágrafo 03); a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), assegura “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996, art. 04, 3º parágrafo).

A LDB é o aporte legal que regulamenta a política educacional brasileira, e dispõe sobre a estruturação da mesma. Com efeito, trata dos níveis e etapas da educação, bem como das modalidades de ensino, sendo a educação especial uma delas:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).



Destarte, a educação especial objetiva o atendimento as especialidades das necessidades educacionais das(os) educandas(os) em virtude de sua condição física, mental, intelectual ou sensorial, conforme o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica (CNE/CBE, 2001, grifo do autor):

Art. 3º Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Não obstante, o aparato jurídico-normativo do Brasil ao instituir o direito à educação como um direito humano, subjetivo e positivo, legitima a sua oferta enquanto obrigação do Estado. À vista do exposto, destacamos o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que fora regulamentado pelo Decreto de nº 7.611/2011. De acordo com essa normativa, o AEE deve ser integrado ao projeto pedagógico da escola regular, articular a família no processo de ensino-aprendizagem, além de visar ao atendimento das necessidades educativas particularidades das(os) estudantes, primando pela intersectorialidade das políticas públicas (BRASIL, 2011).

Desse modo, o AEE objetiva assegurar o acesso, a permanência, a continuidade dos estudos e a sua qualidade para estudantes com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular” (BRASIL, 2011, art. 05).

Por conseguinte, AEE implementa uma nova forma de lidar com as necessidades educacionais das(os) estudantes, garantindo condições específicas para o processo de ensino-aprendizagem desse alunado. Com efeito, Santos (2019, p. 51), pondera que “a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (PNEEPI), de 2008, e os documentos decorrentes de sua elaboração, visa à superação de ações segregadoras e alheias ao caráter pedagógico da educação dos alunos com [Necessidades Educacionais Especializadas] NEE”.

Concernente à política educacional no Ceará, o primeiro mecanismo legal sobre o atendimento a necessidades educacionais especiais foi normatizado pela Resolução do Conselho de Educação do Ceará (CEC) nº 394/2004, artigo 1º que “entende por necessidades educacionais especiais aquelas relacionadas às dificuldades de aprendizagem que interferem na escolarização de todo e qualquer aluno, temporárias ou permanentes”.

Assim, a política estadual de educação especial do Ceará despontou, em 2004, com a institucionalização de núcleos de atendimento especializado compostos por equipes multiprofissionais, e ampliou o seu público-alvo quando instituiu a dificuldade de aprendizagem como condição para acesso aos serviços especializados no âmbito da escola e/ou em parceria com as políticas de saúde e assistência social. O instrumento normativo foi revogado e, atualmente, a educação especial no Ceará segue o disposto na Resolução do CEC nº 456/2016 que assegura atendimento especializado considerando as necessidades específicas da(o) estudante público-alvo da educação especial com dificuldade de aprendizagem:

Art. 34. O aluno que apresentar necessidade de atendimentos complementares para a sua aprendizagem será encaminhado para profissionais especializados da área de saúde, tais como neuropediatra, psiquiatra, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo e assistente social em escolas e instituições especiais com as quais as redes públicas e particulares poderão manter parceria.

§ 1º O encaminhamento dos alunos para os atendimentos complementares de que trata o caput do artigo dependerá das avaliações de suas necessidades, sempre com a participação da família (CEC, 2016, art. 34).

Face ao exposto, Santos (2019) analisa que a política estadual de educação especial do Ceará foi desenvolvida a partir do direcionamento para a:

[...] implantação dos núcleos de atendimento especializado, na capital e no interior do Estado, seguindo uma proposta de expansão, interiorização e inclusão do educando com NEE no ensino comum (CEARÁ, 1997), por meio de parcerias entre os governos estaduais e municipais [...]. (SANTOS, 2019, p. 54).

Os Núcleos de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE) são “espaços pedagógicos que contam com uma equipe multiprofissional, composta de pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, equipados com recursos pedagógicos específicos” (SEDUC, 2018, p. 01), e objetiva prestar um serviço especializado no âmbito do atendimento às necessidades educacionais de estudantes com dificuldade de aprendizagem. De acordo com Figueiredo (2003, p. 14), o NAPE deve:

funcionar em conjunto com as unidades escolares, visando o desenvolvimento de ações específicas de educação especial. Em sua estrutura, é prevista a existência de equipe de triagem, de diagnóstico e acompanhamento; serviços de itinerância e salas de recursos para alunos com deficiência visual e auditiva; laboratórios de informática e apoio administrativo.

Não obstante, “seu papel na escola ocupa o lugar de prestar assessoria psicopedagógica a professores e estudantes público-alvo da educação especial e com dificuldades de aprendizagem” (BARROSO; ALENCAR; LOURINHO, 2020, p. 4). Com efeito, uma escola inclusiva se caracteriza pelo empenho realizado em efetuar as adaptações necessárias para promover a permanência do alunado, bem como o aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem (MANTOAN, 2003; OLIVEIRA, 2015; PAIVA; SILVA, 2015).

Dessa maneira, o NAPE se configura como instituição elementar para a inclusão escolar e educacional a contribuir no processo de ensino-aprendizagem mediante a oferta de serviços especializados multiprofissionais possibilitando a estimulação cognitiva nos atendimentos individuais, bem como orientando o corpo docente das escolas em demandas específicas para que a inclusão não se limite a ocupar a carteira na sala de aula e, assim, possibilitar o aproveitamento e usufruto do ensino realizado na escola.

Vale ressaltar que o NAPE é também local de defesa dos direitos de crianças e adolescentes justificando a existência do setor de Serviço Social para contribuir na implementação e efetivação da política de educação inclusiva/especial, bem como atuar junto às famílias das(os) estudantes atendidas(os) na instituição. A seguir, vejamos a atuação do Serviço Social no NAPE Professora Maria Marcelina da Silva localizado em Russas-CE.

### **Serviço Social e atuação no NAPE: acolher, orientar e encaminhar**

O município de Russas-CE está localizado na região do Baixo Vale do Jaguaribe com uma população de 79.550 pessoas, de acordo com a estimativa populacional para o ano de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Concernente à política de educação voltada para crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar (SEMED), por meio do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva, oferta sala de recursos multifuncionais, profissional de apoio escolar conforme as especificações da Lei nº 13.146/2015, ampliação de livros e transcrição em braile, bem como equipe multiprofissional no NAPE, o qual possui como referência o Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE) que integra a estrutura organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

O NAPE prof.<sup>a</sup> Maria Marcelina da Silva foi implantado no dia 15 de junho de 2008. É gerenciado pelo Núcleo de Educação Especial e Inclusiva da SEMED, e se configura enquanto núcleo multiprofissional voltado para a estimulação cognitiva de estudantes com dificuldade de aprendizagem. Vale dizer que a maioria das crianças e adolescentes acompanhadas(os) pelo núcleo possuem algum tipo de deficiência. Salientamos que esta equipe e os serviços ofertados pelo núcleo não substituem os serviços de saúde, tendo em vista que são complementares e suplementares à habilitação e reabilitação asseguradas pela Lei nº 13.146/2015.

Em relação ao serviço social, o NAPE passou a contar com uma assistente social em 2012, e, no ano de 2021, ampliou o número para duas profissionais que desempenham suas funções na instituição e são responsáveis por 34 escolas<sup>2</sup> divididas igualmente entre si. É imperioso destacarmos que esta atuação na rede de educação se distingue daquela na modalidade de educação especial a qual se configura como espaço de atuação que deve ser composto por equipe única e específica visando à qualidade do serviço prestado, e a não sobrecarga das(os) profissionais.

Em sendo assim, o Serviço Social no NAPE desenvolve papel articulador entre instituição e escola, família e escola, e entre família e Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD). De fato, o elo na tríade NAPE-família-escola, fortalecido pela articulação intersetorial das políticas públicas, é substancial para a promoção de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, inclusivo e eficaz.

Com feito, a peculiar atuação do Serviço Social se caracteriza por ser um trabalho voltado para as famílias das(os) estudantes acompanhadas(os) pelas(os) profissionais especializados desse setor. Trabalho este que se executa na problematização das demandas e na defesa dos direitos sociais.

Concernente ao fazer profissional, as assistentes sociais atuam no acolhimento das(os) responsáveis realizando entrevista sociofamiliar com o objetivo de conhecer o contexto familiar e comunitário da(o) estudante. É de relevo informar que, *a priori*, o Serviço Social era responsável pelo preenchimento da anamnese que consistia em um conhecimento integral do desenvolvimento da criança/adolescente. Ante esta incompatibilidade entre formação profissional e requisição institucional, realizamos debates acerca da especificidade do nosso objeto de trabalho e criamos a entrevista sociofamiliar a qual sistematiza pontos estruturais que necessitam ser problematizados de forma individual ou coletiva, como por exemplo o racismo, o uso de álcool, a automutilação, a violência contra mulher, o acesso aos serviços de saúde dentre outros. Segundo Martinelli (2006, p. 12):

A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro. Se reduzirmos a nossa prática a uma resposta urgente a uma questão premente, retiramos dela toda a sua grandeza, pois deixamos de considerar, neste sujeito, a sua dignidade.

Dessa feita, este primeiro contato com a família possibilita explicar questões para além do preenchimento mecânico de um roteiro de entrevista: o horizonte é ampliado à medida que há orientações acerca das respostas e relatos narrados durante o acolhimento. Vale dizer que este é um acolhimento social que está presente em todo o processo de trabalho, e não um momento de aconselhamento pessoal. A partir dele, e das falas durante atendimentos individuais e realizadas na recepção, elaboramos, em 2022, o projeto Aprendendo em Família com a finalidade de socializar informações sobre os direitos sociais, o funcionamento do SGD e de temas transversais referentes à justiça social, dignidade humana, combate à violência dentre outros.

De acordo com a lei regulamentária da profissão (Lei nº 8.662/1993), constitui atribuição privativa das assistentes sociais “I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social” (BRASIL, 1993, art. 05). Entendemos que a área de Serviço Social se constitui de seu objeto de trabalho, qual seja a questão social e suas múltiplas e multifacetadas expressões.

Com efeito, o projeto supracitado possui o embrião na desinformação considerada como pobreza política, isto é, uma expressão da questão social que desmobiliza a classe trabalhadora em virtude do desconhecimento da responsabilidade estatal e do seu papel na reivindicação da garantia de melhores condições de vida e acesso aos direitos. Ele é desenvolvido pela metodologia de trabalho em grupo pautado na horizontalização do saber e na construção de um conhecimento coletivo, sendo, assim, referenciado pela educação popular disseminada por Paulo Freire. Desta feita, o grupo de responsáveis é reunido de duas formas: em sala de espera, que ocorre no dia e horário de atendimento da(o) estudante, ou em roda de conversa, que ocorre de forma coletiva em um dia e horário previamente estabelecido. Ambos os formatos acontecem uma vez por mês, tendo os encontros coletivos a participação de profissionais de outros setores e/ou políticas públicas.

Por conseguinte, a lei de regulamentação dispõe no artigo 4º que constituem competências profissionais:

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (BRASIL, 1993, art. 04).

À vista dessas competências destacadas, o Serviço Social do NAPE orienta as(os) usuárias(os) que requerem um atendimento individual, que são direcionadas(os) pela equipe ou nos momentos de trabalho em grupo. Não obstante, as orientações também são realizadas durante visita em domicílio, a fim de conhecer os motivos que levam a infrequência ou que acarretaram o abandono ou a evasão dos serviços do NAPE.

Essas orientações são alicerçadas na práxis profissional em que há a problematização para além do imediato com base nas dimensões do exercício profissional: teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa, oportunizando reflexões que considerem o processo de formação socio-histórica, cultural, econômica e política do Brasil. Destarte, a atuação se distancia da moralização e culpabilização do indivíduo e possibilita reconhecê-lo enquanto ser social com recortes de classe, raça, etnia, gênero, geracional e condição física, mental ou intelectual.

Dessa maneira, reafirmamos o compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social e com os princípios postos no código de ética da(o) assistente social (CFESS, 1993). Em síntese, este compromisso fomenta práticas que rompem com a moralização das demandas, o conservadorismo institucional de cunho machista, patriarcal, racista e alienador, bem como é um delimitador de águas na defesa intransigente dos direitos humanos e da especificidade do trabalho da(o) assistente social.

Por conseguinte, as orientações profissionais são de caráter informativo, educativo e reflexivo acerca das situações vivenciadas no âmbito familiar, escolar e/ou comunitário. Assim, enseja-se a dimensão pedagógica e a linguagem acessível para que tais orientações sejam compreendidas pela população usuária que, em sua maioria, é composta por pessoas de baixa instrução que nos chegam com suas angústias e dores e que buscam ter acesso aos seus direitos.

A partir de uma escuta qualificada, as assistentes sociais realizam o acolhimento social e direcionam as demandas seja para a escola, seja para a rede intersetorial. Desse modo, as orientações são realizadas visando esclarecer dúvidas sobre o requerimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a oferta de profissional de apoio escolar, de cesta básica, de canais de denúncias relacionadas à violência contra mulher dentre outras.

Referente à articulação intersetorial das políticas públicas, o Serviço Social realizando encaminhamentos institucionais, principalmente para a política de assistência social tendo em vista que o acesso à saúde, ao esporte, à cultura dentre outros direitos possui um protocolo a seguir que requerem a procura da(o) usuária(o). Vale destacar que, em situações de violência — suspeita ou confirmada —, é realizada notificação ao Conselho Tutelar do município. Não obstante, enfatizamos que a articulação intersetorial, bem como a notificação ao Conselho Tutelar podem ser realizadas por outras(os) profissionais, pois fazem parte do escopo das competências profissionais da(o) assistente social (BRASIL, 1993, art. 04).

Este entendimento contribui para a superação dos vieses que permeiam o trabalho da(o) assistente social. Segundo Yamamoto (2010), esses vieses são: o messianismo que considera que basta a boa vontade profissional para resolver as demandas, e o fatalismo que naturaliza as demandas e se acomoda com os limites postos pela instituição empregadora.

Sendo assim, o Serviço Social intervém orientando a equipe nos encaminhamentos, e se restringe a encaminhar apenas as demandas que efetivamente observou e analisou. Tal postura contribui para o reconhecimento da profissão enquanto especialidade do trabalho com objeto próprio de atuação, bem como colaboradora para a superação de estigmas que permeiam o desenvolvimento da profissão no Brasil como, por exemplo, ser considerada submissa a profissões com *status* de poder saber, principalmente na área da saúde, além disso ser apontada para execução de tarefas estritamente técnicas e administrativas. Em resumo, há uma imagem equivocada do Serviço Social enquanto setor esvaziado de conhecimento específico e visto como setor de suporte administrativo que pode ser requisitado para executar tarefas de outras(os) profissionais que estão sobrecarregadas(os). Eis a reprodução de um dos nossos desafios presentes na maioria dos espaços socio-ocupacionais!

## Reflexões Finais

A reestruturação da escola e do ensino para incluir crianças e adolescentes com deficiência requisita um arsenal de mecanismos institucionais e profissionais que possibilitem a inclusão e o aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem com qualidade, eficácia e igualdade. Com efeito, o aparato jurídico brasileiro assegura a oferta de serviços e o desenvolvimento de ações que visem adequar os espaços escolares — seja na perspectiva arquitetônico e estrutural, seja perspectiva curricular e didática — para o acesso e a permanência de estudantes com deficiência. É de monta frisar que se parte da ótica que as dificuldades enfrentadas por este público não advêm da sua condição física, mental ou intelectual, e sim da padronização construída historicamente na sociedade.

Nesse sentido, a educação especial objetiva oportunizar condições de aprendizagem e orientação às(aos) professoras(es) a fim de que haja o desenvolvimento de habilidades e competências das(os) estudantes com deficiência possibilitando a aprendizagem dos conteúdos socializados na escola. Com isso, o AEE trabalha considerando cada estudante em sua singularidade e atua de forma completar ou suplementar ao ensino regular. Face ao exposto, o NAPE é uma modalidade de AEE, e também espaço de atuação do Serviço Social.

Ora, o processo de inclusão educacional e escolar se vincula ao direito à educação classificado enquanto direito humano que deve estar ao alcance de todas as pessoas. Com isso, o Serviço Social busca viabilizar este direito requisitando a sua efetivação por meio das instituições escolares. Outrossim, atua junto às famílias socializando informações e construindo coletivamente um conhecimento crítico diante de situações cotidianas que, em sua imediatividade, levam a naturalização da pobreza, a culpabilização do indivíduo e a moralização das expressões da questão social. Contudo, ao serem analisadas sob o entendimento das relações sociais e da formação socio-histórica, econômica, política e cultural do Brasil resultam em reflexões e mobilizações dessas famílias em prol da defesa dos direitos de suas(eus) filhas(os) reconhecendo estes sujeitos enquanto ser humano genérico inserido em uma coletividade.

Ademais, o Serviço Social do NAPE move seu arcabouço teórico-crítico em direção de realizar escuta qualificada das demandas apresentadas por meio de acolhimento social, entrevista sociofamiliar ou de trabalho em grupo — seja nas salas de espera ou nas rodas de conversa. Nesses momentos, as orientações profissionais partem do conhecimento qualificado adquirido durante a formação acadêmica e da postura ético-política adotada a fim de não reproduzir julgamentos ancorados em preconceitos sociais, raciais, machistas, religiosos dentre outros.

Por conseguinte, a atuação do setor é limitada institucionalmente, pois se trata de uma política que transita entre as demais políticas requisitando a articulação em rede no SGD. Em consequência, se faz necessário encaminhamentos para instituições que objetivam assegurar direitos como assistência social, saúde, esporte, cultura e lazer. É imperioso demarcarmos que os encaminhamentos não são atribuições privativas da(o) assistente social, logo outras(os) profissionais da equipe podem realizá-los uma vez que o conhecimento necessário para tal está ao alcance de toda a sociedade qual seja: LDB, política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva, política nacional de assistência social, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), política nacional de saúde dentre outros.

Por fim, o Serviço Social no NAPE contribui para visibilizar as demandas de estudantes com dificuldade de aprendizagem que possuem ou não algum tipo de deficiência, sendo um setor que, embora os desafios que atravessam a profissão, atua em defesa de uma educação e escola de qualidade, laica, equânime, inclusiva, diversa e acessível para todas as pessoas.

## Referências

- BARROSO, M. A. V.; ALENCAR, A. F.; LOURINHO, L. A. O Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado – NAPE e as intervenções psicopedagógicas em tempos de pandemia. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)*, 7., Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos, Maceió (AL), 2020. Anais [...]. Maceió (AL): CONEDU, 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília-DF, 1993.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.
- CEARÁ. Resolução nº 394/2004. Fixa normas para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará. Fortaleza: CEC, 2004. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0394-2004.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- CEARÁ. Resolução nº 456/2016. Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades/Superdotação, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará. Fortaleza: CEC, 2016. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2016/08/resolucao-n-0456.2016.pdf>. Acesso em 01 jan. 2023.
- CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética profissional do assistente social. Brasília, 1993.
- FIGUEIREDO, R. V. As políticas regionais de educação especial no Nordeste. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 26., n. ed., 2003. Anais [...]. Novo governo novas políticas? Poços de Caldas: ANPED. Disponível em: [http://www.aprendizagemniversidade.ufc.br/documentos/inclusao\\_escolar/politica\\_ed\\_especial\\_nordeste\\_2003.pdf](http://www.aprendizagemniversidade.ufc.br/documentos/inclusao_escolar/politica_ed_especial_nordeste_2003.pdf). Acesso em: 04 dez. 2022.



- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: que é? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional. *Emancipação*, v. 1, p. 9–23, 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- OLIVEIRA, I. A. de. Desafios da didática diante das políticas de inclusão. *Crítica Educativa*. Sorocaba, v. 1, n. 2, p. 110–126, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v1i2.36>. Acesso em: 25 set. 2017.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre a deficiência. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPCD, 2011. 334 p.
- PAIVA, R. dos I. D. de. SILVA, S. L. de A. A importância da didática no processo de ensino e aprendizagem: a prática do professor em foco. *Revista Ensino Interdisciplinar*, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 109–118, jul./2015. Disponível em: [http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/viewFile/1488/840\\_25/09](http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/viewFile/1488/840_25/09). Acesso em: 24 set. 2017.
- ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil (1930/1973), 8ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- SANTOS, G. C. S. Organização da educação especial em uma rede estadual de ensino sob o prisma das políticas públicas. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 49–60, jan./abr. 2019.
- SEDUC – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Educação em Especial: Serviços e Programas. Coordenadoria do Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem, Diversidade e Inclusão Educacional. Fortaleza: On-line, [2018]. Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/servicos\\_programas\\_ed\\_especial-odt.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/servicos_programas_ed_especial-odt.pdf). Acesso em: 04 dez. 2022.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

## Notas

- <sup>1</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), o aspecto deficiente não se encontra no indivíduo, mas no meio social. Assim, as pessoas com deficiência são aquelas que possuem particularidades específicas e que as impedem de exercer seus direitos livremente em decorrência das limitações e barreiras impostas pela sociedade.
- <sup>2</sup> A divisão visa atender a Lei de nº 13.935/2019, que torna obrigação do Estado dispor de serviço social e psicologia na rede de educação básica.

## Luciene Araújo

assistente.luciene@gmail.com

Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Especialista em Serviço Social na Educação pela Faculdade Iguaçú.

Especializando-se em Impactos da Violência na Escola pela Fiocruz.

Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar de Russas-CE.

Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas (GEPP/FASSO/UERN).

## Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar de Russas-CE

Rua Dr. José Ramalho, nº 1536, Centro

Russas – CE – Brasil

CEP: 62.900-000

### Agradecimentos

Não se aplica.

### Agência financiadora

Não se aplica.

### Contribuições das autoras

Não se aplica.

### Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

### Consentimento para publicação

A autora consente a publicação do artigo.

### Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

**ERRATUM**

## Errata

No artigo “Serviço social e tendências teóricas atuais” de José Fernando Siqueira da Silva, com número de DOI: 10.1590/1414-49802017.00100008, publicado no periódico Revista Katálysis, v. 20, n. 1, jan./abr. 2007, na página 65, no resumo:

Onde se lia:

“O artigo propõe um o debate sobre as atuais tendências teórico-metodológicas do Serviço Social brasileiro”

Leia-se:

“O artigo propõe um debate sobre as atuais tendências teórico-metodológicas do Serviço Social brasileiro”

No artigo “Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana” de Gleny Terezinha Duro Guimarães e Paulo Roberto Martins, com número de DOI: 10.1590/1414-49802016.003.00007, publicado no periódico Revista Katálysis, v. 19, n. 3, out./dez. 2016, na página 378:

Onde se lia:

“Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)”

Leia-se:

“Mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)”



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.